



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS**

**DOUTORADO**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS**

**LÚCIA SILVA ALBUQUERQUE DE MELO**

**TESE**

**SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS COM POTENCIAL POLUIDOR: uma  
análise dos Capitais não Financeiros (*Integrated Reporting*), ODS e ESG**

**ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> MARIA DE FÁTIMA NÓBREGA BARBOSA**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2023**

**LÚCIA SILVA ALBUQUERQUE DE MELO**

**SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS COM POTENCIAL POLUIDOR: uma análise dos Capitais não Financeiros (*Integrated Reporting*), ODS e ESG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, pertencente a área de concentração Gestão de Recursos Naturais, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Doutora em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Maria De Fátima Nóbrega Barbosa**

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2023**

M528s

Melo, Lúcia Silva Albuquerque de.

Sustentabilidade das empresas com potencial poluidor: uma análise dos capitais não financeiros (*IntegratedReporting*), ODS e ESG / Lúcia Silva Albuquerque de Melo. - Campina Grande, 2023.

239 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Engenharia de Gestão e Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2023.

"Orientação: Profa. Dra. Maria de Fátima Nóbrega Barbosa."

Referências.

1. Sustentabilidade das Empresas. 2. Capitais não Financeiros. 3. ODS. 4. ESG. 5. Potencial Poluidor. I. Barbosa, Maria de Fátima Nóbrega. II. Título.

CDU 502.131.1:658(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
POS-GRADUACAO EM ENGENHARIA E GESTAO DE RECURSOS NATURAIS  
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

**FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES**

**LÚCIA SILVA ALBUQUERQUE DE MELO**

**SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS COM POTENCIAL POLUIDOR: UMA  
ANÁLISE DOS CAPITAIS NÃO FINANCEIROS (INTEGRATED REPORTING□),  
ODS e ESG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais como pré-requisito para obtenção do título de Doutora Engenharia e Gestão de Recursos Naturais.

Aprovada em: 19/07/2023

Prof.(a.) Dr.(a) **Maria de Fátima Nóbrega Barbosa/ UFCG** (OrientadorPPGEGRN).

Prof.(a.) Dr.(a.) **Erivaldo Moreira Barbosa/UFCG** (Examinador Interno).

Prof.(a.) Dr.(a.) **Maria de Fátima Martins/UFCG** (Examinador Interno).

Prof.(a.) Dr.(a) **Magnus Luiz Emmendoerfer/UFV** (Examinador Externo).

Prof.(a.) Dr.(a) **Renata Paes de Barros Câmara/UFPB** (Examinador Externo).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FATIMA NOBREGA BARBOSA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em

24/07/2023, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **ERIVALDO MOREIRA BARBOSA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/07/2023, às

09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FATIMA MARTINS, COORDENADORA DE PÓS GRADUAÇÃO**, em 27/07/2023, às 05:59,

conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER, Usuário Externo**, em 27/07/2023, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Renata Paes de Barros Camara, Usuário Externo**, em 31/07/2023, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3512199** e o código CRC **F51E1C18**.

---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
POS-GRADUACAO EM ENGENHARIA E GESTAO DE RECURSOS NATURAIS  
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

## REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

### ATA DE DEFESA DE TESE

Ata da **Décima Quarta** sessão pública de Defesa de **Tese** do Programa de Pós- Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais – PPGEGRN do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais – CTRN da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Ao **Décimo nono** dia do mês de **Julho** de **2023**, às **14:00** horas, **presencialmente** reuniu-se na forma e Termos do Art. 62 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” da UFCG e do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais, Resolução 02/2019 do Colegiado Pleno do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UFCG, a Banca Examinadora composta pelos professores/pesquisadores Prof.(a.) Dra. **Maria de Fátima Nóbrega Barbosa**, como orientadora principal; Prof. Dr. **Erivaldo Moreira Barbosa/UFCG** como membro interno; Prof.(a.) Dra. **Maria de Fátima Martins/UFCG** como membro interno; Prof. Dr. **Magnus Luiz Emmendoerfer/UFV**, como membro externo; Prof.(a.) Dra. **Renata Paes de Barros Câmara/UFPB**, como membro externo; tendo como suplentes, Prof. Dr. **Sergio Murilo Santos de Araújo/UFCG**; e Prof. Dr. **Wenner Glaucio Lopes Lucena/UFPB**; a qual foi constituída pela Portaria **PPGEGRN 42/2023** da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais, juntamente com **Lúcia Silva Albuquerque de Melo**, candidata ao Grau de **Doutora** em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais. Abertos os trabalhos, a Senhora Presidente da Banca Examinadora, Prof.(a.) Dr.(a) **Maria de Fátima Nóbrega Barbosa**, anunciou que a sessão tinha a finalidade de julgamento da apresentação e de defesa da Tese sob o título: “**SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS COM POTENCIAL POLUIDOR: UMA ANÁLISE DOS CAPITAIS NÃO FINANCEIROS (INTEGRATED REPORTING), ODS e ESG.**” Área de Concentração: **Gestão de Recursos Naturais**, orientada pela Professora Dra. **Maria de Fátima Nóbrega Barbosa**. A presidente concedeu à palavra a candidata para, no prazo de tempo estipulado, efetuar a apresentação de seu trabalho. Concluída a exposição da candidata, a Presidente iniciou a segunda etapa do processo de defesa passando a palavra a cada membro da Banca Examinadora para as devidas considerações, correções e arguição da candidata. Em seguida, a Banca Examinadora solicitou a saída dos presentes para, em sessão secreta, avaliar a apresentação e defesa. Após chegar a uma decisão final, a Banca Examinadora solicitou o retorno da Assembleia e anunciou, de conformidade com o que estabelece o Art. 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais, o Conceito **APROVADA**, o qual será atribuído após a candidata, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, efetuar as correções e modificações sugeridas e aprovadas pela Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar pelo Coordenador, pelo candidato e pelos membros da Banca Examinadora.

Campina Grande, 19 de Julho de 2023.

Assinaturas:

Coordenadora do PPGEGRN \_\_\_\_\_

Candidato(a) \_\_\_\_\_

Presidente \_\_\_\_\_

Examinador \_\_\_\_\_

Examinador \_\_\_\_\_

Examinador \_\_\_\_\_

Examinador \_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FATIMA NOBREGA BARBOSA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/07/2023, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERIVALDO MOREIRA BARBOSA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/07/2023, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FATIMA MARTINS, COORDENADORA DE PÓS GRADUAÇÃO**, em 27/07/2023, às 05:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lúcia Silva Albuquerque de Melo, Usuário Externo**, em 27/07/2023, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER, Usuário Externo**, em 27/07/2023, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Paes de Barros Camara, Usuário Externo**, em 31/07/2023, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3512196** e o código CRC **0EE1911A**.

Ao meu pai Antônio, meu exemplo, meu amigo. Essa conquista também é sua.  
À mulher de fé, minha mãe Antônia, pelas orações e amor que revigora minhas forças.  
Ao meu amado filho Pedro e ao meu esposo Armando, por todo amor, incentivo, apoio e  
compreensão. Nada disso teria sentido se vocês não existissem na minha vida.



## AGRADECIMENTOS

Ao **Deus** Todo Poderoso, minha fortaleza e sustentáculo.

Aos meus irmãos, **Elvis, Margareth e Felintro**, pela certeza do amor que sempre nos uniu, mesmo na distância. O carinho de vocês é presente.

A minha orientadora, **Prof.<sup>a</sup> Maria de Fátima Nóbrega Barbosa**, pela orientação competente e valiosa durante todo o processo do doutorado.

Ao amigo **Wenner Glaucio Lopes Lucena**, pelo exemplo de docente, que exerce o seu ofício com competência, paciência e alegria, pois ama o que faz. Meus mais sinceros agradecimentos, por partilhar comigo seus conhecimentos e por acreditar nas minhas habilidades desde do início de minha carreira docente. Você faz parte dessa conquista.

A **Prof.<sup>a</sup> Maria Daniella de Oliveira**, pela partilha valiosa dos seus conhecimentos, mas, acima de tudo, pela doçura, atenção e paciência no processo de colaboração desta pesquisa.

A **Prof.<sup>a</sup> Ingrid Laís de Sena Costa**, pela colaboração nesta pesquisa, bem como pelas nossas longas conversas sobre pesquisas, dificuldades, sonhos e realizações.

A **Kelly Sheila Inocência Costa**, amiga de longa data, irmã de coração que a vida me presenteou. Agradeço pela paciência, incentivo e colaboração sempre presente em todos os momentos de minha vida.

A **Janayna Rodrigues de Moraes Luz**, amiga que a graduação de Contabilidade trouxe e que fez morada no meu coração e na minha família. No começo da minha vida acadêmica foi meu auxílio, hoje é meu exemplo.

Aos amigos **Fabiano Ferreira Batista, Gianinni Martins Cirne e Daênio Casimiro** pelo amor, afeto, alegrias e pela certeza que a amizade não obedece a ordem do tempo, da distância e do merecimento, pois simplesmente se ama e se quer bem.

Ao amigo **José Ribamar Marques**, pela amizade, apoio e contribuições à minha pesquisa. Os laços de amizade que nos uniram transcenderam o mestrado e a UFCG.

Aos membros da banca examinadora, professores **Erivaldo Moreira Barbosa, Magnus Luiz Emmendoerfer** e as professoras **Maria de Fátima Martins e Renata Paes de Barros Câmara**, pelo tempo, experiência e atenção dispensados à leitura desta tese e por aceitarem participar desta banca examinadora.

A todos os **colegas e amigos da Pós-graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais**, com os quais tive a oportunidade de conviver, trocar experiências e conhecimentos. Agradeço, particularmente, aos amigos **Marcos Macri, Nadege Dantas, Pedro Ivo Nóbrega e Jandmara Lira**.

A todo o **corpo docente do Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais-PPGEGRN/UFCG**, pela qualidade do ensino, incentivo à pesquisa e o aprendizado repassado. Muito obrigada!

A **Universidade Federal de Campina Grande e a Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade- UAAC**, por todo o apoio e incentivo, em especial, aos amigos **Suzanne Correia, Verônica Macário, Vinicius Moreira, Adriana Fumi, Marielza Barbosa e Maria de Fátima Martins**.

Por fim, agradeço a todos que colaboraram e contribuíram, direta ou indiretamente, nesse período de formação, em diversos momentos. O meu mais sincero agradecimento.

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo principal analisar a contribuição dos ODS, ESG e os Capitais não financeiros (intelectual, humano, natural, social e de relacionamento) do *Integrated Reporting* para a Sustentabilidade das empresas com médio e alto potencial poluidor. Diante disso, adotou-se, como materiais e métodos, uma pesquisa exploratória, descritiva e de caráter misto, pois utilizou abordagens qualitativas e quantitativas. A amostra foi constituída por todas as companhias abertas listadas na Bolsa de Valores Brasileira (Brasil, Bolsa, Balcão - B3), com dados disponíveis e publicados nos relatos integrados e relatórios de sustentabilidade no período de 2016 a 2021. Em relação aos capitais não financeiros, verificou-se que os capitais mais relevantes, quanto à divulgação, foram os capitais natural, social e de relacionamento, tanto no resultado geral quanto na classificação de médio e alto potencial poluidor. Eles demonstraram que as organizações estão direcionadas para o atendimento às demandas mais atuais da sociedade e do mercado, evidenciando uma gestão ambiental adequada dos recursos e dos serviços ecossistêmicos; e enfatizando em seus relatórios a preocupação com as mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa. No tocante aos ODS, observou-se que a divulgação das informações está em processo de consolidação, constatando-se uma condição, ainda, incipiente de divulgação. No âmbito do ESG *Score*, identificou-se que as organizações, classificadas como alto potencial poluidor, tiveram o melhor score, em comparação com o médio potencial poluidor. Detectou-se que, entre as três categorias de legitimidade, a Pragmática foi a mais evidenciada, em especial a subcategoria ganhar legitimidade. Dentre as contribuições deste estudo, destacam-se: primeiramente, a proposta de reestruturação para o nível de aderência 1 dos KPIs, com uma nova escala, validada pelos resultados, para o estudo dos níveis de divulgação das informações não. No tocante aos ODS, a pesquisa apresentou uma contribuição aos princípios de divulgação dos ODS do modelo de Adams, Druckman e Picot (2020). No que se refere ao ESG score, identificou-se que as organizações que apresentaram melhores scores estão inseridas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Portanto, é possível concluir que as organizações utilizam os capitais não financeiros, os objetivos de desenvolvimento sustentável e as práticas ESG como instrumentos de validação, perante a sociedade e o Mercado Financeiro. Logo, fazem uso destes instrumentos, na perspectiva da Teoria da Legitimidade, visando legitimar suas operações e atividades comerciais, no intuito de manter sua imagem e a sua reputação. Enfim, esses achados, também, podem estar associados à necessidade que essas organizações possuem de divulgar um conjunto de informações ambientais, sociais e de governança corporativa bem mais amplo, buscando a legitimidade social e ambiental para continuarem operando junto à sociedade, consolidando o contrato social firmado.

**Palavras-chave:** Capitais não Financeiros. ODS. ESG. Sustentabilidade. Potencial Poluidor.

## ABSTRACT

The main objective of this thesis is to analyze the contribution of the SDGs, ESG, and non-financial capital (intellectual, human, natural, social, and relationship) of Integrated Reporting to the Sustainability of companies with medium and high polluting potential. Given this, exploratory, descriptive, and mixed character research was adopted as materials and methods, as it used qualitative and quantitative approaches. The sample consisted of all public companies listed on the Brazilian Stock Exchange (Brasil, Bolsa, Balcão - B3), with data available and published in the integrated reports and sustainability reports from 2016 to 2021. Regarding non-financial capital, it was verified that the most relevant capitals, in terms of disclosure, were the natural, social, and relationship capitals, both in the overall result and in the classification of medium and high polluting potential. They demonstrated that organizations are geared towards meeting the most current demands of society and the market, evidencing adequate environmental management of resources and ecosystem services; and emphasizing in its reports the concern with climate change and the reduction of greenhouse gas emissions. Concerning the SDGs, it was observed that the disclosure of the information is in the process of consolidation, with a still incipient condition for disclosure being verified. Within the scope of the ESG Score, it was identified that organizations classified as high polluter potential had the best score, compared to the average polluter potential. It was detected that, among the three categories of legitimacy, Pragmatics was the most evident, especially the subcategory gaining legitimacy. Among the contributions of this study, the following stand out: first, the restructuring proposal for adherence level 1 of the KPIs, with a new scale, validated by the results, for the study of levels of disclosure of information no. The SDGs, research made a contribution to the principles of dissemination of the SDGs of the model by Adams, Druckman, and Picot (2020). Concerning the ESG score, it was identified that the organizations that presented the best scores are inserted in the Novo Mercado of B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Therefore, it is possible to conclude that organizations use non-financial capital, sustainable development objectives, and ESG practices as validation instruments, before society and the Financial Market. Therefore, they make use of these instruments, from the perspective of the Theory of Legitimacy, aiming to legitimize their operations and commercial activities, to maintain their image and reputation. Finally, these findings may also be associated with the need that these organizations have to disclose a much broader set of environmental, social, and corporate governance information, seeking social and environmental legitimacy to continue operating with society, consolidating the social contract signed.

**Keywords:** Non-financial capital. ODS. ESG. Sustainability. Polluting Potential.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Principais marcos na evolução dos temas ESG no Brasil e no Mundo	52
Figura 2- Pilares ESG	54
Figura 3- O processo de construção da Agenda 2030	57
Figura 4- Elementos essenciais para o Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030	58
Figura 5- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	61
Figura 6- Processo de geração, preservação e erosão de valor para Organização e para outros	71
Figura 7- Os seis tipos de capitais segundo o <i>framework</i> do Relato Integrado	75
Figura 8- Processo de geração de valor com visão multidimensional dos seis capitais	77
Figura 9- Alinhamento dos ODS com o <i>framework</i> do <i>International Integrated Reporting Council</i> – IIRC do Relato Integrado	78
Figura 10- Modelo de <i>Machine Learning</i>	100
Figura 11- Processo <i>Machine Learning</i> da I Fase da Pesquisa	101
Figura 12- Mapeamento dos pilares ESG com os 17 ODS	195
Figura 13- Mapeamento dos ODS nos três fatores ESG	196
Figura 14- Rede de relação da categoria Pragmática com CNF, ESG e ODS	203
Figura 15- Rede de relação da categoria Moral com CNF, ESG e ODS	204
Figura 16- Rede de relação da categoria Cognitiva com CNF, ESG e ODS	205

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de divulgação do Capital Natural	127
Gráfico 2 - Total de divulgação do Capital Humano	132
Gráfico 3 - Total de divulgação do Capital Social e de Relacionamento	136
Gráfico 4 - Total de divulgação do Capital Intelectual	140
Gráfico 5 - Total de divulgação dos Capitais	141
Gráfico 6 - Total de divulgação dos ODS	154
Gráfico 7 – Média Geral das Empresas por ODS	155
Gráfico 8- Diagrama de Sankey de coocorrência ESG-Ambiental e ODS	191
Gráfico 9- Matriz de capacidade instalada de geração de energia elétrica do Brasil sem importação contratada	192
Gráfico 10- Diagrama de Sankey de coocorrência ESG- Governança e ODS	193
Gráfico 11- Diagrama de Sankey de coocorrência ESG-Social e ODS	194
Gráfico 12- Diagrama de Sankey de coocorrência ESG (ambiental, social e de governança) e ODS	195
Gráfico 13- Diagrama de Sankey de coocorrência ESG e os Capitais não financeiros	198
Gráfico 14- Diagrama de Sankey de coocorrência Capitais não financeiros e os ODS	200
Gráfico 15- Diagrama de Sankey de coocorrência entre Legitimidade, CNF, ESG e ODS	202

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Definições de <i>Stakeholders</i>	26
Quadro 2- Definições de Legitimidade	31
Quadro 3- Estratégias de Legitimidade	33
Quadro 4- Resumo dos principais acontecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável	42
Quadro 5- Dimensões do Desenvolvimento Sustentável	44
Quadro 6-Abordagens teóricas acerca da RSC	45
Quadro 7- Descrição dos ODS	62
Quadro 8- Princípios Orientadores do RI	72
Quadro 9- Elementos de Conteúdo do RI	73
Quadro 10- Categorias e Descrições dos Capitais do RI	74
Quadro 11- Produção científica sobre o Relato Integrado, ODS e ESG	80
Quadro 12-Pesquisas sobre Relato Integrado no Brasil publicados em periódicos	94
	100
Quadro 13- Amostra da Pesquisa - Empresas Listadas na B3	
Quadro 14 – KPIs dos Capitais não financeiros	103
Quadro 15 – Checklist – Indicadores-chave de desempenho	104
Quadro 16– Níveis de Aderência dos KPIs	106
Quadro 17– Checklist dos ODS	108
Quadro 18 - Parâmetro de Pontuação para o Índice de Conformidade dos ODS	109
Quadro 19 – Pilares e Categorias ESG	112
Quadro 20 - Pontuação ESG da empresa	112
Quadro 21–Categorias, Subcategorias, Códigos e Subcódigos – Modelo de Legitimidade de Suchman	115
Quadro 22 – Categorias e Códigos para a análise de conteúdo - ODS	116
Quadro 23 –Categorias e Códigos - Capitais não Financeiros	117
Quadro 24 – Categorias e temas – ESG	118
Quadro 25 - Esquema Metodológico da Tese	119

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Seleção das empresas para pesquisa qualitativa	113
Tabela 2 – Amostra final das empresas para pesquisa qualitativa	114
Tabela 3 - Estatísticas Descritivas do Capital Natural por organização	122
Tabela 4 - Divulgação Geral do Capital Natural – Todas as organizações	124
Tabela 5 - Estatísticas Descritivas do Capital Humano	129
Tabela 6 - Divulgação Geral do Capital Humano – Todas as organizações	130
Tabela 7 - Estatísticas Descritivas do Capital Social e de Relacionamento	134
Tabela 8 - Divulgação Geral do Capital Social e Relacionamento – Todas as organizações	135
Tabela 9 - Estatísticas Descritivas do Capital Intelectual	138
Tabela 10 - Divulgação Geral do Capital Intelectual – Todas as organizações	139
Tabela 11- Índice de Divulgação dos Capitais Não Financeiros das Empresas	143
Tabela 12– Estatística Descritiva dos Capitais Não Financeiros	146
Tabela 13 – Estatística Descritiva dos Capitais Não Financeiros – Alto Potencial Poluidor	147
Tabela 14 – Estatística Descritiva dos Capitais Não Financeiros – Médio Potencial Poluidor	147
Tabela 15 – Estatística Descritiva dos Capitais Não Financeiros – 1º Quartil	148
Tabela 16 – Estatística Descritiva dos Capitais Não Financeiros – 3º Quartil	149
Tabela 17 – Estatística Descritiva dos Capitais Não Financeiros – 4º Quartil	149
Tabela 18– Restruturação dos Níveis de Aderência dos KPIs	151
Tabela 19 – Testes de médias dos Índices, Capitais não Financeiros e Potencial Poluidor	152
Tabela 20 – Testes de médias dos Índices, Capitais não Financeiros e Nível de Aderência	154
Tabela 21 – Média dos ODS por Empresas	157
Tabela 22 – Estatística Descritiva - Princípios de divulgação de ODS	161
Tabela 23 – Índice de Conformidade dos ODS	164
Tabela 24 – Índice de Conformidade dos ODS por empresa	165
Tabela 25 – ESG Score por empresa	168
Tabela 26 – Quantitativo de empresas ESG Score	171
Tabela 27 – Resumo dos índices de Capitais não financeiros, Scores ESG e índice ODS	172
Tabela 28 – Estratégias para ganhar legitimidade - Pragmática	175
Tabela 29– Estratégias para manter legitimidade - Pragmática	178
Tabela 30– Estratégias para ganhar legitimidade - Moral	179
Tabela 31– Estratégias para manter legitimidade - Moral	182
Tabela 32– Estratégias para ganhar legitimidade - Cognitiva	184
Tabela 33– Estratégias para manter legitimidade – Cognitiva	186
Tabela 34- Síntese das categorias do modelo Suchman de legitimidade evidenciadas	188
Tabela 35- Coocorrência ESG e os ODS	190
Tabela 36- Coocorrência ESG e os Capitais não financeiros	198
Tabela 37- Coocorrência Capitais não financeiros e os ODS	199
Tabela 38- Coocorrências entre Legitimidade, CNF, ESG e ODS	202

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A4S	<i>Accounting for Sustainability</i>
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
ESG	<i>Environmental, social and Governance</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
GEE	Gases do efeito estufa
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>
KPI	<i>Key Performance Indicator</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PSA	Pagamento dos Serviços Ambientais
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
ProP&D)	Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica
RI	Relato Integrado
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
RSA	Relatório de Responsabilidade Socioambiental
ROL	Receitas operacionais líquidas
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
TCFD	<i>Task Force on Climate Related Disclosures</i>
Triple P	<i>Planet, People and Profity</i>
5 Ps	<i>People, Planet, Prosperity, Partnership, Peace</i>
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNGC	<i>United Nations Global Compact</i>
WBCSD	<i>World Business Council of Sustainable Development</i>



## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.2	OBJETIVOS	19
1.2.1	<b>Objetivo Geral</b>	
1.2.2	<b>Objetivos Específicos</b>	
1.3	JUSTIFICATIVA	20
1.4	INEDITISMO E ORIGINALIDADE	23
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	25
2.1	APORTE TEÓRICO DE BASE	25
2.1.1	<b>Teoria dos Stakeholders</b>	25
2.1.2	<b>Teoria da Legitimidade</b>	30
2.1.3	<b>Desenvolvimento Sustentável</b>	38
2.1.3.1	Responsabilidade Social Corporativa (RSC)	45
2.1.3.2	<i>Environmental, social and Governance (ESG)</i>	50
2.2	APORTE TEÓRICO INSTRUMENTAL	56
2.2.1	<b>Agenda 2030</b>	56
2.2.2	<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)</b>	60
2.2.3	<b>Relatórios de Sustentabilidade</b>	64
2.2.4	<b>Pensamento e Relato Integrado</b>	67
2.2.5	<b>Revisão Integrativa da Literatura</b>	79
3	<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b>	97
3.1	CARACTERIZAÇÕES DO ESTUDO	97
3.2	TIPOLOGIA DA PESQUISA	98
3.3	SELEÇÃO DA AMOSTRA	100
3.4	PROCEDIMENTO DE COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	100
3.4.1	<b>Primeira Fase da Pesquisa</b>	100
3.4.2	<b>Segunda Fase da Pesquisa</b>	114
4	<b>APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	121
4.1	RESULTADOS E DISCUSSÕES - PRIMEIRA FASE DA PESQUISA	122
4.1.1	<b>Análise Descritiva - Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs)</b>	122
4.1.2	<b>Índice de Divulgação dos Capitais Não Financeiros</b>	143
4.1.3	<b>Análise Inferencial - Capitais Não Financeiros</b>	152

4.1.4	<b>Análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	155
4.1.5	<b>Análise ESG (<i>Environmental, social and Governance</i>)</b>	167
4.2	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES - SEGUNDA FASE DA PESQUISA</b>	174
4.2.1	<b>Evidenciação da Legitimidade Organizacional baseada no modelo de Schuman</b>	175
4.2.2	<b>Análise das coocorências entre ESG, ODS e Capitais não financeiros</b>	189
4.2.3	<b>Análise das coocorências entre a Legitimidade (modelo de Suchman 1995) e ESG, ODS e Capitais não financeiros</b>	202
5.	<b>CONCLUSÕES</b>	205
5.1	<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	207
5.2	<b>LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS</b>	212
	<b>REFERÊNCIAS</b>	214

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Ao longo dos últimos anos, observa-se uma série de evidências e mudanças no mundo real, as quais mostram, de forma convincente, que a humanidade está impulsionando a mudança ambiental global, empurrando-nos para uma nova época geológica - o Antropoceno (STEFFEN *et al.*, 2011; GREN; HUIJBENS, 2014). Outros riscos de pressão humana que causaram mudanças generalizadas, abruptas e, possivelmente, irreversíveis nos processos básicos do sistema terrestre são: a escassez de água, o clima extremo, a deterioração das condições para a produção de alimentos, a perda de ecossistemas, a acidificação dos oceanos e a elevação do nível do mar são perigos reais que podem ameaçar o desenvolvimento e desencadear crises humanitárias em todo o mundo (GRIGGS *et al.*, 2013).

Nessa perspectiva, a divergência crítica é entre a sustentabilidade planetária ou comunitária e a sustentabilidade da corporação, por meio de seu crescimento a longo prazo (STEFFEN *et al.*, 2015). Esses diferentes entendimentos de sustentabilidade dão origem a diferentes prioridades: enfrentar riscos dentro do contexto das fronteiras planetárias, incluindo riscos ambientais, humanos e sociais, ou riscos para o microcosmo da corporação ou de uma indústria (TSAGAS; VILLIERS, 2020).

Nessa visão, a responsabilidade social das corporações tem sido um tema muito debatido e pleiteado em todas as esferas da sociedade. Desse modo, observa-se que, nos últimos anos, vêm se expandindo as pressões e exigências em torno das corporações, para que divulguem informações sobre suas atuações respaldadas na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Assim, evidencia-se as ações dirigidas a mitigar os impactos da degradação do meio ambiente e diminuir os desequilíbrios sociais próprios das práticas de desenvolvimento econômico, proporcionadas pelo capitalismo vigente (RIBEIRO *et al.*, 2020).

Dessa forma, os apelos são repetidamente feitos às empresas para que respondam aos desafios enfrentados pelo planeta, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Por sua vez, os governos se reconfortam com a ideia de que a transparência das empresas sobre suas atividades corporativas em relação à sustentabilidade, por meio de relatórios voluntários, está abordando adequadamente o problema. Na prática, no entanto, os relatórios não estão produzindo resultados verdadeiramente sustentáveis (TSAGAS; VILLIERS, 2020).

Nos últimos anos, entretanto, a introdução de variáveis ambientais, sociais e de governança (ESG), como potenciais fatores-chave para o processo de tomada de decisão de

investimento, tem sido observada pelos mercados financeiros do mundo (BIANCHI; DREW; WALK, 2010; BEKTUR; ARZOVA, 2020).

ESG é a sigla em inglês para “*environmental, social and governance*” (ambiental, social e governança), comumente utilizada para medir as práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização. Logo, o ESG é usado pelas empresas como pilares para demonstrar o quanto um negócio busca formas de minorar e/ou mitigar seus impactos ambientais; assim como, no social, procura construir uma relação de empresa socialmente responsável e, na governança, utiliza um conjunto de boas práticas de gestão e *compliance*.

Nesse contexto, os campos de prática da gestão de riscos ambientais, sociais e de governança (ESG) e sua incorporação na estratégia, contabilidade e relatórios de riscos operacionais desenvolveram-se, rapidamente, nas últimas duas décadas. Por sua vez, o setor corporativo está abordando o aumento da interconectividade percebida entre o desempenho social, ambiental e econômico (ADAMS, 2017a).

Esse aumento da complexidade e da imprevisibilidade das relações entre fenômenos relevantes requer novas teorizações, para avançar em direção a um desenvolvimento sustentável social, ambiental e econômico mais multifacetado (UNERMAN; CHAPMAN, 2014). Logo, equilibrar interesses socioeconômicos com os sistemas ecológicos finitos do planeta é uma prerrogativa essencial para a sustentabilidade (BOLUK; CAVALIERE; HIGGINS-DESBIOLLES, 2019).

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável requer uma resposta sistêmica, envolvendo mudanças transformadoras, notadamente no conhecimento, na política e nos sistemas institucionais de todos os setores da sociedade. Por conseguinte, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo de Paris são respostas globais *multi-stakeholders* a este desafio (ADAMS, 2013; ADAMS, 2017b).

Em setembro de 2015, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo, assim, um plano de ação para as pessoas, o planeta e o bem-estar econômico, social e ambiental. Nesse documento, a ONU indicou que o maior desafio da humanidade é eliminar a pobreza, o que só é possível com o crescimento sustentável, por isso a necessidade de um instrumento que estabeleça as estratégias dos programas de desenvolvimento global para os próximos quinze anos (BASTIDA *et al.*, 2020).

Para tanto, a Agenda 2030 apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses 17 ODS propõem ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros. Eles possuem 169 metas, com uma visão clara, integrativa e indivisível, girando em torno de uma perspectiva tríplice: econômica, social e ambiental (BASTIDA *et al.*, 2020).

Nesse âmbito, o compromisso com a Agenda 2030 envolve a sociedade civil, instituições e atores responsáveis pela atividade econômica. No entanto, existe a necessidade de criar uma mudança de paradigma em direção a um ambiente competitivo e sustentável. Assim, o sistema econômico parece ter colocado as empresas (os maiores *players* da atividade econômica) no centro das mudanças. Cabe lembrar, nesse momento, que o Pacto Global da ONU (2000) já destacava a necessidade de se promover a responsabilidade social corporativa, uma vez que as ações das empresas afetam diferentes grupos de interesse e, portanto, devem ser pautadas por uma responsabilidade cívica que ultrapassa a atividade estritamente econômica (FONSECA; CARVALHO, 2019).

Certamente, o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) criou um consenso global sobre a estrutura de desenvolvimento para um mundo melhor. Nesta agenda, o envolvimento da comunidade empresarial é fundamental. Logo, a realização dos ODS exige a ação coletiva global e local das empresas, seus ecossistemas e seu envolvimento com o governo e com a amplitude da sociedade civil (UN GLOBAL COMPACT, 2021).

Dessa forma, os ODS induzem as empresas a incluir questões de desenvolvimento sustentável em seus objetivos estratégicos, para desenvolver novos modelos de negócios. Nessa lógica, as organizações são compelidas a implementar ferramentas, conceitos e sistemas de gestão da sustentabilidade (RAMOS, 2019), incluindo o uso de novos relatórios não financeiros que atendam às necessidades de informações das partes interessadas no aprendizado sobre a relação entre desenvolvimento sustentável e criação de valor (ADAMS, 2017a).

Nessa perspectiva, o alcance dos ODS requer a adoção de uma abordagem holística, multifacetada, que incorpore uma sólida compreensão das mudanças socioambientais (UNERMAN; CHAPMAN, 2014); assim como um processo de maior conscientização do impacto das questões ambientais e sociais, bem como dos processos de governança, juntamente

com uma visão mais ampla da criação de valor com base no "pensamento integrado" (ADAMS, 2017a).

Então, o relatório de sustentabilidade não é mais uma atividade voluntária que uma empresa pode optar por fazer ou não. Embora não existam regras rígidas/obrigatórias, a realidade empresarial é que as empresas serão punidas no mercado se não fornecerem informações sobre sustentabilidade. Assim, as empresas são obrigadas a relatar sobre questões de sustentabilidade e o que permanece aberto para elas é como devem relatar e os processos de relato que adotam (TSAGAS; VILLIERS, 2020).

Isto posto, o relatório integrado de sustentabilidade é uma mescla de dois contextos essenciais de divulgações corporativas, especificamente, relatórios financeiros e relatórios de sustentabilidade. Com relatórios financeiros, a empresa atua como uma conexão do relacionamento entre as partes interessadas diretamente, cujas principais responsabilidades incluem a maximização da riqueza dos acionistas. Desse modo, os relatórios de sustentabilidade ampliam o conceito de relatório integrado, pois baseia-se na noção de que a empresa é uma comunidade de *stakeholders* interdependentes, unidos por meio de um processo de criação de valor, com o compromisso acompanhado da criação de valor equitativo de longo prazo (ANAZONWU; EGBUNIKE; GUNARDI, 2018; GHANI *et al.*, 2018).

Nos últimos anos, houve uma evolução nos Relatórios Corporativos. Esta evolução dos relatórios empresariais busca ultrapassar os limites dos relatórios tradicionais e, conseqüentemente, representar melhor o processo de criação de valor das empresas, por meio de informações financeiras e não financeiras (LI *et al.*, 2018; VITOLLA *et al.*, 2019b).

Nessa linha de evolução dos Relatórios Corporativos, surge o Relato Integrado (RI) com uma proposição de integração de relatórios financeiros e não financeiros. Assim, o Relato Integrado promove uma abordagem mais coesa e eficiente do processo de elaboração de relatos corporativos, visando melhorar a qualidade da informação disponível aos provedores de capital financeiro e permitindo a alocação de capital de maneira mais eficiente e mais produtiva. Logo, esse relato é um documento sobre como estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013).

Portanto, o Relato Integrado visa representar a dependência de uma organização em diferentes tipos de capital (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, natural, social e de relacionamento). Ele permite, desse modo, que as partes interessadas avaliem a viabilidade de

longo prazo de uma empresa e aloquem recursos escassos de forma mais eficaz (VITOLLA *et al.*, 2019b).

Em decorrência disso, o Relato Integrado se propõe a integrar a transparência financeira com as informações ambientais e sociais necessárias, para compreender o desenvolvimento, o desempenho e a posição de uma organização, bem como os impactos das suas atividades na sociedade. Além disso, a combinação de RI e o pensamento integrado pode orientar os ajustes da estratégia corporativa, estimulando o comprometimento “holístico” de todos os atores envolvidos na criação de valor, ao mesmo tempo em que está focada para as questões de sustentabilidade (GUTHRIE; MANES-ROSSI; ORELLI, 2017).

Nesse sentido, o alinhamento das abordagens de negócios dos ODS com relatórios integrados pode redirecionar os fluxos de investimento para maximizar a criação de valor e aprimorar o conhecimento do impacto das atividades empresariais no desenvolvimento sustentável. Assim, pode auxiliar as organizações na redução de riscos, identificando oportunidades, bem como fornecendo soluções e tecnologias inovadoras de longo prazo para enfrentar o desenvolvimento sustentável. Como efeito, esse alinhamento aos ODS deve facilitar maior transparência dos resultados das atividades corporativas no desenvolvimento sustentável (ADAMS, 2017b).

Nesse contexto, o Relato Integrado pode dar uma contribuição importante para a realização dos ODS em relação aos sistemas de divulgação corporativa, pois atua como uma ferramenta de planejamento que permite aos gestores identificar sistemas e formas de conectar e melhorar o desempenho da sustentabilidade corporativa, de modo a ter uma visão global do processo de criação de valor (BUSCO *et al.*, 2019). Isso possibilita um processo de mudança de comportamento organizacional, modificando a forma como os gestores pensam, planejam e comunicam, por meio do pensamento integrado, sua criação de valor em uma base de múltiplos capitais para múltiplas partes interessadas. Por essa razão, analisar seu papel na disseminação e incorporação dos ODS é ainda mais relevante.

Na visão de Rosati e Faria (2019 a), um dos aspectos pelos quais as organizações podem se diferenciar em relação aos seus relatórios de sustentabilidade é a adoção de conceitos e estruturas emergentes de sustentabilidade, como os representados, atualmente, pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No centro do debate empresarial, a sustentabilidade tem mostrado que não é um movimento efêmero e que o senso de propósito das empresas, além de ser determinante para se

conectar à sociedade, influencia o modo como *shareholders e stakeholders* avaliam empresas. Por conseguinte, as empresas estão sendo conduzidas a um processo de mudanças para atender às novas demandas, no qual inclui (1) a geração de impacto social e ambiental positivo ao longo da atividade econômica lucrativa; (2) mensuração, gestão, divulgação e publicação de relatórios de sustentabilidade, ou seja, compromisso com a transparência; (3) responsabilidade vinculada-instrumentos de governança para qualificar decisões em prol de impactos socioambientais, de curto e longo prazos, engajando *stakeholders*; (4) novas exigências em divulgações (reportes) ESG como novos conceitos, métricas, *frameworks*, metodologias e expectativas relacionadas à estruturação e à gestão dos temas ESG (DELOITTE, 2020).

Existe, portanto, uma lacuna na discussão do Relato integrado, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos aspectos ESG, de forma integrada dentro das organizações. Esses três construtos integrados podem contribuir com a análise da sustentabilidade das empresas.

Diante das considerações apresentadas, tendo como aporte teórico de base as teorias dos *Stakeholders*, da Legitimidade e do Desenvolvimento Sustentável, a presente pesquisa entende que a divulgação de uma empresa é, significativamente, influenciada por pressões externas na busca de legitimidade e do desenvolvimento sustentável. Em face do exposto, a utilização do *Framework Integrated Reporting*, ODS e ESG, de modo integrado, possibilita uma abordagem holística e multifacetada em direção ao Desenvolvimento Sustentável das empresas.

Posto isto, esta pesquisa parte da **premissa** de que os relatos integrados, os ODS e ESG podem representar instrumentos que as organizações usam para gerenciar essas pressões e aumentar sua transparência, visando o desenvolvimento sustentável. Se eles forem utilizados de forma integrada, possibilitam uma abordagem holística e multifacetada (UNERMAN; CHAPMAN, 2014, GUTHRIE, MANES-ROSSI, ORELLI, 2017) que pode redirecionar os fluxos de investimentos, maximizando a criação de valor (ADAMS, 2017b), aprimorando a transparência e auxiliando a redução de riscos ambientais, financeiros e não financeiros, para gerar retornos sustentáveis (VAN ZIJL; WÖSTMANN; MAROUN, 2017). Ainda, têm potencial de identificar oportunidades, soluções que busquem tecnologias inovadoras na direção do desenvolvimento sustentável (BUSCO *et al.*, 2019; ROSATI; FARIA, 2019a). Logo, investigar empiricamente o nível de divulgação dos relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados e sua integração com os ODS e ESG é relevante para a pesquisa científica.



Nesse âmbito, o presente estudo foi realizado em empresas listadas na B3. A B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) é a bolsa de valores do Brasil, sendo uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo, com atuação em ambiente de bolsa e de balcão. As atividades incluem criação e administração de sistemas de negociação, compensação, liquidação, depósito e registro para todas as principais classes de ativos, desde ações e títulos de renda fixa corporativa até derivativos de moedas, operações estruturadas e taxas de juro e de *commodities* (BRASIL, BOLSA, BALCÃO – B3). Assim, a principal atribuição é garantir um sistema de operação e infraestrutura para comercialização de ações e outro títulos do mercado financeiro, assim como processar, liquidar e custodiar ativos financeiros, promovendo o desenvolvimento do sistema financeiro e de capital; bem como buscando proporcionar um ambiente seguro de capitalização entre investidores e instituições no Brasil.

Expostos tais argumentos e dada à relevância da temática, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Como a adoção dos ODS, ESG e os Capitais não financeiros (intelectual, humano, natural, social e de relacionamento) do *Integrated Reporting* contribuem para a Sustentabilidade das empresas com médio e alto potencial poluidor?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a contribuição dos ODS, ESG e os Capitais não financeiros (intelectual, humano, natural, social e de relacionamento) do *Integrated Reporting* contribuem para a Sustentabilidade das empresas com médio e alto potencial poluidor.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Mensurar a divulgação dos indicadores de desempenho (KPIs) de cada capital não financeiro (intelectual, humano, natural, social e de relacionamento) das empresas pesquisadas;
- Calcular o índice de divulgação de indicadores-chave por tipo de capital não financeiro;
- Identificar os níveis de aderências das empresas pesquisadas aos indicadores-chave de desempenho dos capitais não financeiros;

- Avaliar o nível de conformidade dos ODS das empresas baseado nos princípios de divulgação de ODS de Adams, Druckman e Picot, (2020);
- Identificar como as empresas objeto do estudo estão posicionadas nas métricas ESG, por meio do ESG Score no período analisado;
- Compreender como as empresas utilizam a evidenciação ambiental, social e de governança para gerenciar a legitimidade baseada no modelo de Suchman (1995);
- Verificar a existência de coocorrência entre os capitais não financeiros, ODS, ESG e as categorias de Legitimidade do modelo de Suchman (1995) nos relatórios de sustentabilidade ou integrados das empresas.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Os desastres sociais e ambientais corporativos que afetam a reputação, relacionamentos e lucros, desde o início da globalização, têm destacado que o cumprimento da estratégia e o sucesso empresarial a longo prazo dependem da gestão efetiva dos riscos e das oportunidades dos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa (*Environmental, social and Governance – ESG*) das organizações (ADAMS, 2013; COULSON *et al.*, 2015).

Nesse contexto, a pandemia da COVID-19 destacou o despreparo das organizações para riscos globais generalizados, bem como demonstrou que as ameaças climáticas à estabilidade financeira são complexas e variadas (ABHAYAWANSA; ADAMS, 2021). Verificou-se, então, que os impactos das mudanças climáticas e pandemias estão relacionados devido à conexão entre a perda de biodiversidade e uma maior probabilidade de surgimento de novas doenças infecciosas zoonóticas em humanos (GIBB *et al.*, 2020). Logo, a ameaça existencial da mudança climática antropogênica é considerada a próxima ameaça a expor a vulnerabilidade do sistema financeiro e testar sua resiliência (FARBOTKO, 2019), bem como das sociedades e de seus Estados.

Nessa perspectiva, pandemias e riscos climáticos são semelhantes, visto que ambos representam choques físicos que se traduzem em uma série de impactos socioeconômicos. Além disso, os riscos climáticos e de pandemia são sistêmicos, pois suas manifestações diretas e seus efeitos indiretos se propagam rapidamente em um mundo interconectado, isto é, desencadeiam uma série de efeitos que se manifestam cumulativamente em severa instabilidade ou colapso dos sistemas econômicos e sociais. Tais riscos têm efeitos não lineares que crescem desproporcionalmente quando certos limites são violados (por exemplo, a capacidade do

sistema de saúde de um país), testam vulnerabilidades em sistemas econômicos e sociais que não foram expostos antes e têm impactos desproporcionais nas populações mais vulneráveis (PINNER; ROGERS; SAMANDARI, 2020).

Dessa forma, as semelhanças significam que os esforços para mitigar os impactos requerem as mesmas mudanças fundamentais. Para as empresas, isso significa, indiscutivelmente, uma mudança do foco de “criar valor para a organização” para, em concomitância, “criar valor para a organização, o meio ambiente e a sociedade” (ABHAYAWANSA; ADAMS, 2021).

A pandemia da COVID-19, assim, evidenciou a interconexão entre pessoas, planeta e lucros - e particularmente entre saúde, pobreza, mudança climática e estabilidade do sistema financeiro global. A pandemia colocou o ('S') em ESG (ambiental, social e governança) sob o microscópio e forneceu um motivo para reavaliar, também, o ambiental ('E'). A crise, consequentemente, está fazendo com que as pessoas percebam a importância financeira e a materialidade dos fatores sociais, em consonância com a mentalidade das partes interessadas. Outro aspecto demonstrado foi a fragilidade das cadeias de abastecimento, mercados de trabalho, qualidade de crédito e liquidez, fragilidades do sistema financeiro e econômico, reveladas pela pandemia (CFA INSTITUTE, 2020).

Outrossim, parece razoável supor que uma série de fatores contextuais externos, incluindo fatores sociais, ambientais e institucionais, influenciará não apenas a natureza dos riscos e oportunidades dos ESG, mas também o impacto desses riscos e oportunidades na criação de valor (ADAMS, 2017a). Então, torna-se primordial que a comunicação corporativa e a divulgação de informações corporativas financeiras e não financeiras sejam transparentes e mensuráveis, o que melhora a credibilidade da empresa e sua relação com aspectos como legitimidade. Na gestão da sustentabilidade corporativa, a introdução dos ODS se apresenta como um imperativo no processo de criação de valor a longo prazo, bem como na busca de legitimidade para as empresas.

Indubitavelmente, há uma consciência crescente, tanto nas comunidades empresariais como de investimento, sobre a importância crescente da sustentabilidade e dos ODS. Nesse caso, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cerne da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, fornecem o plano para um futuro mais sustentável, encarando alguns dos maiores e mais urgentes desafios globais que enfrentamos, incluindo aqueles relacionados à pobreza, desigualdade e degradação ambiental. A mudança climática

influenciará a realização da maioria, quiçá de todos os ODS (ADAMS; DRUCKMAN; PICOT, 2020).

Evidentemente, os ODS já foram estudados dentro da literatura de sustentabilidade corporativa em relação ao seu papel como referencial na avaliação de práticas de negócios sustentáveis, por meio da lente de uma estrutura de avaliação de sustentabilidade corporativa (TOPPLE *et al.*, 2017). Eles proporcionam oportunidades de investimento (SCHRAMADE, 2017), investigando os fatores institucionais relacionados ao enfrentamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em relatórios de sustentabilidade (ROSATI; FARIA, 2019a), projetando modelos de negócios sustentáveis (MORIOKA; BOLIS; CARVALHO, 2018); bem como reforçando a importância do desenvolvimento de modelos de negócios responsáveis pelo cumprimento dos ODS e pela integração das relações nos processos estratégicos da empresa (DI VAIO *et al.*, 2020).

Ao mesmo tempo, os ODS podem desempenhar um papel importante no avanço dos relatórios de sustentabilidade. De fato, os ODS têm o potencial de informar e promover pesquisas sobre a prestação de contas e relatórios de sustentabilidade (BEBBINGTON; UNERMAN, 2018; STAFFORD-SMITH *et al.*, 2017). Ao introduzi-los, também, em relatórios de sustentabilidade corporativa (PINEDA-ESCOBAR, 2019), surgem estratégias possíveis para as empresas progredirem no conceito de Responsabilidade Social Corporativa – RSC, implementando-os para apoiar as transformações em direção ao alcance da sustentabilidade (REDMAN, 2018).

Com base nessas considerações, os ODS podem ser usados como um instrumento impactante para avançar em direção a um novo modelo de negócios e, simultaneamente, o relato integrado pode representar a tela para essa mudança em direção a uma nova forma de gestão sustentável destinada a reduzir riscos. Dessa maneira, aumentará os benefícios tanto para o sistema econômico quanto para as organizações, criando novas oportunidades para inovação, reputação e ganhos de eficiência (IZZO; CIABURRI; TISCINI, 2020).

Portanto, a realização deste estudo se justifica a partir das evidências empíricas escassas sobre a forma como as empresas estão abordando os ODS em seus relatórios (e se elas mencionam os ODS) (BEBBINGTON; UNERMAN, 2018; ROSATI; FARIA, 2019a; CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021), com algumas exceções relacionadas ao uso de relatórios de sustentabilidade e relato integrado (SCHRAMADE, 2017; ROSATI; FARIA, 2019a; IZZO; CIABURRI; TISCINI, 2020; CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021). Nesse cenário, o relatório de

sustentabilidade é considerado um dos principais facilitadores da integração dos ODS na estratégia e ação de negócios das organizações (ADAMS, 2017b).

Embora as empresas se refiram cada vez mais aos ODS em suas comunicações com os investidores, a discussão corporativa de metas e Indicadores-chave de desempenho (*Key Performance Indicator* – KPI) sobre os ODS é rara (SCHRAMADE, 2017). É fato que o conceito de relatar informações não financeiras dentro do relatório anual, chamado de Relatórios Integrados, é um tópico crescente na prática de relatórios, pois presume-se que esse tipo de relatório oferece aos *stakeholders* uma visão mais ampla e profunda das ações corporativas de uma empresa do que o relatório tradicional. Por fim, os defensores afirmam que o Relato Integrado fornece uma visão melhor sobre a criação de valor de uma empresa (LANDAU *et al.*, 2020).

#### 1.4 INEDITISMO E ORIGINALIDADE

O ineditismo e a originalidade, deste estudo, baseiam-se em alguns aspectos. Inicialmente, a partir de uma revisão integrativa dos estudos anteriores, detalhada no item 2.2.5 Revisão Integrativa da Literatura, foi possível identificar que há uma escassez de trabalhos, no âmbito nacional e internacional desenvolvidos sobre o nível da evidenciação da sustentabilidade, perante os capitais não financeiros do Relato Integrado e sua integração com os ODS.

Outro aspecto é o uso do modelo proposto por Adams, Druckman e Picot (2020), o qual visa apoiar as organizações no desenvolvimento de suas divulgações de ODS, alinhadas com o *Framework* do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) do Relato Integrado. Esse modelo identifica três conceitos fundamentais e oito princípios de divulgação dos ODS nas organizações. Os conceitos fundamentais dos ODS são: (1) criação de valor de longo prazo para a organização e a sociedade; (2) contexto e relevância do desenvolvimento sustentável; e (3) materialidade. Os princípios da divulgação dos ODS são: (1) foco estratégico e orientação futura; (2) inclusão das partes interessadas; (3) concisão; (4) conectividade de informações; (5) consistência e comparabilidade; (6) Completude, equilíbrio e compreensibilidade (7); confiabilidade e verificabilidade e (8) oportunidade.

Logo, foram utilizados os índices de divulgação de capitais, divulgação dos ODS e do Índice de Conformidade dos ODS, elaborados por Izzo, Strologo e Granà (2020). Cabe ressaltar que, mesmo usando os índices dos autores supracitados, em pesquisa recente, o estudo em tela,

ainda, apresenta originalidade para uma tese, visto que Izzo, Strologo e Granà (2020) utilizaram cinco dos oito princípios de divulgação dos ODS, propostos por Adams, Druckman e Picot (2020), apresentando com isso uma limitação no modelo investigado. Portanto, a originalidade se dará pela inserção dos oito princípios de divulgação dos ODS de Adams, Druckman e Picot (2020) e as adaptações que se fizeram necessárias para sua consecução, de modo a analisar o nível de divulgação sobre os capitais não financeiros do Relato Integrado e como as empresas aproveitam o relato integrado para incorporar informações sobre ODS e os aspectos ESG (*Environmental, social and Governance*).

Este estudo, também, traz como ineditismo e originalidade o diferencial de analisar os Relatos Integrados e/ou Relatórios de Sustentabilidade, recorrendo ao uso da Inteligência Artificial, mais especificamente, o *machine learning*. *Machine learning* é um subcampo muito ativo da inteligência artificial, voltado para o desenvolvimento de modelos computacionais de aprendizagem. Esse aprendizado de máquina (*Machine learning*) é inspirado pelo trabalho em diversas disciplinas: Ciências Cognitivas, Informática, Estatística, Complexidade Computacional, Teoria da Informação (YAO; LIU, 2014).

Por sua vez, a técnica do *machine learning* é usada com o objetivo de que os computadores sejam programados para aprender com a experiência passada. em outras palavras, essa programação não apenas reproduz o que foi alimentado no sistema com a inserção de dados, mas o sistema possui uma capacidade cognitiva própria, que proporciona a condição de aprender continuamente com experiência, por meio de acertos ou de falhas (FIGUEIREDO; CABRAL, 2020).

Por essa razão, foi utilizado o *machine learning* como uma das fases da pesquisa da Tese, pela via de uma leitura automatizada de todos os Relatórios, possibilitando tornar, ainda, mais eficiente o volume de informações, com a redução dos possíveis erros no processo de análise dos dados. Em função disso, foram analisados diferentes setores econômicos, observando a divulgação das informações não financeiras dos capitais das empresas listadas na B3 que divulgam RI ou Relatório de Sustentabilidade. Dessa maneira, identificou-se quais informações de capitais financeiro, manufaturado, intelectual, humano, natural, social e de relacionamento foram divulgadas e quais ODS estão atrelados a esses capitais, no período de 2016 a 2021 (esse período foi considerado a partir do ano posterior à implementação dos ODS, setembro de 2015).

Diante disso, esta pesquisa difere de outros estudos realizados, como os de Rosati e Faria, (2019a), Izzo, Strologo e Granà (2020), Tsalis *et al.*, (2020), Curtó-Pagès *et al.*, (2021) sobre essa temática, principalmente, pela análise da integração dos ODS e ESG no *Framework* do Relato Integrado, tendo como premissa a busca do desenvolvimento sustentável das empresas. Sob esse panorama, pretende-se contribuir para a discussão de temas emergentes, como Relato Integrado, ODS e ESG nas empresas - e, ainda, não consolidados na literatura brasileira, agregando conhecimento tanto no campo teórico, por meio da sinalização dos paradigmas de pesquisa e perspectivas teóricas empregadas, como no campo prático, analisando os Relatórios de Sustentabilidade ou Integrados, os ODS e aspectos ESG inseridos neles.

Portanto, a contribuição do estudo baseia-se no aprimoramento da discussão sobre o papel do desenvolvimento sustentável no aperfeiçoamento do debate sobre sustentabilidade corporativa e no fornecimento de novos instrumentos às organizações, para integrar a sustentabilidade em seus modelos e operações de negócios, de forma a ter uma visão global do processo de criação de valor para a organização, o meio ambiente e a sociedade.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção expõe o referencial teórico-empírico utilizado no estudo, o qual é dividido em duas vertentes, a saber: Aporte Teórico de Base e Aporte Teórico Instrumental. No Aporte Teórico de Base são utilizados: Teoria dos *Stakeholders*, Teoria da Legitimidade e Desenvolvimento Sustentável. Depois do aporte teórico de base delineado, ilustram-se o aporte teórico instrumental que compreende: Agenda 2030, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, Relatórios de Sustentabilidade, Pensamento Integrado e Relato Integrado.

Por fim, são expostos os principais estudos relacionados à temática pesquisada, por meio de uma revisão integrativa da literatura, contendo os estudos correlatos ao tema pesquisado.

### **2.1 APORTE TEÓRICO DE BASE**

#### **2.1.1 Teoria dos *Stakeholders***

Nos últimos 30 anos, um número crescente de acadêmicos e profissionais têm experimentado conceitos e modelos que facilitam o entendimento e a compreensão das complexidades dos negócios atuais. Entre estes, está a Teoria dos *Stakeholders* que surgiu como uma nova narrativa para compreender e solucionar três problemas de negócios interconectados:

(1) o problema de compreender como o valor é criado e comercializado; (2) o problema de conectar a ética e o capitalismo; e (3) o problema de ajudar os gerentes a pensar sobre gestão, de modo que os dois primeiros problemas sejam abordados. Esses são os problemas mais importantes e seus efeitos não se limitam à teorização na gestão, mas abrangem uma variedade de áreas e, em última análise, sugerem uma revisão de como deve-se (re)pensar o capitalismo (PARMAR *et al.*, 2010).

A partir da obra de Freeman (1984), principal referência relativa à Teoria dos *Stakeholders*, foram desenvolvidas uma série de pesquisas, ressaltando o conceito, a teoria e a gestão de *stakeholders*. A definição clássica de Freeman (1984), na qual uma parte interessada em uma organização é, por definição, qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da organização. Esta é, com certeza, uma das definições mais amplas da literatura. Ela deixa a noção de interesse e o campo de possíveis interessados claramente abertos para incluir todos os atores. Nesse conceito, a base da aposta pode ser unidirecional ou bidirecional, ou seja, estes têm uma interferência em mão dupla, podendo ser impactado ou impactar no negócio da empresa, independente da reciprocidade do impacto (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

Nesse âmbito, a palavra "*stakeholder*" apareceu pela primeira vez em um memorando interno no *Stanford Research Institute*, em 1963 (FREEMAN, 1984; DONALDSON; PRESTON, 1995; PARMAR *et al.*, 2010). A conceituação inicial do termo incluía todos os grupos sem os quais a empresa deixaria de existir e foi concebido para desafiar a noção de que os acionistas não eram o único grupo a quem a gestão precisava ser suscetível (PARMAR *et al.*, 2010). Mitchell, Agle e Wood (1997), nesse ponto, identificam os *stakeholders* como pessoas, grupos, bairros, organizações, instituições, sociedades e até o ambiente natural são considerados como partes interessadas reais ou potenciais.

Nessa perspectiva, a ideia básica de “gerenciamento para as partes interessadas” ou “teoria das partes interessadas na criação de valor” é bastante simples. Esta indica que o negócio pode ser entendido como um conjunto de relações criadoras de valor entre grupos que têm interesse nas atividades que o compõem. Por esse ângulo, negócios são sobre como clientes, fornecedores, funcionários, financiadores (acionistas, bancos etc.), comunidades e gerentes interagem e criam valor. Destarte, compreender um negócio é saber como funcionam essas relações, bem como o trabalho do executivo ou empresário é gerenciar e moldar esses relacionamentos (FREEMAN, 2017).



Freeman (1984), nesse contexto, apresenta a gestão de *stakeholders* em três níveis: racional, processual e transacional. No nível racional, é preciso identificar quais são os *stakeholders* da organização e qual a sua posição; no nível processual, é primordial entender quais os processos organizacionais envolvidos nas relações com os *stakeholders*; e como esses processos estão associados com o nível racional. Por sua vez, o nível transacional relaciona-se às negociações e barganhas da organização com os *stakeholders* e os relacionamentos existentes entre essas negociações e os dois níveis anteriores.

O Quadro 1 apresenta algumas das principais definições de *stakeholders*, já consolidadas na literatura.

**Quadro 1 - Definições de Stakeholders**

<b>Autores</b>	<b>Definições</b>
Friedman (1970)	Todos os acionistas da empresa (todas as outras entidades são um meio para atingir um fim na maximização do lucro).
Freeman (1984)	Qualquer indivíduo ou grupo que possa afetar a obtenção dos objetivos organizacionais ou que é afetado pelo processo de busca desses objetivos.
Carroll (1991)	Grupos ou pessoas que têm uma participação, uma reivindicação ou um interesse nas operações e decisões da empresa.
Clarkson (1995)	Pessoas ou grupos que têm, ou reivindicam, propriedade, direitos ou interesses em uma empresa e suas atividades, passadas, presentes ou futuro. Esses direitos ou interesses reivindicados são o resultado de transações com ou ações tomadas pela corporação, e podem ser legais, morais, individuais ou coletivas.
Donaldson e Preston (1995)	Todos os grupos que tiverem interesses legítimos na atividade corporativa da organização.
Jones (1995)	Qualquer grupo ou indivíduo com poder para afetar o desempenho da empresa e uma participação (stake) nesse desempenho.
Atkinson <i>et al.</i> , (1997)	Um stakeholder é um indivíduo ou um grupo, dentro ou fora da organização, que tem uma stake (estaca) dentro da organização ou que consegue influenciar o seu desempenho.
Campbell e Alexander (1997)	Os stakeholders são grupos que mantêm uma relação comercial com a organização e com quem a organização deve conquistar / reter a sua lealdade. As partes interessadas são uma restrição, não um objetivo, que impulsiona o pensamento sobre a estratégia. As empresas que não conquistam a lealdade das partes interessadas sairão do mercado.
Hummels (1998)	São todos os indivíduos ou grupos que têm uma reivindicação legítima sobre a organização, possuem legitimidade organizacional, para participar do processo de tomada de decisão, porque são afetados pelas práticas, políticas e ações da organização.
Carroll (1999)	Grupos ou pessoas relacionados com negócios que devem ser considerados nas ações ou atividades de responsabilidade social da empresa.
GRI (2000-2006)	Os stakeholders são definidos como organizações ou indivíduos que possam ser significativamente afetados pelas atividades, produtos e/ou serviços da organização e cujas ações possam afetar significativamente a capacidade da organização de implementar suas estratégias e atingir seus objetivos com sucesso.
Post <i>et al.</i> , (2002)	Stakeholders são indivíduos ou constituintes que contribuem, voluntária ou involuntariamente, para as atividades de criação de valor de uma corporação e que, por isso, assumem o risco e/ ou são seus potenciais beneficiários.
Donaldson (2002)	O termo stakeholder é definido como um indivíduo ou grupo que beneficiarão ou poderão ser prejudicados pelas atividades da organização.
Orts e Strudler (2002)	Participantes de uma empresa que carregam algum risco econômico, os quais incluem não apenas acionistas, mas também credores, funcionários, fornecedores e clientes. Todos esses participantes de uma empresa têm algum tipo de interesse econômico diretamente em risco.

Phillips (2003)	Um <i>stakeholder</i> é um indivíduo ou um grupo que é objeto legítimo de atenção dos gestores e da organização.
Harrison <i>et al.</i> , (2010)	São todas as partes interessadas que estão mais intimamente associadas às operações ou objetivos da empresa. Isso inclui as principais partes interessadas organizacionais, como funcionários e gerentes, clientes, fornecedores e os proprietários da empresa (ou seja, acionistas, parceiros e / ou membros).
Garriga (2014)	<i>Stakeholders</i> são grupos ou indivíduos que contribuem, seja substancialmente ou não, para o processo de criação de valor da empresa.

**Fonte:** A autora (2023).

Clarkson (1995) classifica os *stakeholders* como primários ou secundários, sendo primários os *stakeholders* que, sem sua participação, a empresa não seria capaz de sobreviver, existindo alto grau de interdependência entre a organização e seus *stakeholders* primários. Então, os *stakeholders* primários são acionistas e investidores, empregados, clientes, fornecedores, comunidades. Para o autor, os *stakeholders* secundários são definidos como aqueles que influenciam ou afetam, ou são influenciados ou afetados pela organização, mas não estão envolvidos em transações com a corporação e não são essenciais para sua sobrevivência.

Nesse sentido, as partes interessadas secundárias podem se opor às políticas ou aos programas que uma empresa adota para cumprir suas responsabilidades ou para satisfazer às necessidades e às expectativas de seus grupos de partes interessadas primárias. Portanto, eles têm a capacidade de mobilizar, exercer influência na percepção que os *stakeholders* primários têm da organização (CLARKSON, 1995). Freeman (1984), porém, alerta que as classificações dos *stakeholders* podem sofrer alterações em função das características da organização. Em tal conjuntura, o governo é um exemplo, pois, para determinada corporação, ele pode ser primário, enquanto em outra é um *stakeholder* secundário.

Na abordagem da Teoria dos *Stakeholders* de Donaldson e Preston (1995), as partes interessadas são pessoas ou grupos com interesses legítimos na atividade corporativa da organização. Em outras palavras, os *stakeholders* seriam todos os que tivessem interesses legítimos na organização, visto que os interesses de todas as partes interessadas têm valor intrínseco, de forma a não existir motivos para a priorização de um conjunto de interesses em detrimento de outros.

Além disso, Donaldson e Preston (1995) propuseram uma divisão da Teoria dos *Stakeholders* em três dimensões: descritiva, instrumental e normativa. Na dimensão descritiva, por sua vez, a Teoria dos *Stakeholders* pressupõe a organização como um conjunto de interesses cooperativos e competitivos, na medida em que presume que os gestores e outros agentes agem como se todos os interesses das partes interessadas tivessem valor intrínseco. Já a dimensão

instrumental aponta para a evidência da ligação entre a gestão das partes interessadas e o desempenho da empresa. Por fim, a dimensão normativa é o núcleo central da teoria e pressupõe que os *stakeholders* têm interesses legítimos e seus interesses possuem valor intrínseco.

Observa-se que, para além da visível evolução da Teoria de *Stakeholders* e pressupostos da gestão de *stakeholders* com proposta de modelos teóricos e a discussão de evidências empíricas, o ambiente corporativo demonstra estar alerta, buscando o alinhamento entre as demandas da sociedade e os interesses dos *stakeholders* (MASCENA; STOCKER, 2020).

Tal afirmação pode ser comprovada com os recentes acontecimentos. Em 19 de agosto de 2019, o *Business Roundtable* (BRT), um grupo de CEOs proeminentes de empresas que reúne mais de 200 CEOs das maiores corporações norte-americanas, incluindo JPMorgan Chase, Amazon, Apple e Walmart, Pepsi, BlackRock entre outras, divulgou um comunicado declarando a proposição de criação de valor conjunto, de modo sustentável e a longo prazo. Isto chamou a atenção para a inclusão dos diversos grupos de *stakeholders* como clientes, trabalhadores, comunidades e fornecedores, juntamente com acionistas (HARRISON; PHILLIPS; FREEMAN, 2020).

Esse documento assinado, *Business Roundtable* (BRT), é chamado de Declaração sobre o Propósito de uma Corporação. É um manifesto assinado por 181 CEOs de grandes empresas americanas, corroborando o compromisso dessas organizações com todos os seus *stakeholders* e com a responsabilidade social e ambiental. Tal propósito de responsabilidade corporativa, segundo o documento, deve ser mais importante que o próprio lucro.

Nessa conjuntura, a decisão do *Business Roundtable* (BRT) está sendo proclamada como o fim da primazia do acionista e representa um forte aval aos princípios de responsabilidade corporativa e ao papel das organizações, principalmente nos âmbitos social e ambiental (BEBER; RANGEL, 2020).

O segundo é o Fórum Econômico Mundial de Davos, que aconteceu em janeiro de 2020, sinalizando ser primordial refletir sobre estruturas de governança que assegurem o equilíbrio entre as demandas dos vários grupos diretamente interessados em um negócio, cuja discussão girou em torno da necessidade de substituição do capitalismo com foco nos acionistas ou no Estado para o capitalismo das partes interessadas “*stakeholder capitalism*” (BEBER; RANGEL, 2020; MASCENA; STOCKER, 2020). Esse capitalismo das partes interessadas é um sistema no qual as empresas são orientadas a criação de valor de longo prazo, para servir aos interesses de todos os seus *stakeholders* e da sociedade em geral.

Então, tendo como premissa que as empresas devem procurar atender aos interesses de toda a sociedade e não, simplesmente, de seus acionistas, sendo esses interesses legítimos e com um valor intrínseco próprio, no *stakeholder capitalism*, julga-se o desempenho de uma corporação, por meio de um amplo espectro de métricas e parâmetros e não apenas pelo preço das ações (BRANDT; KONSTANTINOS, 2016).

As organizações, por consequência, devem considerar as expectativas das partes interessadas, independentemente do nível de poder exercido e de sua capacidade de influenciar a atividade empresarial. Por esse ângulo, todos os *stakeholders* têm o direito de serem informados não apenas sobre aspectos financeiros, mas também sobre aspectos sociais, ambientais e de governança. Logo, o direito de informação dos *stakeholders* corresponde à responsabilidade ético-moral de reportar (relatar/divulgar) das empresas (ERIN; BAMIGBOYE; OYEWO, 2022).

Camilleri (2018), nessa visão, reforça que a teoria das partes interessadas postula que as empresas têm numerosas partes interessadas compostas por indivíduos, grupo de pessoas, instituições ou organizações que estão envolvidas com uma empresa numa capacidade legítima. Isto dá origem a diferentes expectativas e perspectivas de múltiplos *stakeholders* (CARROLL 1991).

Assim, existe um direito natural entre o conceito de relatório integrado e as partes interessadas das empresas, ocorrendo porque o conceito de parte interessada personaliza as responsabilidades sociais e ambientais, de maneira que identifica os grupos ou indivíduos específicos que as empresas devem considerar em sua orientação de divulgação de informações corporativas (MAAMA; MKHIZE, 2020).

Observa-se, portanto, uma tendência no atendimento às demandas dos múltiplos *stakeholders*, visto que seus interesses são legítimos. Consequentemente, as organizações, a partir dos seus tomadores de decisões, necessitam de métricas e parâmetros transparentes que transcendam o desempenho financeiro apresentado, na maioria das vezes, pelo lucro evidenciado nos demonstrativos financeiros e/ou no preço das ações, também para métricas e parâmetros que mensuram e demonstrem, de forma clara e consistente, as ações direcionadas a mitigar os impactos ambientais provocados pela atividade econômica das empresas.

### 2.1.2 Teoria da Legitimidade

A Teoria da Legitimidade, aplicada dentro do contexto socioambiental das organizações, está inserida na legitimidade organizacional, considerada como um recurso que é necessário para a sobrevivência de uma organização. Destarte, a *Teoria da Legitimidade* é descrita como uma teoria positiva que adota uma perspectiva orientada em sistemas e que, muitas vezes, é considerada derivada da teoria da economia política, tendo o contrato social como construto teórico (DEEGAN, 2014).

Nesse âmbito, a legitimidade faz parte da conceituação central do institucionalismo organizacional (SUCHMAN, 1995; DEEPHOUSE; SUCHMAN, 2008; MACHADO-DASILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005; RUEF; SCOTT, 1998; BITEKTINE, 2011) e sua relevância provém da premissa de que as organizações, enquanto parte do sistema social (PARSONS, 1960), carecem, além de recursos técnicos e informação do ambiente, de aceitação e de credibilidade necessária para sua sobrevivência (SCOTT *et al*, 2000; SUCHMAN, 1995).

O Quadro 2 resume as definições mais utilizadas de legitimidade no contexto organizacional e destaca o escopo dos comportamentos dos atores associados à avaliação da legitimidade. Estas mostram que a legitimidade pode ser entendida como as percepções dos atores sobre a organização, como um julgamento a respeito da organização ou como as consequências comportamentais da percepção e do julgamento, manifestadas nas ações dos atores - “aceitação”, “endosso”, entre outras (BITEKTINE, 2011).

**Quadro 2 - Definições de Legitimidade**

<b>Autores</b>	<b>Definições</b>
Parsons 1960	Como avaliação da ação em termos de valores comuns ou compartilhados no contexto do envolvimento da ação no sistema social.
Maurer (1971)	A legitimidade é o processo por meio do qual uma organização justifica a um sistema equivalente ou subordinado o seu direito de existir.
Dowling e Pfeffer (1975)	Congruência entre os valores sociais associados ou implicados pelas atividades organizacionais e as normas de comportamento aceitável no ambiente social maior.
Pfeffer (1981)	As atividades que são aceitas e esperadas dentro de um contexto são consideradas legítimas dentro desse contexto.
Oliver (1991)	“Aptidão social”.
Meyer e Scott (1983)	legitimidade como originada da congruência entre a organização e seu ambiente cultural, porém focam mais no aspecto cognitivo do que no aspecto avaliativo.
Lindblom (1994)	Uma condição ou status que existe quando o sistema de valores de uma entidade é congruente com o sistema de valores do sistema social maior do qual a entidade faz parte. Quando existe uma disparidade, real ou potencial, entre os dois sistemas de valor, há uma ameaça à legitimidade da entidade.
Suchman (1995)	A legitimidade é uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições.
Deephouse (1996)	O endosso de uma organização por atores sociais.
Kostova e Zaheer	Aceitação da organização por seu ambiente.

(1999)	
Weber (1999)	Legitimidade está relacionada ao conceito de dominação e concordância com as práticas sociais aceitas como obrigatórias pelos agentes e organizações.
O'Donovan (2002)	O conceito geral de legitimidade desempenha um papel crítico na teoria social como uma explicação pronta para formas estáveis de relações sociais.
Deegan (2002)	A ideia de legitimidade está ligada ao conceito de contrato social.
Zimmerman e Zeitz (2002)	Um julgamento social de adequação, aceitação e / ou conveniência.
Washington e Zajac (2005)	O nível de aceitabilidade social conferido a um conjunto de atividades ou atores.
Rindova, Pollock, e Hayward (2006)	O grau em que o público mais amplo vê as atividades de uma empresa como socialmente aceitáveis e desejáveis porque suas práticas estão em conformidade com as normas da indústria e expectativas sociais mais amplas.
Deegan (2014)	Legitimidade é um conceito relativo – é relativo ao sistema social em que a entidade opera em tempo e local específicos.

**Fonte:** A autora (2023), baseado em Bitektine (2011).

Com base no trabalho fundamental de Weber (1978) e Parsons (1960), os pesquisadores transformaram a legitimidade em um ponto de ancoragem de um aparato teórico amplamente expandido, a qual aborda as forças normativas e cognitivas que restringem, constroem e capacitam os atores organizacionais (SUCHMAN, 1995). Para Weber (1999), a compreensão política de legitimidade abrange a noção de que a legitimidade deriva de uma avaliação racional de uma instituição feita pelas pessoas que estão sujeitas e que são servidas por ela.

Suchman (1995) relata que, ao longo dos anos, os cientistas sociais ofereceram várias definições de legitimidade, com vários graus de especificidade. Um dos primeiros estudos genuinamente organizacionais sobre legitimidade foi o de Maurer (1971), no qual proporcionou à legitimidade um elenco hierárquico e explicitamente avaliativo, afirmando que legitimação é o processo pelo qual uma organização justifica, a um sistema semelhante ou superior, o seu direito de existir.

Nessa visão, Dowling e Pfeffer (1975) discutem que a legitimidade conota congruência entre os valores sociais associados ou implícitos pelas atividades organizacionais e as normas de comportamento aceitável no sistema social mais amplo.

Apesar das várias definições sobre Legitimidade Organizacional, Suchman (1995) possui a definição amplamente aceita, em âmbito nacional e internacional (SCOTT, 1995; ROSSONI; TEIXEIRA, 2008; DEEPHOUSE; SUCHMAN, 2008; BITEKTINE, 2011; ROSSONI, 2016), por envolver tanto o aspecto avaliativo quanto o aspecto cognitivo, reconhecendo o papel do público social na dinâmica de legitimidade.

A legitimidade, na ótica de Suchman (1995), é uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições.

Suchman (1995), também, identifica que os estudos de legitimidade parecem se enquadrar em dois grupos distintos: o estratégico e o institucional. Ao explicar a diferença, o autor relata que, no foco estratégico, adota-se uma perspectiva gerencial e enfatiza as maneiras pelas quais as organizações instrumentalmente manipulam e implantam símbolos evocativos, a fim de obter apoio da sociedade. Em contraste, a perspectiva institucional adota uma postura mais distanciada e enfatiza as formas pelas quais as estruturas setoriais geram pressões culturais que transcendem o controle intencional de qualquer organização.

Nessa linha, Suchman (1995), com o propósito de interpretar e explicar fenômenos organizacionais, identificou três formas primárias de legitimidade: 1) pragmática; 2) moral; e 3) cognitiva, bem como descreveu as estratégias de legitimidade organizacional com o intuito de ganhar, manter ou recuperar a legitimidade. A dimensão vertical do Quadro 3 representa as formas de legitimidade pragmática, moral e cognitiva; e, ao mesmo tempo, a dimensão horizontal corresponde à gestão da legitimidade: ganhar, manter ou reparar.

**Quadro 3-** Estratégias de Legitimidade

Categorias	Estratégias para a Legitimação		
	Critérios		
	Ganho	Manutenção	Reparação
Pragmática	Itens	Itens	Itens
	Responder às Necessidades	Consultar a opinião de líderes	Rejeitar
	Cooptar integrantes	Monitorar a confiabilidade	Criar monitores
	Construir reputação	Comunicar-se honestamente	
	Anunciar o produto	Estocar confiança	
	Anunciar a imagem		
Moral	Produzir resultados adequados	Consultar as categorias profissionais	Desculpa/justificar
	Incorporar-se a instituições	Monitorar a responsabilidade	Substituir pessoal
	Oferecer demonstrações simbólicas	Comunicar-se oficialmente	Rever as práticas
	Definir metas	Estocar opiniões favoráveis	Reconfigurar
	Demonstrar sucesso		
Fazer proselitismo			
Cognitiva	Reproduzir normas	Consultar aquele que tem dúvidas	Explicar
	Formalizar as operações	Visar clareza	
	Profissionalizar as operações	Falar pontualmente	
	Buscar certificações	Estocar conexões	
	Persistir		
	Popularizar novos modelos		

	Padronizar novos modelos		
--	--------------------------	--	--

**Fonte:** Adaptado de Suchman (1995)

Nesse sentido, a legitimidade pragmática repousa sobre o imediatismo da empresa em resposta às percepções de seu público particular. Muitas vezes, esse imediatismo envolve trocas diretas entre organização e público, mas pode também abranger interdependências políticas, econômicas e sociais mais amplas. Em ambos os casos, os públicos tendem a examinar o comportamento organizacional para avaliar as consequências práticas de suas atividades (WOOD, 1991). Para Suchman (1995), a legitimidade pragmática, em seu nível mais simples, é uma espécie de troca de apoio para uma política organizacional com base no valor esperado da política de determinado conjunto de componentes.

Na visão de Claasen e Roloff (2012), a legitimidade pragmática resulta do fato de as pessoas perceberem a organização como benéfica para si mesmas. É, por conseguinte, uma forma de "legitimidade de troca" (SUCHMAN, 1995), a qual atende às necessidades de indivíduos com interesses próprios. Desse modo, as empresas podem obter legitimidade pragmática, atendendo às expectativas das partes interessadas. Tal fato é amplamente reconhecido na literatura sobre gerenciamento de *Stakeholders* (CLAASEN; ROLOFF, 2012).

Legitimidade pragmática, por sua vez, reflete avaliações da capacidade percebida de uma ação ou atributo organizacional de produzir benefícios tangíveis para a organização e seus *stakeholders*. Tendo como base uma decisão a ser tomada sobre ações que abrangem a sustentabilidade, por exemplo, a avaliação pragmática da sustentabilidade de um indivíduo se definirá na medida em que ele acredita que esta ação proporciona benefícios práticos para a organização, como custos reduzidos, devido à eficiência dos recursos, redução do risco de responsabilidade legal, melhor reputação ou imagem da marca (THOMAS; LAMM, 2012).

A segunda dimensão, Legitimidade Moral, reflete até que ponto uma ação ou atributo organizacional está em conformidade com as normas sociais vigentes ou obrigações morais implícitas (THOMAS; LAMM, 2012).

Na ótica de Suchman (1995), a legitimidade moral reflete uma avaliação normativa positiva da organização e de suas atividades. Esse autor ressalta que diferentemente da legitimidade pragmática, a legitimidade moral é "sociotrópica" e não repousa em julgamentos sobre os benefícios que uma determinada atividade pode trazer ao grupo avaliador, mas, sim, em juízos sobre se a atividade é a coisa certa a se fazer. Pode-se dizer, então, que os argumentos referentes a essa classificação são pertinentes, a partir do momento em que os *stakeholders*



avaliam a legitimidade da empresa, ou seja, aparece como a legitimidade mais “complexa”, porém de maior importância (CLAASEN; ROLOFF, 2012).

Já a Legitimidade Cognitiva pode compreender apoio afirmativo para uma organização ou uma mera aceitação da organização como necessária e inevitável com base em conceitos culturais tidos como certo. Esse tipo de legitimidade é obtida por meio da compreensão social e não por interesse ou avaliação (SUCHMAN, 1995).

Nessa direção, Thomas e Lamm (2012) descrevem a legitimidade cognitiva como a compreensibilidade percebida de uma ação ou política, até o ponto em que é congruente com narrativas estabelecidas ou mapas conceituais, com os quais os indivíduos contam para organizar informações e dão sentido a seus ambientes.

As três dimensões de legitimidade - pragmática, moral e cognitiva - são categorizações úteis de atitudes que podem servir como uma base conceitual para explicar como os indivíduos, que trabalham dentro das organizações, percebem as inovações gerenciais ou administrativas, a exemplo da sustentabilidade, como legítimas. Dentro de cada dimensão, no entanto, é importante diferenciar entre as atitudes que são mantidas internamente pelos indivíduos e aquelas que os indivíduos percebem como sendo sustentadas por grupos de referência externos relevantes (THOMAS; LAMM, 2012).

Nesse cenário, as organizações buscam legitimidade por muitos motivos e conclusões sobre a importância, dificuldade e eficácia dos esforços de legitimação podem depender dos objetivos em relação aos quais esses esforços são medidos (SUCHMAN, 1995).

A Teoria da Legitimidade, nessa concepção, está intimamente ligada à teoria das partes interessadas (*Stakeholders*). Ela postula que as organizações buscam continuamente garantir que operem dentro dos limites e normas de suas respectivas sociedades. Do ponto de vista da Teoria da Legitimidade, uma empresa relataria voluntariamente as atividades se a administração percebesse que isto era o que a comunidade esperava. Logo, a Teoria da Legitimidade baseia-se na noção de que existe um “contrato social” entre a empresa e a sociedade em que atua (GUTHRIE; PETTY; RICCERI, 2006).

Ambas as teorias, Teoria da Legitimidade e teoria das partes interessadas, conceituam a organização como parte de um sistema social mais amplo, em que a organização impacta e é impactada por outros grupos da sociedade. Enquanto a Teoria da Legitimidade discute as expectativas da sociedade em geral, a teoria das partes interessadas fornece uma resolução mais

refinada, referindo-se a grupos específicos dentro da sociedade (grupos de partes interessadas) (DEEGAN, 2014).

Essencialmente, a Teoria dos *Stakeholders* aceita que, como diferentes grupos de partes interessadas terão visões diversas sobre como uma organização deve conduzir sua operação, haverá vários contratos sociais "negociados" com diferentes grupos de partes interessadas, ao invés de um contrato com a sociedade em geral. Embora implícito na Teoria da Legitimidade, a Teoria dos *Stakeholders* se refere explicitamente a questões de poder das partes interessadas e como o poder relativo de uma parte interessada impacta sua capacidade de 'coagir' a organização a cumprir as expectativas das partes interessadas (DEEGAN, 2014).

O contrato social, portanto, é uma forma de descrever a infinidade de expectativas que uma sociedade tem sobre como uma organização deve conduzir suas operações. No entanto, essas expectativas sociais não são fixas, mas mudam com o tempo. Isso exige que a empresa seja responsiva ao ambiente em que opera (DEEGAN, 2002).

Em consonância com a visão de que as organizações são parte de um sistema social mais amplo, as perspectivas fornecidas pela Teoria da Legitimidade indicam que as organizações não são consideradas como tendo qualquer direito inerente a recursos. Tais organizações existem na medida em que a sociedade, em particular, considera que são legítimas; e, se for o caso, ela "confere", à organização, o "estado" de legitimidade. Dessa forma, se a "sociedade" considerar que as organizações não são legítimas, isto terá implicações potenciais para o apoio contínuo e sobrevivência da organização (DEEGAN, 2014).

Na Teoria da Legitimidade, a "legitimidade" é frequentemente considerada um recurso do qual uma organização depende para a sobrevivência (DOWLING; PFEFFER, 1975; O'DONOVAN, 2002). Então, a sobrevivência de uma organização, na Teoria da Legitimidade, está estritamente relacionada às percepções das partes interessadas, bem como à relação entre as expectativas sociais e os comportamentos organizacionais (NICOLÒ; ZANELLATO; TIRON-TUDOR, 2020).

Destarte, a Teoria da Legitimidade afirma que as organizações buscam continuamente garantir que sejam percebidas como operando dentro dos limites e normas de suas respectivas sociedades, isto é, elas tentam garantir que suas atividades sejam percebidas por terceiros como sendo "legítimas". Esses limites e normas não são considerados fixos, mas mudam com o tempo, exigindo, assim, que as organizações respondam ao ambiente ético (ou moral) em que operam (DEEGAN, 2002).

Portanto, a Teoria da Legitimidade baseia-se no conceito de que as organizações têm contratos com a sociedade e o cumprimento desses contratos legitima as organizações e suas ações (PATTEN, 1991; CORMIER; GORDON, 2001; DEEGAN, 2002). Logo, na Teoria da Legitimidade, as empresas e a sociedade possuem um contrato social, representando que as primeiras se comportarão de forma que a sociedade as reconheça como socialmente responsáveis (O'DONOVAN, 2002). Então, um contrato social representa uma associação em que organizações ou indivíduos participam livremente e que tem a capacidade de aumentar o bem-estar da sociedade (ROUSSEAU, 1762,1975 *apud* CORMIER; GORDON; MAGNAN, 2004).

A Teoria da Legitimidade, nessa concepção, depende diretamente do conceito de contrato social, o qual se concentra em como as organizações dependem de seu ambiente, das expectativas variáveis da comunidade; e como uma empresa se esforça para racionalizar sua presença na sociedade, legitimando suas atividades. Por conseguinte, o conceito de contrato social é central para a legitimidade organizacional. Embora não seja fácil ser específico em termos do conteúdo real do contrato (ou das "cláusulas"), essa definição é usada para representar a multiplicidade de expectativas implícitas e explícitas que a sociedade tem sobre como uma organização deve conduzir suas operações. Pressupõe-se, desse modo, que a sociedade permite que a organização continue operando na medida em que, geralmente, atende às suas expectativas (NEWSON; DEEGAN, 2002).

Em decorrência disso, cumprir, com sucesso, seus contratos sociais fornece evidências de que os objetivos de uma organização são congruentes com os objetivos da sociedade, proporcionando, conseqüentemente, legitimidade à organização. Para alcançar ou manter a legitimidade, a organização deve agir e a sociedade deve saber que ação foi tomada (DEEGAN, 2002, CORMIER; GORDON; MAGNAN, 2004). Então, ao adotar a perspectiva da Teoria da Legitimidade, uma empresa voluntariamente divulga esforços e atividades relacionadas à sustentabilidade, se a gestão perceber que isso é esperado pelas comunidades em que atua (CORMIER; GORDON, 2001; DEEGAN, 2002; DEEGAN; RANKIN; TOBIN, 2002).

Nessa direção, o ambiente externo exerce pressão sobre as organizações em termos de leis, normas, regras e rotinas que influenciam o comportamento das organizações e as políticas de divulgação. Com esse objetivo, relatórios integrados e ODS podem representar dois instrumentos que as organizações usam para gerenciar essas pressões e aumentar sua transparência (IZZO; STROLOGO; GRANÀ, 2020).

As empresas com um histórico de desempenho social e ambiental insatisfatório, por consequência, podem ter, cada vez mais, dificuldade em obter os recursos e o suporte necessários para continuar as operações em uma sociedade que valoriza um meio ambiente sustentável. Campbell, Craven e Shrives (2003) enfatizam que é provável que a Teoria da Legitimidade seja a teoria mais amplamente usada para explicar divulgações ambientais e sociais. Presume-se que, por meio desta teoria, a sociedade permite que a organização continue com as operações que, geralmente, atendem às expectativas da sociedade, ou seja, na medida em que cumpre o contrato social (DEEGAN, 2002).

Na Teoria da Legitimidade, certos aspectos da divulgação de informações corporativas são difíceis de explicar, porque a sociedade é vista como simples e pluralista, sem levar em conta os conflitos entre grupos sociais e seus diferentes níveis de poder. No entanto, a abordagem pode ser complementada pela Teoria das Partes Interessadas, a qual identifica grupos específicos de partes interessadas, suas expectativas e seu poder relativo sobre a organização (ARAÚJO JÚNIOR *et al.*, 2014).

Enfim, a Teoria da Legitimidade argumenta que as empresas usam a divulgação social e ambiental como um instrumento (social) de legitimidade, para gerar uma impressão de que a empresa opera de forma a atender às expectativas sociais e ambientais, visando entregar os direitos contratuais sociais, dos *stakeholders*. Portanto, essa teoria se concentra em como a gestão corporativa reagirá às percepções sociais, isto é, aos múltiplos *stakeholders*. Convergingo com a Teoria dos *Stakeholders*, as empresas devem procurar atender aos interesses de toda a sociedade e não, simplesmente, de seus acionistas (*shareholders*).

### **2.1.3 Desenvolvimento Sustentável**

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1983, criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, com o objetivo de propor estratégias e soluções ambientais de longo prazo. Em 1987, esta comissão apresentou um relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório *Brundtland*.

De acordo com o Relatório *Brundtland*, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação

do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional devem ser direcionadas para atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (NOSSO FUTURO COMUM, 1991). Esse relatório obteve rápida e ampla repercussão internacional. Os princípios do desenvolvimento sustentável foram inseridos na base da Agenda 21, documento aprovado por mais de 180 países durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Tais ideias foram assimiladas pelas organizações do sistema das Nações Unidas e diversas organizações internacionais.

Assim, verifica-se que o Relatório *Brundtland* se centra na necessidade e/ou possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico e social e preservação da diversidade ambiental, para atender, como cita o Relatório *Brundtland*, à satisfação das necessidades das presentes e futuras gerações. Esse novo conceito se propugna na construção de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na noção de sustentabilidade, constituindo-se numa nova possibilidade para as sociedades modernas, que se denomina desenvolvimento sustentável.

Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012), contudo, criticam a definição do Relatório *Brundtland*, pois enfatizam que o conceito de desenvolvimento sustentável traz consigo condições particulares de contradição do sistema capitalista, visto que, no bojo da ideia de sustentabilidade, evidenciam-se os efeitos danosos que esse sistema proporcionou para o planeta, principalmente, para a questão ecológica. A compreensão dominante do conceito, todavia, baseia-se em uma concepção conciliatória com o capitalismo, transparecendo, com isso, uma ambígua relação entre as condições históricas de sua urgência como idealização da atual crise socioambiental e de seu real sentido de reforço do capitalismo.

Observa-se o ressurgimento da ideologia neoliberalista, na sequência, o que teria a capacidade de analisar o ambiente sob a ótica do desenvolvimentismo e do crescimento econômico. Desse modo, o resultado não poderia ser outro a não ser o de tentar conciliar a economia com a exploração dos recursos da natureza. Nesse contexto, a visão predominante era a de que o próprio sistema reverteria a situação ambiental, a partir de mecanismos “limpos”, e, conseqüentemente, evitar-se-ia um colapso ambiental. Logo, a proposição de substituir os combustíveis fósseis e inovar as empresas e as tecnologias por mecanismos mais limpos visava conter as projeções negativas (KRUSE; ALEXANDRE; CUNHA, 2022).

Nessa linha de raciocínio, Hoff (2008) descreve que a ideia de desenvolvimento sustentável sofre constantes críticas, em razão da dificuldade de delimitação ou de caracterização das necessidades que o conceito presume que seriam atendidas. Dentre essas críticas, uma provém do que se tem chamado de ética intergeracional, pois como definir o que é ou deve ser gerenciado dentro de uma geração e o que perpassa gerações, sendo que as necessidades futuras e os elementos para atendê-las, ainda, não podem ser plenamente estabelecidas.

Na visão de Capra e Luisi (2014), todo o conceito de desenvolvimento sustentável é muito problemático, visto que ambas as palavras - “crescimento” e “desenvolvimento” - são, na atualidade, empregadas em dois sentidos muito diferentes: um quantitativo e outro qualitativo. Para os biólogos, o desenvolvimento é uma propriedade fundamental da vida. Segundo a Teoria da Autopoiese, um organismo vivo responde continuamente a influências ambientais com mudanças estruturais; e, ao longo do tempo, ele formará o seu próprio caminho individual de desenvolvimento. Essa compreensão sistêmica do desenvolvimento provoca um sentido de desdobramento multifacetado de organismos vivos, ecossistemas ou comunidades humanas em movimento para atingir o seu pleno potencial.

A maior parte dos economistas, todavia, limita o uso do “desenvolvimento” a uma única dimensão econômica, em geral medida por meio do PIB *per capita*. Dessa forma, essa visão linear, unidimensional do desenvolvimento econômico, diz respeito ao estreito conceito quantitativo de crescimento econômico, ao passo que o sentido biológico e ecológico de desenvolvimento inclui tanto o crescimento qualitativo como quantitativo. Logo, se o termo “desenvolvimento” é empregado no sentido estritamente econômico, associado à noção de crescimento quantitativo ilimitado, tal desenvolvimento econômico nunca poderá ser sustentável; e, por conseguinte, a expressão “desenvolvimento sustentável” seria um oxímoro, ou seja, dois conceitos contraditórios (CAPRA; LUISI, 2014).

Nesse sentido, Boff (2004) enfatiza que o respeito à capacidade da Terra, do seu ritmo de renovação e suporte deve fazer parte dessa outra epistemologia. Com base nessa ótica, o complexo da vida e da dinamicidade do universo deve caminhar ao lado da racionalidade e da consciência ecológica.

Na última década do século XX, fortalece-se uma nova visão de desenvolvimento que não somente compreende o meio ambiente natural, mas também inclui os aspectos socioculturais em posição de destaque, manifestando que a qualidade de vida dos seres humanos

passa a ser a condição para o progresso (DIAS, 2019). Corroborando com esse pensamento, Sen (2010) expõe que o desenvolvimento implica remover as maiores fontes de falta de liberdade, tais como: pobreza, assim como tirania, oportunidades econômicas débeis, privação social sistemática, instalações públicas negligenciadas e estados repressivos. Para o autor, a base para o desenvolvimento humano consiste no alargamento das liberdades e capacidades das pessoas, para fazerem escolhas e viverem vidas que valorizam o que têm motivos para valorizar.

Na visão de Sen, um país é tanto mais desenvolvido quanto mais se promove a expansão do horizonte de liberdade dos seus cidadãos, o que significa que eles têm capacidades crescentes de ser e de fazer aquilo que valorizam e que têm razões para valorizar (PINHEIRO, 2012).

Nessa perspectiva, A Rio 92 chamou a atenção do mundo para a problemática ambiental e mobilizou a sociedade em seus diversos níveis, direcionando um novo olhar pautado no desenvolvimento sustentável. Na Cúpula Rio 92, foram abordados problemas ambientais de ordem global, tais como: aquecimento global; dívida externa; degradação; proteção da água; desmatamento; desertificação; preservação da biodiversidade; biotecnologia; gestão de resíduos. Nessa conferência, os governos aprovaram três documentos não obrigatórios e duas convenções, de forma que ela se destacou pela conscientização da sociedade civil, fortalecimento, participação e enfrentamento dos desafios ambientais.

Leff (2010) expõe que a crise ambiental é resultante dos problemas advindos do uso irracional dos recursos naturais não renováveis, degradando o meio ambiente em nome de um crescimento econômico insustentável. Desse modo, a crise ambiental se apresenta como limites do real, dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida, bem como do limite do crescimento econômico. A crise socioambiental, por consequência, é caracterizada pela relação do homem com o meio natural dentro do funcionamento de uma lógica capitalista, na qual a transformação da natureza é submetida às necessidades de acúmulo do capital. Isso gera relações conflituosas que aparecem sob a forma de “entropização dos processos produtivos, alteração dos equilíbrios ecológicos do planeta, destruição de ecossistemas, esgotamento de recursos naturais, degradação ambiental, aquecimento global, desigualdade social, pobreza extrema” (LEFF, 2010, p.21), ou seja, as chamadas externalidades do sistema econômico.

Bursztyn e Bursztyn (2012), também, verificaram que permaneciam os contrastes: pobres e ricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, e um sistema econômico causador de degradação ambiental, gerando com isso um aumento das disparidades econômicas entre os

países. No tocante à Agenda 21, verificou-se que houve pouca evolução nos países signatários em relação às Políticas Públicas, mostrando que pouco se avançou na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável. A solidariedade entre as nações anunciada na Rio 92, conseqüentemente, não se concretizou na medida esperada, pois houve dificuldade de colocar o discurso em prática.

Diante do agravamento das desigualdades econômicas entre países, em face da pobreza humana, a ênfase das discussões da Conferência de Johannesburgo, em 2002, foi dada ao combate à pobreza e menor atenção em relação ao meio ambiente natural. Nesse sentido, vários autores fazem uma crítica a Rio +10, principalmente, ao plano de implementação. De modo geral, este apresentou-se como um inventário de inúmeras medidas almejadas, mas foi vulnerável na esfera política, em meios de implementação e na definição de cronogramas precisos, tornando-se vago e sem objetivos efetivos.

Por sua vez, a Rio+20 gerou o documento “O Futuro que Queremos”, no qual reafirmava acordos e protocolos anteriormente acordados e reiterava princípios que constavam nos documentos da Rio 92, assim como estratégias que foram objeto de outras Cúpulas desde então. Foi identificado como destaque no documento a economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Bursztyn e Bursztyn (2012) enfatizam que, quando se comparam pontos dos documentos de Johannesburgo (2002) e o que foi aprovado na Rio+20, possibilita perceber uma redução no foco referente ao papel do Estado em questões de governança ambiental ou do desenvolvimento sustentável.

De forma geral, o documento final da Rio +20 é fértil ao reiterar diagnósticos e propósitos que já constavam nas cúpulas anteriores, mas ainda continua pobre em “meios de implementação”, haja vista que as diretrizes foram genéricas e sem metas estabelecidas. Em síntese, fica perceptível que o tema governança não teve grande avanço, tendo se restringido, fundamentalmente, ao âmbito global, com pouca referência ao nacional e, menos ainda, aos âmbitos regional e local. No campo econômico, ficou claro que a bandeira da economia verde não foi muito além de uma orientação ao setor privado, com realce no crescimento econômico, tecnologia, inovação e mecanismos de mercado (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Corroborando com as críticas aos resultados da Rio+20, Guimarães e Fontoura (2012) destacam que, mais uma vez, os líderes mundiais negligenciaram o caráter de urgência que o tema central do evento defendia. Isto é comprovado na ausência de resultados concretos estabelecidos no documento final “O Futuro que Queremos”, com decisões vagas e destaque



nos discursos pouco consistentes. Logo, observa-se que a reafirmação dos valores econômicos neoliberais predominou durante a Rio+20.

No Quadro 4, é apresentado um resumo dos principais acontecimentos relacionados com a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

**Quadro 4 -** Resumo dos principais acontecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável

Ano	Acontecimento	Observação relevante
1962	Publicação do livro <b>Primavera Silenciosa</b> ( <i>Silent Spring</i> )	Livro publicado por Rachel Carson que teve grande repercussão na opinião pública e expunha os perigos do inseticida DDT.
1968	Criação do Clube de Roma	Organização informal cujo objetivo era promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais –, que formam o sistema global.
1968	Conferência da UNESCO sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera	Nessa conferência, em Paris, foram lançadas as bases para a criação do Programa: Homem e a Biosfera (MAB).
1971	Criação do Programa MAB da UNESCO	Programa de pesquisa no campo das Ciências Naturais e Sociais para a conservação da biodiversidade e para a melhoria das relações entre o homem e o meio ambiente.
1972	Publicação do livro: <b>Os limites do crescimento</b>	Informe apresentado pelo Clube de Roma, no qual previa que as tendências que imperavam até então conduziram a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação num prazo de 100 anos.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia	A primeira manifestação dos governos de todo o mundo com as consequências da economia sobre o meio ambiente. Participaram 113 Estados-membros da ONU. Um dos resultados do evento foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA).
1980	I Estratégia Mundial para a Conservação	A IUCN, com a colaboração do PNUMA e do <i>World Wildlife Fund</i> (WWF), adota um plano de longo prazo para conservar os recursos biológicos do planeta. No documento aparece pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável”.
1983	É formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD)	Presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, <i>Gro Harlem Brundtland</i> , tinha como objetivo examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis.
1987	É publicado o Relatório Brundtland, da CMMAD, o “Nosso Futuro Comum”	Um dos mais importantes sobre a questão ambiental e o desenvolvimento. Vincula estreitamente economia e ecologia, bem como estabelece o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável.
1991	II Estratégia Mundial para a Conservação: “Cuidando da Terra”	Documento conjunto do IUCN, PNUMA e WWF, mais abrangente que o formulado anteriormente, baseado no Relatório <i>Brundtland</i> , preconiza o reforço dos níveis políticos e sociais para a construção de uma sociedade mais sustentável.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra	Realizada no Rio de Janeiro, constitui-se no mais importante foro mundial já realizado. Apresentou novas perspectivas globais e de integração da questão ambiental planetária, bem como definiu mais concretamente o modelo de desenvolvimento sustentável. Participaram 170 Estados, que aprovaram a Declaração do Rio e mais quatro documentos, entre os quais a Agenda 21.
1997	Rio+5	Realizado em <i>New York</i> , teve como objetivo analisar a implementação do Programa da Agenda 21.

2000	I Foro Mundial de âmbito Ministerial – Malmö (Suécia)	Teve como resultado a aprovação da Declaração de Malmö, a qual examina as novas questões ambientais para o século XXI e adota compromissos, no sentido de contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento sustentável.
2002	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10	Realizada em Johannesburgo, nos meses de agosto e setembro, procurou examinar se foram alcançadas as metas estabelecidas pela Conferência do Rio-92 e serviu para que os Estados reiterassem seu compromisso com os princípios do Desenvolvimento Sustentável.
2005	Protocolo de Kyoto	O Protocolo de Kyoto entra em vigor, obrigando países desenvolvidos a reduzir os gases que provocam o efeito estufa e estabelecendo o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para os países em desenvolvimento.
2007	Relatório do Painel das Mudanças Climáticas	O Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) divulga seu mais bombástico relatório, apontando as consequências do aquecimento global até 2100, caso os seres humanos nada façam para impedi-lo.
2010	ISO 26000 – Responsabilidade Social	No dia 1º de novembro, a <i>International Organization for Standardization</i> (ISO) divulga a norma ISO 26000 para a responsabilidade social e que terá grande impacto nas organizações, tornando-as mais sensíveis ao engajamento em projetos e visando o desenvolvimento sustentável.
2011	Rumo à Economia Verde	Em fevereiro, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) divulga o documento “Rumo à economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza – síntese para tomadores de decisão”, considerado como uma das contribuições-chave ao processo Rio+20 e ao objetivo geral de luta contra a pobreza e promoção de um século XXI sustentável.
2012	Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	De 13 a 22 de junho ocorre a nova Conferência da ONU sobre DS no Rio de Janeiro. O encontro gerou um documento final: “O futuro que queremos” e tomou-se a decisão de formar um grupo de trabalho aberto que elaborasse os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que teriam como meta o ano de 2030.
2014/ 2015	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Em 2014 a Assembleia da ONU recebe o relatório do grupo de trabalho que ficou encarregado de estabelecer os ODS em substituição aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em setembro de 2015, lança a agenda 2030 com os 17 ODS.

**Fonte:** Adaptado de Dias (2019)

Todas essas conferências e os acordos internacionais, entretanto, tiveram ramificações, principalmente para os governos nacionais, mas também para outras instituições globais, por exemplo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI. Ao mesmo tempo, esses processos e iniciativas, também, afetam as organizações, pois as ramificações que emergem dos processos de âmbito global se traduzem em impactos de nível organizacional, por meio de empresas engajadas como parte das soluções para os problemas identificados (BEBBINGTON; UNERMAN, 2018).

Segundo Sachs (2008), o desenvolvimento sustentável inclui o duplo imperativo ético da solidariedade sobre a geração atual e as gerações futuras. Nesse ponto, o autor defende um desenvolvimento que seja incluyente, sustentável e sustentado, com a criação de empregos que

garantam a inserção da classe pobre da população e, ao mesmo tempo, seja sustentável e sustentado tanto sob o ângulo social e ambiental, sendo capaz de garantir às gerações presentes e futuras requisitos necessários para se ter uma vida digna.

Para Costanza (1992), o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser introduzido na relação dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema maior, com taxa de mudança mais lenta, o ecológico. Para ser sustentável esta conexão deve garantir que a vida humana possa continuar indefinidamente, com crescimento e desenvolvimento da sua cultura, observando-se que os efeitos das atividades humanas continuem dentro de fronteiras adequadas, de forma a não destruir a diversidade, a complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte à vida.

Sachs (1993) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões principais: Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ecológica, Sustentabilidade Espacial (geográfica) e Sustentabilidade Cultural, conforme Quadro 5.

**Quadro 5** – Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

<b>Dimensões</b>	<b>Descrição</b>
Sustentabilidade Social	Refere-se ao objetivo de melhorar substancialmente os direitos e as condições de vida das populações e reduzir as distâncias entre os padrões de vida dos grupos sociais. Logo, busca equidade social entre os membros da geração.
Sustentabilidade Econômica	Relaciona-se à necessidade de manter fluxos regulares de investimentos públicos e privados e à gestão eficiente dos recursos produtivos, sendo avaliada mais sob critérios macrosociais do que microempresariais e por fluxos regulares de investimentos.
Sustentabilidade Ecológica	Compreende as ações para evitar danos ao meio ambiente causados pelos processos de desenvolvimento. Abrange medidas para reduzir o consumo de recursos e a produção de resíduos, assim como para intensificar as pesquisas e a introdução de tecnologias limpas e poupadoras de recursos, definindo regras para uma adequada proteção ambiental.
Sustentabilidade Espacial (Geográfica)	Relaciona-se à busca de uma configuração mais equilibrada da questão rural-urbana, melhor distribuição do território e melhor solução para os assentamentos humanos. Compreende, assim, entre outras questões, a concentração excessiva das áreas metropolitanas.
Sustentabilidade Cultural	Refere-se ao respeito às diferentes culturas e às suas contribuições para a construção de modelos de desenvolvimento apropriados às especificidades de cada ecossistema, cada cultura e cada local.

**Fonte:** Adaptado de Sachs (1993).

A pluridimensionalidade abordada por Sachs demonstra diretrizes que devem, principalmente, buscar soluções para o sistema como um todo, interagindo com as diferentes demandas em aspecto ambiental, social, econômico, geográfico ou espaço-territorial, político e

cultural. Torna-se, por conseguinte, uma transdimensionalidade, isto é, uma indissociabilidade que se caracteriza como um dispositivo de debate sobre as necessidades básicas, provenientes das práticas geográficas de um determinado grupo social mais pontual ou nas diferentes escalas geográficas (SILVA; SOUZA; LEAL, 2012).

Em suma, descortina-se que o conceito de desenvolvimento sustentável repousa sobre críticas e limitações, bem como a emergência planetária, por sustentabilidade, força a sociedade a (re)pensar a longo prazo e reconhecer o seu lugar dentro da biosfera.

Nessa visão, Barbosa e Barbosa (2023) trazem a discussão da necessidade de teorias de base alargadas-sustentáveis como as teorias da complexidade (Edgar Morin), da sistematicidade (Fritjof Capra) e do saber ambiental (Enrique Leff) como uma tríade que possibilita uma base sustentável para discutir os problemas contemporâneos ecológicos, pois do diálogo entre essas teorias emerge uma complexidade enriquecida com informações ecológicas. Para os autores o alargamento destas “teorias são constructos formulados em contextos complexos-sistêmicos-rationais que se inter-relacionam e o fio condutor que perpassa na complexidade, sistematicidade, saber deve ser compreendido na concretude da racionalidade ambiental” (BARBOSA; BARBOSA, 2023 p. 274-275).

Portanto, o desenvolvimento sustentável deve estar alinhado à sustentabilidade ecológica, proporcionando uma nova perspectiva de se enxergar o mundo.

Esta nova forma tem exposto que o estado atual da atividade humana e as atividades empresariais são inadequados para preencher as necessidades vigentes. Além do mais, estão ameaçando gravemente a perspectiva de vida das futuras gerações.

### 2.1.3.1 Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

No tocante às teorias que dão sustentação à Responsabilidade Social Corporativa, Garriga e Melé (2004) classificaram as teorias que fundamentam a RSC em quatro grupos, a saber: Teorias Instrumentais, Teorias Políticas, Teorias Integrativas e Teorias Éticas, conforme descrição no Quadro 6.

**Quadro 6-**Abordagens teóricas acerca da RSC

<b>Tipos de Teorias</b>	<b>Abordagens</b>	<b>Descrição Sintética</b>	<b>Referências-chave</b>
Instrumentais	Maximização de valor para o acionista	Maximização de valor de longo prazo	Friedman (1970) e Jensen (2002)

Com foco em alcançar objetivos econômicos por meio de atividades sociais	Estratégias para Vantagem competitiva	Investimento social em um contexto competitivo Estratégias baseadas na visão dos recursos naturais da empresa Estratégias para a parte de baixo da pirâmide econômica	Porter; Kramer (2002), Hart (1995), Litz (1996), Prahalad; Hammond (2002), Hart; Christensen (2002) e Prahalad (2002)
	Marketing de causa-efeito	Atividades altruístas socialmente reconhecidas usadas como instrumento de marketing	Varadarajan; Menon (1988) e Murray; Montanari (1986)
Políticas  (Focada no uso responsável do poder empresarial na arena política)	Constitucionalismo corporativo	Responsabilidade social das empresas surge a partir da quantidade de poder social que elas têm	Davis (1960)
	Teoria integrativa do contrato social	Assume que o contrato social entre empresas e a sociedade existe	Donaldson; Dunfee (1994, 1999)
	Cidadania corporativa	A empresa é enxergada como um cidadão com certo envolvimento na comunidade	Wood; Lodgson (2002), Andriof; McIntosh (2001) e Matten; Crane (2005)
Integrativas  (Direcionada na integração das demandas sociais)	Gerenciamento de demandas	Processos de resposta corporativa a questões sociais e políticas que podem impactar na empresa.	Sethi (1975), Ackerman (1973), Jones (1980), Vogel (1986) e Wartick; Mahon (1994)
	Responsabilidade Pública	As leis e políticas públicas são a referência para avaliar o desempenho social das empresas.	Preston; Post (1975, 1981)
	Gestão de stakeholders	Gerencia os interesses dos stakeholders da empresa	Mitchell et al. (1997), Agle et al. (1999) e Rowley (1997)
	Desempenho social corporativo	Busca por legitimidade e processos sociais para dar respostas apropriadas para as demandas sociais	Carroll, Archie B (1979), Wartick; Cochram (1985), Wood (1991) e Swanson (1995)
Éticas  (Com foco nas ações certas para se alcançar uma boa sociedade)	Teoria normativa dos stakeholders	Considera obrigações fiduciárias para com os stakeholders da empresa. A aplicação está atrelada a alguma teoria moral.	Freeman, (1984b, 1994), Evans; Freeman (1988), Donaldson; Preston (1995), Freeman; Phillips (2002) e Phillips et al. (2003)
	Direitos universais	Estrutura baseada nos direitos humanos, leis trabalhistas e respeito ao meio ambiente	“Global Sullivan Principles” (1999) e Nations (1999).
	Desenvolvimento sustentável	Busca o desenvolvimento humano considerando as gerações presentes e futuras	Brundtland (1987) e Gladwin et al. (1995)
	O bem comum	Orientado para o bem comum da sociedade	Alford; Naughton (2002), Melé (2002) e Kaku (1997)

**Fonte:** Adaptado de Garriga e Melé (2004, p.63-64).

Nas Teorias Instrumentais, assume-se que a empresa é um instrumento de criação de riqueza e que esta é a sua única responsabilidade social, de modo que, apenas, o aspecto

econômico das interações entre empresa e sociedade é considerado (GARRIGA; MELÉ, 2004). Assim, o foco é atingir objetivos que produzam lucros de longo prazo.

No segundo grupo, encontram-se as Teorias Políticas em que se destaca o poder social da corporação, especificamente em sua relação com a sociedade e sua responsabilidade na discussão política associada a esse poder. Isto conduz a corporação a empregar sua força de maneira responsável, de forma a influenciar transformações no nível político.

O terceiro grupo é formado pelas Teorias Integrativas que consideram que os negócios devem integrar as demandas sociais (GARRIGA; MELÉ, 2004). Elas argumentam que os negócios dependem da sociedade para sua continuidade e crescimento e até mesmo para a existência do próprio negócio. Logo, são um grupo de integração social.

As Teorias Éticas, quarto grupo, centram nos requisitos éticos que embasam a relação entre as empresas e a sociedade, incluindo teorias que acreditam que a relação entre negócios e sociedade deve estar imersa em valores éticos. Baseiam-se, dessa maneira, em princípios que norteiam as decisões certas para se alcançar uma boa sociedade (GARRIGA; MELÉ, 2004).

Nessa perspectiva, ao longo dos anos houve uma evolução do papel das empresas na sociedade. Esse papel foi sendo definido, em parte, pelo progresso do conceito de Responsabilidade Social Corporativa – RSC ou Responsabilidade Social Empresarial -RSE, o qual, na visão tradicional de Friedman (1970), era limitada à maximização do lucro para seus acionistas. Portanto, fortemente centrada nas obrigações dos dirigentes das empresas perante os acionistas, dentro dos limites legais, sendo chamada de Teoria do Acionista.

Os problemas sociais, sob esse ponto de vista, deviam ser resolvidos pelos governos, via impostos. Na abordagem do acionista, a responsabilidade social possui e continua tendo, como uma de suas bases, a separação entre a propriedade e a administração nas grandes empresas, principalmente nas sociedades anônimas. Tal perspectiva defende que investir em questões de relevância da sociedade seria irresponsabilidade com os recursos financeiros dos acionistas, visto que todos os recursos da empresa deveriam ser empregados na melhoria da eficiência da empresa. Nesse ponto, para o autor, a Responsabilidade Social Corporativa é da esfera dos indivíduos e não das empresas, configurando-se como representante clássico do modelo neoclássico da economia.

Essa abordagem é, cada vez mais, contestada diante das novas demandas sociais e ambientais impostas às empresas. Outra abordagem que faz um contraponto a de Friedman, é a de Freeman (1984), a qual enfatiza que a sobrevivência de uma empresa só é assegurada dentro

de uma ótica a longo prazo, atendendo de forma balanceada às expectativas das diferentes partes interessadas, ou seja, os *stakeholders*. Nesse contexto, define-se *stakeholder* como qualquer indivíduo ou grupo que possa afetar o alcance dos objetivos organizacionais ou que é afetado pelo processo de busca desses objetivos.

Assim, uma grande contribuição da literatura dada pela Teoria dos *Stakeholders*, para a Responsabilidade Social Corporativa, foi ampliar o escopo da análise das partes interessadas e demonstrar, para a administração, a importância de construir relacionamentos com grupos anteriormente distantes (FREEMAN; MCVEA, 2001).

Nesse ínterim, observa-se que a sustentabilidade tem se tornado uma prática, cada vez mais, comum nas tentativas das empresas de responder às expectativas, pressões e críticas dos *stakeholders* que querem estar melhor informados sobre os impactos sociais e ambientais das atividades empresariais (BOIRAL, 2013).

Segundo Carroll (1999), os primeiros vestígios documentados do conceito de Responsabilidade Social Empresarial datam do início do século XX, contudo é unânime que a era moderna da responsabilidade social iniciou na década de 1950, com a publicação do livro “*Social Responsibilities of the Businessmen*”, de Howard R. Bowen (1953). Esta obra se referia às obrigações dos empresários de executar as políticas, tomar decisões ou trilhar as linhas de ação que fossem desejáveis em termos dos objetivos e dos valores da sociedade.

Marrewijk (2003) traz a discussão sobre os conceitos e definições de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Sustentabilidade Organizacional. Na visão do autor, a responsabilidade social de uma organização é estabelecida por meio de contribuições extraídas de um conjunto conceitual, no qual, muitas vezes, predomina a intenção não muito comprovada de resolver a pobreza mundial, a exclusão social e a degradação do meio ambiente.

De acordo com Marrewijk (2003), alguns autores, ainda, sustentam a necessidade de ampliação do conceito de responsabilidade social empresarial, mesmo que tal amplitude gere dificuldades para reais implementações corporativas ou respaldo de discussões científicas. Para o autor, este fato pode ser evidenciado pela própria evolução histórica, dividida por quatro abordagens mais relevantes: a abordagem do acionista, a do *stakeholder*, a social e a filantrópica.

Nesse contexto, o autor descreve essas quatro abordagens iniciando pela abordagem do acionista, na qual a responsabilidade social das empresas é baseada em aumentar seus lucros. O acionista visa a maximização do lucro, que é o ponto focal da empresa. Já as atividades

socialmente responsáveis não pertencem ao domínio das organizações, mas são uma tarefa importante dos governos. No tocante à abordagem das partes interessadas (*stakeholder*), indica que as organizações não, apenas, prestam contas a seus acionistas, mas também devem equilibrar uma multiplicidade de interesses de partes interessadas que podem afetar ou são afetados pela consecução dos objetivos de uma organização.

Por sua vez, a Abordagem Filantrópica remete às raízes da Sustentabilidade Organizacional e às diferentes abordagens da responsabilidade social corporativa mostram claramente que esta representa um fenômeno novo e distinto. Nesse caso, a Abordagem Social apresenta-se como uma nova perspectiva e demonstra ser uma resposta estratégica às mudanças de circunstâncias e aos novos desafios corporativos. Ela exige que as organizações repensem sua posição e forma de agir no contexto social complexo, do qual eles fazem parte. Esta é uma nova perspectiva.

Na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável que aconteceu em 2002, na cidade de Johannesburgo, conhecida como Rio+10, o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council of Sustainable Development – WBCSD*) divulgou documento em que define a Responsabilidade Social Empresarial como “o compromisso da empresa de contribuir ao desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar sua qualidade de vida” (WBCSD, 2002).

No entanto, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é um conceito global que progrediu a partir da interação do pensamento e da prática, apresentando uma linguagem e uma perspectiva amplamente conhecidas pelo mundo; bem como se tornando relevante na medida em que os diferentes *stakeholders* esperam que os negócios façam mais pela sociedade do que, apenas, ganhar dinheiro e obedecer às leis. Atualmente, a ética e a filantropia ajudam a superar as expectativas socialmente responsáveis, colocadas nas organizações modernas que se esforçam para ser sustentáveis em um mercado competitivo, dinâmico e global (CARROLL, 2015).

A responsabilidade social corporativa (RSC), portanto, pode ser amplamente definida como a atitude positiva ou “responsável” de uma empresa para com todos os seus *stakeholders*. A própria definição está inerentemente ligada à ideia de que as empresas podem se beneficiar do envolvimento positivo com seus vários *stakeholders*, tanto internos quanto externos (BLASI; CAPORIN; FONTINI, 2018).



Destarte, a concepção de RSC resulta no novo papel da empresa dentro da sociedade, extrapolando a esfera do mercado embutido de direitos e deveres que fogem ao escopo, exclusivamente, econômico. Assim, a empresa passa a ser vista como um sistema social organizado, em que se desenvolvem relações diversas, para além das econômicas. Nessa nova concepção de empresa, compreende-se que a atividade econômica não deve se conduzir somente por uma lógica de resultados, mas igualmente pelo significado que esta adquire na sociedade como um todo. Cada vez mais, a empresa é compreendida como uma organização e menos como uma unidade de produção e, como tal, é um sistema social composto por um conjunto de pessoas que para ela convergem para alcançar determinados fins (DIAS, 2019).

Nessa discussão mais ampla e integrada da empresa como um sistema social organizado, a responsabilidade social corporativa possui um papel de articulador entre as ações realizadas pela empresa, as quais impactam diretamente a sociedade e os seus anseios por práticas sociais, ambientais e éticas justas e com foco na qualidade de vida planetária.

#### 2.1.3.2 *Environmental, social and Governance (ESG)*

Como a sustentabilidade é, cada vez mais, significativa para o desenvolvimento econômico, a responsabilidade ambiental e social das empresas se tornou uma tendência internacional. Isto foi acompanhado pela falta de divulgação não financeira das empresas, tais como informações ambientais, sociais e de governança (ESG) (LI *et al.*, 2018).

Nos últimos anos, contudo, os mercados financeiros têm observado a introdução de variáveis ambientais, sociais e de governança (*Environmental, social and Governance – ESG*), como fatores-chave potenciais para o processo de tomada de decisão de investimento (BIANCHI; DREW; WALK, 2010; COHEN *et al.*, 2012; ESCH; SCHULZE; WALD, 2019; XIE *et al.*, 2019). Verifica-se, então, uma procura crescente para melhorar a informação empresarial, com maior ênfase no incentivo às empresas para fornecerem mais informação não financeira (LAI; MELLONI; STACCHEZZINI, 2018).

Nesse âmbito, o termo ESG foi utilizado pela primeira vez em um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), o *Global Compact* (2004) em parceria com o Banco Mundial chamado *Who Care Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World*. Esse relatório foi o resultado de um esforço conjunto de instituições financeiras que foram convidadas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, a desenvolver diretrizes e recomendações sobre como integrar melhor as questões ambientais (Environmental), sociais (Social) e de governança corporativa (Governance).

Em 2006, surge os Princípios do Investimento Responsável - PRI, os quais foram criados por um grupo internacional de investidores institucionais e refletem a crescente relevância das questões ambientais, sociais e de governança corporativa para as práticas de investimento. Os princípios, nesse sentido, são voluntários e servem como objetivos a serem alcançados, oferecendo uma gama de ações possíveis para a incorporação das questões ESG (UNPRI, 2020).

O ESG, nessa direção, é um sistema de avaliação para medir o desempenho do desenvolvimento sustentável das empresas, sendo uma das bases de avaliação para refletir o valor de longo prazo dos empreendimentos (ZUMENTE; BISTROVA, 2021). Logo, a sigla ESG faz menção ao estímulo dado a empresas para reconhecerem e adotarem medidas que gerem impactos sociais, ambientais e de governança cada vez mais positivos. É um exercício prático de autorreflexão, a fim de possibilitar uma compreensão genuína dos impactos negativos e positivos gerados na sociedade e no meio ambiente, e agir sobre eles (PACTO GLOBAL, 2021). Na visão de Pu *et al.* (2022), a essência do ESG é explorar um caminho de desenvolvimento sustentável e encontrar um equilíbrio entre valor comercial e responsabilidade social corporativa.

Quanto aos aspectos ESG de uma empresa, tornaram-se, cada vez mais, importantes para os investidores, tendo em vista o potencial impacto financeiro dos impactos não financeiros. Nesse caso, os investidores procuram não só os seus benefícios, mas também um investimento responsável ético (BEKTUR; ARZOVA, 2020). Entendendo, por conseguinte, esses investimentos “responsáveis” como aqueles dentro das áreas de investimento socialmente responsável, investimentos éticos e com desempenho social empresarial.

Podemos definir o ESG, nessa perspectiva, como um conjunto de fatores extra financeiros, o qual pode ter impactos materiais (positivos ou negativos) no desempenho ou valor corporativo de uma empresa. Ele é importante para todas as partes interessadas — desde investidores, funcionários e conselhos de administração até clientes, reguladores e ativistas — da empresa, porque fornece um meio de medir a capacidade de uma empresa de ser sustentável (WHITELOCK, 2019).

No Brasil, a relevância do tema ESG é comprovada em recente pesquisa realizada pelo Pacto Global<sup>1</sup>, da ONU. Esse estudo foi desenvolvido pela Rede Brasil<sup>2</sup> e *Stilingue*, concluindo que a discussão sobre ESG, em 2020, atingiu um novo patamar. Com crescimento significativo e um volume 6 vezes maior do que o ano anterior, foram coletados, nos meios digitais, mais de 22 mil conteúdos sobre o assunto. Atualmente, ao se aprofundar, de forma qualitativa, nas ações praticadas pelas empresas, considerando a congruência com os fatores ESG, a maior parte das iniciativas recai sobre o âmbito social. Assim, o apoio emergencial à Covid-19 promovido pelas marcas (20%), o apoio às comunidades do entorno (20%) e, também, políticas de equidade de gênero (19%) foram as atividades com impacto social positivo mais citadas pelos respondentes (PACTO GLOBAL, 2021).

O termo Ambiental foi o de maior destaque entre os respondentes, com as maiores narrativas que envolviam o desmatamento na Amazônia. Outras práticas ambientais apontadas foram: reciclagem e reaproveitamento de resíduos (27%), redução das emissões de gases de efeito estufa (20%) e uso, tratamento e reaproveitamento de água (19%). A pesquisa também fez uma análise por público, quando analisado os proprietários/sócios a vertente relacionada à governança foi a que registrou maior crescimento de projetos e ações práticas (74%) quando comparado o começo de 2021 com o ano anterior. Para este público, quando se fala em políticas e ações de governança, a criação de mecanismos internos de *compliance* e governança é destaque (48%), sendo mencionada como a prática mais aplicada hoje nestas empresas. Participação em movimentos contra a corrupção aparecem em segundo lugar com 29% das respostas (PACTO GLOBAL, 2021).

Por sua vez, o estudo produzido pela Rede Brasil do Pacto Global e *Stilingue* em abril de 2021, ainda, evidencia os principais marcos da evolução do tema ESG no Brasil e no mundo, conforme demonstrado na Figura 1.

---

<sup>1</sup> O Pacto Global das Nações Unidas foi uma convocação, feita pelo Secretário-Geral da ONU Kofi Annan, para que as empresas de todo o mundo alinhem suas operações e estratégias a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Lançado em 2000, o Pacto Global orienta e apoia a comunidade empresarial global no avanço das metas e valores da ONU por meio de práticas corporativas responsáveis. Com mais de 12,6 mil empresas e quase 4.000 organizações não-empresariais, distribuídas em 70 redes locais, que abrangem 160 países.

<sup>2</sup> A Rede Brasil do Pacto Global foi criada, em 2003, é hoje a terceira maior do mundo, com mais de 1,1 mil membros. Os mais de 40 projetos conduzidos no país abrangem, principalmente, os temas: Água e Saneamento, Alimentos e Agricultura, Energia e Clima, Direitos Humanos e Trabalho, Anticorrupção, Engajamento e Comunicação.

**Figura 1** – Principais marcos na evolução dos temas ESG no Brasil e no Mundo



Fonte: Adaptado Deloitte (2021)

Portanto, verifica-se que, na Figura 01, que nos últimos anos, em especial a última década, os aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG) ganharam muita atenção dos mercados financeiros, organismos internacionais, profissionais de investimentos, governos, empresas de gestão de ativos e pesquisadores acadêmicos. Esta atenção está atrelada ao uso do ESG para medir o desempenho sustentável das empresas, ou seja, o uso do ESG como uma métrica para avaliar as práticas ambientais, sociais e de governança dentro de uma perspectiva de sustentabilidade ambiental, social e de performance organizacional.

Pu *et al.* (2022) relata que, embora o sistema de avaliação ESG demonstre características quantitativas, abrangentes e sistemáticas, ele falha em capturar a heterogeneidade entre diferentes setores, instituições e países. Baseado na literatura e nos relatórios sobre ESG, os autores apresentam três limitações das avaliações ESG.

A primeira limitação é a medição ESG inconsistente e não unificada. Desde que o conceito de ESG foi apresentado, centenas de instituições comerciais em todo o mundo lançaram serviços de classificação ESG. A maioria das instituições adota uma estrutura de avaliação ESG semelhante. Mas existem diferentes conceitos de avaliação, métodos de classificação, definição de pontos de investigação específicos e configurações de peso (ABHAYAWANSA; TYAGI, 2021).

A segunda limitação é a falta de informação ESG, a qual é fundamental para medir o desempenho do investimento. Os maiores desafios que os investidores enfrentam na integração de informações ESG são a falta de comparabilidade entre empresas e a falta de padrões que regem o reporte de informações ESG. Abhayawansa e Tyagi (2021) encontraram, no seu estudo, falta de transparência nas informações sobre as fontes de dados, ponderações e metodologias. A falta de transparência entre os provedores de dados sobre os componentes do grupo de pares e os intervalos observados para ESG cria ainda mais inconsistências e prejudica a confiabilidade da avaliação. Por isso, é difícil garantir o desempenho ESG genuíno das empresas.

A terceira limitação é o cenário de divulgação de informações ESG em rápida mudança. A pandemia global da Covid-19 trouxe riscos econômicos para as empresas (YUE *et al.*, 2020). Os líderes empresariais estão repensando e definindo sua visão de sucesso. Os investidores e outros *stakeholders* estão, cada vez mais, exigindo das empresas a divulgação de informações sobre o dinamismo da indústria futura e os riscos relevantes para o desenvolvimento das empresas. Por um lado, muitas empresas têm dificuldade em apresentar seu valor em diferentes formatos de relatórios ESG, tais como GRI, SASB, Relato Integrado, entre outros (PU *et al.*, 2022).

Por outro lado, as empresas geralmente adotam estruturas de relatórios adaptadas às suas necessidades, levando a informações limitadas de ESG diretamente comparáveis para os participantes do mercado de capitais (PU *et al.*, 2022).

No tocante aos conceitos de divulgação ESG, na Figura 2, apresenta-se uma síntese.

**Figura 2 – Pilares ESG**



**Fonte:** Adaptado de Refinitiv (2022, p. 3).

Na Figura 02, é possível verificar os três pilares ESG: ambiental, social e governança. O pilar ambiental compreende três categorias principais: uso de recursos, emissões e inovação. A categoria uso de recursos corresponde a temas relativos à água, energia, embalagens sustentáveis e cadeia de suprimentos ambiental, sendo que esta categoria “reflete o desempenho e a capacidade de uma empresa em reduzir o uso de materiais, energia ou água e encontrar soluções mais ecoeficientes, melhorando a gestão da cadeia de suprimentos” (REFINITIV, 2022, p. 25).

Por sua vez, a categoria emissões refere-se aos temas associados às emissões de gases do efeito estufa, sistemas de gestão ambiental, biodiversidade e desperdício. Esta categoria “mede o compromisso e a eficácia de uma empresa em reduzir as emissões ambientais em seus processos produtivos e operacionais” (REFINITIV, 2021, p. 22). Já a categoria inovação relaciona-se às inovações ESG, compreendendo temas, como receitas verdes, despesas de capital e pesquisa e desenvolvimento. Nesta categoria, é verificada a “capacidade de uma empresa de reduzir os custos e encargos ambientais para seus clientes, criando assim novas oportunidades de mercado por meio de novas tecnologias e processos ambientais ou produtos com design ecológico” (REFINITIV, 2022, p. 25).

Em relação ao pilar social abrange quatro categorias: força de trabalho, direitos humanos, comunidade e responsabilidade do produto. Na categoria força de trabalho, estão inseridas temáticas referentes à diversidade e à inclusão, desenvolvimento de carreira e treinamento, condições de trabalho, saúde e segurança. Essa categoria “mede a eficácia de uma empresa em termos de satisfação no trabalho, um local de trabalho saudável e seguro, manutenção da diversidade e igualdade de oportunidades e oportunidades de desenvolvimento para sua força de trabalho” (REFINITIV, 2022, p. 25). Já a categoria de direitos humanos busca medir a “eficácia de uma empresa em relação ao respeito às convenções fundamentais de direitos humanos” (REFINITIV, 2022, p. 25).

Na categoria comunidade, são observados os aspectos relacionados ao “compromisso da empresa em ser cidadã, proteger a saúde pública e respeitar a ética nos negócios” (REFINITIV, 2022, p. 25). Por fim, a categoria responsabilidade do produto abrange os aspectos relativos à qualidade do produto, dados privados e *marketing* responsável. Logo, “reflete a capacidade de uma empresa de produzir bens e serviços de qualidade, integrando a saúde e segurança do cliente, integridade e privacidade de dados” (REFINITIV, 2022, p. 25).

Nessa concepção, o pilar governança engloba três categorias: gestão, acionistas e estratégias de RSC. Na categoria gestão, estão incluídos temas direcionados à estrutura (independência, diversidade e comitês) e compensação, cujo propósito é medir “o compromisso e a eficácia de uma empresa em seguir os princípios de governança corporativa das melhores práticas” (REFINITIV, 2021, p. 22).

No tocante à categoria acionistas, as métricas ESG vão medir “a eficácia de uma empresa em relação à igualdade de tratamento dos acionistas e ao uso de dispositivos anti-takeover” (REFINITIV, 2022, p. 25). E, finalmente, a categoria estratégias de RSC, que contempla as práticas de RSC, bem como os relatórios ESG e a transparência. Esta categoria “reflete as práticas de uma empresa para comunicar que ela integra as dimensões econômica (financeira), social e ambiental em seus processos de tomada de decisão do dia a dia” (REFINITIV, 2022, p. 25).

Portanto, as divulgações ambientais, sociais e de governança (ESG) oferecem uma oportunidade mais significativa para compreender os relatórios não financeiros das empresas. Essa informação não financeira pode ajudar os gestores empresariais no cumprimento dos seus objetivos ambientais estratégicos (ALEWINE; STONE, 2013). Além disso, as partes interessadas começaram a levantar questões sobre as credenciais dos gestores na integração dos aspectos ESG (HUSTED; SOUSA-FILHO, 2019). Nesse ponto de vista, os fatores ambientais relevantes para as partes interessadas podem estar relacionados à proteção do ambiente natural, alterações climáticas e impactos ambientais decorrentes de uma operação comercial (ALBITAR *et al.*, 2020).

Já os fatores sociais podem ser direitos humanos, igualdade, diversidade no local de trabalho e contribuição para a sociedade. Quanto às questões de governança, são estruturas de propriedade, independência do conselho, direitos dos acionistas minoritários, transparência e qualidade de divulgação. Os investidores, por fim, podem ter uma preferência por produtos que consideram e refletem a relação entre seus investimentos e o ESG como um desafio (LI *et al.*, 2018).

Por consequência, as métricas de desempenho ESG vêm sendo, cada vez mais, utilizadas por estudiosos que entendem ser estas medidas essenciais, se adotadas por instituições que pensam na criação de valor e na sustentabilidade da organização em longo prazo (ALEXANDRINO, 2020). Logo, a criação de valor sustentável mudou para o centro das atenções de muitas empresas, levando a uma mudança nos relatórios corporativos externos, de

modo que as informações sobre sustentabilidade são fornecidas em relatórios de sustentabilidade e relatórios de RSC, bem como em relatórios integrados (ESCH; SCHNELLBÄCHER; WALD, 2019).

Portanto, a integração dos pilares ESG, de maneira inter-relacionada com os ODS, proporciona uma visão multidimensional e holística do desenvolvimento sustentável, pois possibilita, tendo o relato e pensamento integrado como instrumento de evidenciação, a medição de forma tangível do progresso, para o alcance das metas de desenvolvimento sustentável, assim como práticas de governança corporativa pautadas em transparência, *accountability* e *compliance*.

## 2.2 APORTE TEÓRICO INSTRUMENTAL

### 2.2.1 Agenda 2030

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido amplamente analisado pelos formuladores de políticas nos últimos anos (BARBIER; BURGESS, 2020; BEBBINGTON; UNERMAN, 2018; HÁK; JANOUŠKOVÁ; MOLDAN, 2016; SNEDDON; HOWARTH; NORGAARD, 2006). Isto posto, o desenvolvimento sustentável com seus três domínios interconectados - proteção ambiental, desenvolvimento social e prosperidade econômica - tornou-se altamente integrado à liderança corporativa e política e à definição da agenda 2030 (LEMKE; BASTINI, 2020).

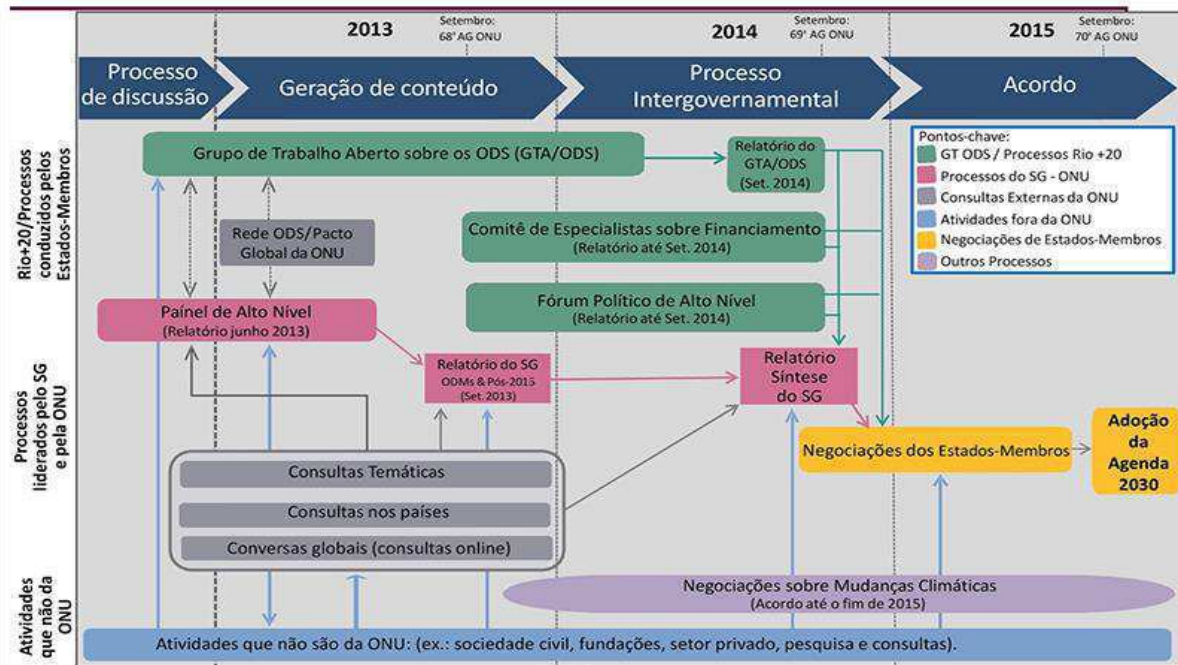
É relevante destacar que um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro em 2012, foi o acordo dos Estados-Membros, a fim de lançar um processo para desenvolver um conjunto de objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses objetivos deveriam abordar, de modo equilibrado, coerente e integrado, as três dimensões do desenvolvimento sustentável - desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental - a agenda de desenvolvimento da ONU para além de 2015. Neste evento, um Grupo de Trabalho Aberto (OWG) de 30 membros da Assembleia Geral teria a missão de preparar uma proposta sobre os ODS (UN OWG, 2014).

Após a Rio+20, um amplo e inclusivo sistema de consulta foi empreendido sobre questões de interesse global que poderiam compor a nova agenda de desenvolvimento pós-2015. Diferentemente do processo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os novos objetivos de desenvolvimento sustentável foram construídos (PLATAFORMA



AGENDA 2030) com uma ampla participação de várias partes interessadas. A seguir, o diagrama aponta o processo coletivo de construção da Agenda 2030, por meio da Figura 3.

**Figura 3 - O processo de construção da Agenda 2030**



**Fonte:** Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>

Esses ODS tomaram como base os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), visando complementá-los e buscando responder a novos desafios. Contudo, os ODS foram pensados para todos os países, independente do seu grau de desenvolvimento (UN OWG, 2014).

Nesse sentido, a principal iniciativa introduzida pelos formuladores de políticas para incentivar a sustentabilidade socioambiental, atualmente, é a Agenda 2030 das Nações Unidas. Aprovado em 2015, o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Essa Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Ela representa um acordo entre todos os 193 Estados Membros da ONU, para introduzir um conjunto de estratégias comuns para atingir 17 objetivos (os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS) e 169 metas a serem desenvolvidas ao longo dos próximos anos (até 2030). Por essa razão, são um imprescindível instrumento de inclusão sustentável da sociedade, pois visam, de forma clara, a erradicação da pobreza e a promoção de uma vida digna para todos os habitantes do planeta (ALLEN; METTERNICHT; WIEDMANN,

2016; BASTIDA *et al.*, 2020; BEBBINGTON; UNERMAN, 2018; HALL, 2019; PIZZI *et al.*, 2020; VALENCIA *et al.*, 2019).

A Agenda contém os 17 ODS, uma declaração com visão de futuro, princípios e compromissos, bem como a indicação sobre os meios de implementação, acompanhamento e avaliação, configurando-se como um plano de ação para o período de 2016 a 2030 com cinco elementos essenciais e inter-relacionados (BARBIERI, 2020), conforme Figura 4:

**Figura 4** - Elementos essenciais para o Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030



**Fonte:** PNUD Brasil. Os 5 Ps da Agenda 2030

- (1) Pessoas - erradicar a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e em igualdade em um ambiente saudável;
- (2) Planeta - proteger o planeta da degradação, principalmente, por meio do consumo e da produção sustentável, da gestão sustentável dos recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança do clima, para que o planeta possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras;
- (3) Prosperidade - assegurar que todo(a)s desfrutem de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza;
- (4) Paz - promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência, visto que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável; e

(5) Parceria - mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030, por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base no espírito de solidariedade global fortalecida, com destaque para as necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todos os grupos interessados e todas as pessoas (ONU, 2015).

Os cinco elementos da figura 02 também são conhecidos por 5 Ps da Agenda 2030 tanto em português como em inglês (*People, Planet, Prosperity, Partnership, Peace*). Os três primeiros elementos evidenciam, respectivamente, as dimensões social, ambiental e econômica do desenvolvimento sustentável e os dois últimos referem-se às dimensões política e institucional que orientam a governança da Agenda 2030 (BARBIERI, 2020).

Nessa concepção, a nova Agenda é ancorada e guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo o pleno respeito ao direito internacional. Ela se fundamenta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos tratados internacionais de direitos humanos, na Declaração do Milênio e no documento final da Cúpula Mundial de 2005. É informada por outros instrumentos, tais como a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (ONU, 2015).

A Agenda 2030 é uma proposta da ONU para refletir sobre alternativas ao modelo supressor em vigor, promotora da justiça social, conduzindo aspectos relevantes quanto a seus objetivos, seus interesses e afinidades políticas, assim como das características indissociáveis do desenvolvimento sustentável no aspecto econômico, social e ambiental. Além disso, considera seus critérios de transversalidade e transdisciplinaridade, os quais, de maneira cooperativa e colaborativa, contribuem na busca de um conjunto comum de desenvolvimento. Nessa agenda, a transversalidade é vista a partir da integração, visão transversal de políticas públicas e a capacidade de planejamento intersetorial; já a transdisciplinaridade se baseia na garantia de uma igualdade substancial de oportunidades (BAGETTI ZEIFERT; CENCI; MANCHINI, 2020).

Nesse contexto, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável expressa um consenso sobre a necessidade de avançar em direção a sociedades mais inclusivas, solidárias e coesas, colocando as pessoas no centro e promovendo um modelo de desenvolvimento sustentável (CEPAL, 2016).

Outro importante aspecto a ser destacado diz respeito à capacidade de condensação da Agenda 2030. Segundo Barbieri (2020), ela é uma síntese de todos os documentos em relação

às áreas prioritárias do desenvolvimento sustentável e sob o ponto de vista operacional. Em outras palavras, a agenda acumula os resultados de uma longa trajetória de debates sobre desenvolvimento sustentável, cujo início pode ser a Conferência de Estocolmo em 1972, ou outro acontecimento ainda mais antigo no tempo, como o Programa Homem e Biosfera da UNESCO ou a Primeira Década do Desenvolvimento das Nações Unidas.

### **2.2.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

O precursor dos ODS foram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), implementados em setembro de 2000 pelos Estados-Membros da ONU, com oito objetivos de desenvolvimento, 18 metas e 48 indicadores de progresso. Portanto, os ODM foram formados para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentar seus problemas socioeconômicos, desafios ambientais e de desenvolvimento (ONU, 2015).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio marcaram um método histórico e eficaz de mobilização global para alcançar um conjunto de importantes prioridades sociais em todo o mundo. Eles expressam preocupação pública generalizada com a pobreza, fome, doenças, escolaridade, desigualdade de gênero e degradação ambiental. Em um conjunto facilmente compreensível de oito metas, estabelecendo objetivos mensuráveis e temporais, os ODM ajudam a promover a conscientização global, a responsabilização política, com métricas, feedback social e pressões públicas (SACHS, 2012).

No tocante aos ODS, foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), buscando completar o trabalho inacabado dos ODM e responder a novos desafios. Esses objetivos constituem um conjunto integrado e indivisível de prioridades globais para o desenvolvimento sustentável. As metas são definidas como metas globais aspiracionais, de modo que cada governo define seus próprios objetivos nacionais, guiados pelo nível global de aspiração, considerando as circunstâncias nacionais. Tais objetivos e metas integram aspectos econômicos, sociais e ambientais, bem como reconhecem suas interligações para alcançar o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões (UN OWG, 2014).

Nesse contexto, os ODS são compostos por 17 Objetivos e 169 metas associadas a serem alcançadas. Cada objetivo tem uma série de metas e indicadores associados, de maneira que os ODS são os pontos mais relevantes da Agenda 2030, globalmente acordada, pois compreendem um conjunto de metas ambiciosas e complexas, entre elas, as ambientais e de desenvolvimento

humano até o ano de 2030 (BEBBINGTON; UNERMAN, 2018; VALENCIA *et al.*, 2019). A Figura 5, a seguir, demonstra os ícones que representam e servem para facilitar a comunicação.

**Figura 5 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**



Fonte: ONU, 2015.

Os ODS são acompanhados por metas e desenvolvidos, por meio de indicadores focados em resultados mensuráveis. Eles são orientados à ação, de natureza global e universalmente aplicáveis, levam em consideração diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, bem como respeitam as políticas e prioridades nacionais (UN OWG, 2014).

Para melhor compreensão, segue a descrição dos 17 ODS (quadro 7). Verifica-se que eles são integrados e indivisíveis. Por um lado, integrados na medida em que refletem de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental. Por outro, são indivisíveis, visto que não será possível avançar apenas um dos ODS. Assim, será necessário trabalhar em prol de todos os 17 ODS para tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade. Portanto, os ODS formam um conjunto integrado e indivisível, de natureza global e universalmente aplicável, tendo em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais (ONU, 2015).

**Quadro 7 - Descrição dos ODS**

ODS	Descrição do ODS
1. Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome Zero e Agricultura Sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde e Bem-Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água Potável e Saneamento	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.

7. Energia Acessível e Limpa.	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10. Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e Produção Responsáveis.	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13. Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Cabe ressaltar que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre o Mudança do Clima é fórum intergovernamental internacional apropriado e prioritário para negociar respostas globais às mudanças do clima.
14. Vida na Água	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda.
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

**Fonte:** ONU (2015)

Dessa forma, os ODS requerem a cooperação de diferentes atores, porque precisam ser adotados e implementados em vários níveis de governança, desde instituições à sociedade civil, chamados a um “processo participativo” de compreensão dos eventos sociais, políticos, econômicos e legislativos, os quais afetam as mudanças globais (NORSTRÖM et al., 2014), até as empresas que necessitam demonstrar seu inter-relacionamento com a sociedade e o meio ambiente em que estão inseridos.

Nesse sentido, os ODS induzem as empresas a incluírem questões de desenvolvimento sustentável em seus objetivos estratégicos, para desenvolver novos modelos de negócios. Em vista disso, as organizações são compelidas a implementar ferramentas, conceitos e sistemas de gestão da sustentabilidade (RAMOS, 2019), incluindo o uso de novos relatórios não financeiros que atendam às necessidades de informações das partes interessadas no aprendizado sobre a relação entre desenvolvimento sustentável e criação de valor (ADAMS, 2017a).

Dentro dessa visão, as empresas do setor privado são compelidas a conectarem estratégias de negócios com os ODS, desenvolvendo soluções lideradas por negócios e aumentando a sustentabilidade corporativa (IZZO; STROLOGO; GRANÀ, 2020). Para implementar os ODS, as empresas e os investidores terão que seguir uma série de etapas: (1) determinar a extensão de suas exposições aos ODS que são mais relevantes para seus negócios

ou abordagens de investimento; (2) definir metas específicas para contribuir com os ODS mais relevantes e materiais, o que significa, entre outras ações, refletir essas metas em incentivos, por meio do uso de métricas cuidadosamente projetadas ou indicadores-chave de desempenho (KPIs); e (3) estabelecer um sistema para medir e relatar as contribuições para os ODS (SCHRAMADE, 2017).

Nessa linha, recentemente, o *United Nations Global Compact* (UNGC) e a *Global Reporting Initiative* (GRI) lançaram uma nova iniciativa conjunta com o objetivo de permitir que as empresas incorporem relatórios ODS em seus processos existentes, capacitando-as a agir e a tornar realidade as conquistas dos ODS. À medida que a sustentabilidade corporativa se tornou vital para o sucesso a longo prazo das organizações, os ODS têm uma oportunidade para que soluções e tecnologias lideradas por negócios sejam desenvolvidas, criando vantagens para elas. Dessa maneira, medir e relatar essas metas permitem que as organizações empresariais contribuam para os ODS, capitalizando uma série de benefícios, como identificar oportunidades futuras de negócios e fortalecer o engajamento das partes interessadas (IZZO; STROLOGO; GRANÀ, 2020).

Nesse cenário, para os investidores, é importante reconhecer que nem todos os ODS são igualmente aplicáveis e que os relatórios sobre os principais indicadores de desempenho dos ODS, ainda, são muito novos e desiguais, no intuito de serem usados para fins de investimento. Para superar esse problema, a empresa pode desenvolver uma abordagem de marcação que alerta os investidores sobre as principais exposições de ODS das empresas, tendo em vista que, na medida em que melhores dados se tornam disponíveis, as métricas e os relatórios melhoram (SCHRAMADE, 2017).

Assim sendo, os ODS - dentro da perspectiva empresarial - são inseridos pela ONU como uma proposta de inspirar a integração da sustentabilidade em organizações que operam nas mais diversas áreas geográficas em todo o mundo, atendendo às necessidades atuais e futuras das partes interessadas e contribuindo para o alcance do desenvolvimento sustentável para a sociedade em geral.

### **2.2.3 Relatórios de Sustentabilidade**

No século passado, as empresas passaram a internalizar o custo de oportunidade de usar os bens em suas operações, visando a rentabilidade e a competitividade. Na atualidade, elas terão que inserir em suas operações o custo de suas externalidades ambientais e, certamente,

arcar com a fatura pelo pagamento dos serviços ambientais (PSA). Como resultado, os relatos corporativos, com perspectiva preponderantemente financeira, tornam-se insuficientes para responder às necessidades de seus investidores e dos demais *stakeholders*, diante do argumento de que a postura da organização e um maior nível de transparência agregam valor às suas operações (KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019).

Posto isto, os relatórios de sustentabilidade podem ser definidos como a prática da organização de relatar publicamente seus impactos econômicos, ambientais e/ou sociais, bem como suas contribuições - positivas ou negativas - para o desenvolvimento sustentável (GRI STANDARDS, 2016). Além disso, a literatura sobre sustentabilidade corporativa tem demonstrado que o relatório de sustentabilidade pode ser um importante instrumento de orientação de sustentabilidade de uma organização (LOZANO, 2015).

Enquanto, em sua origem, o relatório de sustentabilidade foi visto como uma forma de construir confiança e melhorar a reputação, evoluiu agora para uma ferramenta estratégica utilizada para apoiar processos de tomada de decisões sustentáveis, estimular o desenvolvimento organizacional, obter melhor desempenho, engajar partes interessadas e atrair investimento (ADAMS, 2017a; SDG COMPASS 2015). Nessa perspectiva, a evolução dos relatos corporativos requer concisão, transparência e completude das informações que levam ao pensamento integrado para evidenciar a criação de valor (ALVES; KASSAI; LUCAS, 2017).

Com efeito, a elaboração de relatórios corporativos eficazes é fundamental para construir confiança e alinhar o investimento, por meio da transparência e da responsabilização. Para além de informar as partes interessadas externas - incluindo os investidores - os relatórios de sustentabilidade corporativos são um poderoso estímulo para o processo de tomada de decisões, no que diz respeito à contribuição para os ODS em todos os níveis dentro de uma empresa. A elaboração de relatórios, contudo, não é nem o início nem o fim da estratégia e implementação da sustentabilidade de uma empresa. Esta é uma ferramenta estratégica que envolve as partes interessadas, apoia processos de decisão sustentáveis em todos os níveis de uma empresa, molda a estratégia empresarial, orienta a inovação e conduz a um melhor desempenho e criação de valor e atrai investimentos (GRI; UNGC, 2019).

No entanto, embora haja um requisito de fato para publicar informações de sustentabilidade, a falta de obrigação formal e o uso de diferentes padrões conduz à falta de comparabilidade e inconsistência de tais informações, com diferentes partes interessadas, sendo visadas ou priorizadas por diferentes empresas (TSCHOPP; HUEFNER, 2015).



De fato, vários estudos sobre relatórios de sustentabilidade mostram que ainda persistem problemas de comparabilidade em relação à divulgação de informações (DE VILLIERS; HSIAO; MAROUN, 2017). Na visão de Busco *et al.*, (2019), isto se deve principalmente ao uso da divulgação como um fim em si mesmo, de forma que não se destina a gerar uma metamorfose organizacional capaz de envolver processos de tomada de decisão, governança e planejamento de negócios.

As demandas por informações não financeiras adicionais, contudo, estão aumentando e vêm de *stakeholders* com agendas diferentes. Como resultado, agora existem vários órgãos de relatórios, cada um promovendo diferentes estruturas e soluções de relatórios e fazendo *lobby* para sua priorização em detrimento de outros (DE VILLIERS; LA TORRE; MOLINARI, 2022).

Recentemente, vários órgãos responsáveis pela elaboração de relatórios não financeiros, entre essas instituições estão a *Global Reporting Initiative (GRI)*, o *World Business Council for Sustainable Development*, o *Climate Disclosure Standards Board (CDSB)*, o *World Resources Institute*, a *Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)* e o *Value Reporting Foundation (VRF)*, criada pela recente fusão entre o *Sustainability Accounting Standard Board (SASB)* e o *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, começaram a se associar, com o objetivo de encontrar uma solução global única para normas de sustentabilidade, visando os relatórios não financeiros. Isso levou o *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, o principal promotor do Relato Integrado, a ser consolidado sob o guarda-chuva do *International Sustainability Standards Board (ISSB)*, um novo conselho formado pela *International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation* (DE VILLIERS; DIMES, 2023). Esse Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade (ISSB) foi criado, em 3 de novembro de 2021, na COP 26, em Glasgow - Escócia, após forte demanda do mercado por seu estabelecimento.

Tal ISSB está desenvolvendo normas de sustentabilidade, as quais resultarão em padrões internacionais para a divulgação de informações sobre sustentabilidade por empresas. Essas normas são relevantes, na medida em que estabelecem definições comuns, conteúdos e métricas comparáveis e consensuais, orientando as organizações na elaboração e divulgação nas publicações (relatórios) sobre sustentabilidade para seus *stakeholders*, assim como auxiliando reguladores na criação de normas com base em referências comuns em diferentes países.

No entanto, Abhayawansa (2022) alerta que, nessa discussão da padronizações das normas de sustentabilidade, existem dois campos no debate sobre quais informações relacionadas à sustentabilidade são materiais. No primeiro campo, estão aqueles que acreditam que os relatórios de sustentabilidade devem atender às necessidades dos investidores e que essas necessidades podem ser satisfeitas limitando as divulgações das informações financeiramente relevantes. Em outras palavras, informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, termo cunhado pelo ISSB para se referir a informações de sustentabilidade financeiramente relevantes, são informações sobre os impactos na geração de valor da organização.

Contudo, na visão do *Impact Management Project* (2020), apenas um subconjunto de assuntos que refletem os impactos significativos da organização na economia, meio ambiente e pessoas são materiais para os investidores. Logo, é provável que vários impactos relacionados à sustentabilidade das organizações não encontrem um lugar nas divulgações feitas de acordo com os padrões de relatórios de sustentabilidade propostos pelo ISSB.

O segundo campo de debate argumenta que as informações sobre os impactos sociais e ambientais que afetam o valor empresarial de uma organização, bem como o de uma organização na sociedade e no meio ambiente é, também, material. Portanto, exige a dupla materialidade, conceito que parte da ideia de que a materialidade deve ser vista sob duas perspectivas, ou seja, dos investidores (que são atendidos por informações financeiramente relevantes) e dos *stakeholders* (que são atendidos por informações ambiental e socialmente relevantes). Essas duas perspectivas não são mutuamente exclusivas e podem convergir (ABHAYAWANSA, 2022). Os defensores da dupla materialidade afirmam que atender às necessidades dos investidores e da sociedade, a longo prazo, requer consideração da sustentabilidade planetária, incluindo equidade intergeracional e justiça social (ADAMS *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, a Comissão Europeia, por meio de sua proposta de Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD), exige o relato de todos os impactos organizacionais na economia, sociedade e meio ambiente, gerando, assim, dupla materialidade (ABHAYAWANSA, 2022).

Apesar dessas mudanças, o *International Accounting Standards Board* (IASB) e o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) da IFRS Foundation apoiam o relato integrado como modelo de relatório de sustentabilidade das empresas para as partes interessadas (SAHLIAN *et al.*, 2023). Se o objetivo final dos relatórios não financeiros é facilitar a mudança

organizacional em direção à criação de valor mais sustentável, o processo dual de relato e o pensamento integrado podem desempenhar um papel fundamental no incentivo de novas formas de pensar sobre relatórios e tomada de decisões (ADAMS, 2015).

Nesta discussão sobre adoção de normas internacionais de sustentabilidade para as empresas, apesar de todas as críticas e divergência quanto ao formato, modelo, métricas, entre outros, fica evidente que há uma necessidade absoluta de padrões internacionais de relatórios de sustentabilidade, os quais agregam transparência, credibilidade e comparabilidade aos relatórios não financeiros.

#### **2.2.4 Pensamento e Relato Integrado**

A maior inovação do Relato Integrado é o "pensamento integrado" (VITOLLA *et al.*, 2019b). Nessa linha de pensamento, o termo "pensamento integrado" tem sido usado para discutir o processo de desenvolvimento de um relatório integrado e/ou a criação de valor além do lucro financeiro (ADAMS, 2017a).

Por consequência, há um crescente debate acadêmico sobre Relato Integrado que gira em torno dos desafios associados à implementação do Pensamento Integrado nas organizações. A literatura atual, nessa direção, sugere que o pensamento integrado é problemático na prática, devido à sua ambiguidade e falta de compreensão de como funciona (DUMAY; DAI, 2017; FENG; CUMMINGS; TWEEDIE, 2017).

Nesse sentido, o IIRC (2013; 2021) define o pensamento integrado como a consideração ativa por parte de uma organização das relações entre suas diversas unidades operacionais e funcionais e os capitais que a organização utiliza ou afeta. Assim, o pensamento integrado leva à tomada de decisão integrada e a ações que considerem a criação de valor no curto, médio e longo prazo.

Em razão disso, o Pensamento Integrado incentiva diferentes perspectivas de análise nas atividades de tomada de decisão e gestão, mais especificamente para incluir critérios financeiros, sociais e ambientais simultaneamente. Por conseguinte, leva à integração de informações financeiras e não financeiras em um único relatório (VITOLLA; RAIMO, 2018; VITOLLA; RAIMO; RUBINO, 2019a). Dumay e Dai (2017) enfatizam, todavia, que conceitos como pensamento integrado são projetados para mudar comportamentos de gestão como uma forma de controle de gestão, não apenas para mudar o conteúdo dos relatórios corporativos. Logo, o pensamento integrado é um conceito fundamental, central, que sustenta a agenda do

IIRC (LA TORRE *et al.*, 2019), haja vista que o Relato Integrado tem o pensamento integrado como um elemento central de sua base conceitual.

Nesse âmbito, o pensamento integrado mostra que as iniciativas de relatórios corporativos não se limitam apenas a melhorar os relatórios e a divulgação corporativa, mas sim mudar os comportamentos corporativos e dos gestores. Dessa maneira, o pensamento integrado se transforma em uma tentativa de alinhar comportamentos e relatórios, para que os relatórios reflitam e orientem as ações externas e internas de maneira justa (DUMAY; LA TORRE; FARNETI, 2019).

Logo, o pensamento integrado visa quebrar silos internos, reduzindo assim a duplicação e, em última análise, conduzindo à criação de valor a curto, médio e longo prazo (LA TORRE *et al.*, 2019). A quebra de silos indica a integração dos setores da organização, pois, no momento em que o pensamento integrado está inserido na estrutura organizacional, os atores que fazem parte dela passam a ter uma visão holística de toda a organização e dos seus processos (SIMNETT; HUGGINS, 2015). Portanto, quanto mais o pensamento integrado estiver enraizado nas atividades de uma organização, mais naturalmente a conectividade da informação fluirá para o relatório, levando a uma melhor integração dos sistemas de informação que apoiam o relato e a comunicação interna e externa (IIRC, 2013; 2021).

Nessa perspectiva, o pensamento integrado promove e impulsiona uma mudança na forma de pensar o negócio e de como gerar valor para a organização, incentivando, com isso, uma nova cultura organizacional. Na visão de Adams (2013), essa nova cultura promove a quebra de silos, ou seja, de decisões individuais setorizadas e gera uma cultura mais colaborativa entre os departamentos da organização.

Desse modo, o pensamento integrado direciona a tomada de decisão integrada e ações que levam em conta a geração de valor no curto, médio e longo prazos, conduzindo à conectividade e às interdependências, entre uma gama de fatores, os quais afetam a capacidade de uma organização de gerar valor ao longo do tempo. Isto inclui os capitais utilizados ou afetados pela organização; as interdependências críticas, inclusive as compensações entre elas; a capacidade da organização de atender aos legítimos interesses e necessidades das principais partes interessadas; bem como a adequação do modelo de negócios e sua estratégia ao seu ambiente externo, aos riscos e às oportunidades enfrentados (IIRC, 2013, 2021).

Em suma, a ideia que sustenta o pensamento integrado é que a criação de valor não se limita, apenas, aos limites tradicionais de uma empresa, mas cruza as fronteiras organizacionais

e geográficas, permitindo a conexão de vários direcionadores de valor. Posto isto, o pensamento integrado requer uma compreensão completa do modelo de negócios da empresa, ou seja, o processo pelo qual o valor é criado, facilitando a identificação de riscos e oportunidades potenciais. Em contraste com a análise de negócios tradicional, que tende a se concentrar em um período de tempo curto ou médio, o Relato Integrado, a partir do pensamento integrado, incentiva as empresas a adotarem uma compreensão mais ampla do processo de criação de valor, fornecendo, por meio de múltiplos capitais, uma visão holística e ampliada do modelo de negócio (LA TORRE *et al.*, 2019).

O *International Integrated Reporting Council* (IIRC) é uma organização global sem fins lucrativos, constituída na Inglaterra e no País de Gales. O IIRC é composto por diversos usuários e entidades ligadas ao meio corporativo, entre eles estão os reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissionais do setor contábil e Organizações não governamentais (ONGs). Foi criado em agosto de 2010 com a finalidade de desenvolver uma nova forma de pensar e comunicar a evidenciação corporativa. Em dezembro de 2013, o IIRC publicou o *Framework Integrated Reporting* para orientar e acelerar a adoção do RI ao redor do mundo. Esse *Framework* possui um conjunto de princípios e elementos de conteúdo, os quais norteiam a comunicação baseada no processo de geração de valor de uma organização ao longo do tempo; e tem por objetivo auxiliar na orientação para a próxima etapa evolutiva dos relatos corporativos (IIRC, 2013).

No entanto, o IIRC publicou uma revisão da Estrutura de Relato Integrado em janeiro de 2021, a fim de permitir relatórios mais úteis para decisões. As revisões, as primeiras desde que a Estrutura do RI foi publicada originalmente em 2013, são o resultado de uma ampla consulta ao mercado com 1.470 indivíduos em 55 jurisdições. A consulta evidenciou que o pensamento conceitual e os princípios da Estrutura RI permanecem adequados e robustos (CBARI, 2022). A Estrutura Internacional de RI (janeiro de 2021) substitui a Estrutura Internacional de RI (dezembro de 2013). Essa versão mais recente se aplica a períodos de relatório com início em 1º de janeiro de 2022 (IIRC, 2021).

Nesse contexto, o Relato Integrado proporciona uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo, pois pretende melhorar a qualidade da informação disponível em provedores de capitais (financeiros e não financeiros), possibilitando uma alocação de capital mais eficiente e produtiva e evidenciando com isso a integração do pensamento, da tomada de decisão e das ações que focam na geração de valor em curto, médio e longo prazo. Assim, um

relatório integrado é uma comunicação concisa sobre como a estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma organização, no contexto do seu ambiente externo, conduzem à criação, preservação de valor a curto, médio e longo prazo. (IIRC, 2013; 2021).

Em sua essência, o Relato Integrado é uma ferramenta de gestão que permite coletar, monitorar e fornecer aos *stakeholders* informações sobre a eficácia do empreendimento, incluindo os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Além disso, a avaliação desses parâmetros em termos de valor dá um panorama mais completo das atividades da entidade de mercado (AKIMOVA *et al.*, 2020). Para Kassai, Carvalho e Kassai (2019, p.175), “o Relato Integrado é um processo de harmonização e de convergência dos sistemas de gestão e de comunicação corporativa que se baseia em um modelo de negócios que contempla os desafios do desenvolvimento sustentável”.

Essa nova abordagem de relatórios, na qual o Relato Integrado está inserido, está crescendo em importância porque a divulgação de informações não financeiras é, atualmente, requerida e incentivada em vários países, como Reino Unido, Japão, Europa e Índia. Nessa vertente, as empresas veem a adoção do RI como uma oportunidade para um maior alinhamento com as regulamentações existentes, bem como para a criação de um sistema inovador de relatórios que melhore a transparência (CAGLIO; MELLONI; PEREGO, 2020).

Nesse sentido, o conceito de Relato Integrado (RI) tem atraído a atenção de acadêmicos e profissionais, desde que foi introduzido em 2013 (VELTE; STAWINOVA, 2017), de forma que a consciência das oportunidades apresentadas por um sistema de RI cresceu nos âmbitos político, institucional e acadêmico durante os últimos 10 anos, incluindo os grandes ajustes que afetaram a forma de fazer negócios (DI VAIO *et al.*, 2020).

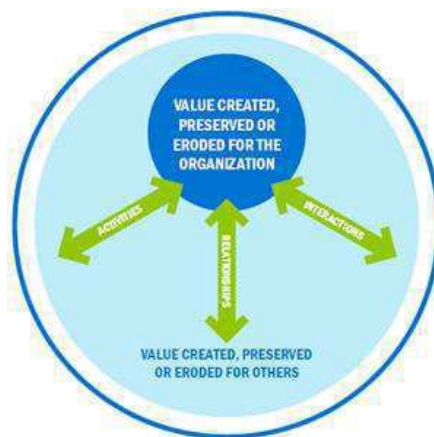
Apesar disso, há uma discussão contínua sobre os benefícios e a capacidade de atender às necessidades das partes interessadas (ALBITAR *et al.*, 2020). Di Vaio *et al.* (2020) relatam que o RI permite às empresas aumentar o grau de transparência com os *stakeholders* e reduzir a assimetria de informação com os acionistas, os quais podem entender melhor as operações e as estratégias corporativas. Os autores, também, alertam que as empresas ainda precisam de lealdade e comprometimento com a melhoria de processos, visto que não podem limitar a utilização do RI à forma de divulgar apenas os resultados positivos do negócio, sem alimentar o circuito de interconexão entre as informações divulgadas.

Destarte, o Relato Integrado não possui um padrão, haja vista que é baseado em uma estrutura conceitual (*framework*), na qual a ideia é que cada empresa possa oferecer ao mercado

e à sociedade as informações mais coerentes e ajustadas ao seu modelo de negócio em uma perspectiva de geração de valor em longo prazo. Logo, o objetivo da Estrutura do RI é estabelecer Princípios Orientadores e Elementos de Conteúdo que regem o conteúdo geral de um relato integrado, bem como explicar os conceitos fundamentais que os sustentam (IIRC, 2013; 2021).

A Figura 6, constante no *framework* do RI, ilustra o processo de criação, preservação e erosão de valor ao longo do tempo para a organização e para os outros. O valor criado, preservado ou corroído por uma organização ao longo do tempo, manifesta-se em aumentos, diminuições ou transformações das capitais causadas pelas atividades e resultados comerciais da organização (IIRC, 2021).

**Figura 6** - Processo de geração, preservação e erosão de valor para Organização e para outros



**Fonte:** IIRC (2021)

A capacidade de uma organização de criar valor para si mesma está ligada ao valor que ela cria para os outros. Conforme demonstrado na Figura 6, isso acontece por meio de uma ampla gama de atividades, interações e relacionamentos além daqueles, como vendas a clientes, que estão diretamente associados a mudanças no capital financeiro. Estes incluem, por exemplo, os efeitos das atividades e resultados de negócios da organização na satisfação do cliente; a disposição dos fornecedores em negociar com a organização e os termos e condições, em que o fazem as iniciativas que os parceiros de negócios concordam em realizar com a organização; a reputação da organização; as condições impostas à licença social da organização para operar; e a imposição de condições da cadeia de suprimentos ou requisitos legais (IIRC, 2021).

Como o valor é criado em diferentes horizontes temporais e para diferentes partes interessadas por meio de diferentes capitais. É improvável maximizar exclusivamente um

capital e desconsiderar os demais; por exemplo, o capital financeiro (lucro) em detrimento do capital humano (políticas e práticas inadequadas de recursos humanos), com objetivo de maximizar o valor para a organização a longo prazo (IIRC, 2021).

Diante disso, quando interações, atividades e relacionamentos da empresa com o seu mercado forem importantes, necessitam ser incluídos no Relato Integrado. Esse é um dos aspectos mais relevantes que norteiam a elaboração de um Relato Integrado. Por sua vez, as primeiras ações de uma organização para inserir o RI podem ser difíceis, se ainda não houver um amadurecimento nas relações internas e no compartilhamento do pensamento integrado (KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019).

É importante mostrar que *framework* do RI nos fornece sete princípios básicos que orientam a elaboração do Relato Integrado, conforme Quadro 8, informando o conteúdo do relatório e a maneira pela qual a informação se apresenta. Esses princípios orientadores se aplicam individual e coletivamente com o objetivo de preparar e apresentar um relatório integrado, contudo exigem bom senso em sua aplicação, particularmente quando houver conflitos entre eles, como é o caso de concisão versus completude (IIRC, 2013; 2021).

**Quadro 8** – Princípios Orientadores do RI

Princípios Orientadores	Descrição
Foco Estratégico e Orientação para o Futuro	Deve fornecer insights sobre a estratégia da organização e como ela se relaciona com a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo, da mesma forma que o uso e os seus impactos sobre os capitais.
Conectividade da Informação	Evidenciar uma imagem holística da combinação, do inter-relacionamento e das dependências entre os fatores que afetam a capacidade da organização de criar valor ao longo do tempo.
Relações com Partes Interessadas	Proporcionar informações sobre a natureza e a qualidade das relações da organização com seus principais <i>stakeholders</i> , incluindo como e até que ponto a organização entende, considera e responde aos seus legítimos interesses e necessidades.
Materialidade	Divulgar informações sobre assuntos que afetam, de modo significativo, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo.
Concisão	Deve ser conciso. Inclui contexto suficiente para entender a estratégia, governança, desempenho e perspectivas da organização sem ser sobrecarregado com informações menos relevantes.
Confiabilidade e Completude	Abranger todos os assuntos relevantes, tanto positivos quanto negativos, de forma equilibrada e isenta de erros materiais.
Coerência e Comparabilidade	Apresentar as informações em um relatório integrado: (a) em bases coerentes ao longo do tempo; e (b) de forma a permitir uma comparação com outras organizações, na medida em que seja material para a capacidade da própria organização de gerar valor ao longo do tempo.

**Fonte:** Elaborado a partir de IIRC (2013; 2021).



No Foco Estratégico, a organização deve levar em consideração riscos, oportunidades e dependências significativas decorrentes da posição de mercado e do modelo de negócios. A conectividade de informação deve estar alicerçada em uma linguagem clara, inteligível e livre de jargões. Na relação com as partes interessadas, é primordial que a cultura do pensamento integrado esteja enraizada nas atividades da organização. O processo para determinar a materialidade, para fins de preparação e apresentação de um Relato Integrado, abrange três etapas: (1) identificação dos temas relevantes, com base na sua capacidade de afetar a geração de valor; (2) priorização dos temas relevantes fundamentados na sua importância relativa, baseada na magnitude de seus efeitos; e (3) determinação das informações a serem divulgadas sobre temas relevantes (IIRC, 2013).

Em relação ao princípio da Concisão, um relato integrado precisa incluir contexto suficiente, para entender a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, excluindo-se informações menos relevantes. Por sua vez, a confiabilidade das informações depende de seu equilíbrio e da isenção de erros significativos. Dessa forma, a confiabilidade aumenta com mecanismos como sistemas internos de controle e relatório, relacionamento com as partes interessadas, auditoria interna e assecuração externa e independente. Já a completude está relacionada às informações materiais, tanto positivas quanto negativas. Para assegurar que toda informação material seja identificada, leva-se em consideração o que empresas do mesmo setor relatam, visto que em um setor certos conteúdos ou assuntos, possivelmente, são materiais em todas as organizações que dele fazem parte (IIRC, 2013).

No Relato Integrado, as informações devem ser demonstradas em bases coerentes ao longo do tempo e de forma a propiciar a comparabilidade com outras organizações. Cada empresa possui suas particularidades e gera valor de sua própria maneira, entretanto isso não impossibilita que se procure utilizar procedimentos uniformes e consistentes em relação ao longo do tempo e em sintonia com outras organizações similares. No momento em que acontecer alguma mudança significativa, a empresa deve explicar a razão da mudança e, quando possível, quantificar seu efeito (KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019).

A Estrutura conceitual do RI prevê oito elementos de conteúdo, os quais direcionam a elaboração de um Relato Integrado, conforme Quadro 9.

**Quadro 9** – Elementos de Conteúdo do RI

<b>Conteúdo</b>	<b>Questões Norteadoras</b>
Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	O que a organização faz e quais são as circunstâncias em que atua?
Governança	Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?
Modelo de Negócios	Qual é o modelo de negócios da organização?
Riscos e Oportunidades	Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazos, e como a organização lida com eles?
Estratégia e Alocação de Recursos	Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?
Desempenho	Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os impactos no tocante aos efeitos sobre os capitais?
Perspectivas	Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia e quais são os potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro?
Base para Preparação e Apresentação	Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como esses temas são quantificados ou avaliados?

**Fonte:** Elaborado a partir de IIRC (2013; 2021).

Esses oito elementos de conteúdo representam informações essenciais de um planejamento estratégico e a forma como foram apresentados no *framework* facilita a sua aplicação em qualquer empresa, pois, ao invés de um *check list* de itens de verificação, são expostos na forma de “perguntas”. Desse modo, atende-se ao estágio de governança e às particularidades de cada empresa, permitindo que se use do bom senso na aplicação dos princípios básicos e conceitos fundamentais (KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019).

Nesse contexto, o propósito do *Framework* do Relato Integrado é estabelecer Princípios Orientadores e Elementos de Conteúdo que guiem o conteúdo geral de um Relatório Integrado e que expliquem os conceitos fundamentais que os sustentam. Nessa Estrutura conceitual, os capitais são classificados em: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, de relacionamento, e natural. Portanto, os capitais são fatores de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos da organização (IIRC, 2013). Ainda, os capitais são classificados e descritos com exemplos no Quadro 10.

**Quadro 10** – Categorias e Descrições dos Capitais do RI

Capital	Descrição	Exemplo
Capital Financeiro	Conjunto de recursos que está disponível para uma organização, no intuito de ser utilizado na produção de bens ou na prestação de serviços. É obtido por financiamento, ações ou subvenções e gerado por meio de investimentos.	Financiamentos, empréstimos, subsídios.
Capital Manufaturado	Objetos físicos manufaturados, disponíveis à organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços, incluindo prédios e equipamentos.	Equipamentos, móveis, infraestrutura.
Capital Intelectual	São intangíveis organizacionais baseados em conhecimento, como propriedade intelectual.	Patentes, software, direitos autorais, conhecimento em sistemas e processos.
Capital Humano	As competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar; assim como a capacidade de entender, desenvolver e implementar uma estratégia, lealdade e motivação para melhorar os processos, bens e serviços.	Alinhamento ao negócio e à cultura empresarial, capacidade de liderar, gerenciar e colaborar.
Capital Social e de Relacionamento	As instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes; e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo.	Normas, valores, reputação e comportamentos, licença social para atuar.
Capital Natural	Todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização.	Água, terra, minerais, florestas, biodiversidade e ecossistema.

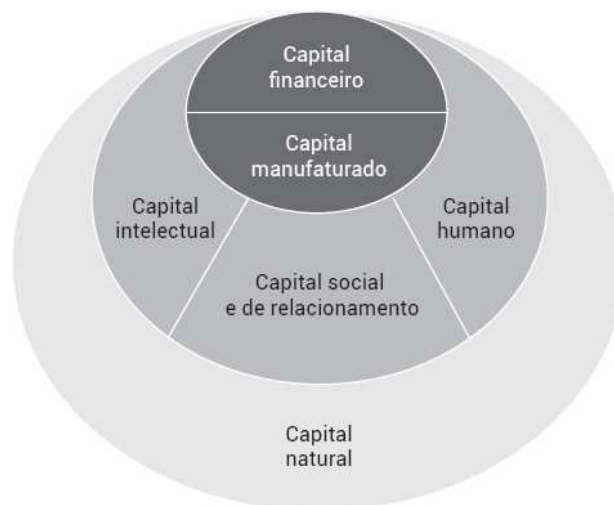
**Fonte:** Elaborado a partir de IIRC (2013).

O *framework* do RI indica seis tipos de capitais: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e ambiental, os quais traduzem uma visão mais detalhada do *Triple Bottom Line* (econômico, social e ambiental) ou do “Triple P” ou 3P (*Planet, People and Profity*). Nessa lógica, a contabilidade possui instrumentos que possibilitam mensurar monetariamente alguns desses capitais dentro de algum nível de precisão, mas nem sempre essa tarefa é simples ou possível e, às vezes, nem necessária. Nesses casos, a utilização de métricas quantitativas e qualitativas, a exemplo dos *Key Performance Indicators* (KPI), podem ser úteis (KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019).

A Figura 7 apresenta os seis tipos de capitais do Relato Integrado. O uso do termo “capitais” enfatiza o papel dos vários capitais como reservas de valor que podem ser acumuladas ou reduzidas ao longo do tempo, mas que devem ser mantidas para que continuem a produzir um fluxo de benefícios no futuro. Os capitais financeiros e manufaturados são os que as organizações relatam com mais frequência. O RI tem uma visão mais ampla ao considerar também os capitais intelectual, social e de relacionamento, e humano (todos os quais estão ligados às atividades dos humanos) e o capital natural (que fornece o ambiente em que os outros capitais se situam) (ADAMS *et al.*, 2013).

É possível observar que o RI considera o capital natural como base para os demais capitais.

**Figura 7** - Os seis tipos de capitais segundo o *framework* do Relato Integrado



**Fonte:** Adaptado do Fórum para o Futuro - Modelo de Cinco Capitais (2011)  
<https://www.forumforthefuture.org/the-five-capitals>

Para Humphrey, O'dwyer e Unerman (2017), os capitais propostos para o Relato Integrado encaminham a comunicação para uma perspectiva multidimensional, agregando informações financeiras e não financeiras para um grupo maior de interessados (*stakeholders*).

Na percepção de Kassai, Carvalho e Kassai (2019), com exceção do capital financeiro, os cinco outros capitais não financeiros podem estar classificados extracontabilmente como parte do intangível ou *goodwill* e estão compreendidos no valor da companhia como um todo. Caso haja a inferência de que o capital financeiro, também, pode ser caracterizado pelo potencial futuro de obtenção de recursos financeiros, como é o exemplo de empresas que detêm um bom cadastro aprovado pelos *stakeholders*, todos os tipos de capital geram valores intangíveis além de seus registros contábeis tradicionais.

Todas as organizações dependem de diversas formas de capital para seu sucesso, já que o valor é gerado ao longo de diferentes períodos de tempo e de partes interessadas (*stakeholders*), por meio de diversos tipos de capitais, é improvável que ele seja gerado por meio da maximização de um único capital, em detrimento dos demais (BRASIL, 2020), sobretudo quando se observa a diversidade de ramos de negócio.

Nesse sentido, as organizações, as quais abraçam e utilizam o ciclo de pensamento e Relato Integrado inseridos no seu modelo de negócios, direcionam suas estratégias e planos para a geração de valor em longo prazo, conduzindo a alocação eficiente e produtiva de capitais (financeiro e não financeiros) dentro de uma visão de estabilidade financeira e sustentabilidade.

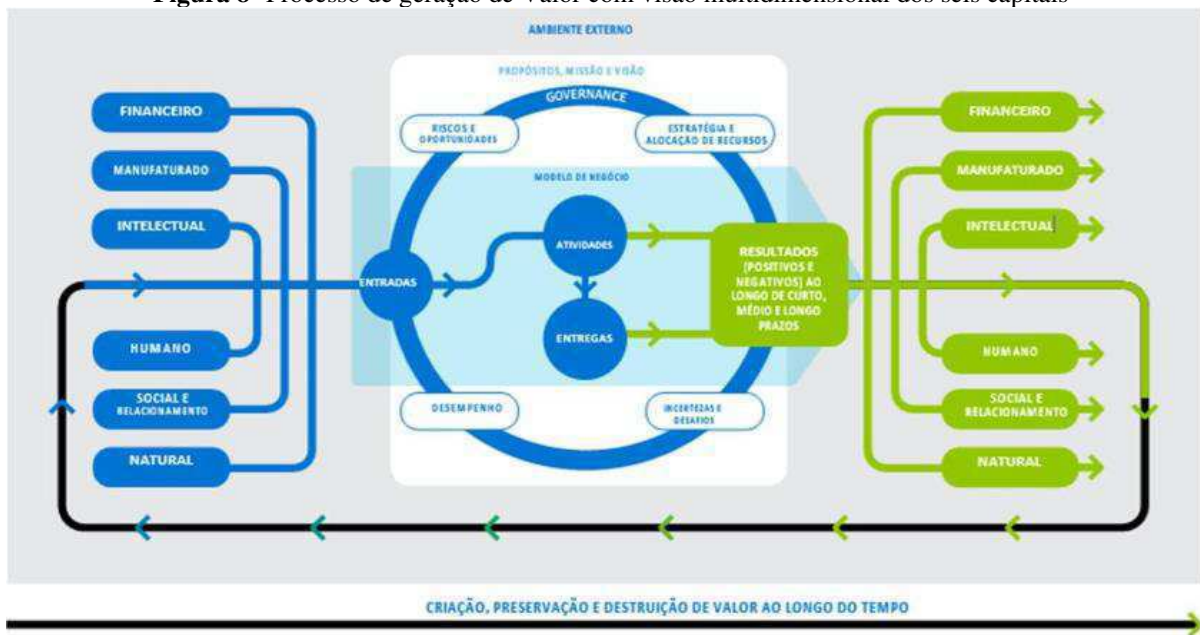
Os três conceitos fundamentais que orientam a elaboração de um Relato Integrado, segundo a estrutura conceitual do RI, são: (1) o processo de geração de valor para si e para o outro; (2) os seis capitais; e (3) novo modelo de negócios. Como já se discutiu os dois itens anteriormente, o terceiro princípio básico do Relato Integrado trata de um novo modelo de negócio, baseado no processo de geração de valor que inclui o modelo de capitais.

Portanto, a Figura 8 apresenta de forma ilustrativa e descritiva, de acordo com o *framework*, o processo de geração de valor que deve acontecer na organização que elabora o RI. Esse processo evidencia a visão multidimensional dos seis capitais, no qual apresenta um novo modelo de negócio com base no processo de criação de valor, ou seja, processo pelo qual o valor é criado, preservado ou erodido e sob as dimensões dos seis capitais mencionados.

Esse processo de geração de valor sofre influência do ambiente externo, incluindo condições econômicas, mudanças tecnológicas, temas da sociedade e desafios ambientais, bem como estabelecendo o contexto, no qual a organização atua. Assim, a missão e a visão abrangem a organização como um todo, identificando seu objetivo e sua intenção de maneira clara e concisa (IIRC, 2013).

No centro da organização está seu modelo de negócios que emprega diversos capitais como *inputs*, por meio de suas atividades empresariais, transforma-os em produtos (produtos, serviços, subprodutos e resíduos). Por sua vez, as atividades e os produtos da organização conduzem a impactos em termos de efeitos sobre os capitais. Logo, a capacidade do modelo de negócios de se adaptar às mudanças pode afetar a viabilidade da organização em prazos mais longos (IIRC, 2021). Conforme pode ser verificado na figura 8- Processo de geração de Valor com visão multidimensional dos seis capitais

**Figura 8-** Processo de geração de Valor com visão multidimensional dos seis capitais



Fonte: IIRC (2021).

As atividades de negócios incluem o planejamento, o *design* e a manufatura de produtos ou a alocação de habilidades e conhecimento especializados na prestação de serviços. Nesse contexto, buscar incentivar a cultura da inovação é, muitas vezes, uma atividade comercial principal no sentido de gerar novos produtos e serviços que antecipem a demanda dos clientes, ao introduzir eficiências e o uso melhorado de tecnologia, substituindo insumos para minimizar os efeitos sociais e ambientais adversos e encontrando usos alternativos para os produtos (IIRC,2021).

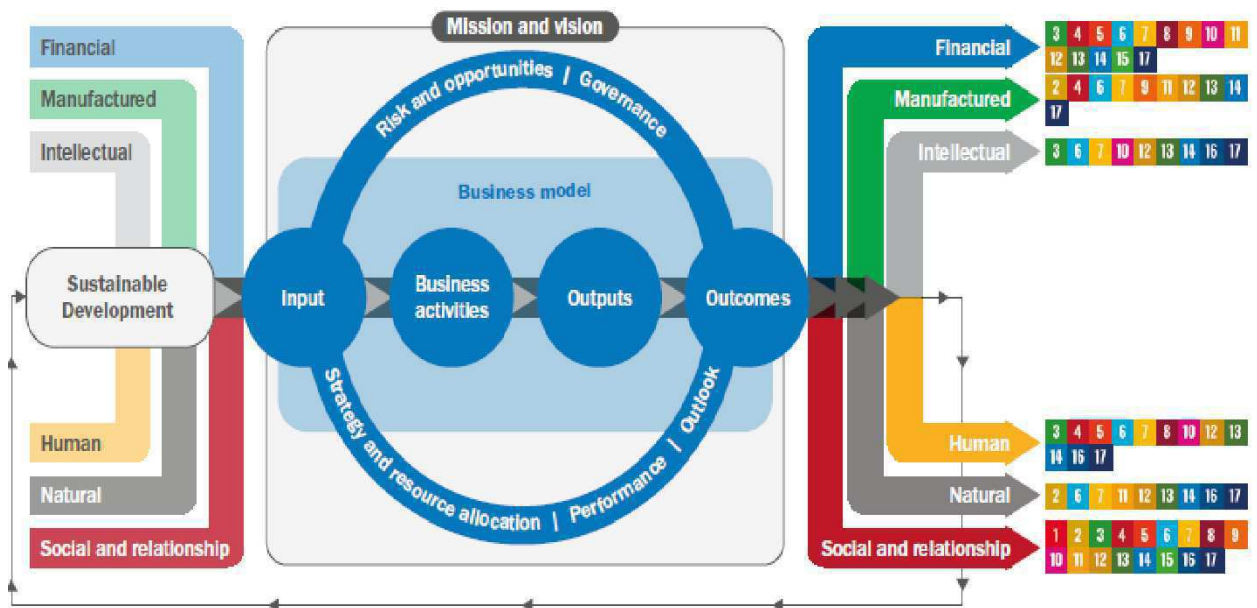
Segundo Kassai, Carvalho e Kassai (2019), conceitualmente, o novo modelo de negócios, baseado no processo de geração de valor, é semelhante aos modelos tradicionais de negócios desenvolvidos desde o século passado, com “input – atividades operacionais – output”. As vantagens dessa nova abordagem, para os autores, referem-se ao convite para que as empresas tornem mais transparentes a estrutura de geração de valor de suas atividades operacionais e a postura diante de suas principais externalidades.

Nesse sentido, esse novo modelo de negócio, orientado para valor, apresenta-se mais como uma mudança comportamental do que uma modernidade conceitual ou teórica. Logo, a visão multidimensional dos seis capitais se torna um instrumento que pode revolucionar não apenas os relatos corporativos, mas até o processo de gestão das atividades operacionais,

incorporando uma visão mais responsável diante de todos os elos da cadeia produtiva, proporcionando novas oportunidades de negócios (KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019).

Nessa perspectiva, Adams (2017b) fornece uma contribuição ao processo de geração de valor com visão multidimensional dos seis capitais, no seu estudo, quando apresenta um alinhamento dos ODS com o *framework* do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) do Relato Integrado, conforme demonstrado na Figura 9. O autor discute a incorporação de questões de desenvolvimento sustentável na tomada de decisões, estratégias e modelo de negócios de uma organização, considerando os riscos e as oportunidades apresentados pelo ambiente externo, reconhecendo que criar valor ao longo do tempo requer que a organização reconheça e aborde os riscos e oportunidades associados à gestão social e ambiental.

**Figura 9-** Alinhamento dos ODS com o *framework* do *International Integrated Reporting Council* – IIRC do Relato Integrado



**Fonte:** Adams, Druckman e Picot, (2020).

Nesse ponto de vista, Adams (2017b) relata que as questões de desenvolvimento sustentável, que deram origem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, representam limitações à disponibilidade de capitais dos quais as empresas dependem. Dessa forma, as atividades e produtos das organizações, representadas em seus modelos de negócios, requerem insumos em termos dos seis capitais e produzem resultados em relação aos seis capitais. Logo, questões de desenvolvimento sustentável podem limitar a disponibilidade de um ou mais

capitais. Ao contribuir para os ODS, as empresas e outras organizações aumentarão ou diminuirão a disponibilidade de vários capitais.

Por fim, ao planejar sua abordagem para os ODS, as organizações devem identificar, avaliar e priorizar questões de desenvolvimento sustentável que maximizem os resultados para os seis capitais e sua contribuição para as metas dos ODS (ADAMS, 2017b).

Nesse sentido, o emprego do Relato Integrado, tendo como pilar o pensamento integrado, como artefato de integração e inter-relação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do ESG, apresenta-se como um modelo de construto valioso para análise da sustentabilidade das empresas. Isso possibilita a inclusão de questões de desenvolvimento sustentável na tomada de decisões, estratégias e modelo de negócios das organizações.

### **2.2.5 Revisão Integrativa da Literatura**

Com o objetivo de buscar pesquisas anteriores, identificando quais perspectivas teóricas e práticas do Relato Integrado, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ESG nas organizações vêm sendo consideradas e propostas pela literatura internacional e nacional, foi realizado uma revisão integrativa. Esse tipo de revisão possibilita criar um retrato da literatura passada, revelando possíveis gaps a serem explorados, o que proporciona novos *insights* teóricos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Para a condução da revisão integrativa se faz necessário percorrer seis etapas distintas, sendo elas: (i) identificação do tema; (ii) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; (iii) identificação dos estudos selecionados e não selecionados; (iv) categorização dos estudos selecionados; (v) análise e interpretação dos resultados e (vi) apresentação da revisão. Dessa forma, com o propósito de garantir a integridade da revisão integrativa, este estudo está baseado nas diretrizes apontadas pelos estudos de Whitemore e Knafl (2005) e por Botelho, Cunha e Macedo (2011).

Nesse sentido, para a condução desta revisão integrativa, optou-se pela utilização da base de dados *Web of Science* - Coleção Principal (*Clarivate Analytics*). A decisão de explorar o conteúdo desta base de dados foi pautada pela abrangência das buscas em alcançar resultados mais robustos, bem como por representar um dos mais relevantes indexadores de periódicos científicos, por sua credibilidade e abrangência (GLÄNZEL, 2003; QUEIROZ et al., 2017).

Para tanto, foi elaborado um protocolo de pesquisa que tomou como plano de busca o acesso às bases de dados: tendo como período pesquisado todos os anos disponibilizados na



base de dado supracitada e utilizando os termos de busca avançada TS=(("integrated reporting" OR "Sustainability reporting" ) AND ( "sustainable development goals" OR "SDG") AND ("ESG" OR "Environmental, social, and governance" ) no título do artigo, resumo ou palavras-chave, por meio do Portal de Periódicos da CAPES/MEC, acesso restrito.

Como critérios de inclusão, foram considerados todos os estudos publicados escritos em inglês que sugiram do plano de busca na base citada acima, desde que o estudo estivesse disponível na internet de forma completa.

Para efeito de exclusão não foram considerados: estudos publicados em editoriais, prefácios, artigos de resumo, entrevistas, notícias, periódicos não revisados por pares, estudos que não abordassem Relato Integrado, ODS e ESG conjuntamente. A pesquisa na base foi realizada em 09 de maio de 2023, às 21h 27m. Após a aplicação dos filtros, foram indexados 13 artigos na base na Base *Web of Science*, conforme o Quadro 11.

**Quadro 11** – Produção científica sobre o Relato Integrado, ODS e ESG

Nº	Autores	Título do Artigo	Periódico	Ano
1	Adams (2017)	Conceptualising the contemporary corporate value creation process.	Accounting Auditing & Accountability Journal	2017
2	Shoaf, Jermakowicz e Epstein (2018)	Toward Sustainability and Integrated Reporting	Review of Business	2018
3	Buallay (2019)	Between cost and value Investigating the effects of sustainability reporting on a firm's performance	Journal of Applied Accounting Research	2019
4	Koshy et al., (2019)	Natural Capital Statements: a case study on SCA, a Swedish paper and pulp company	Journal of Environmental Economics and Policy	2019
5	Cho et al., (2020)	Advancing Sustainability Reporting in Canada: 2019 Report on Progress.	Accounting perspectives	2020
6	Saetra (2021)	A Framework for Evaluating and Disclosing the ESG Related Impacts of AI with the SDGs.	Sustainability	2021
7	Chipalkatti, Le e Rishi (2021)	Sustainability and society: Do environmental, social, and governance factors matter for foreign direct investment?	Energies	2021
8	Gurvitš-Suits e Sidorova (2022)	Decade of Sustainability Reporting in EU: Main Changes and Trends. Case of Companies Listed on NASDAQ OMX Baltic Main List	European Integration Studies	2022
9	Nik Abdullah e Haron (2022)	ESG Reporting Practices Among Islamic Banks :A Global Perspective	IIUM Law Journal,	2022
10	Nõmmela, Kõrbe e Kaare (2022)	Incorporated Maritime Policy Concept: Adopting ESRs Principles to Support Maritime Sector's Sustainable Growth.	Sustainability	2022
11	De Silva Lokuwaduge, Smark e Mir (2022)	The Surge of Environmental Social and Governance Reporting and Sustainable Development Goals: Some Normative Thoughts.	Australasian Business, Accounting and Finance Journal	2022
12	NG et al., (2023)	Disparities in ESG reporting by emerging	Sustainability	2023

		Chinese enterprises: evidence from a global financial center	Accounting, Management and Policy Journal	
13	Gutiérrez-Ponce (2023)	Sustainability as a strategy base in Spanish firms: Sustainability reports and performance on the sustainable development goals	Sustainable Development	2023

**Fonte:** A autora (2023).

O estudo de Adams (2017a) examina e explica as complexas inter-relações que influenciam a capacidade das empresas de criar valor para seus fornecedores de financiamento e outras partes interessadas. Ao fazer isso, ele perscruta as inter-relações entre risco ambiental, social e de governança (ESG); a execução da estratégia corporativa; relatórios corporativos não financeiros; e a supervisão do conselho. Foram realizadas entrevistas com presidentes de conselho e diretores de grandes empresas listadas na Bolsa de Valores de Joanesburgo (JSE) e a Bolsa de Valores da Austrália (ASX). A seleção de dois países (Austrália e África do Sul), com diferenças sociais, ambientais, políticas e institucionais significativas, baseia-se no pressuposto de que fatores contextuais nacionais e internacionais serão fatores atenuantes significativos.

Adams (2017a), ainda, conclui que os processos contemporâneos de elaboração de relatórios e, em particular os estabelecidos no Código Rei III e no Quadro Internacional de Relatórios Integrados, influenciam os quadros cognitivos que melhoram a supervisão do Conselho e ajudam as organizações a gerenciar a complexidade. O autor discute o *link* entre risco ESG, dano à reputação e cumprimento da estratégia; alguma evidência de aumento demanda dos investidores por informações sobre riscos ESG; a importância do envolvimento do conselho na integração da sustentabilidade ambiental e social nas práticas corporativas; aumento regulatório; discussões globais sobre o papel de relatórios corporativos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a tendência de relatórios integrados.

Shoaf, Jermakowicz e Epstein (2018) propõem uma discussão sobre os relatórios de sustentabilidade, tomando como base um *release* de abril de 2016 da Comissão de Valores Mobiliários (SEC) americana sobre divulgação de sustentabilidade (*Securities and Exchange Commission (SEC) Concept Release on disclosure sustainability*). Os autores analisaram as respostas enviadas ao *Concept Release*; o contexto global em que foi feito, incluindo várias estruturas de relatórios de sustentabilidade aceitas atualmente, como a Agenda 2030 com os 17 Objetivos de desenvolvimento Sustentável; bem como a Diretiva 2014/95/UE do Parlamento

Europeu que exige a divulgação de informações sobre políticas, riscos e resultados em questões ambientais, aspectos sociais e governança. Tal estudo aponta que cerca de 44% daqueles que apoiam as divulgações obrigatórias de sustentabilidade e ESG acreditam que elas devem fazer parte do Relatório Integrado. Contudo, os respondentes ao *Concept Release* reconhecem amplamente a prevalência das estruturas de relatórios de sustentabilidade existentes, por exemplo: GRI, IIRC, SASB, entre outros. Por fim, muitos dos que se opõem ao relatório obrigatório acreditam que essas estruturas fornecem relatórios suficientes para informar o público sobre os esforços de sustentabilidade das empresas.

Buallay (2019) investigou a relação entre o relatório de sustentabilidade e o desempenho financeiro, operacional e de mercado de uma empresa, a fim de determinar quando o relatório de sustentabilidade beneficia uma empresa e quando adiciona custos. Os resultados empíricos demonstraram que, por um lado, o ESG afeta positivamente o desempenho do mercado, o que suporta a teoria da criação de valor. Por outro lado, o ESG afeta negativamente o desempenho financeiro e operacional, o que apoia a teoria da redução do custo de capital. Esse estudo fornece *insights* sobre o efeito dos relatórios de sustentabilidade em diferentes perspectivas de desempenho de negócios, os quais podem ser utilizados por instituições financeiras, no intuito de reorganizar sua política de divulgação para estar alinhada com sua estratégia.

Koshy *et al.* (2019) apresentam um estudo de caso em uma empresa sueca de papel e celulose SCA, no qual a Consultoria *Economics for the Environment* desenvolveu um modelo de relatório do Capital Natural, chamado de NatCapStatements, que é uma combinação da demonstração de resultados e balanço para ativos de capital natural, principalmente usando os dados já coletados por empresas e analistas. Com base na estrutura relacionável das contas financeiras tradicionais, o relatório NatCapStatements demonstra os impactos de uma empresa no capital natural, evidencia quão dependente uma empresa está do capital natural e se a empresa está preparada para futuros riscos e oportunidades do meio ambiente. Segundo os autores, os relatórios fornecidos pelo NatCapStatements, também, podem fornecer blocos de construção para incluir métricas quantificadas e comparáveis para avaliar o desempenho em relação aos ODS.

Cho *et al.* (2020) examinaram o progresso que as maiores empresas do Canadá estão fazendo em suas divulgações ambientais, sociais e de governança (ESG). Dada a introdução dos Padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como a emissão das recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações

Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD). Tal estudo reflete a aceitação desses documentos de orientação como possibilidade de modelos de divulgação de informações, por parte das organizações, de forma madura e nova.

Contudo, essa análise sugere que os desafios persistem, pois os processos e o progresso, muitas vezes, não chegam aos investidores. Isso acontece porque são “perdidos na tradução”, quando emitidos por provedores terceirizados de informações ESG, agências de ratings ESG. Nesse caso, os elaboradores dos relatórios, também, são pressionados a responder a uma miríade de solicitações de informações de *rating* e de agências de informação. Os autores, ainda, apontam para progressos realizados pelas empresas canadenses na elaboração de relatórios de sustentabilidade, um progresso constante, mesmo que lento. Eles ressaltam que, embora o Canadá esteja atrasado em relação aos seus congêneres americanos e internacionais, observou-se que a diferença diminuiu desde 2014. No entanto, um aumento do número de modelo de relatório de sustentabilidade não equivale, necessariamente, a um aumento da qualidade e os desafios na elaboração de relatórios continuam a ser significativos (CHO *et al.*, 2020).

Saetra (2021) discutiu vários aspectos relacionados a como as empresas relatam e divulgam os impactos relacionados ao ESG, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e foco particular em como os impactos da inteligência artificial podem ser contabilizados nesse contexto. Isso é cada vez mais importante, pois empresas de todos os tipos constroem e desenvolvem ou implementam sistemas de inteligência artificial como elementos em suas atividades gerais. Portanto, o estudo propõe uma estrutura para avaliar e divulgar os impactos da inteligência artificial relacionados a ESG e aos ODS. O autor enfatiza que o desafio abordado na pesquisa foi que nenhuma dessas estruturas captura suficientemente a natureza dos impactos relacionados à sustentabilidade da inteligência artificial. Isso cria uma situação em que as empresas não são incentivadas a analisar adequadamente esses impactos. Simultaneamente, permite que as empresas que tenham conhecimento dos impactos negativos não os divulguem.

Chipalkatti, Le e Rishi (2021) realizam uma pesquisa que examina o papel dos fatores ESG na atração de investimento direto estrangeiro e na viabilização do progresso em direção aos ODS. Examinaram econometricamente as ligações entre fluxos ESG e investimento direto estrangeiro para uma amostra de 161 municípios. A pesquisa concentrou-se em economias emergentes de baixa e média renda e exportadores de commodities de baixa e média renda, pois

esses países enfrentam desafios únicos de mobilização de financiamento para alcançar os ODS e gerar crescimento econômico sustentável. Os resultados sugerem que os fluxos de investimento direto estrangeiro para toda a amostra de países são positivamente atraídos pela boa governança em um país de destino.

Gurvitš-Suits e Sidorova (2022) produziram uma pesquisa nas empresas da União Europeia, listadas na principal lista de negociação de ações da NASDAQ OMX Baltic, que buscou verificar se o relato de sustentabilidade se tornou uma prática comum entre as organizações comerciais e estabelecer as principais tendências e características dos itens divulgados. Os principais resultados do estudo revelam que as divulgações não financeiras estão sendo ativamente implementadas pelas empresas que publicam tais divulgações em seções dedicadas dos relatórios financeiros anuais.

No entanto, o número de relatórios de sustentabilidade independentes ainda permanece baixo. Deve-se observar que a forma mais popular de relatório de sustentabilidade ainda é apresentada como divulgações que são adicionadas às demonstrações financeiras anuais, enquanto a publicação de relatórios de sustentabilidade independentes é menos popular. Também, identificou-se que as divulgações não financeiras mais comuns foram: políticas relacionadas a pessoal, estratégia voltada para o cliente, certificações ISO, registro no *Eco-Management and Audit Scheme* (EMAS), referências aos ODS e normas GRI. Os autores acreditam que a principal razão para o crescimento lento de relatórios de sustentabilidade autônomos é a falta de padrões bem definidos, universais e aceitos mundialmente (GURVITŠ-SUITS; SIDOROVA, 2022).

Nik Abdullah e Haron (2022) estudaram uma amostra de 12 bancos islâmicos listados de quatro países: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar e Kuwait. O estudo utiliza as métricas ESG da *Refinitiv*, as quais usam uma pontuação de 0 a 100. Essas pontuações são agrupadas em três pilares - ambiental, social e governança corporativa. Os resultados demonstraram que, em 2020, alguns bancos apresentam um desempenho ESG relativamente bom (pontuações entre 50% - 75%) nas dimensões social e de governança. A maioria dos bancos islâmicos, neste estudo, teve um desempenho ruim na dimensão ambiental. Esta é a categoria de ESG em que os bancos islâmicos precisam demonstrar melhorias significativas. De acordo com a *Refinitiv*, as empresas que pontuam entre 0% e 8,33% indicam desempenho ESG relativamente ruim e transparência insuficiente, ao relatar dados relevantes de ESG ao público. Portanto, para permanecerem competitivos e relevantes os bancos islâmicos,

necessitam aumentar sua compreensão dos benefícios das práticas ESG e se concentrarem em melhorar suas pontuações gerais e subdimensões de ESG.

Nõmmela, Kõrbe e Kaare (2022) propuseram uma estrutura para a formulação de políticas marítimas para apoiar o desenvolvimento sustentável. O estudo se concentrou nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e no novo projeto da Norma Europeia de Relatórios de Sustentabilidade. Nessa ocasião, foram analisados os relatórios de sustentabilidade das empresas do setor marítimo da Estônia, com base nos conjuntos de dados detalhados de 143 empresas marítimas. Como resultado, foi desenvolvido um modelo de maturidade para o desenvolvimento sustentável no setor marítimo e uma estrutura para a formulação de políticas, no intuito de apoiar o desenvolvimento sustentável. Por fim, os autores recomendaram a incorporação das dimensões de sustentabilidade do setor marítimo em todos os níveis de formulação de políticas e o apoio à implementação de políticas com a estrutura de governança marítima local.

De Silva Lokuwaduge, Smark e Mir (2022) desenvolveram uma pesquisa que analisou os riscos e oportunidades das práticas ESG e o impacto de diferentes partes interessadas nas medidas, ferramentas e estruturas, incluindo os ODS usados entre diferentes setores para relatar o desempenho da sustentabilidade. Este estudo conclui que os líderes empresariais em todo o mundo têm a oportunidade de usar informações transparentes sobre riscos e oportunidades ESG, para promover um envolvimento mais eficaz com investidores e outras partes interessadas, e os líderes globais, nacionais e organizacionais têm uma responsabilidade legal e ética de fornecer resultados sustentáveis para seus negócios globais e comunidades locais.

Gutiérrez-Ponce (2023) examinou os relatórios de sustentabilidade corporativa, os padrões que eles usam e sua conexão com o desempenho nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) de empresas do principal índice da bolsa de valores da Espanha. Os métodos de estudo utilizados incluem correlações paramétricas que explicam as associações entre a iniciativa global de relatórios (GRI) e os padrões ambientais, sociais e de governança (ESG) e o nível de desempenho em ODS/ESG nos relatórios de sustentabilidade.

Nesse sentido, os resultados constataram que todas as empresas apresentaram seus relatórios de sustentabilidade verificados e que o nível de informação ESG está acima de 75%, identificando, também, que o GRI é o padrão de sustentabilidade utilizado. Além disso, todas as empresas contribuem com um nível médio de 75% de informações sobre todas as metas e sobre cada um dos 17 ODS da Agenda 2030. O estudo identificou, ainda, analogias

significativas no nível de divulgação de informações GRI-ESG e no nível de desempenho nos ODS/ESG. Além disso, quanto maior o nível de informação sobre os padrões ambientais da GRI, melhor a posição da empresa no ranking dos ODS ambientais (GUTIÉRREZ-PONCE, 2023).

Ng *et al.* (2023) realizaram uma pesquisa em que examinaram as potenciais disparidades nos relatórios ambientais, sociais e de governança (ESG) entre as empresas chinesas emergentes. Segundo os autores, essas empresas estão entre as empresas baseadas em mercados emergentes, como nos países BRICS (ou seja, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que se desenvolveram nas últimas décadas de globalização. Em particular, as empresas emergentes da China têm investido de forma proativa, por meio das fronteiras através de Hong Kong, como um centro financeiro global e uma porta de entrada para os mercados globais, competindo diretamente com outras empresas multinacionais existentes. Essas empresas estão sujeitas a um conjunto de requisitos ESG orientados internacionalmente, impostos pelo regulador de um centro financeiro global que está exposto a diversos *stakeholders*.

Nesse sentido, Ng *et al.* (2023) mostraram que o grau de desenvolvimento internacional de uma empresa é significativo no contexto da divulgação relacionada às mudanças climáticas, porque ela é cada vez mais vista como uma preocupação comum que deve ser abordada, por meio de esforços conjuntos de empresas que operam em todo o país. A pesquisa sugere que a natureza da propriedade institucional, o tamanho e o grau de desenvolvimento internacional das empresas podem ser impulsionados por várias forças institucionais externas e dinâmicas internas organizacionais. Os autores, também, descrevem que a presença de diretores não executivos independentes está, significativamente, associada a relatórios sobre o cumprimento dos ODS. Logo, o estudo reforça a importância dos membros independentes e da diversidade de gênero nos conselhos administrativos das empresas pesquisadas para aprimorar os relatórios ESG das mesmas.

Visando ampliar o escopo de pesquisas direcionadas ao objeto de estudo da tese foram identificados outros estudos internacionais que não fizeram parte do protocolo de pesquisa, contudo são considerados relevantes, porque abordam o tema de Relato Integrado e ODS de forma conjunta. São eles: Busco, Granà e Izzo (2018); Von Alberti-Alhtaybat, Alhatabat e Al-Htaybat (2020); Brunelli e Ranalli (2020); Di Vaio *et al.*, (2020); Izzo, Strologo e Granà (2020); Nicolo, Zanellato e Tiron-Tudor (2020); Abhayawansa e Adams (2021); Gherardi *et al.*, (2021); Lakshan *et al.*, (2021); Robertson (2021).

Os estudos de Busco, Granà e Izzo (2018) investigam a forma como as organizações podem aproveitar uma estratégia integrada para conciliar a estabilidade financeira com a sustentabilidade social e ambiental, bem como para criar valor a longo prazo para todas as partes interessadas. Ao centrar-se no papel importante e gerador de valor das organizações empresariais no cumprimento da promessa de desenvolvimento sustentável, os autores trazem o debate sobre o Pensamento Integrado e Relato Integrado (RI), com particular ênfase no processo de criação de valor, ao mesmo tempo que contribuem para a realização dos ODS, analisando o impacto dos ODS na materialidade, conectividade e envolvimento das partes interessadas.

Von Alberti-Alhtaybat, Alhatabat e Al-Htaybat (2020) estudam o desenvolvimento do hábito da sustentabilidade, em um contexto árabe do Oriente Médio, a organização Aramex, que tem sido pioneira em práticas e relatórios de sustentabilidade. Baseando-se no hábito e no campo de Bourdieu, o documento explora a evolução dos relatórios de sustentabilidade, desde 2006 até o Relato Integrado preparado em 2018, subjacente ao papel da Aramex como contribuinte para o desenvolvimento de um hábito de sustentabilidade na região. Eles, ainda, oferecem uma contribuição significativa para a literatura sobre sustentabilidade, no que diz respeito ao mundo árabe.

Brunelli e Ranalli (2020) discutem o grande desafio representado pelo desejável cumprimento dos ODS por organizações com e sem fins lucrativos. A literatura existente reconhece dois pilares fundamentais no envolvimento das empresas com a sustentabilidade: (1) modelos de Negócios Sustentáveis e (2) Contabilidade para a Sustentabilidade (*Accounting for Sustainability - A4S*). O primeiro, que diz respeito a todas as atividades e resultados empresariais concebidos e implementados com o objetivo de criar externalidades positivas para a sociedade e o ambiente, tem sido bem desenvolvido por estudiosos. Por sua vez, o segundo é a identificação do sistema de relatórios mais apropriado para contabilizar o desenvolvimento da sustentabilidade do negócio. Os pesquisadores, ainda, analisam questões importantes como Big Data e sua governança, conformidade tributária, democracia econômica e contabilidade de salários justos são tratadas, a fim de priorizar ações que as organizações devem realizar para o cumprimento de muitos ODS.

Di Vaio *et al.* (2020) realizaram uma revisão sistemática da literatura com foco no papel dos relatos integrados (RI) e do pensamento integrado na obtenção de modelos de negócios sustentáveis. A pesquisa discute se a incorporação de novos sistemas de RI pode facilitar a



integração de processos, assim como uma melhor alocação de recursos e capital para criar valor a longo prazo, de acordo com uma abordagem circular. Nessa linha, a análise bibliométrica identificou que Relato Integrado e Pensamento Integrado determinaram uma evolução na forma como as empresas comunicam e criam valor, facilitando a integração de processos e uma melhor alocação de recursos e capital. Os resultados, desse estudo, reforçam a importância do desenvolvimento de modelos de negócios responsáveis pelo cumprimento dos ODS e pela integração das relações nos processos estratégicos da empresa.

Izzo, Strologo e Granà (2020) analisaram o nível de divulgação sobre os capitais de RI e como as empresas alavancam o relato integrado para incorporar informações sobre os ODS. Eles desenvolveram uma grade de avaliação para divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, baseada no trabalho de Adams *et al.* (2020). A pesquisa oferece uma visão geral do estado da arte na divulgação de RI, aumentando o foco no capital já analisado pela literatura em direção à análise da divulgação dos ODS.

Nicolò, Zanellato e Tiron-Tudor (2020) investigaram se a diretiva de divulgação obrigatória (União Europeia) aumentou o nível de informações fornecidas pelas Empresas Estatais que emitiram o Relato integrado entre os anos de 2016 e 2017, no intuito de demonstrar se uma regulamentação obrigatória conduz a uma maior divulgação. O estudo faz uma combinação de legitimidade institucional e perspectiva de *stakeholder*, investigando o papel da Diretiva 95/2014, no estímulo à divulgação do Relato Integrado, no contexto das empresas estatais. Os pesquisadores propõem uma análise de dois anos para avaliar o nível de divulgação do Relato Integrado fornecido, em conformidade com o pré e pós diretiva da União Europeia. Para isso, realizaram uma análise de conteúdo baseada na lista de itens proposta por Zhou et al. (2017). Os resultados sugerem que não existem variações específicas entre os níveis de divulgação do relato Integrado fornecidos pelas empresas estatais pré e pós-introdução da Diretiva 95/2014.

Abhayawansa e Adams (2021) avaliaram as estruturas de relatórios não financeiros, no que diz respeito aos relatórios de risco. O objetivo do estudo era duplo. Em primeiro lugar, examinaram quais e como as informações sobre riscos de pandemia (COVID-19) e clima são relatadas; e, portanto, disponíveis para auxiliar a gestão, o investidor e a tomada de decisão das partes interessadas pelas organizações. Em segundo lugar, usaram os *insights* da primeira parte da pesquisa, a fim de sugerir considerações para uma estrutura conceitual para relatórios não

financeiros que abrangessem riscos de desenvolvimento sustentável, usando a Estrutura do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, como uma estrutura guarda-chuva.

Gherardi *et al.* (2021) identificaram uma possível solução para medir e divulgar, de uma perspectiva interna e externa, o valor público das organizações do setor público nas três dimensões: econômica, social e ambiental. Eles verificam elementos e analisam as implicações da sustentabilidade nos investimentos da União Europeia em organizações do setor público. O estudo baseia-se na literatura sobre prestação de contas e relatórios no setor público. Os resultados mostram que as atuais demandas, em termos de prestação de contas e relatórios da União Europeia, podem ser satisfeitas, usando um modelo híbrido de prestação de contas e relatórios, o qual é mais capaz em representar o processo de criação de valor e os resultados na organização do setor público.

Lakshan *et al.* (2021) exploraram como os preparadores de Relato Integrado gerenciam o risco de divulgar informações, voltadas para o futuro, em relatórios integrados de empresas. Os autores fornecem evidências de várias estratégias, no intuito de gerenciar o risco associado à divulgação de informações orientadas para o futuro em relatórios integrados. A pesquisa descreve as estratégias que os gestores utilizam para mitigar os riscos envolvidos na divulgação de informações voltadas para o futuro. Essas estratégias podem fornecer suporte ou levantar preocupações para os gerentes na decisão de como lidar com esses riscos.

Robertson (2021) investigou as influências sociais na adoção e implementação do relato integrado (RI) no Reino Unido. O estudo foi baseado em entrevistas semiestruturadas com 36 executivos seniores, ativamente envolvidos no relatório integrado, em 17 organizações. As principais influências sociais na adoção externa foram relatadas por consultores de *design* e, em menor medida, por auditores externos, principalmente para legitimar o relato integrado. As influências internas foram o apoio do conselho ao RI para impulsionar a sustentabilidade em toda a organização ou para recuperar a confiança na sociedade. As influências sociais que auxiliam na difusão adicional, na fase de implementação, vieram de três fontes externas: redes de negócios; consultores de *design* de relatórios; e auditores externos. As influências internas na condução da difusão do RI nas organizações foram identificadas em cinco áreas funcionais, com as funções de finanças, sustentabilidade e comunicação, exercendo a maior influência externa na difusão do RI.

Foram, também, identificados outros estudos internacionais que não fizeram parte do protocolo de pesquisa, contudo são considerados relevantes, porque abordam o tema de Relato

Integrado e ODS de forma individualizada. No tocante aos ODS, destacam-se as pesquisas de Rosati e Faria (2019a); Fonseca e Carvalho (2019); Tsalis *et al.* (2020); Van der Waal e Thijssens (2020). Em relação ao Relato Integrado, evidenciam-se Landau *et al.* (2020); Caglio, Melloni e Perego (2020); Wahl, Charifzadeh e Diefenbach (2020); Albitar *et al.* (2020); Mans-Kemp e Van der Lugt (2020); Bektur e Arzova (2020); Conway (2019); Gerwanski (2020); Flores *et al.* (2019) e Vitolla *et al.*, (2020c); Nicolò *et al.*, (2023); Hamad *et al.*, (2023) e Pigatto *et al.*, (2023).

Rosati e Faria (2019a) realizaram uma pesquisa para examinar como 27 fatores institucionais, os quais afetam o conteúdo e a estrutura dos relatórios de sustentabilidade corporativa relativos aos ODS de uma amostra de 90 países. Eles utilizaram 2016 como ano de referência para a análise, identificando os adotantes mais rápidos dos ODS e selecionando, apenas, as organizações que seguem os padrões da GRI, porque esta reuniu informações sobre os relatórios de ODS. Nessa direção, os resultados mostram que as organizações, as quais relatam os ODS, são mais propensas a estarem localizadas em países com maiores níveis de vulnerabilidade às mudanças climáticas, responsabilidade social corporativa nacional, entre outros aspectos.

Os pesquisadores supracitados também investigaram a relação entre um conjunto de fatores organizacionais e os ODS em relatórios corporativos, elaborando um modelo *logit* em uma amostra de 408 empresas em todo o mundo. Eles descobriram que apenas 16%, de um total de 408 organizações investigadas em 2016, abordam os ODS em relatórios de sustentabilidade. Assim, concluíram que o relato dos ODS é relacionado a fatores, como o tamanho da organização maior, um nível mais alto de ativos intangíveis e um maior compromisso com estruturas de sustentabilidade e garantia externa (ROSATI; FARIA, 2019b).

Fonseca e Carvalho (2019) mapearam o nível atual de engajamento das empresas com sistemas de gestão certificados pela Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional em contribuir e relatar os 17 ODS da Agenda 2030. Os resultados dos testes estatísticos indicam que a comunicação dos ODS é mais proeminente nas organizações com as seguintes características: têm um elevado volume de negócios, são membros da Rede do Pacto Global das Nações Unidas e divulgam os seus relatórios de sustentabilidade no seu *site*.

Tsalis *et al.* (2020) desenvolveram uma estrutura metodológica para avaliar o nível de alinhamento das práticas de relato de sustentabilidade corporativa com o escopo dos ODS. A pesquisa sugeriu uma estrutura de avaliação para detectar a quantidade de tópicos de divulgação

de relatórios de RSC/sustentabilidade com relação aos ODS, pela via da utilização de sistemas de pontuação-benchmarking. Nessa linha, Van der Waal e Thijssens (2020) examinaram a maneira como as empresas abordam os ODS, utilizando regressões logísticas por meio de relatórios de sustentabilidade.

Landau *et al.* (2020) verificam a relevância do valor real do Relato Integrado em uma amostra europeia, investigando se o mercado valoriza (positivamente ou negativamente) os relatórios de uma empresa sobre tópicos ESG de forma integrada. Eles observam a diferença entre relatórios de RI e ESG separados em termos de avaliação de mercado e analisam o efeito da qualidade do relatório na avaliação de mercado de RI. Esses objetivos são abordados por meio do modelo de avaliação, baseado no modelo de Ohlson. Segundo os autores, os resultados não podem sustentar a literatura que afirma que apenas relatórios ESG de alta qualidade são significativos para a avaliação de mercado de uma empresa. No entanto, os resultados vão na mesma direção, uma vez que o mercado não penaliza as empresas que aplicam a abordagem das melhores práticas.

A pesquisa de Caglio, Melloni e Perego (2020) perscrutou os benefícios econômicos associados aos atributos textuais e à verificação externa de relatos integrados (RI), o que é uma forma inovadora de divulgação corporativa que conecta informações financeiras e ambientais, sociais e de governança (ESG) em um único relatório. Investigaram o cenário da África do Sul, onde o RI é obrigatório, desde 2010, para as empresas listadas. Os resultados encontrados sugerem que os participantes do mercado apreciam os Relatos Integrados que são legíveis, curtos e focados, bem como dão dicas de estratégias de gerenciamento visando analistas.

Wahl, Charifzadeh e Diefenbach (2020) pesquisaram como o Relato Integrado (RI) cria valor para os investidores. Eles verificam como os provedores de capital financeiro se beneficiam de um ambiente aprimorado de informações da empresa fornecido por RI. Especificamente, este estudo investiga o efeito da divulgação voluntária de RI na precisão das previsões de lucros dos analistas e no valor da empresa.

Albitar *et al.* (2020) analisaram o efeito da divulgação ambiental, social e de governança sobre o desempenho das empresas antes e depois da introdução do relato integrado (RI), para explorar ainda mais um potencial efeito de moderação dos mecanismos de governança corporativa sobre este relacionamento. Dessa forma, os autores concluíram que as empresas voluntariamente associadas ao RI têm uma tendência de alcançar um melhor desempenho financeiro.

Mans-Kemp e Van der Lugt (2020) avaliaram a utilidade do RI ao examinar as inter-relações entre a qualidade do relato integrado, desempenho de sustentabilidade e desempenho financeiro das empresas listadas na África do Sul. Nesse caso, os resultados apontaram um alto nível de qualidade do Relato Integrado significativamente associado a altos níveis de desempenho ESG, bem como alto lucro por ação e alta alavancagem. As empresas com boas pontuações de desempenho ESG estavam, provavelmente, em melhor posição para produzir RI de alta qualidade do que aquelas com baixo desempenho de sustentabilidade; já as que apresentam melhor desempenho financeiro parecem receber mais reconhecimento do mercado.

O trabalho de Bektur e Arzova (2020) analisou o impacto da diversidade de gênero nos conselhos de administração das empresas na qualidade do Relato Integrado e no desempenho das empresas. Essa pesquisa utilizou 15 empresas com pontuação ESG entre 2014 e 2019 de um total de 56 incluídas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), as quais foram examinadas e relatadas, usando o método de Análise de Dados em Painel. O percentual de mulheres nos conselhos de administração das empresas está positivamente correlacionado às variáveis de desempenho das empresas, exceto para ROE. Tal resultado comprova que o percentual de mulheres em conselhos de 15 empresas, no Índice ISE, afeta positivamente o desempenho financeiro das empresas.

Conway (2019) investigou o impacto da introdução obrigatória de Relatos Integrados, em 2011, no desempenho financeiro, risco e participação institucional de empresas listadas na África do Sul, para avaliar se há um benefício para o RI e o que pode encorajar maior adoção global. Ele compara os resultados com duas outras bolsas de valores africanas (Nigéria e Egito, sem RI obrigatório) e verifica se a qualidade do RI, também, tem impacto sobre essas bolsas e as pontuações de divulgação ambiental, social e de governança (ESG). Ele, ainda, observa que o desempenho financeiro e o risco em empresas sul-africanas estão negativamente associados à adoção obrigatória de RI. Todavia, maior participação institucional e maiores pontuações ESG são impactadas positivamente pela adoção obrigatória de RI.

Gerwanski (2020) estudou o efeito do engajamento voluntário do RI sobre o custo marginal da dívida pública. A amostra inicial compreendeu todas as empresas europeias listadas publicamente com seus escores de ESG entre 2015 e 2017. Os resultados revelaram que o engajamento no RI estava associado a um custo, significativamente, menor da dívida. Isso sugere que a elaboração de um relato integrado fornece informações incrementais aos

relatórios tradicionais, o que pode levar a uma melhor avaliação do risco de investimento dos credores.

Flores *et al.* (2019) investigam a relação entre a adoção de RI e o número de analistas que o seguem. O resultado sugere que os adotantes de RI têm mais analistas do que os não adotantes. Os pesquisadores explicam que isso ocorre porque o RI representa uma qualidade de divulgação superior. Os resultados, também, sugerem que o RI melhora a capacidade dos analistas de fazer previsões precisas em maior extensão na América do Norte do que na Europa.

Vitolla *et al.* (2020c) analisam o impacto da qualidade de RI de 116 empresas internacionais no custo de capital próprio. Os resultados indicam que a maior qualidade de RI leva a um menor custo de capital próprio, sugerindo que a qualidade do relato integrado representa uma forma inovadora de reduzir o custo do capital próprio.

Nicolò *et al.* (2023) aprofundaram as principais abordagens das empresas para incorporar as divulgações dos ODS nos relatos integrados. Os resultados, deste estudo, destacaram que, embora um número razoável de principais adotantes de RI abordassem questões de ODS, seus caminhos para a divulgação não eram uniformes. Em alguns casos, os ODS inspiraram mudanças substanciais na gestão e processos internos, comunicados por meio de uma abordagem integrada. Entretanto, havia uma tendência persistente de usar os ODS como camuflagem e ferramenta simbólica, no intuito de melhorar a reputação da empresa e obter uma licença para operar.

Hamad *et al.* (2023) investigaram o desempenho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de empresas de capital aberto na Malásia, por meio da divulgação de seus ODS. Além disso, observa o impacto da qualidade do Relatório Integrado (RI) no desempenho dos ODS. Os resultados obtidos revelam uma tendência crescente no desempenho dos ODS. As empresas que contribuem para os 17 ODS cresceram de 14%, em 2016, para 78% em 2020. Prioritariamente, a pontuação média dos cinco anos mostrou que empresas de capital aberto da Malásia estão prestando mais atenção ao ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico (53%); ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis (43%); e ODS 13 Ação Climática (42%). Além disso, a análise de regressão de efeitos fixos prova que empresas com maior qualidade de RI são mais propensas a fornecer melhor divulgação dos ODS.

Por fim, o estudo de Pigatto *et al.* (2023) buscou entender a lógica implícita no conceito de criação de valor contido na estrutura do Relato Integrado (RI). Essa amostra compreendeu os relatórios integrados ou de sustentabilidade de 2016 para 184 empresas. Assim, os autores

examinaram a qualidade das divulgações feitas em relatórios integrados, medindo o nível em que os seis capitais (6Cs) foram integrados nas divulgações sobre criação de valor. O modelo de criação de valor da estrutura de RI concentra-se em seis elementos de conteúdo e três princípios orientadores. Logo, o estudo combinou análise de conteúdo com medidas quantitativas na forma de um Índice de Divulgação Integrada sob medida. Esse índice mede o nível de integração encontrado nas divulgações e não a mera presença ou ausência, elementos de conteúdo e princípios orientadores mencionados isoladamente.

Os seis capitais são bem divulgados na forma, mas apenas, parcialmente, propagados na substância. Além disso, os níveis gerais de integração entre as capitais, os elementos de conteúdo e os princípios orientadores são superiores à média. Na realidade, faltam divulgações sobre materialidade, modelos de negócios e relacionamentos com partes interessadas, assim como as propagações relacionadas a médio e a longo prazo sobre as perspectivas (PIGATTO *et al.*, 2023).

No tocante às pesquisas realizadas no Brasil, não foram encontrados, até o momento da elaboração do protocolo de pesquisa, trabalhos científicos que investigassem as temáticas: Relato Integrado, ODS e ESG de forma conjunta. Ainda, foi efetuado um levantamento nos periódicos nacionais com classificação no Qualis/Capes, no período de 2015 a 2023, sobre Relato Integrado e foram encontrados 41 artigos científicos, conforme pesquisa realizada até 09 de maio de 2023 e demonstrada no quadro 12.

**Quadro 12-** Pesquisas sobre Relato Integrado no Brasil publicados em periódicos

Nº	Ano	Autores	Objetivos
1	2015	Peixoto e Martins (2015).	Comparar o nível de <i>disclosure</i> de informações do Relato Integrado da empresa Votorantim Industrial, nos anos de 2012 e 2013.
2	2015	Vasconcelos, Sabes e Robles Jr (2015).	Avaliar como as empresas listadas no Índice Bovespa da Bolsa de Valores de São Paulo estão reportando suas informações de sustentabilidade e se estão aderindo ou não ao Relato Integrado.
3	2016	Abreu <i>et al.</i> , (2016).	Verificar como as empresas estão aderindo ao modelo proposto pela estrutura conceitual em seus relatórios.
4	2017	Albuquerque <i>et al.</i> , (2017).	Analisar o desempenho das empresas integrantes do Projeto Piloto do IIRC no Brasil, que divulgam Relato Integrado (RI), comparando com empresas que não fizeram parte dessa iniciativa, no intuito de constatar a influência decorrente da divulgação do RI sobre a performance das empresas.
5	2017	Freitas e Freire (2017)	Verificar a existência da aderência do balanço socioambiental do CFC com a estrutura conceitual proposta pelo IIRC no período de 2005 a 2013.
6	2017	Nossa, Rodrigues e Nossa (2017).	Apresentar a evolução dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.
7	2017	Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017).	Identificar as variáveis da publicação do Relatório de Sustentabilidade ou RI pelas empresas listadas na BM&FBovespa nos anos de 2011 a 2014.
8	2017	Alves <i>et al.</i> , (2017).	Descrever o conteúdo e a forma de evidenciação da criação de valor, por meio das informações financeiras no RI.
9	2017	Alves, Kassai e Lucas (2017).	Descrever os conteúdos que evidenciam a criação de valor no Relato Integrado (RI) das empresas do programa piloto no Brasil nos anos de 2014 e 2015.

10	2017	Mantovani <i>et al.</i> , (2017).	Verificar como a empresa BRF S.A divulga os Capitais propostos pela estrutura conceitual no seu relatório integrado.
11	2017	Salgado <i>et al.</i> , (2017)	Analisar o que vem sendo publicado sobre criação de valor ao stakeholder acionista por meio do Relato Integrado, identificando os valores percebidos por esse stakeholder e reconhecendo de que forma esses valores podem ser medidos.
12	2018	Santos, Rodrigues e Miranda (2018).	Identificar o posicionamento adotado por cada participante no processo de elaboração do RI na etapa de <i>Consultation Draft</i> .
13	2018	Almeida, Neumann e Sanches (2018).	Analisar a evidência da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no FR e no RI nos períodos de 2015 e 2016.
14	2018	Barros <i>et al.</i> , (2018).	Examinar se o <i>value relevance</i> das informações contábeis, das empresas do programa piloto do IIRC, aumentou após a adoção do RI.
15	2019	Gonçalves, Anjos e Freitas (2019).	Analisar a relação entre o RI e o desempenho financeiro das companhias listadas na B3.
16	2019	Homero Junior (2019).	Identificar como os discursos oriundos do <i>International Integrated Reporting Council</i> (IIRC) são apropriados, por meio da análise da literatura acadêmica brasileira.
17	2019	Rizzi <i>et al.</i> , (2019).	Analisar os fatores determinantes da conformidade dos RI em relação às diretrizes divulgadas pelo <i>International Integrated Reporting Council</i> , em empresas brasileiras de capital aberto.
18	2019	Koprowski <i>et al.</i> , (2019).	Verificar a influência das conexões políticas e da evidência socioambiental no custo de capital das empresas.
19	2019	Ciasca, Nabeshima e Garcia (2019).	Apresentar o atual estágio tanto da produção acadêmica brasileira acerca do tema, como da elaboração de RI pelas empresas brasileiras.
20	2020	Favato, Neumann e Sanches (2020).	Analisar quais os temas relacionados ao desenvolvimento sustentável que o BNDES tem trabalhado no Relato Integrado e realizar um levantamento biográfico com reflexões sobre o percurso das fases de mandatos políticos do banco entre as décadas de 1960 e os anos 2000.
21	2020	Homero Junior e; Carrieri (2020).	Apresentar uma reflexão sobre o modo como o conceito de sustentabilidade tem sido apropriado pelos discursos corporativos. Para tanto, discutir os temas do Relato Integrado, conforme as diretrizes propostas pelo <i>International Integrated Reporting Council</i> (IIRC). E por fim, compara a representação da força de trabalho das revendedoras de cosméticos nos relatórios corporativos de 2015 da Natura Cosméticos S/A, uma das corporações brasileiras mais engajadas nas iniciativas do IIRC, aos resultados de pesquisas acadêmicas independentes.
22	2020	Sanches <i>et al.</i> , (2020).	Analisar o <i>sensemaking</i> (Weick, 1995) dos atores envolvidos na adoção e elaboração do Relato Integrado em uma instituição financeira brasileira (Itaú Unibanco S.A.).
23	2020	Souza e Panhoca (2020).	Analisar a construção do discurso de sustentabilidade nos resultados de pesquisas sobre os Relatos Integrados (IRs) de empresas do setor público.
24	2020	Ribeiro <i>et al.</i> , (2020).	Analisar o desenvolvimento da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) na produção científica internacional sobre RI nas perspectivas da plataforma teórica, paradigmas de pesquisa, metodologias de investigação utilizadas e processo contábil.
25	2020	Santos, Fernandes e Silva (2020).	Propor indicadores mínimos que permitam a comparabilidade, clareza e identificação de transparência de duas empresas classificadas na B3.
26	2021	Barbalho <i>et al.</i> , (2021).	Mapear o perfil das produções acadêmicas referentes ao tema Relato Integrado por palavras-chave em língua inglesa e portuguesa, relacionadas a artigos publicados no período de 2013 a 2019, nas bases de dados científicas reconhecidas nacional e internacionalmente, como <i>Proquest</i> , <i>Spell (Scientific Periodicals Eletronic Library)</i> , <i>WOS (Web of Science)</i> , <i>Scielo</i> e <i>Scopus</i> .
27	2021	Teixeira <i>et al.</i> , (2021).	Averiguar o nível de divulgação das informações não financeiras nas empresas participantes do Projeto Piloto do <i>International Integrated Reporting Council</i> (IIRC)
28	2021	Reis e Moraes (2021)	Compreender a manifestação do isomorfismo institucional, seja no âmbito normativo, mimético e/ou coercitivo sobre um novo modelo de comunicação corporativa – o Relato Integrado (RI).
29	2021	Castanha <i>et al.</i> , (2021).	Investigar como os riscos relacionais são evidenciados pelas empresas participantes do projeto piloto do Relato Integrado no Brasil. Os resultados evidenciam que apesar dos riscos relacionais possuírem representatividade na relação entre organizações, estes são divulgados de forma não padronizada, implícita e dispersa ao longo dos documentos.
30	2021	Santos, Favato e Neumann (2021)	Propor uma agenda para pesquisas futuras sobre a gestão de stakeholders no relato integrado. Os resultados indicam que a gestão de stakeholders pode ter alcançado seu potencial de forma cerimonial, mas carece de definições. Para a academia e para o <i>International Integrated Reporting Council</i> , o estudo contribui ao mapear fatores e sugerir a realização de orientações e debates com comissões locais no intuito de superar as deficiências apontadas pelo estudo.



31	2021	Bevilaqua, Neumann e Faia (2021)	Identificar os fatores que favorecem e/ou limitam o pensamento integrado na prática organizacional, a partir da compreensão e análise do conceito, da incorporação e dos benefícios do pensamento integrado. Os resultados dos artigos apresentaram divergência em relação ao conceito e incorporação do pensamento integrado. No entanto, possibilitaram a elaboração do modelo de conceitualização do pensamento integrado, o qual amplia as discussões sobre o tema e avança com a apresentação de conceitualizações novas e complementares.
32	2021	Rabelo e Silva (2021)	Analisar como as empresas mineradoras listadas na B3 até agosto de 2021 publicam o seu Relato Integrado a fim de descobrir se seguem a <i>International Integrated Reporting Council</i> em todos os aspectos. A análise dos dados apontou que, embora os relatos das companhias sigam alguns passos importantes do <IR>, bem como apresentem elementos característicos, em suma, não atendem a todas as exigências da estrutura.
33	2021	Colla <i>et al.</i> , (2021)	Verificar se a divulgação do Relato Integrado (RI) por uma organização influencia no julgamento e na tomada de decisão de investidores.
34	2022	Paredes, Besen e Almeida (2022)	Identificar o nível de aderência em relação aos capitais não financeiros das empresas do setor financeiro da B3 que publicaram o Relato Integrado em 2018.
35	2022	Maria, D'angelo e Borgerth (2022)	Identificar as lacunas de engajamento e de utilização entre os atores sociais envolvidos com o Relato Integrado (RI) no Brasil: as empresas e os profissionais responsáveis pelo seu fomento, as organizações que o implementam e as empresas e os profissionais que o utilizam. Os achados evidenciaram cinco lacunas de engajamento e de utilização entre os atores sociais: ausência do pensamento integrado nas organizações; exclusão do RI na governança corporativa; ausência de padronização de metodologias de mensuração de impactos e de <i>disclosure</i> de riscos; desconhecimento da abrangência dos temas do RI; e controvérsia entre a regulação e a autorregulação do RI.
36	2022	Trocz <i>et al.</i> , (2022)	Analisar a busca por legitimidade a partir da evidenciação do <i>disclosure</i> voluntário relacionado à prática de responsabilidade corporativa sustentável em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o <i>International Integrated Reporting Council</i> (IIRC).
37	2022	Novaki <i>et al.</i> , (2022)	Identificar as informações divulgadas pelas instituições financeiras listadas na B3 no Relato Integrado do ano de 2019. Foi possível observar que as empresas analisadas, no geral, buscam divulgar mais dados relacionados aos KPIs lucro por ação; filiais e rede; dividendos; número de consultas e transações; marca e reputação; presença nas redes sociais; despesas com treinamentos; classificação do índice de sustentabilidade e número de reuniões e <i>roadshows</i> .
38	2022	Marçal, Neumann e Sanches (2022)	Construir a semântica do conceito de geração de valor, baseado na literatura existente, delimitada a proposta do Relato Integrado (RI). Os resultados demonstram que a semântica do conceito de geração de valor é a de que a organização realiza ações de valores (capitais) gerados direta ou indiretamente, considerando apenas seu efeito positivo à sociedade e ao meio ambiente. As ações negativas ocasionam destruição de valor para acionistas e stakeholders, não sendo relatadas quando se esperava que fossem
39	2022	Santos <i>et al.</i> , (2022)	Analisar as informações e a evidenciação da geração de valor das empresas Gerdau S.A. e Natura S.A. no Relato Integrado do ano de 2020. Levando em consideração o cenário de pandemia no qual as empresas estavam inseridas.
40	2022	Castro e Costa (2022)	Apresentar o estado atual de conhecimento sobre Relato Integrado com ênfase nas contribuições voltadas ao Setor Público brasileiro, tendo em vista a Decisão Normativa n.º 178/2019, do Tribunal de Contas da União, como o marco para a instituição do modelo de relatório de gestão das prestações de contas anuais baseado no Relato Integrado.
41	2023	Melo e Barbosa (2023)	Identificar e analisar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) divulgados nos relatórios de sustentabilidade das empresas com alto potencial poluidor, integrantes do setor de Petróleo, Gás e Biocombustível da B3.

Fonte: A autora (2023).

Posto isto, verifica-se que grande parte dos estudos brasileiros analisam a divulgação e a evidenciação de informações, bem como as produções acadêmicas brasileira e internacional acerca do tema sobre RI, a relação entre a adoção do RI e outra variável, como custo de capital das empresas, e estudos sobre o conceito de materialidade.

Portanto, observa-se pelos estudos internacionais e nacionais que, ainda, existe escassez de estudos sobre RI, ODS e ESG de forma conjunta. Nota-se, então, a existência de uma lacuna para pesquisa nos estudos relacionados à integração dos ODS e ESG com o Relato Integrado. Dessa maneira, este trabalho busca investigar empiricamente o nível de divulgação dos Relatos Integrados e sua interação com os ODS e ESG, por meio da mineração de dados (*machine learning*), como métrica de estimação para analisar como o *Framework Integrated Reporting*, ODS e ESG contribuem para a Sustentabilidade das empresas listadas na B3, dentro de uma perspectiva de criação de valor, para a organização, o meio ambiente e a sociedade.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este tópico descreve o enquadramento metodológico desta pesquisa, apresenta a caracterização do estudo e os aspectos metodológicos da investigação, a partir dos métodos, técnicas e procedimentos aplicados.

Nesse contexto, o método científico é “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 65). Assim, estabelecer o método é essencial para o adequado desenvolvimento de uma pesquisa, a qual tem seu êxito avaliado pela seleção e aplicação dos modelos mais apropriados que possibilitam o alcance dos seus objetivos.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÕES DO ESTUDO

Esta Tese parte do pressuposto de que os Relatos Integrados, ODS e ESG podem representar instrumentos que as organizações usam para gerenciar as pressões externas na busca de legitimidade e aumentar sua transparência, visando o desenvolvimento sustentável. Ao fazer isso, eles aumentam a responsabilidade de seus relatórios de informações financeiras e não financeiras e ganham legitimidade junto à sociedade. Logo, o estudo se caracteriza como uma pesquisa de caráter misto, pois utiliza abordagens qualitativas e quantitativas e, a partir desta perspectiva, reconhece a complementaridade entre diferentes métodos de coleta e análise de dados. Os métodos de pesquisa misto correspondem à integração sistemática dos métodos quantitativos e qualitativos em um só estudo, cuja finalidade é obter um retrato mais completo do fenômeno (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013; CRESWELL, 2007).

Merriam (2009) apresenta a pesquisa qualitativa como um conceito “guarda-chuva”, que abrange várias formas e técnicas interpretativas capazes de ajudar a compreender e a explicar o sentido dos fenômenos sociais com o mínimo de ruptura dos contextos naturais. Nesse contexto, “não se buscam regularidades, mas a compreensão dos agentes, daquilo que os levou singularmente a agir como agiram” (GODOI; BALSINI, 2010, p. 91). Dessa forma, o foco da pesquisa qualitativa é compreender e aprofundar os fenômenos, que são explorados a partir da visão dos sujeitos da pesquisa em um ambiente natural e em relação ao contexto. Também, é recomendável escolher o enfoque qualitativo quando o tema do estudo foi pouco explorado (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Em contrapartida, a pesquisa quantitativa procura reduzir as variáveis de uma pesquisa a um conjunto moderado destas, para que possam ser rigidamente controladas pelo planejamento ou pela análise estatística, bem como proporcionar medidas ou observações para a testagem de teorias (CRESWELL, 2007).

Vale ressaltar que se decidiu por esta abordagem, entre outras justificativas e/ou razões para o uso dos métodos mistos, por causa da possibilidade de triangulação ou aumento da validade interna e externa do estudo, compensação de possíveis pontos fracos, complementação, extensão; ou seja, analisar os processos de maneira mais holística (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), bem como para atender ao critério de ineditismo de uma tese doutoral, validando-a teórica e empiricamente.

### 3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Em relação ao tipo de pesquisa, a caracterização deste estudo tomou como referência a classificação apresentada por Vergara (2015), a qual a distingue quanto aos meios e aos fins. Dessa forma, com base nessa classificação, este estudo, quanto aos fins, caracteriza-se como exploratória e descritiva. Exploratória, no sentido de aprofundar e buscar proporcionar maior compreensão do fenômeno que está sendo investigado, considerando que existe uma escassez de estudos, no âmbito nacional e internacional, desenvolvidos sobre o Relato Integrado e sua integração com os ODS e ESG de forma conjunta.

Na modalidade de estudo exploratórios, procura-se investigar se existe ou não um fenômeno. Um estudo exploratório deveria ser considerado sempre como o primeiro passo na investigação, pois é empregado no momento em que o pesquisador quer investigar tópicos, temas, temáticas ou questões em que existe pouco conhecimento (MATIAS-PEREIRA, 2019).

Gil (2018) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Esta também é descritiva, uma vez que descreveu os capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, natural, social e de relacionamento) expostos no Relatório de Sustentabilidade e Relato Integrado e como as empresas utilizam esses relatórios, para incorporar informações sobre os ODS e ESG. Nessa perspectiva, as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2018). Nessa lógica, os estudos

descritivos buscam investigar um fenômeno para descrevê-lo de forma integral ou diferenciá-lo de outro estudo (MATIAS-PEREIRA, 2019).

Quanto aos meios, é uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi elaborada tomando como base material já publicado, decorrente de pesquisas anteriores, principalmente de artigos de periódicos, livros e, atualmente, com material disponível na Internet. Dessa forma, esta foi realizada abrangendo artigos de periódicos, livros, dissertações, teses, sítios eletrônicos, com a finalidade de identificar, na literatura nacional e internacional, publicações que abordassem a temática deste estudo. Portanto, o uso desse tipo de pesquisa foi necessário para a construção do aporte teórico de base e instrumental, por meio do uso das Teorias da Legitimidade, dos *Stakeholders* e do Desenvolvimento Sustentável, bem como para a análise e discussão dos resultados encontrados.

Para a execução da análise documental, foram utilizados os relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados divulgados pelas empresas pesquisadas. Esta possibilidade foi inserida para abranger todo o processo de divulgação dos ODS, capitais não financeiros e ESG, ampliando, com isso, o escopo das empresas que divulgam relatórios não financeiros.

Por sua vez, a pesquisa documental foi realizada, por meio dos sítios eletrônicos das organizações pesquisadas, com a utilização do software R para mineração de dados textuais dos relatórios pesquisados, de acordo com as palavras chaves/relacionadas/*checklist* dos Capitais do RI, composto pelos seguintes capitais: financeiro; natural; humano; social e de relacionamento; e intelectual. Também, foi feito um *checklist* dos ODS compreendendo os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Já o ATLAS.ti foi utilizado para a codificação e categorização dos relatórios analisados, tendo as Teorias descritas (*Stakeholders* e Legitimidade) em especial, o modelo de Suchman (1995) como base para a verificação das estratégias de legitimação, pragmática, moral e cognitiva das organizações pesquisadas.

No tocante ao ESG, foi utilizado a base de dados da *Refinitiv*<sup>3</sup>(*ex-Thomson Reuters*), por meio do *ESG score* por empresa no período analisado (2016 a 2021), abrangendo 10 (dez) categorias definidas de análise: uso de recursos, emissões, inovação, força de trabalho,

---

<sup>3</sup> Hoje, a divisão de finanças e risco (*Financial & Risk*) de *Thomson Reuters* é chamada *Refinitiv*. A unidade de *financial & Risk* da *Thomson Reuters* é uma das maiores provedoras de dados e tecnologia para os mercados financeiros do mundo, atendendo a mais de 40.000 instituições em mais de 150 países.

direitos humanos, comunidade, responsabilidade do produto, gestão, acionistas e estratégia RSC, conforme detalhamento da segunda etapa da pesquisa.

### 3.3 SELEÇÃO DA AMOSTRA

A amostra da pesquisa foi constituída por todas as companhias abertas listadas na Bolsa de Valores Brasileira (Brasil, Bolsa, Balcão - B3) que tenham dados disponíveis e publicados dos relatos integrados e/ou relatórios de sustentabilidade no período de 2016 a 2021; e que são pertencentes a setores potencialmente poluidores e utilizadores de recursos ambientais, classificados pelo anexo VIII, da Lei 10.165/2000, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Nesse anexo da Lei 10.165/2000, estão listadas as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, com categoria, descrição da atividade e Potencial Poluidor (PP) e do Grau de Utilização (GU) de recursos naturais - nível de exploração dos recursos ambientais, por parte das empresas de determinada atividade econômica. Para este estudo, foram selecionadas, apenas, as empresas cujas atividades apresentavam médio e alto impacto ambiental, conforme detalhamento da amostra da pesquisa no Quadro 13.

**Quadro 13-** Amostra da Pesquisa - Empresas Listadas na B3

Empresas com Alto Potencial Poluidor	44
(-)Empresas com Alto Potencial Poluidor com dados faltantes	(25)
Empresas com Médio Potencial Poluidor	103
(-)Empresas com Médio Potencial Poluidor com dados faltantes	(63)
(-) Empresas que não possuem relatórios no período do estudo	(9)
(-) Empresas que apresentam relatórios em período diferente ao exercício social das demais empresas da amostra.	(3)
<b>(=) Amostra Final</b>	<b>47</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora (2023).

### 3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

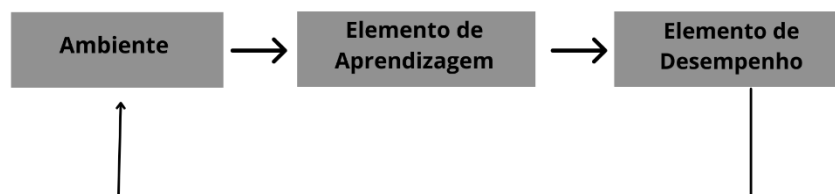
Os procedimentos metodológicos foram realizados visando atingir os objetivos propostos na Tese. Este estudo compreendeu duas fases da pesquisa, sendo a primeira quantitativa e a segunda qualitativa.

#### 3.4.1 Primeira Fase da Pesquisa

Nesta fase, foi realizado o levantamento e a composição dos índices de divulgação de capitais, índices de divulgação dos ODS e do Índice de Conformidade dos ODS. Para tanto,

também foi utilizada a análise de conteúdo, por meio da Técnica *Machine Learning* de Inteligência Artificial e da linguagem de processamento natural, mediante a mineração dos dados textuais de todos os relatórios analisados, de acordo as palavras chaves/relacionadas/*checklist* indicadas para o estudo com o auxílio do *software* R.

**Figura 10** - Modelo de *Machine Learning*

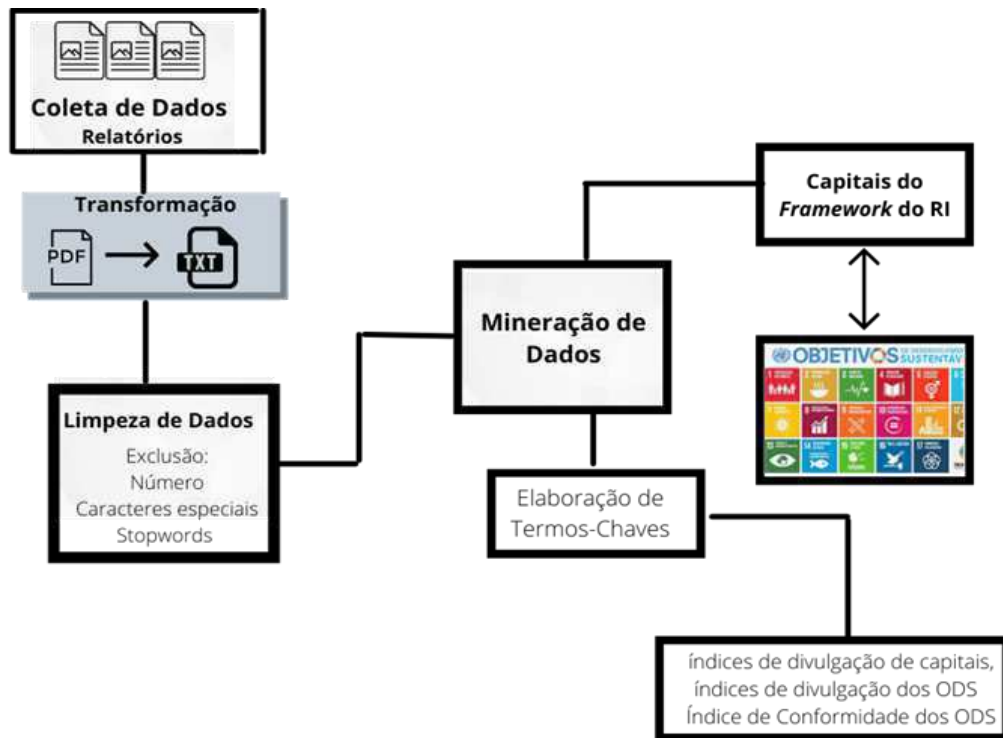


**Fonte:** Adaptado de Yao e Liu (2014)

Um modelo de *Machine Learning* tem dois componentes principais: um elemento de aprendizado e um elemento de desempenho, conforme mostrado na Figura 10. O ambiente fornece algumas informações para o elemento de aprendizagem. O elemento de aprendizagem, então, usa as informações para modificar o elemento de desempenho, para que possa tomar melhores decisões, pois este seleciona ações para executar sua tarefa (YAO; LIU, 2014).

Portanto, foi empregada *Machine Learning* para realizar a leitura automatizada de todos os relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados. Dessa forma, foram analisados 282 relatórios das 47 empresas pesquisadas, por meio da linguagem de programação R, de modo a identificar as principais características/palavras relacionadas às informações dos capitais do RI, composto pelos seguintes capitais: natural, humano, social e de relacionamento e intelectual. Também, foi utilizado no *checklist* que identificou os 17 ODS, a saber: 1. Erradicação da Pobreza; 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3. Saúde e Bem-Estar; 4. Educação de Qualidade; 5. Igualdade de Gênero; 6. Água Potável e Saneamento; 7. Energia Acessível e Limpa; 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10. Redução das Desigualdades; 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis; 12. Consumo e Produção Responsáveis; 13. Ação Contra a Mudança Global do Clima; 14. Vida na Água; 15. Vida Terrestre; 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17. Parcerias e Meios de Implementação, conforme Figura 11 que descreve o processo *Machine Learning* de construção do algoritmo para a mineração dos dados da pesquisa.

**Figura 11** - Processo *Machine Learning* da Fase I da Pesquisa



**Fonte:** Elaborada pela autora (2023).

A Figura 11 apresenta, de forma detalhada e gráfica, todo o percurso metodológico desta etapa. Após a coleta e o download em “PDF” de todos os relatórios que serão utilizados para o estudo, o primeiro passo foi transformá-los em arquivos na extensão “TXT”. Na sequência foi realizada, por meio de algoritmos de mineração de dados, a extração de informações relevantes e excluídas as informações que não foram úteis para a pesquisa, reduzindo, assim, a dimensionalidade dos arquivos.

Posteriormente a esse processo, ocorreu a fase da mineração dos dados, por meio da elaboração de termos-chaves que compuseram um *checklist* de palavras-chaves, estimando, dessa maneira, a frequência das palavras nos relatórios. Logo após, foram obtidos os resultados de divulgações gerais dos capitais não financeiros, levantamento e composição dos índices de divulgação de capitais, índices de divulgação dos ODS e do Índice de Conformidade dos ODS, os quais formaram a base de dados para a análise dos resultados.

A mineração de dados textuais é um método usado para navegar, organizar, achar e descobrir informações em bases textuais de forma automática (automatizada), ou seja, refere-se ao processo de extração de informações de interesse e padrões não-triviais ou descoberta de conhecimento em documentos de texto não-estruturados (ARANHA; PASSOS, 2006).



Portanto, o objetivo principal da mineração de dados textuais é descobrir termos relevantes em documentos de texto com grande volume de dados e determinar padrões e relacionamentos entre eles com base na frequência e temática dos termos encontrados (SERAPIÃO; SUZUKI; MARQUES 2010; PASSOS, 2021). Enfim, no *Machine Learning* foi utilizado o auxílio do *software R*, para realizar a linguagem de processamento natural por intermédio da mineração dos dados textuais, com a leitura otimizada por um software foi reduzida e, assim, a probabilidade de erro.

#### **3.4.1.1 Indicadores de desempenho (KPIs) dos capitais não financeiros**

Pretendendo alcançar os objetivos de mensurar a divulgação dos indicadores de desempenho (KPIs) de cada capital não financeiro (intelectual, humano, natural, social e de relacionamento) das empresas pesquisadas, calcular o índice de divulgação de indicadores-chave por tipo de capital não financeiro e identificar os níveis de aderência das empresas pesquisadas aos indicadores-chave de desempenho dos capitais não financeiros, foram utilizados os estudos de Diniz (2020), Tunico (2017) e Castro (2015). Nesse contexto, o Relato Integrado, no seu *framework*, não determina indicadores-chave de desempenho (*Key Performance Indicators* - KPIs) – métodos de mensuração ou divulgação de temas individuais –, contudo insere um número de requisitos a serem aplicados antes que um Relato Integrado possa ser considerado em conformidade com a sua estrutura (DINIZ, 2020).

Cabe ressaltar que, no presente estudo, foram utilizados os relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados, pois as organizações podem adotar os conceitos do RI, mas não existe a obrigação de publicação do próprio Relato Integrado, podendo seus conceitos serem inseridos em outros relatórios.

Dessa maneira, existe um quadro direcionador com os indicadores de desempenho (KPIs) que serão usados neste estudo, de forma a direcionar a análise qualitativa das informações dos capitais não financeiros. No Quadro 14, estão discriminados os indicadores relacionados a cada capital não financeiro.

**Quadro 14 – KPIs dos Capitais não financeiros**

<b>Capitais Não Financeiros</b>	<b>Indicadores Chave de Desempenho - KPIs</b>
<b>Capital Natural</b>	1. Emissões de CO2
	2. Consumo de energia por fonte de energia
	3. Quantidade de resíduos
	4. Acidentes ambientais
	5. Resíduos reciclados
	6. Investimentos em proteção ambiental
	7. Animais adquiridos para testes
<b>Capital Humano</b>	1. Número de empregados
	2. Diversidade
	3. O investimento total em treinamento
	4. Empregados em aprendizagem eletrônica corporativa
	5. Média de idade
	6. Média de dias de formação por empregado
	7. Resultados da pesquisa com empregado
	8. Lesões por milhão de horas trabalhadas
	9. Taxa de absentismo
	10. Taxa de demissão
	11. Relação de salário mínimo
<b>Capital Social e de Relacionamento</b>	1. Ranking de “Excelente lugar para trabalhar”
	2. Número de voluntários
	3. Reivindicações/ações trabalhistas
	4. Envolvimento em ações sociais
	5. Envolvimento em projetos culturais
	6. Índice de satisfação do cliente
	7. Provisão para projetos sociais
	8. “Investimento social” (dinheiro gasto em filantropia)
<b>Capital Intelectual</b>	1. Número de pedidos de patente depositados
	2. Dinheiro gasto em P&D
	3. Número de testes com nova tecnologia
	4. Reconhecimento da marca
	5. Número de novos produtos desenvolvidos
	6. Despesas com o desenvolvimento de mudanças/processos da organização
	7. Despesas com desenvolvimento de softwares para sistemas internos
	8. Vendas geradas por produtos derivados de P&D

**Fonte:** Adaptado de Diniz (2020); IIRC (2013).

Ao visar a identificação dos KPIs propostos neste estudo, a partir do *framework do Relato Integrado*, foi necessário relacionar palavras para cada indicador. Para tanto, foram considerados os sinônimos, sendo utilizadas palavras com significado semelhante ou aproximado, com diferenciação gramatical do singular para o plural; ou palavras que estão relacionadas ao tema central de um determinado indicador baseados em definições na literatura existente (CASTRO, 2015), conforme descrição no Quadro 15.

**Quadro 15 – Checklist – Indicadores-chave de desempenho**

<b>Categoria</b>	<b>Palavras Relacionadas</b>
<b>Capital Natural</b>	
1. Emissão de CO2 2. Consumo de energia por Fonte de energia 3. Quantidade de resíduos 4. Acidentes ambientais 5. Resíduos reciclados 6. Investimentos em proteção ambiental 7. Consumo de água	1. emissão, emissões, gás, gases, carbono, CO2; 2. energia, fonte; 3. resíduo, resíduos; 4. acidente, multa, indenização, indenizações, processo, derramamento, explosão, incêndio, vazamento, mortandade de peixes, lançamento de sólidos, rompimento, desastre, químicos, embalagem abandonada; 5. recicla, reciclado, reciclagem, recicláveis; 6. investimento, proteção, proteções, ambiental, ambientais, ambiente; 7. Consumo, água.
<b>Capital Humano</b>	
1. Número de funcionários 2. Diversidade 3. Total investido em treinamento 4. Funcionários em aprendizagem eletrônica corporativa 5. Média de idade 6. Média de dias de treinamento por funcionário 7. Resultado da pesquisa com funcionários 8. Acidentes com lesão por milhões de horas trabalhadas 9. Taxa de absenteísmo 10. Taxa de demissão 11. Relação de salário mínimo	1. Funcionário, empregado, colaborador; 2. Diversidade, sexo, gênero, faixa, etária, grau de instrução, etnia, religião, origem, raça; 3. treinamento, capacitação, qualificação; 4. aprendizagem, eletrônica, corporativa, virtual, EAD, <i>on-line, online, e-learning, learning</i> ; 5. idade, etária; 6. qualificação; 7. pesquisa, clima, organizacional; 8. acidente, lesão, lesões; 9. Absenteísmo, frequência, gravidade, ausência, dias perdidos; 10. demissão, desligamento, demitido, deixaram, <i>turnover</i> , turnover, rotatividade; 11. Salário, remuneração.
<b>Capital Social e de Relacionamento</b>	
1. Ranking de “Excelente lugar para trabalhar” 2. Número de voluntários 3. Reclamações trabalhistas / Processos 4. Envolvimento em ações sociais 5. Envolvimento em projetos culturais 6. Índice de satisfação do cliente 7. Provisão para projetos sociais 8. “Investimento social” (dinheiro gasto em filantropia)	1. ranking, excelente, melhor, lugar, excelência; 2. voluntário; 3. reclamações, trabalhista, reclamação, processo; 4. ações, sociais, ação, social, projeto; 5. projeto, cultura, culturais, cultural; 6. Satisfação, pesquisa, índice; 7. projeto, social, sociais; 8. Investimento, social, filantropia, gasto.
<b>Capital Intelectual</b>	
1. Número de patentes requeridas 2. Dinheiro gasto em P&D 3. Número de testes com nova tecnologia 4. Reconhecimento da marca 5. número de novos produtos desenvolvidos 6. despesas com o desenvolvimento de mudanças/processos da organização 7. despesas com o desenvolvimento de softwares para sistemas internos 8. vendas geradas por produtos originados de P&D	1. Patente; 2. P&D, pesquisa, desenvolvimento, gasto; 3. teste, tecnologia, nova; 4. marca, reconhecimento. 5. produto, novo, desenvolvido; 6. mudança, processo, despesa; 7. software, sistema, interno, despesa; 8. venda, produto, próprio, original, originais, pesquisa, desenvolvimento.

**Fonte:** Adaptado Castro (2015); Tunico (2017); Diniz (2020).

No *checklist* dos Indicadores-chave de desempenho, Quadro 16, são relacionadas às categorias por tipo de capital não financeiro; bem como as palavras-chave que auxiliam como direcionadoras para analisar, no Relato Integrado ou Relatório de Sustentabilidade, a divulgação das informações de cada capital não financeiro.

Para o calcular o Índice de Divulgação (ID), foi considerado o método empregado por Castro (2015). Para cada uma das empresas, foi calculado o quociente entre o total de itens divulgados pela empresa em análise e o somatório do total dos itens que constituem cada categoria, são elas: KPIs - Capital Natural (7), KPIs - Capital Humano (11), KPIs - Capital Social e de Relacionamento (8), KPIs - Capital Intelectual (8) e o KPIs – Capitais (34). Nesse cálculo, foram atribuídos valores dicotômicos que assumem o valor 0 (zero), se o indicador não é divulgado; e o valor 1 (um), se o indicador é divulgado. Desse modo, o valor do ID para organização é obtido por meio da fórmula apresentada, a seguir, na Equação 1:

$$IDi_t = \sum_{j=1}^e ej/e \quad (1)$$

Em que:

$IDi_t$  - Índice de Divulgação da empresa  $i$ , no período  $t$ ;

$ej$  - Variável dicotômica que assume o valor 0 (zero) se o indicador  $j$  não é divulgado; e o valor 1 (um), se o indicador  $j$  é divulgado;

$e$  - Número máximo de indicadores analisados.

O Índice de Divulgação (ID) é um índice não ponderado, isto é, assume-se que todos os itens considerados têm o mesmo nível de importância para os diversos utilizadores dos relatórios (LEMOS, RODRIGUES, ARIZA, 2009). Neste estudo, cada capital não financeiro foi analisado em conformidade com a divulgação, referente a cada ano, no decorrer dos anos pesquisados.

Para identificar os níveis de aderências das empresas pesquisadas aos indicadores-chave de desempenho dos capitais não financeiros (intelectual, humano, natural, social e de relacionamento), foi aplicado o nível de aderência proposto por Castro (2015).

De acordo com Castro (2015), os níveis de aderência foram organizados em quartis: níveis de 1 a 4. O Nível 1 é representado por índices de 0,76 a 1,0, os quais indicam as organizações classificadas com Aderência Alta. O Nível 2 enquadra as organizações que apresentaram os índices de 0,50 a 0,75, indicando aderência Moderada Alta. No tocante ao Nível 3, contempla as organizações que apresentaram os índices de 0,25 a 0,50, os quais apontam uma aderência Moderada Baixa. Por fim, o Nível 4 enquadra as organizações que apresentam os índices de 0,00 a 0,25, assinalando uma Aderência Baixa (CASTRO, 2015).

Contudo, foi necessário realizar uma adaptação da classificação dos níveis de aderência para adequação às necessidades do estudo, conforme descrito no Quadro 17. Portanto, os Níveis

de Aderência dos KPIs foram alcançados, por meio da elaboração do Índice de Divulgação, o qual foi calculado após a realização do *checklist* dos 34 (trinta e quatro) indicadores-chave dos capitais não financeiros. Logo, em cada segmento relativo aos capitais não financeiros – o natural, o humano, o social e de relacionamento e o intelectual – foram ordenados os níveis de aderência, de acordo com os resultados dos índices de Divulgação, conforme Quadro 16.

**Quadro 16**– Níveis de Aderência dos KPIs

Níveis de Aderência	Índices	Classificação
1	0,76 - 1,0	Aderência Alta
2	0,51 - 0,75	Moderada Alta
3	0,26 - 0,50	Moderada Baixa
4	0,00 - 0,25	Aderência Baixa

Fonte: Adaptado de Castro (2015)

#### 3.4.1.2 Análise Inferencial - Capitais Não Financeiros

Na sequência, para atingir o objetivo proposto no estudo – verificar possíveis associações existentes entre os índices de divulgações de capitais não financeiros com a classificação de potencial poluidor (anexo da Lei 10.165/2000 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente) das empresas pesquisadas, estimou-se testes de médias, utilizando os testes não-paramétrico de *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney*.

Nesse cenário, os testes não paramétricos são, particularmente, úteis para decisões sobre dados oriundos de pesquisas da área de ciências humanas (MARTINS; THEÓPHILO, 2016), pois refletem um conjunto de instrumentos de uso mais adequado em pesquisas em que não se conhece bem a distribuição da população e seus parâmetros. Esse eventual desconhecimento da população reforça o estudo e a importância da análise de pesquisas pela via dos testes não paramétricos (HACKBARTH NETO; STEIN, 2003).

Para aplicar testes não paramétricos, não é necessário admitir hipóteses sobre distribuições de probabilidade da população, da qual tenham sido extraídas amostras para análise. Tais testes são, prioritariamente, adaptáveis aos estudos que abrangem variáveis com níveis de mensuração nominal e ordinal, assim como à investigação de pequenas amostras (AGRESTI; FINLAY, 2012).

Para realizar as análises não paramétricas, não são necessários pressupostos sobre a forma da distribuição populacional, pois aceita distribuições não normais (SAMPLIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Conforme Cooper e Schindler (2016, p.182), os testes não

paramétricos “são abundantes, simples de calcular, têm boa eficiência e não forçam o pesquisador a aceitar suposições de testes paramétricos”.

Em relação à sua significância estatística, foi utilizado o nível de significância aceitável de 5% (0,05), de forma que quando  $p\text{-valor} < 0,05$  decide-se por rejeitar a hipótese de igualdade, ou seja, quando  $p\text{-valor} < 0,05$  os grupos (setores) não possuem o mesmo comportamento quanto aos índices. Por outro lado, se o  $p\text{-valor} > 0,05$ , conclui-se que não há diferença, estatisticamente, significativa entre os grupos (setores) com respeito ao índice

O teste de *Kruskal-Wallis* é aplicado quando estão em comparação três ou mais grupos independentes e a variável deve ser de mensuração ordinal (SIEGEL; CASTELLAN JR, 2006; MARTINS; THEÓPHILO, 2016). Portanto, o teste de *Kruskal-Wallis*, diferentemente do que ocorre com a Análise de Variância (ANOVA), não exige as suposições de normalidade da variável, nem homogeneidade de variâncias entre os tratamentos. É caracterizado como teste livre de distribuição, ou seja, a distribuição teórica populacional dos dados não precisa ser estimada pelas médias ou variâncias amostrais para sua correta aplicação (BIANCONI *et al.*, 2008).

Em suma, a partir da análise inferencial foi realizada a comparação dos índices dos 4 (quatro) capitais não financeiros com a classificação de médio e alto potencial poluidor das empresas no período estudado (2016 a 2021), analisando-os, estatisticamente, por meio do *software* estatístico STATA 15.

### **3.4.1.3 Composição do Índice de Conformidade dos ODS**

Visando atingir o objetivo avaliar o nível de conformidade dos ODS das empresas, baseado nos princípios de divulgação de ODS de Adams, Druckman e Picot, (2020), foi utilizado o Índice de Conformidade dos ODS elaborado por Izzo, Strologo e Granà (2020).

Para operacionalizar a divulgação dos ODS, foi elaborado um *checklist* (Quadro 17), fundamentado na ONU (2015), com as palavras relacionadas com os temas de cada ODS. A partir do *checklist* dos ODS, ocorreu a fase da mineração dos dados, a qual consistiu na leitura automatizada dos dados, por meio de todas as palavras que compõem o *checklist*, estimando, desse modo, a frequência das palavras nos relatórios, para na sequência obter os resultados de divulgações dos ODS e o Índice de Divulgação dos ODS.

**Quadro 17– Checklist dos ODS**

<b>ODS</b>	<b>Palavras Relacionadas aos ODS</b>
1, Erradicação da Pobreza	Pobreza, pobre, Pobres, Refugiado (s), vulnerável, vulneráveis, Miséria, Erradicar, Erradicação, vulnerabilidade.
2, Fome Zero e Agricultura Sustentável	Fome, Agricultura, lavoura, Nutrição, Desnutrição, Alimentação, Sobrepeso, Alimento (s), Alimentar, Carente (s), agricultor, Agricultores, produtor, produtores, Malnutrição, subnutrição.
3, Saúde e Bem-Estar	Saúde, Drogas, alcoolismo, vacinas, vacinação, imunização, Epidemia, Pandemia, ocupacional, reabilitação, emocional, readaptação, laboral, psicológica, Afastamento (s), autocuidado, tabaco, tabagismo, lesão, lesões,
4, Educação de Qualidade	Educação, ensino, escola, professor, professores, escolar, escolares, escolaridade, Jovem, Jovens, Adulto (s) profissionalizante (s), aprendiz, aprendizado (s), aprendizagem, estagiário (s), trainees.
5, Igualdade de Gênero	Igualdade, Gênero (s), Sexo, Masculino, Feminino, Discriminação, Preconceito, Homem, Homens, Mulher, Mulheres, Violência, tráfico, Empoderamento, transexual, transexualidade, transgêneros, transgênero, equidade, identidade, Lésbica (s), Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexuais.
6, Água Potável e Saneamento	Água, Efluentes, Saneamento, Dessalinização, dejetos, reciclo, rios, aquíferos, lagos, hídrica, hídrico (s), potável, reuso, reaproveitamento, reaproveitar, reaproveitada
7, Energia Acessível e Limpa,	Energética, Energético, Renovável, Renováveis, Eletricidade, Bioenergia, Biocombustíveis, Biodiesel, Etanol, eólica, fóssil, fósseis, fotovoltaica (s), microgeração, hidrelétrica (s),
8, Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Modernização, moderno, econômico, Eficiência, Inovador, Inovação, Inovadora, Inovadores, Jovens, Jovem, trabalho (s), emprego (s), produtividade, gestão, desemprego (s), formalização, empregado (s), colaborador, colaboradores, empregabilidade, Salário(s), remuneração, treinamento(s), carreira (s), assédio (s), maternidade (s), paternidade(s), empreendedorismo.
9, Indústria, Inovação e Infraestrutura	Indústria, Inovação, Infraestrutura, Industrialização, Indústria, Tecnologia, Transporte, Rodovia, Ferrovia, Hidrovia, Portos, Aeroporto, Barcas, Exportação, Importação, Crédito, Falência, patente, privacidade, Comunidade (s), Eficiência.
10, Redução das Desigualdades	Etnia, Desigualdade (s), Inclusão, Políticas, Migração, discriminação, meritocracia, raça, racismo, machismo, feminismo, Diversidade(s), Sexismo, Empoderamento, étnica, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, assexuais, discriminada, assediada, LGBTQIA.
11, Cidades e Comunidades Sustentáveis	Moradia, morador, moradores, Autoestradas, Habitação, Transportes, Urbanização, Comunidade (s) Investimento(s), Auxílio(s), município (s), territorial, indígena (s), quilombola (s),
12, Consumo e Produção Responsáveis,	Consumo, Reciclagem, produção, Ecoeficiência, Reuso, Resíduo (s), reciclado, reciclar, rotulagem, consumidor, consumidores, desperdício (s), cadeia (s), suprimento (s), Selo (s), embalagem, embalagens, reaproveitamento, Certificação, certificações, ISO, circularidade, circular,
13, Ação Contra a Mudança Global do Clima	Descarbonização, aquecimento, Clima, Resiliência, Adaptação, Desastre (s), Mitigação, mitigações, GEE, Climática, Emissão, Emissões, Carbono, Carbon, compensação.
14, Vida na Água	Oceano (s), Mar, mares, pesca (s), acidificação, Manguezal, manguezais, Costeira(s), Marinho (s), Ecossistema (s)
15, Vida Terrestre	Floresta(s), desertificação, degradação, degradada, biodiversidade, fauna, flora, Montanha, APP, Amazônia, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Pampa, Caatinga, bioma, ecossistêmico (s) desmatamento, Ecossistema (s) , Preservação, Conservação, geodiversidade, sociodiversidade, manejo (s), sociobiodiversidade,
16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Paz, Justiça, Violência, Abuso, Tráfico, Corrupção, Suborno, Mortalidade, Femicídio, Assédio sexual, Discriminação, Racismo, Transparência, Accountability, Efetividade, sociedade, instituições.

17, Parcerias e Meios de Implementação	Anticorrupção, Cooperação, Parceria, compartilhamento, ONG, instituições, multissetorial, multissetoriais, <i>compliance</i> , <i>advocacy</i> .
--	--

Fonte: Elaborado a partir da ONU (2015)

O Quadro 17 apresenta as palavras relacionadas ao *checklist* dos 17 ODS, as quais servem como direcionadoras para analisar, no Relato Integrado e Relatório de Sustentabilidade, a divulgação das informações de cada ODS.

Os índices podem fornecer uma visão geral inicial das políticas de divulgação das empresas, indicando se as empresas analisadas estão considerando os capitais de RI e os ODS em sua comunicação externa com as partes interessadas (IZZO; STROLOGO; GRANÀ, 2020).

Na sequência, para analisar como as empresas divulgam na prática os ODS, foi utilizado um sistema de pontuação, baseado no estudo de Izzo, Strologo e Granà (2020). Já, para verificar a divulgação pelas empresas do ponto de vista qualitativo, tendo como base o modelo proposto por Adams, Druckman e Picot (2020), o qual propõe que as empresas divulguem a utilização dos ODS, alinhadas ao *framework* do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) do Relato Integrado. No modelo, os autores indicam três conceitos fundamentais e oito princípios de divulgação dos ODS nas organizações.

Os conceitos fundamentais dos ODS são: (1) criação de valor a longo prazo para a organização e a sociedade; (2) contexto e relevância do desenvolvimento sustentável; e (3) materialidade. Os princípios da divulgação dos ODS são: (1) foco estratégico e orientação futura; (2) inclusão das partes interessadas; (3) concisão; (4) conectividade de informações; (5) consistência e comparabilidade; (6) Completude, equilíbrio e compreensibilidade; (7) confiabilidade e verificabilidade; e (8) pontualidade.

Diferentemente do estudo de Izzo, Strologo e Granà (2020) que pesquisou cinco dos oito princípios de divulgação dos ODS proposto por Adams, Druckman e Picot (2020), a presente pesquisa utilizou os oito princípios de divulgação dos ODS, usando uma abordagem dicotômica, cuja pontuação pode variar de 0 a 3, dependendo do princípio de divulgação do ODS, conforme descrição no Quadro 18.

**Quadro 18** - Parâmetro de Pontuação para o Índice de Conformidade dos ODS

Princípios de Divulgação	Conteúdo Exigido	Parâmetro de Pontuação
Foco estratégico e orientação futura	As divulgações dos ODS devem refletir até que ponto a consideração dos ODS e as questões de desenvolvimento sustentável que eles abordam são integrados aos processos da organização. Isto inclui processos para considerar riscos e	0 - Se o documento não contivesse nenhuma declaração sobre riscos e oportunidades que influenciam a estratégia e o modelo de negócios da organização, para criar valor a longo prazo para a organização e a sociedade;



	oportunidades que influenciam a estratégia e o modelo de negócios da organização para criar valor de longo prazo para a organização e a sociedade.	1- Se o RI ilustrasse uma conexão entre os ODS e o risco da empresa; e 2 - Se, além do resultado anterior, a empresa também fornecesse informações sobre o link (ou a integração) entre os ODS e o modelo de negócio da organização.
Inclusão das partes interessada	As divulgações dos ODS devem refletir o resultado do processo da organização relatora para identificar seus principais grupos de partes interessadas, incluindo as comunidades que impactam e devem explicar como respondeu às suas expectativas e interesses razoáveis (Adaptado de GRI, 101).	0 - Se nenhuma parte interessada chave foi identificada; 1- Se forem identificada parte interessada chave.
Concisão	As Divulgações ODS devem ser concisas para que as informações relevantes não sejam obscurecidas, mas as Divulgações ODS devem, no entanto, satisfazer o Princípio da Integridade.	0- Se as informações fornecidas parecessem incompletas ou vagas; 1- Se a empresa introduziu o tema dos ODS, mas fornecendo poucas informações ou menções breves; e 2 - Se a divulgação do ODS foi bem estruturada, apresentando elementos relevantes (como a priorização dos ODS, seu impacto nas atividades da empresa e as estratégias utilizadas para sua implementação) e se a divulgação não foi simultaneamente redundante e confusa.
Conectividade de Informação	As divulgações dos ODS devem demonstrar que a consideração das questões de desenvolvimento sustentável e o impacto sobre a realização dos ODS estão integrados na organização: modelo de negócios; consideração de riscos e oportunidades no ambiente externo; estratégia para criar valor e evitar danos; gestão de risco e outros processos organizacionais importantes. As divulgações dos ODS devem transmitir a inter-relação dos ODS e as interdependências entre as questões de desenvolvimento sustentável que afetam a capacidade da organização de criar valor de longo prazo para as organizações e a sociedade.	Três elementos-chave: modelo de negócio, estratégia de criação de valor e gestão de riscos, pois as empresas devem transmitir as interrelações entre esses elementos e a realização de ODS. 0- Se as empresas que não apresentaram qualquer consideração desses elementos; 1- Para cada item divulgado. A pontuação atribuída a este princípio. Portanto, pode assumir um valor que varia de 0 a 3.
Consistência e comparabilidade	As mudanças que ocorrem por meio da aplicação desses princípios devem ser divulgadas, para que as divulgações ODS sejam comparáveis ao longo do tempo e entre as organizações.	0- Se as informações fornecidas não são consistentes e comparáveis; 1- Se a empresa usa dos mesmos métodos para divulgar os ODS de um período para outro, possibilitando que as divulgações ODS sejam comparáveis ao longo do tempo e entre as organizações.
Completeness, equilíbrio, compreensibilidade	As divulgações dos ODS devem ser completas, equilibradas e compreensíveis, relatando o impacto da organização no cumprimento dos ODS, de forma equilibrada e sem erros materiais. Para que as Divulgações ODS sejam completas e cumpram o contexto e a relevância do Conceito de Desenvolvimento Sustentável e o Conceito de Materialidade, elas podem precisar abordar questões e impacto na cadeia de valor da organização, mas fora de seus limites.	Avaliar os três elementos do princípio, atribuindo um valor igual a 1 para cada item. Isso significa que a pontuação varia de 0 a 3. 0- Se as empresas que não apresentaram qualquer consideração desses elementos; 1- Para cada item divulgado, a pontuação atribuída a este princípio. Para completude, serão consideradas as informações fornecidas e se estavam alinhadas com o conceito fundamental de desenvolvimento sustentável de Adams <i>et al</i> (2020); e se questões e impactos na cadeia de valor da organização e fora de suas fronteiras foram abordados. Na sequência, se as informações sobre o impacto da organização no processo de alcance dos ODS foram fornecidas de forma equilibrada e sem erros materiais. Para avaliar a compreensibilidade, considera-se como as informações foram fornecidas, tanto gráfica quanto textualmente.

Confiabilidade e verificabilidade	Divulgações ODS quantificadas devem ser confiáveis e verificáveis.	0-Se as informações fornecidas não são claras e verificáveis; 1-Se a empresa divulga informações ODS claras, equilibradas e compreensíveis; 2-Se, além do resultado anterior, a empresa também divulgasse informações confiáveis, verificáveis e objetivas de forma completa.
Oportunidade	Divulgações ODS devem ser fornecidas em tempo hábil, para que os usuários tomem decisões informadas.	0- Se as informações divulgadas não foram fornecidas em tempo hábil; 1- Se as Informações ODS foram fornecidas em tempo hábil, para que os usuários tomem decisões informadas.

**Fonte:** Elaborado a partir de Adams et al (2020) e Izzo, Strologo e Granà (2020)

O Índice de Conformidade ODS, para cada empresa da amostra, foi calculado utilizando a seguinte Fórmula 2 (Equação 2):

$$SDGsCI = \frac{C}{m} \quad (2)$$

Em que:

C é a pontuação de divulgação obtida por cada empresa;

m é igual a 15 e representa a pontuação máxima potencialmente alcançável.

Por fim, o Índice de Conformidade ODS pode assumir valores que variam de 0% a 100%, no qual valores próximos a 0% indicam baixa divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos relatórios de sustentabilidade; enquanto valores próximos a 100% indicam que as empresas têm dado atenção especial a inserção do Desenvolvimento sustentável, por meio da Agenda 2030, para construção de um planeta mais sustentável. Nesta etapa da pesquisa, foram analisados 282 relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados das 47 empresas pesquisadas nos anos de 2016 a 2021, com o auxílio do *software* ATLAS.ti versão 23.

#### 3.4.1.4 – Métrica ESG (*Environmental, social and Governance*)

Com a intenção de identificar como as empresas, objeto do estudo, estão posicionadas nas métricas ESG, foi apresentada a divulgação ESG, por meio do ESG *Score* por empresa no período analisado (2016 a 2021), utilizando como referência a base de dados da *Refinitiv*.

A divulgação ESG, compreende os três pilares de divulgação: ambiental, social e governança. Por compreender as divulgações ambientais, sociais e de governança, abrange 10

categorias (uso de recursos, emissões, inovação, força de trabalho, direitos humanos, comunidade, responsabilidade do produto, gestão, estratégias de RSC e acionistas) e 186 métricas, que são o reflexo da empresa em relação à eficácia, comprometimento e desempenho ESG, tendo como base informações divulgadas publicamente (REFINITIV, 2022). Conforme pode ser visualizado no Quadro 19, o qual apresenta os pilares ESG, com as categorias e os temas que são relacionados em cada categoria.

**Quadro 19** – Pilares e Categorias ESG

	Pilares	Categorias	Temas
ESG	ESG- Social	Comunidade	Igualmente importante para todos os grupos
		Trabalhadores,	Diversidade e Inclusão
			Desenvolvimento de carreira e treinamento
			Condições de trabalho
			Saúde e segurança
			Direitos humanos
		Responsabilidade pelo produto	Marketing responsável
			Qualidade do produto
			Dados privados
		ESG- Ambiental	Uso de recursos
	Energia		
	Embalagem sustentável*		
	Cadeia de abastecimento ambiental		
	Emissões		Emissões
			Desperdício
			Biodiversidade
			Sistemas de gestão ambiental
	Inovação		Inovação de produto
			Receitas verdes, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e despesas de capital (CapEx)
ESG- Governança	Gerenciamento	Estrutura (independência, diversidade, comitês)	
		Compensação	
	Acionistas	Direitos dos acionistas	
		defesas de aquisição	
	Estratégia de RSE	Estratégia de RSE	
	Relatórios ESG e transparência		

**Fonte:** Adaptado de Refinitiv (2022)

A pontuação do ESG *Score* é uma soma relativa dos pesos das 10 categorias. Os pesos variam, de acordo com o setor empresarial, para as categorias ambientais e sociais. Já, para a governança, permanecem os mesmos em todos os setores. Os pesos dos pilares são normalizados para percentagens que variam entre 0 e 100 (REFINITIV, 2022).

No Quadro 20, são apresentadas o que a pontuação ESG revela em termos de desempenho e transparência das divulgações ESG. Com base no Quadro 20, também, é possível interpretar as pontuações de divulgação ambiental, social e de governança separadamente.

**Quadro 20** - Pontuação ESG da empresa

Faixa de pontuação		Descrição
0 a 25	1ª faixa	A pontuação dentro desta faixa indica desempenho relativo ruim de ESG e grau insuficiente de transparência na geração de relatórios públicos de dados materiais de ESG.
> 25 a 50	2ª faixa	A pontuação dentro desta faixa indica um desempenho relativo satisfatório de ESG e grau moderado de transparência na geração de relatórios públicos de dados materiais de ESG.
> 50 a 75	3ª faixa	A pontuação dentro desta faixa indica um desempenho relativo bom de ESG e grau médio de transparência na geração de relatórios públicos de dados materiais de ESG.
> 75 a 100	4ª faixa	A pontuação dentro desta faixa indica um desempenho relativo excelente de ESG e alto grau de transparência na geração de relatórios públicos de dados materiais de ESG.

**Fonte:** Adaptado de Refinitiv (202)

Outro ponto relevante que merece destaque é o fato de, ainda, não existir padrões obrigatórios nem uma metodologia única para a estimação das métricas ESG. Portanto, cabe ressaltar que uma mesma organização pode ser bem avaliada em determinado *rating* ESG e, em outro, não, pois as agências de *ratings* ESG utilizam metodologias diferentes, ou seja, métricas ESG distintas para avaliar o nível de aderência de uma empresa a boas práticas socioambientais e de governança.

### 3.4.2 Segunda Fase da Pesquisa

Na segunda fase do estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa que teve como objetivos: compreender como as empresas utilizam a evidenciação ambiental, social e de governança, para gerenciar a legitimidade baseada no modelo de Suchman (1995); assim como verificar a existência de coocorrência entre os capitais não financeiros, ODS, ESG e as categorias de Legitimidade nos relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados das empresas pesquisadas. Isso ocorreu na intenção de definir uma amostra de empresas para esta fase do estudo.

Como amostra desta segunda fase da pesquisa, foram definidos alguns critérios para a escolha das empresas que compuseram a amostragem. Os critérios foram: (1) empresas de um mesmo segmento/setor; (2) empresas que obtiveram melhores índices de divulgação dos capitais natural, humano, intelectual, social e de Relacionamento, juntamente com o índice de

capital não financeiro total; (3) empresas que obtiveram melhor desempenho no Índice de Conformidade ODS; e (4) empresas com o melhor ESG *score* de forma conjunta.

Logo, as empresas que atenderam a todos os critérios definidos, nesta etapa da pesquisa, foram as organizações demonstradas na Tabela 1.

**Tabela 1** – Seleção das empresas para pesquisa qualitativa

Empresas	Capitais					Índice de Conformidade ODS	Scores ESG
	IDCSR	IDCI	IDCH	IDCN	IDCT		
Cemig	1	1	1	1	1	0,8667	72,326177
Copel	1	0,9375	1	1	0,985294	0,9333	83,55629
CPFL	0,9791667	0,875	0,9242424	1	0,9411765	0,9333	71,216193
EDP	0,9791667	0,875	1	1	0,9656863	0,9333	71,319797
Neoenergia	0,9375	0,875	1	1	0,9558824	0,9333	57,816875

**Legenda:** IDCN- Índice de Divulgação Capital Natural, IDCH- Índice de Divulgação Capital Humano, IDCS- Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento, IDCI- Índice de Divulgação Capital Intelectual, IDCT- Índice de Divulgação Capital Total.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023)

Observa-se, na Tabela 1, que as empresas selecionadas foram Cemig, Copel, CPFL, EDP e Neoenergia. Por sua vez, o setor definido foi o setor elétrico, por representar 15 empresas das 47 pertencentes a amostra da primeira etapa do estudo (pesquisa quantitativa), por possuir a maioria das empresas que tiveram os melhores níveis de divulgação das informações não financeiras, conforme análise dos resultados e discussões da primeira fase da pesquisa.

No entanto, após a coleta e análise de parte dos dados, verificou-se a existência de redundância de informações nos relatórios pesquisados, ou seja, saturação dos dados. Nesse ponto, Thiry-Cherques (2009) relata que a saturação é o instrumento epistemológico que determina quando as observações deixam de ser necessárias, pois nenhum novo elemento permite ampliar o número de propriedades do objeto investigado. Portanto, a “saturação designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado. É um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de observações” (THIRY-CHERQUES, 2009, p 2.).

Consequentemente, após a constatação da saturação, foram redefinidas as empresas que estariam na análise e discussão dos resultados da segunda fase da pesquisa. No final ficaram as empresas Cemig, Copel, CPFL (tabela 2), em virtude do nível de saturação dos dados

qualitativos. Então, foram analisadas três empresas no período de 2016 a 2021, com 6 relatórios cada, contendo 18 relatórios no total.

**Tabela 2** – Amostra final das empresas para pesquisa qualitativa

Empresas	Capitais					Índice de Conformidade ODS	Scores ESG
	IDCSR	IDCI	IDCH	IDCN	IDCT		
Cemig	1	1	1	1	1	0,8667	72,326177
Copel	1	0,9375	1	1	0,985294	0,9333	83,55629
CPFL	0,9791667	0,875	0,9242424	1	0,9411765	0,9333	71,216193

**Legenda:** IDCN- Índice de Divulgação Capital Natural, IDCH- Índice de Divulgação Capital Humano, IDCS- Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento, IDCI- Índice de Divulgação Capital Intelectual, IDCT- Índice de Divulgação Capital Total.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023)

Para a execução da pesquisa qualitativa, foi realizada a análise de conteúdo executada, a partir de 3 (três) processos ou fases, que são necessárias para realizar uma análise de conteúdo: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e 3) o tratamento dos resultados, inferências e interpretações (BARDIN, 2010).

Esses processos da análise de conteúdo, baseados nas ações operacionais, definidas por Bardin (2010), para a aplicação da análise são descritos de forma sistematizada, por meio de suas etapas e os recursos necessários para o seu desenvolvimento são apresentados, a seguir.

#### 3.4.2.1 Etapas da Análise de conteúdo – Bardin (2010)

Na primeira etapa, definida como pré-análise, foi realizado o exame e/ou leituras flutuantes do material a ser escolhido. Após a seleção dos relatórios, procedeu às leituras flutuantes de toda a documentação, objetivando entender e organizar, de forma não estruturada, aspectos relevantes para as próximas etapas da análise. Logo, a pré-análise é a fase de organizar e compreender o material a ser analisado, observando as ideias gerais e seus significados, com a finalidade de torná-lo operacional.

Para a codificação dos relatórios foram elaborados, por meio da codificação dedutiva, quadros com a definição das categorias, subcategorias e códigos. Foram eles: Quadro 21: Categorias, Subcategorias, Códigos e Subcódigos – Modelo de Legitimidade de Suchman

(1995); Quadro 22: Categorias e Códigos – ODS; Quadro 23: Categorias e Códigos - Capitais não Financeiros; e Quadro 24: Categorias e Códigos – ESG.

**Quadro 21** – Categorias, Subcategorias, Códigos e Subcódigos – Modelo de Legitimidade de Suchman

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Códigos</b>	<b>Subcódigos</b>	
<b>Pragmática</b>	<b>Ganhar Legitimidade</b>	Adaptar-se às exigências	Responder às Necessidades	
			Cooptar integrantes	
			Construir reputação	
		Anunciar/manipular	Anunciar o produto	
			Anunciar a imagem	
			Localizar público amigável	
	Selecionar mercados	Recrutar cooperadores amigáveis		
		<b>Manter Legitimidade</b>	Perceber mudanças futuras/monitorar interesses	Consultar a opinião de líderes
			Proteger realizações passadas/favorecer trocas	Monitorar a confiabilidade
	Comunicar-se honestamente			
<b>Recuperar Legitimidade</b>	Oferecer relatos	Estocar confiança		
	Criar mecanismo de monitoramento	Rejeitar		
		Criar monitores		
<b>Moral</b>	<b>Ganhar Legitimidade</b>	Conformidade adaptar-se aos ideais	Produzir resultados adequados	
			Incorporar-se em instituições	
			Oferecer demonstrações simbólicas	
		Selecionar o domínio/ênfase nas divulgações	Definir metas	
			Manipular/persuadir	Demonstrar sucesso
				Fazer adeptos
	<b>Manter Legitimidade M.L</b>	Perceber mudanças futuras/monitorar ética	Fazer proselitismo	
			Consultar as categorias profissionais	
		Proteger realizações passadas/favorecer a boa conduta	Monitorar a responsabilidade	
	Comunicar-se oficialmente			
	<b>Recuperar Legitimidade</b>	Oferecer relatos	Estocar opiniões favoráveis	
			Desculpa/justificar	
		Divulgar reestruturação das estratégias	Substituir pessoal	
			Rever as práticas	
<b>Cognitiva</b>	<b>Ganhar Legitimidade</b>	Conformidade/adaptar-se aos modelos	Reconfigurar	
			Reproduzir normas	
			Formalizar as operações	
		Selecionar rótulos	Profissionalizar as operações	
			Buscar certificações	
			Persistir	
	<b>Manter Legitimidade</b>	Institucionalizar	Popularizar novos modelos	
			Padronizar novos modelos	
		Perceber mudanças futuras/monitorar perspectivas	Consultar aquele que tem dúvidas	
			Visar clareza	
<b>Recuperar Legitimidade</b>	Proteger pressupostos	Falar pontualmente		
		Estocar conexões		
	Oferecer relatos	Explicar		

**Fonte:** Adaptado de Suchman (1995), Machado e Ott (2015, p.144) ou Machado (2014, p. 55).

A codificação dedutiva parte da revisão da literatura, identificando categorias, dimensões, características e códigos para codificar os dados, ou seja, usa categorias e códigos identificados na literatura. Após essa definição, esses quadros foram inseridos no ATLAS.ti versão 23, por meio do livro de codificação. O Quadro 22 foi elaborado tomando como base os 17 ODS e a descrição destes definida pela ONU (2015).

**Quadro 22** – Categorias e Códigos para a análise de conteúdo - ODS

<b>Categorias</b>	<b>Códigos</b>	<b>Ideia central da descrição no relatório</b>
<b>ODS</b>	ODS 1	<b>1–Erradicação da Pobreza:</b> Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
	ODS 2	<b>2–Fome Zero e Agricultura Sustentável:</b> Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
	ODS 3	<b>3–Saúde e Bem Estar:</b> Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
	ODS 4	<b>4- Educação de Qualidade:</b> Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
	ODS 5	<b>5- Igualdade de Gênero:</b> Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
	ODS 6	<b>6–Água Limpa e Saneamento:</b> Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
	ODS 7	<b>7- Energia Limpa e Acessível:</b> Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
	ODS 8	<b>8- Emprego Decente e Crescimento Econômico:</b> Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
	ODS 9	<b>9- Indústria, Inovação e Infraestrutura:</b> Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
	ODS 10	<b>10- Redução das Desigualdades:</b> Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
	ODS 11	<b>11- Cidades e Comunidades Sustentáveis:</b> Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
	ODS 12	<b>12- Consumo e Produção Responsáveis:</b> Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
	ODS 13	<b>13- Ação Contra a Mudança Global do Clima:</b> Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
	ODS 14	<b>14- Vida na Água:</b> Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
	ODS 15	<b>15- Vida Terrestre:</b> Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
	ODS 16	<b>16- Paz, Justiça e Instituições Eficazes:</b> Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
	ODS 17	<b>17- Parcerias e Meios de Implementação:</b> Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

**Fonte:** Elaborado a partir da ONU (2015).



No tocante aos Capitais não Financeiros, foi utilizado como roteiro para a definição das categorias o *framework* do *Integrated Reporting*, o qual apresenta, na sua estrutura conceitual, seis capitais que são classificados em: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, de relacionamento e natural. Contudo, para efeito desta pesquisa, foram utilizados como categorias os capitais descritos no Quadro 23.

**Quadro 23** – Categorias e Códigos - Capitais não Financeiros

<b>Categorias</b>	<b>Códigos</b>	<b>Ideia central do Código</b>
<b>Capitais não Financeiros</b>	CNF-Natural	Todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização. Água, terra, minerais, florestas, biodiversidade e ecossistema.
	CNF-Humano	As competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar; assim como a capacidade de entender, desenvolver e implementar uma estratégia, lealdade e motivação para melhorar os processos, bens e serviços. Alinhamento ao negócio e à cultura empresarial, capacidade de liderar, gerenciar e colaborar.
	CNF-Intelectual	São intangíveis organizacionais baseados em conhecimento, como propriedade intelectual. Patentes, software, direitos autorais, conhecimento em sistemas e processos.
	CNF-Social e de Relacionamento	As instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes; e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo. Normas, valores, reputação e comportamentos, licença social para atuar.

**Fonte:** Elaborado a partir de IIRC (2013).

No Quadro 24, são apresentadas as categorias ESG: social, ambiental e de governança, bem como os temas direcionadores de cada categoria usados no processo de codificação dos relatórios de sustentabilidade. As categorias e temas foram elaborados a partir da Refinitiv (2022).

**Quadro 24** – Categorias e temas – ESG

<b>Categorias</b>	<b>Temas</b>
<b>ESG- Social</b>	Igualmente importante para todos os grupos
	Diversidade e Inclusão
	Desenvolvimento de carreira e treinamento
	Condições de trabalho
	Saúde e segurança
	Direitos humanos
	Marketing responsável
	Qualidade do produto
	Dados privados
	Água
	Energia

<b>ESG</b>	<b>ESG- Ambiental</b>	Embalagem sustentável*
		Cadeia de abastecimento ambiental
		Emissões
		Desperdício
		Biodiversidade
		Sistemas de gestão ambiental
		Inovação de produto
		Receitas verdes, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e despesas de capital (CapEx)
	<b>ESG-Governança</b>	Estrutura (independência, diversidade, comitês)
		Compensação
		Direitos dos acionistas
		defesas de aquisição
		Estratégia de RSE
		Relatórios ESG e transparência

**Fonte:** Elaborado a partir de Refinitiv (2022).

A segunda etapa corresponde à exploração do material ou codificação, transformação dos dados brutos do texto (por meio de recorte, agregação e enumeração), possibilitando a descrição das características pertinentes ao conteúdo expresso no texto (BARDIN, 2010). Na pesquisa, foi feita a identificação dos dados brutos do texto, por meio da leitura dos parágrafos, identificando a frase como a unidade de registro. A finalidade é estabelecer a significação do conteúdo da frase, dentre as categorias e subcategorias estabelecidas nos Quadros 21,22,23 e 24, supracitados.

Para coleta de dados nos relatórios, a unidade de registro foi temática, tendo como critério estabelecido, para a análise, frases ou parágrafos; e, como suporte, os critérios definidos por Bardin (2010).

Por fim, na terceira etapa, os achados da pesquisa foram tratados de maneira a serem significativos, sendo evidenciados na forma de resultados, inferência e interpretação. Nessa etapa, foi elaborada e apresentada a evidenciação da Legitimidade Organizacional, baseada no modelo de Schuman, por meio das categorias: Legitimidade Pragmática, Legitimidade Moral e Legitimidade Cognitiva, com as estratégias utilizadas pelos gestores para ganhar, manter ou recuperar legitimidade, identificadas nos relatórios de sustentabilidade. Também, foram feitas análises de coocorrência com a intenção de relacionar entre si os códigos, os quais foram aplicados às mesmas citações ou às citações sobrepostas nos relatórios pesquisados. As análises de coocorrências foram realizadas entre ESG, ODS e Capitais não financeiros, contemplando a Legitimidade (modelo de Suchman 1995) e ESG, ODS e Capitais não financeiros.

Finalmente, buscando sistematizar o processo de construção e execução do estudo, foi elaborado um esquema metodológico da Tese, de forma sumarizada com as etapas da metodologia que foram percorridas, nesta pesquisa, conforme demonstra o Quadro 25.

**Quadro 25 - Esquema Metodológico da Tese**

<b>Título da Tese</b>	SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS COM POTENCIAL POLUIDOR: uma análise dos Capitais não Financeiros ( <i>Integrated Reporting</i> ), ODS e ESG			
<b>Problema de Pesquisa</b>	Como a adoção dos ODS, ESG e os Capitais não financeiros (intelectual, humano, natural, social e de relacionamento) do <i>Integrated Reporting</i> contribuem para a Sustentabilidade das empresas com médio e alto potencial poluidor?			
<b>Objetivo Geral</b>	Analisar a contribuição dos ODS, ESG e os Capitais não financeiros (intelectual, humano, natural, social e de relacionamento) do <i>Integrated Reporting</i> contribuem para a Sustentabilidade das empresas com médio e alto potencial poluidor.			
<b>Objetivos Específicos</b>	Mensurar a divulgação dos indicadores de desempenho (KPIs) de cada capital não financeiro (intelectual, humano, natural, social e de relacionamento) das empresas pesquisadas;			
	Calcular o índice de divulgação de indicadores-chave por tipo de capital não financeiro;			
	Identificar os níveis de aderências das empresas pesquisadas aos indicadores-chave de desempenho dos capitais não financeiros;			
	Avaliar o nível de conformidade dos ODS das empresas baseado nos princípios de divulgação de ODS de Adams, Druckman e Picot, (2020);			
	Identificar como as empresas objeto do estudo estão posicionadas nas métricas ESG, por meio do ESG Score no período analisado;			
	Compreender como as empresas utilizam a evidenciação ambiental, social e de governança para gerenciar a legitimidade baseada no modelo de Suchman (1995);			
	Verificar a existência de coocorrência entre os capitais não financeiros, ODS, ESG e as categorias de Legitimidade do modelo de Suchman (1995) nos relatórios de sustentabilidade ou integrados das empresas.			
<b>Suporte Teórico da Pesquisa</b>	<b>Quadro de Referência</b>	<b>Aporte Teórico de Base</b>	Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Freeman (1984,2017); Clarkson (1995) Donadson e Preston (1995)
			Teoria da Legitimidade	Suchman (1995); Deegan (2000, 2002, 2014) Dowling e Pfeffer (1975); O'Donovan (2002)
			Desenvolvimento Sustentável	Relatório <i>Brundtland</i> (1991) Sachs (2008); Leff (2010); Bursztyn e Bursztyn (2012); Carroll (1999, 2015)
		<b>Aporte Teórico Instrumental</b>	Agenda 2030	UN OWG (2014) Allen <i>et al.</i> , (2016) Bebbington e Unerman (2018) Hall (2019); Pizzi <i>et al.</i> , (2020)
			ODS	Sachs (2012); ONU (2015); Adams (2017a, 2020) Izzo, Strologo e Granà, (2020).
			Relatórios de Sustentabilidade	Tschopp e Huefner (2015) GRI Standards (2016) GRI; UNGC (2019)
			Pensamento Integrado	IIRC (2013, 2021) Dumay e Dai, (2017) Adams (2017a) Vitolla <i>et al.</i> , (2019)
			Relato Integrado	IIRC (2013, 2021) Kassai, Carvalho e Kassai (2019) Rosati; Faria (2019)

				Izzo; Ciaburri e Tiscini (2020) Adams, Druckman e Picot, (2020) Izzo, Strologo e Granà (2020)
<b>Suporte Metodológico da Pesquisa</b>	<b>Delineamento da Pesquisa</b>	Método Misto	Abordagens qualitativa e quantitativa	
	<b>Tipologia da Pesquisa</b>	Quanto aos fins	Exploratória e Descritiva	
		Quanto aos meios	Bibliográfica e Documental	
	<b>Instrumento de Coleta de Dados</b>	Relatórios: sustentabilidade ou relato integrado.		
	<b>Análise de Dados</b>	Quantitativa	<b>1 Fase da Pesquisa</b> <i>Machine Learning</i> Mineração dos dados textuais Estatística Descritiva Estatística não paramétrica Teste de Kruskal-Wallis Teste de <i>Mann-Whitney</i>	
Qualitativa		<b>2 Fase da Pesquisa</b> Análise de Conteúdo - Bardin (2010) Pré-análise; 2) Exploração do material; 3) Tratamento dos resultados.		

**Fonte:** A autora (2023), adaptado de Ascher (2021).

## 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise dos resultados da pesquisa que se encontra organizada em duas etapas.

A primeira etapa contém os resultados obtidos referentes a cada capital não financeiro analisado (natural, humano, social e de relacionamento e intelectual), de acordo com os seus indicadores-chave de desempenho (KPIs), os quais correspondem a 34 (trinta e quatro) indicadores, Índice de Divulgação dos Capitais Não Financeiros, Análise Inferencial - Capitais Não Financeiros, Análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Nível de Conformidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Análise ESG (*Environmental, social and corporate Governance*). O intuito é identificar a divulgação dos Capitais não Financeiros, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ESG nos Relatórios de Sustentabilidade, no decorrer dos anos de 2016 a 2021, das 47 organizações pesquisadas pertencentes a setores, potencialmente, poluidores e utilizadores de recursos ambientais, conforme dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 10.165/2000).

A segunda etapa da pesquisa contempla a fase da pesquisa qualitativa, na qual foram definidas as empresas Cemig, Copel e CPFL, como amostras desta análise. Nesta etapa, são apresentados os resultados e discussões referentes às estratégias utilizadas pelos gestores, a fim de ganhar, manter ou recuperar legitimidade de forma pragmática, moral e cognitiva, identificadas nos relatórios de sustentabilidade no período analisado. Também, são verificadas a existência de coocorrência entre os capitais não financeiros, ODS, ESG e as categorias de Legitimidade, do modelo de Suchman (1995), nos relatórios de sustentabilidade.

### 4.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES - PRIMEIRA FASE DA PESQUISA

#### 4.1.1 Análise Descritiva - Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs)

Para alcançar o objetivo de mensurar a divulgação dos indicadores de desempenho (KPIs) de cada capital não financeiro (intelectual, humano, natural, social e de relacionamento), com a finalidade de calcular o Índice de Divulgação (ID) e identificar os níveis de aderências das empresas pesquisadas aos indicadores-chave de desempenho dos capitais não financeiros, foram inseridas a análise descritiva de cada capital não financeiro, bem como de seus respectivos indicadores-chave de desempenho (KPIs).

Essa seção foi dividida em cinco partes: capital natural, capital humano, capital social e de relacionamento, capital intelectual e geral.

#### 4.1.1.1 Capital Natural

Na contemporaneidade, existe uma necessidade urgente por uma utilização do capital natural, fora do uso irracional dos recursos naturais não renováveis, degradando o meio ambiente em nome de um crescimento econômico insustentável (LEFF, 2010). Então, os indicadores-chave de desempenho (KPIs) de capital natural apresentam-se em um formato que possibilita a medição dos recursos ambientais renováveis e não renováveis; assim como impactos no meio ambiente, possibilitando o monitoramento de forma racional e sustentável.

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva, referente ao Capital Natural, de forma consolidada nos sete indicadores-chave de desempenho (Emissão de CO<sub>2</sub>, Consumo de energia por Fonte de energia, Quantidade de resíduos, Acidentes ambientais, Resíduos reciclados, Investimentos em proteção ambiental e Consumo de água), para o período analisado, calculados como disposto, anteriormente, na metodologia.

**Tabela 3 - Estatísticas Descritivas do Capital Natural por organização**

Nº	Empresas	P.P	Ano	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
1	Aegea	M	2016-2021	342,33	327	85,202504	226	450
2	AES Brasil	M	2016-2021	390,33	366	88,980148	281	530
3	Ambev	M	2016-2021	424,66	392,5	102,93428	341	619
4	Braskem	A	2016-2021	614,16	630	58,697246	527	678
5	BRF	M	2016-2021	529,83	532	53,390698	455	605
6	Casan	M	2016-2021	243,5	241	58,718822	168	312
7	Ceg	A	2016-2021	<b>643</b>	626	72,327035	576	771
8	Cemig	M	2016-2021	<b>1224,16</b>	1199,5	208,42017	969	1529
9	Chesf	M	2016-2021	402,5	393	78,403444	295	499
10	Copasa	M	2016-2021	455,83	484,5	207,17859	108	675
11	Copel	M	2016-2021	<b>945,83</b>	985,5	261,87739	639	1244
12	Cosan	A	2016-2021	294,33	311,5	171,97054	73	548
13	CPFL	M	2016-2021	667,66	727	329,4976	99	965
14	EDP	M	2016-2021	794,66	794	82,853284	687	931
15	Eldorado	A	2016-2021	325,33	339	73,521879	219	415
16	Eletrobrás	M	2016-2021	726,83	708,5	210,5378	450	1059
17	EMAE	M	2016-2021	206	207	82,757477	114	305
18	Enauta	A	2016-2021	291	280	65,391131	229	402
19	Enel	M	2016-2021	<b>910,16</b>	928	101,46806	741	1037
20	Energisa	M	2016-2021	<b>997,66</b>	946	296,7522	660	1533
21	Engie Brasil	M	2016-2021	755,66	786	140,34481	491	910
22	Gerdau	A	2016-2021	326	259,5	300,9804	58	824
23	Gol	A	2016-2021	233,66	214	57,988505	159	314
24	Irani	A	2016-2021	<b>580,16</b>	519,5	131,03193	504	839
25	IS CTEEP	M	2016-2021	418,33	335	158,30687	314	716
26	JBS	M	2016-2021	617,33	559,5	136,35786	476	803

27	JSL	M	2016-2021	307,83	285	81,693125	235	463
28	Klabin	A	2016-2021	411,33	434,5	311,11456	71	747
29	Light	M	2016-2021	727,83	683	163,39084	588	1049
30	Marfrig	M	2016-2021	296,66	299,5	106,0239	171	460
31	MDBranco	M	2016-2021	430,66	419	58,483046	358	536
32	Minerva	M	2016-2021	336	342	112,54332	215	509
33	Natura	A	2016-2021	564,66	612,5	174,92932	231	720
34	Neoenergia	M	2016-2021	773,83	721,5	338,09077	368	1327
35	Petrobrás	A	2016-2021	<b>1069,83</b>	979,5	547,74389	486	1744
36	Portobello	M	2016-2021	263,33	256,5	42,865682	214	329
37	Rumo	A	2016-2021	361,33	330	207,82364	149	599
38	Santos Brasil	A	2016-2021	324,33	306	76,813193	259	469
39	Sanasa	M	2016-2021	698,5	651	139,10536	575	961
40	Sanepar	M	2016-2021	697,83	664,5	131,55138	559	933
41	SLC Agríc	M	2016-2021	248,5	216	87,220984	186	422
42	Suzano	A	2016-2021	358,33	330	135,43805	175	564
43	Taesa	M	2016-2021	428,33	372,5	161,96378	251	646
44	Ultrapar	A	2016-2021	325,5	330,5	162,7621	91	558
45	Vale	A	2016-2021	<b>752</b>	712,5	91,461467	668	892
46	Weg	M	2016-2021	446,33	465,5	85,551544	323	530
47	Whirlpool	M	2016-2021	406,33	379	195,59005	181	679

**Legenda:** P.P – Potencial Poluidor; M- Médio Potencial Poluidor; A- Alto Potencial Poluidor. Min-mínimo, Max-máximo.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Em relação à divulgação de informações sobre o Capital Natural, Tabela X1, verificava-se nas estatísticas descritivas apresentadas que a Petrobrás possui a maior média 1069,83, entre as empresas que têm um alto potencial poluidor, seguida da Vale com 752, Ceg com 643, Irani (580,16) e Natura (564,66). Na visão de Bandeira, Ott e Rover (2022), espera-se que as empresas, com alto potencial poluidor, empreguem maiores esforços para mitigar os riscos ambientais e a degradação ao meio ambiente; e, conseqüentemente, apresentem maior nível de divulgação ambiental do que organizações com menor impacto, por razões intencionais pela busca ou manutenção de legitimidade social ou por pressões políticas.

No que se refere às empresas classificadas como médio potencial poluidor, destacam-se a Cemig com média de 1224,16, Energisa (997,66), Copel (945,83) e Enel (910,16). Cabe ressaltar que todas essas organizações estão inseridas no setor elétrico, que é um setor regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL. Esta, por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933/202, aprovou o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico para agentes com outorga de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, no qual dispõe que todos os agentes de geração, de transmissão e de distribuição devem elaborar o Relatório de Responsabilidade Socioambiental – RSA.

Tais resultados sinalizam que essas organizações, tanto de médio como de alto potencial poluidor, estão divulgando, cada vez mais, em seus relatórios suas ações e estratégias relacionadas ao capital natural, como Sistemas de gestão de resíduos e Água, Recursos energéticos estimados, Mudanças climáticas (emissões de CO<sub>2</sub> e outros poluentes atmosféricos), Investimentos em proteção ambiental entre outros. Elas, também, contabilizam, em valores monetários, as externalidades ou consequências finais dos impactos (ou benefícios) ambientais causados pela cadeia de valor à sociedade.

Cabe destacar que, entre as empresas com alto potencial poluidor, o indicador mais divulgado de capital natural é a emissão de CO<sub>2</sub>, tendo as empresas Petrobrás e Vale com as maiores evidenciações. Esses achados podem estar relacionados, diretamente, à atividade empresarial exercida por estas empresas: Petrobrás – setor de petróleo e gás e Vale - setor de mineração.

Visando realizar uma discussão mais detalhada dos indicadores-chave de desempenho (KPIs) de capital, é apresentada, na Tabela 4, a divulgação geral do Capital Natural das 47 empresas pesquisadas, buscando demonstrar o quantitativo de divulgação voluntária, de acordo com os 7 (sete) indicadores que o compõem, no decorrer dos 6 (seis) anos analisados e com os relatórios de sustentabilidade das organizações, potencialmente, poluidoras.

**Tabela 4 - Divulgação Geral do Capital Natural – Todas as organizações**

<b>Indicadores/Anos</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
CN1- Emissão de CO <sub>2</sub>	3174	3417	3718	4420	4893	6467	<b>26089</b>
CN2- Consumo de energia por fonte de energia	4839	4624	5044	5813	5494	6261	<b>32075</b>
CN3- Quantidade de resíduos	1246	1308	1452	1468	1667	1965	9106
CN4- Acidentes ambientais	1920	1914	2095	2508	2479	2856	13772
CN5- Resíduos reciclados	389	381	448	496	492	471	2677
CN6- Investimentos em proteção ambiental	5354	5368	5963	6466	7147	7796	<b>38094</b>
CN7- Consumo de água	3897	4034	4225	4586	4424	4958	<b>26124</b>
<b>Total</b>	<b>20819</b>	<b>21046</b>	<b>22945</b>	<b>25757</b>	<b>26596</b>	<b>30774</b>	<b>147937</b>

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Observa-se, a partir da Tabela 4, que os indicadores do capital natural, os quais obtiveram uma maior quantidade de divulgação de informações, foram: CN6 - Investimentos em proteção ambiental (38094) e CN2 - Consumo de energia por fonte de energia (32075), seguidos por CN7- Consumo de água (26124) e CN1- Emissão de CO<sub>2</sub> (26089), de acordo com os anos analisados. Nesse indicador de investimentos em proteção ambiental, as organizações informam sobre os investimentos e ganhos na proteção do meio ambiente. Entre eles, pode-se



destacar: projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE; uso racional dos recursos hídricos; conservação da biodiversidade; gestão de resíduos; programa socioambiental de Proteção e Recuperação de Mananciais; gastos com tratamento de efluentes e resíduos; provisão para recuperação de danos ambientais (passivos ambientais); campanhas e treinamentos ambientais; bem como planejamentos de melhoria contínua nos processos de proteção ambiental, relativos a riscos com acidentes de processos ou de produtos.

Cabe ressaltar que, no ano de 2020, houve uma redução nos indicadores: CN2 - consumo de energia por fonte de energia, CN4 - Acidentes ambientais, CN5 - Resíduos reciclados e CN7 - Consumo de água. Essa redução pode estar condicionada à pandemia de COVID-19, visto que a Organização Mundial da Saúde decretou estado de pandemia em relação ao coronavírus em 11 de março de 2020. Portanto, em razão da pandemia e seguindo as orientações dos órgãos governamentais, as empresas interromperam atendimentos presenciais. Nesse momento, grande parte da força de trabalho foi migrada para o trabalho remoto/home-office, principalmente colaboradores de grupo de risco; e houve a adoção de medidas de prevenção rigorosas para aqueles que continuaram trabalhando nas empresas, em especial, para serviços essenciais, como as empresas do setor elétrico, de alimentos, petróleo e gás, entre outros.

No tocante ao Consumo de energia por fonte de energia, verifica-se uma tendência de aumento no somatório geral, mesmo com uma redução de 2019 (5813) para 2020 (5494), na divulgação das informações do indicador nos relatórios pesquisados. Esse aumento sinaliza uma busca das organizações por uma eficiência energética, por meio de projetos de geração renovável, ampliação do uso de energia renovável nas operações, modernização dos equipamentos eletromecânicos, redução no consumo de energia e no constante aprimoramento da eficiência energética. Dessa forma, as empresas começam a identificar que a transição energética pode ser considerada como uma oportunidade para transformar o negócio e promover as mudanças necessárias para obter uma economia de baixo carbono.

Nesse contexto, a adoção de práticas circulares na gestão ambiental está ganhando reconhecimento mundial, devido ao rápido esgotamento de recursos e aos efeitos prejudiciais das mudanças climáticas. Portanto, a adesão de paradigmas emergentes, como os princípios da economia circular (EC), dentro da gestão ambiental, é uma dessas estratégias para a transição para uma economia de baixo carbono e menos poluente (PRIYADARSHINI; ABHILASH, 2020). Uma economia de baixo carbono pode ser definida como uma economia com baixa

emissão de gases de efeito estufa, incluindo, dentre outras ações, implementações de políticas de mitigação de gases de efeito estufa – GEE (DTI, 2003).

Dessa forma, a transição ecológica para uma economia neutra em carbono é uma oportunidade em termos ambientais, sociais e econômicos para os países, assim como para as empresas que saem de uma visão clássica, em que se analisavam e administravam os recursos e principais usos energéticos de forma individualizada, para uma gestão integrada que concilie, de maneira flexível, a geração renovável, a gestão da demanda e a geração de combustíveis renováveis, visando otimizar os recursos energéticos.

No tocante ao consumo de água, identifica-se um crescimento das informações mencionadas nos relatórios de forma constante. Como a água é um recurso essencial para os negócios, de modo geral, a escassez hídrica representa um risco crítico para os negócios e pode afetar, de forma adversa e relevante, as atividades e resultados operacionais. Nesse ponto, faz-se essencial para as organizações uma adequada gestão de recursos hídricos no empreendimento, pois elas também estão sujeitas a restrições no volume de água que podem coletar do meio ambiente, conforme as licenças de uso de água, as quais podem ser inferiores às demandas reais do negócio.

Por conseguinte, essas empresas apontam, nos seus relatórios, projetos focados na redução do consumo de água, desenvolvem ações para melhorar o reuso desse recurso em suas unidades produtivas, estabelecem metas internas, de redução de consumo e reutilização de água, projeto de redução de consumo de água para resfriamento de alguns sistemas, redução de vazamentos e minimização de perdas e menor geração de efluentes.

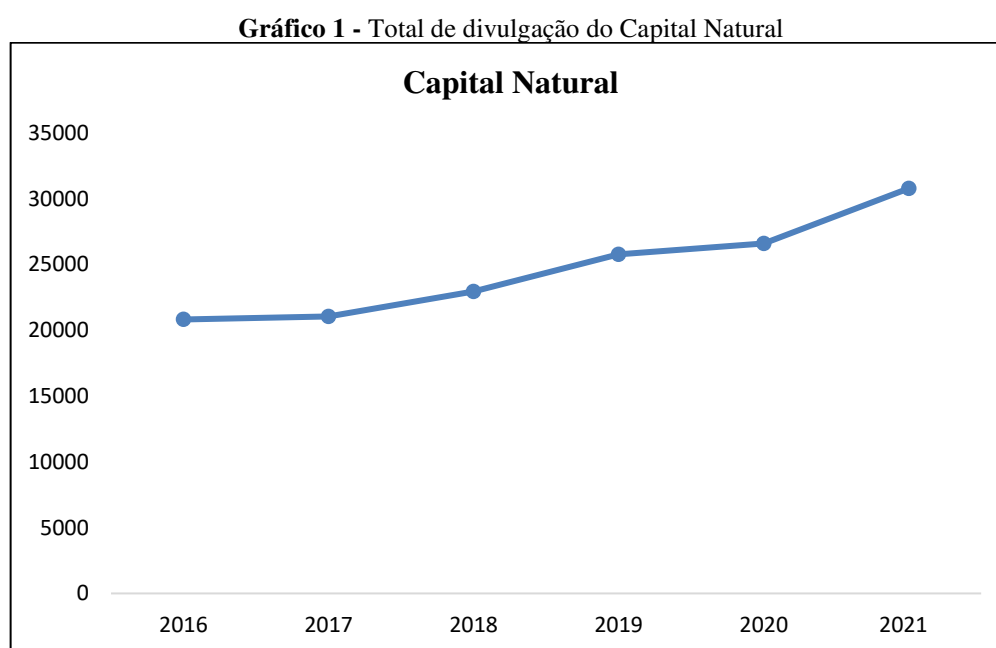
No que se refere à Emissão de CO<sub>2</sub>, constata-se um acréscimo significativo de 2020 para 2021 na evidenciação desse indicador nos relatórios. Esse aumento sugere que as organizações estão aderindo ao *Task Force on Climate Related Disclosures* (TCFD), o padrão de divulgação sobre os impactos das mudanças climáticas nos negócios. A TCFD é uma iniciativa criada que visa a elaboração e implementação de recomendações para a divulgação e análise de riscos, bem como oportunidades referentes às informações financeiras relacionadas às mudanças climáticas, buscando avaliar, medir e gerenciar o impacto do aquecimento global nos negócios. Por fim, a TCFD orienta divulgações em quatro dimensões: governança, gestão de riscos, estratégia e métricas e metas.

Nessa perspectiva, percebe-se que estes indicadores - Consumo de energia e Emissão de CO<sub>2</sub> - estão intrinsecamente relacionados, pois correspondem e compreendem a mesma

temática global que são as mudanças climáticas. Por isso, são temas transversais que exigem uma convergência de ações dentro de uma visão e planejamento sistêmico.

Conforme o relatório publicado pelo Fórum Econômico Mundial, em 2022, a mudança climática continua a ser percebida como a mais grave ameaça à humanidade e a falha na ação climática figuram como o risco com potencial, para infligir o maior dano em escala global na próxima década (WEF, 2022). Da mesma maneira, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC*) alerta, no sexto relatório de avaliação do IPCC (2021), que a cada fração de grau no aquecimento global, os impactos das mudanças climáticas se tornam mais intensos e destaca que não há espaço para novas infraestruturas baseadas em combustíveis fósseis. Nesse caso, é urgente a transição para uma economia de baixo carbono com tecnologias de captura e armazenamento de carbono e fazer a transição para combustíveis de baixo carbono.

No Gráfico 1, observa-se o quantitativo de divulgação geral referente a todos os indicadores que compõem o capital natural. Percebe-se, no Gráfico 1, uma tendência de aumento na divulgação de 32,3% do ano de 2016 para 2021 por parte das empresas, no tocante aos indicadores relacionados ao capital natural, demonstrando, com isso, uma preocupação maior em medir, gerenciar e relatar as ações e estratégias relacionadas aos recursos ambientais renováveis e não renováveis.



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023)

Esse aumento na evidenciação do capital natural por parte das organizações pode, também, ser explicado pela busca da legitimidade organizacional dentro do contexto socioambiental e dos marcos regulatórios, em que elas estão inseridas. Na visão de Scott *et al.* (2000) e Suchman (1995), as organizações fazem parte do sistema social e precisam de aceitação e de credibilidade necessária para sua sobrevivência na sociedade.

No entanto, a economia ecológica propõe uma discussão mais ampla de aceitação no sistema social, pois descreve que a tarefa mais crítica que a humanidade enfrenta hoje é a criação de uma visão compartilhada de uma sociedade sustentável e desejável, que possa proporcionar prosperidade permanente dentro das restrições biofísicas do mundo real, de uma forma justa e equitativa, para toda a humanidade, para outras espécies e para as gerações futuras. Nesse sentido, as pesquisas com empresas e comunidades indicam que a criação de uma visão compartilhada é o motor mais eficaz para a mudança na direção desejada (COSTANZA, 2000).

#### **4.1.1.2 Capital Humano**

No contexto empresarial, o capital humano, muitas vezes, é visto como um conjunto composto por colaboradores e suas competências, habilidades, potencializadas pelos programas de treinamentos de contratação, integração, capacitação, desenvolvimento, motivação, cuidado e reconhecimento das pessoas. Esse capital tem, recentemente, um olhar para temáticas, como igualdade de gênero e diversidade, trabalho decente e desenvolvimento de pessoas, saúde e segurança ocupacional.

Na ótica de Gamerschlag (2013), o capital humano refere-se ao potencial de uma organização em relação à sua força de trabalho. Este constitui o eixo central dos demais valores intangíveis, pois sem ele não podem criar valor. Por esse ângulo, a divulgação do capital humano pode ser considerada como a informação que uma empresa divulga sobre o conhecimento, as capacidades e a motivação de sua força de trabalho (GAMERSCHLAG, 2013).

Verifica-se, na Tabela 5, a estatística descritiva, relativa ao capital humano, de modo condensado, apresenta onze indicadores-chave de desempenho (número de funcionários, diversidade, total investido em treinamento, funcionários em aprendizagem eletrônica corporativa, média de idade, média de dias de treinamento por funcionário, resultado da pesquisa com funcionários, acidentes com lesão por milhões de horas trabalhadas, taxa de

absenteísmo, taxa de demissão e relação de salário mínimo). A partir dos dados expostos, na Tabela 5, é possível identificar que as empresas Petrobrás (384,83), Ceg (362,67), Irani (322,50) e Natura (314,17), classificadas como alto potencial poluidor, evidenciam as maiores médias de evidenciação de informações sobre o capital humano.

**Tabela 5 - Estatísticas Descritivas do Capital Humano**

Nº	Empresas	P.P	Ano	Média	Mediana	Desvio padrão	Mín	Máx
1	Aegea	M	2016-2021	180,83	183,5	68,991062	78	253
2	AES Brasil	M	2016-2021	139,83	122	50,304738	85	225
3	Ambev	M	2016-2021	179	178	33,033317	129	228
4	Braskem	A	2016-2021	146,83	145	23,557731	112	173
5	BRF	M	2016-2021	292,66	293	8,801515	280	304
6	Casan	M	2016-2021	98,16	84,5	47,279664	56	190
7	Ceg	A	2016-2021	<b>362,66</b>	365	30,289712	312	403
8	Cemig	M	2016-2021	<b>473</b>	495	96,024997	298	558
9	Chesf	M	2016-2021	249,83	224,5	105,4503	165	454
10	Copasa	M	2016-2021	199,33	214	63,695107	76	261
11	Copel	M	2016-2021	<b>496</b>	471	141,386	325	717
12	Cosan	A	2016-2021	123,5	100	120,0629	15	340
13	CPFL	M	2016-2021	216	231,5	103,31505	40	342
14	EDP	M	2016-2021	320,83	306,5	100,67257	228	515
15	Eldorado	A	2016-2021	117	116	14,71054	100	134
16	Eletrobrás	M	2016-2021	381,5	345,5	189,12932	195	728
17	EMA E	M	2016-2021	128	124,5	47,150822	50	193
18	Enauta	A	2016-2021	91	81	30,232433	68	150
19	Enel	M	2016-2021	<b>354</b>	331	71,955542	298	495
20	Energisa	M	2016-2021	<b>608,83</b>	625,5	185,04855	314	872
21	Engie Brasil	M	2016-2021	220,33	206	75,80941	114	311
22	Gerdau	A	2016-2021	182	166,5	108,36605	76	337
23	Gol	A	2016-2021	208	210	50,283198	154	287
24	Irani	A	2016-2021	<b>322,5</b>	336	36,691961	257	355
25	ISA CTEEP	M	2016-2021	235,33	234	81,239563	153	340
26	JBS	M	2016-2021	245,83	232,5	113,28092	140	447
27	JSL	M	2016-2021	200,66	208,5	42,641138	134	258
28	Klabin	A	2016-2021	169,5	170,5	140,70217	20	403
29	Light	M	2016-2021	327	324	58,784352	261	434
30	Marfrig	M	2016-2021	118,5	95	65,142152	55	240
31	MDBranco	M	2016-2021	236,5	232,5	30,191058	195	272
32	Minerva	M	2016-2021	174,66	164	54,146714	102	263
33	Natura	A	2016-2021	<b>314,16</b>	321	82,564924	178	408
34	Neoenergia	M	2016-2021	272	263,5	113,26782	132	405
35	Petrobrás	A	2016-2021	<b>384,83</b>	407,5	198,34961	133	625
36	Portobello	M	2016-2021	95,66	93	8,9368152	89	113
37	Rumo	A	2016-2021	173,66	168,5	106,57142	71	279
38	Santos Brasil	A	2016-2021	214,16	207,5	53,853196	150	294
39	Sanasa	M	2016-2021	192,16	189,5	40,131866	126	242
40	Sanepar	M	2016-2021	196,66	196	57,538393	134	278
41	SLC agríc	M	2016-2021	156,66	146	42,800312	96	213
42	Suzano	A	2016-2021	138,5	147	64,279857	35	229
43	Taesa	M	2016-2021	208,16	114	156,86863	92	438
44	Ultrapar	A	2016-2021	165,66	157	94,913996	38	282
45	Vale	A	2016-2021	280,5	275,5	27,428088	256	327
46	Weg	M	2016-2021	274,33	281,5	61,226356	186	353
47	Whirlpool	M	2016-2021	235,83	166	199,64711	50	552

**Legenda:** P.P – Potencial Poluidor; M- Médio Potencial Poluidor; A- Alto Potencial Poluidor. Min- mínimo, Max-máximo.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Importante destacar que as empresas, com médio potencial poluidor, Energisa (608,83), Copel (496), Cemig (473) e Enel (354) demonstraram as maiores médias de evidenciação entre as empresas pesquisadas. Cabe relatar que todas essas empresas pertencem ao setor elétrico brasileiro, demonstrando uma preocupação dessas organizações em divulgarem mais informações, também, sobre o capital humano. Com base na Teoria da Legitimidade, muitas empresas a realizam com o objetivo de legitimar as suas operações e a sua imagem perante a sociedade.

A Tabela 6 apresenta a divulgação geral do capital humano, de modo a mostrar o quantitativo de divulgação voluntária, de acordo com os 11 (onze) indicadores que o compõem, nos 6 (seis) anos analisados nos relatórios examinados.

**Tabela 6 - Divulgação Geral do Capital Humano – Todas as organizações**

<b>Indicadores/Anos</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
CH1.Número de funcionários	375	357	362	416	425	497	2432
CH2. Diversidade	1415	1521	1565	2028	2344	2783	11656
CH3. Total investido em treinamento	1068	1096	1218	1444	1444	1523	7793
CH4.Funcionários em aprendizagem eletrônica corporativa	1674	1642	1996	2416	2394	2182	12304
CH5. Média de idade	335	292	297	338	328	397	1987
CH6. Média de dias de treinamento por funcionário	115	91	111	119	114	98	648
CH7.Resultado da pesquisa com funcionários	1301	1174	1312	1606	1545	1580	8518
CH8. Acidentes com lesão por milhões de horas trabalhadas	231	329	377	521	447	446	2351
CH9. Taxa de absenteísmo	562	596	677	665	477	618	3595
CH10. Taxa de demissão	253	280	284	289	305	333	1744
CH11. Relação de salário mínimo	972	963	1118	1178	1049	1291	6571
<b>Total</b>	<b>8301</b>	<b>8341</b>	<b>9317</b>	<b>11020</b>	<b>108872</b>	<b>11748</b>	<b>59599</b>

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023)

Conforme a Tabela 6, o indicador divulgado com maior número de citações foi o indicador CH4 - funcionários em aprendizagem eletrônica corporativa. O destaque desse indicador pode estar associado à diretriz GRI 404 - Capacitação e educação que inclui conteúdos sobre a forma de gestão do capital humano dentro das organizações, como média de

horas de capacitação por ano, por empregado, programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira e percentual de empregados, que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

Ainda na discussão do indicador funcionários em aprendizagem eletrônica corporativa, cabe destacar que as empresas investem em aprendizagem com programas de aprendizado contínuo, treinamentos técnicos, universidades corporativas, planos de educação corporativa e parcerias com instituições de ensino, entre os exemplos de iniciativas empreendidas. Em razão da pandemia de Covid-19, algumas empresas relataram inserção de capacitações com temáticas, como bem-estar mental, bem-estar físico, bem-estar social, realizados no formato on-line, por plataformas de Ensino à Distância (EAD), do mesmo modo que o apoio ao trabalho remoto e aprimoramento profissional.

O segundo indicador mais destacado no capital humano foi CH2 - diversidade, o qual trata de aspectos, como sexo, gênero, faixa etária, grau de instrução, etnia, religião, origem e raça. No tocante a esse indicador, as organizações descrevem metas corporativas em diversidade, as quais, inclusive, afetam a remuneração variável de todas as lideranças e executivos, a execução de Censo anual de diversidade (etnia, orientação sexual, gênero, religião e deficiência física), possibilitando mapear o perfil de diversidade no quadro funcional. Tendo em vista a priorização dos planos de ação, fomentam a diversidade e a inclusão no ecossistema de parceiros, capacitação e sensibilização das lideranças no tema Diversidade, Equidade e Inclusão; bem como mantêm parcerias com consultorias e com coletivos negros de universidades, para promover iniciativas orientadas à atração, ao desenvolvimento e à inclusão de grupos historicamente minorizados pela sociedade.

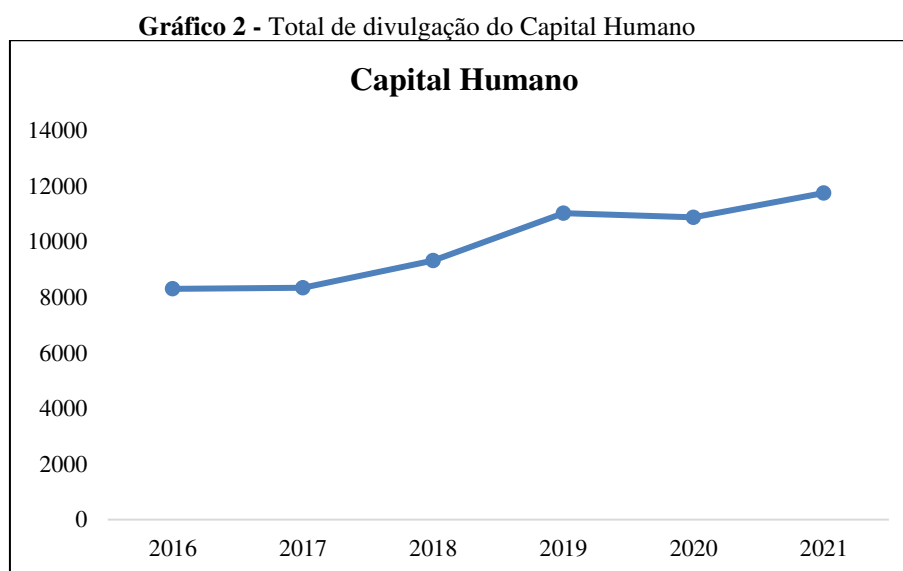
Do ponto de vista da diversidade, verifica-se que, parte expressiva, das organizações estão preocupadas em espelhar, no quadro funcional, a diversidade racial e de gênero da população, reforçando a confiança da sociedade em suas atividades. Essa estratégia é um alinhamento evidente com a busca por ganhar legitimidade perante a sociedade, as empresas estão mais preocupadas com temas, como a diversidade, para considerar às necessidades da sociedade, aumentando a legitimidade, na medida em que atendem às expectativas do ambiente externo, onde sua atuação precisa ser aceita, norteando as relações com as partes interessadas.

Outro ponto de destaque, nessa discussão, é que várias empresas são signatárias de compromissos da ONU, tais como o Pacto Global, a qual aborda, no princípio 6, a eliminação

da discriminação no emprego. Os Princípios de Empoderamento das Mulheres que trata da desigualdade de gênero, Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nesse caso, ODS 5 - Igualdade de gênero e o ODS 10 - Redução de desigualdades, bem como as diretrizes do *Global Reporting Initiative* - GRI, como a 405- Diversidade e igualdade de oportunidades, entre outras.

O Gráfico 2 apresenta a divulgação geral referente a todos os indicadores que compõem o capital humano. No gráfico, é possível verificar a tendência de crescimento ao longo do tempo, denotando um aumento de divulgação das informações sobre o capital humano por parte das organizações. Ressalta-se um declínio de demonstração das informações de capital humano de 11020, em 2019, para 108872 em 2020, em grande parte dos indicadores, resultado que pode estar condicionado aos efeitos da pandemia de COVID-19 nas empresas em 2020.

Apesar de o capital humano ser, cada vez mais, reconhecido como um fator relevante de competitividade e sustentabilidade empresarial, os limites dos sistemas de mensuração financeira, que não conseguem avaliar plenamente os recursos intangíveis e são inadequados para lidar com as dificuldades inerentes à gestão do desenvolvimento de novos ativos emergentes, são claros (ORTEGA-LAPIEDRA *et al.*, 2019).



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023)

Nesse sentido, Cisi e Centrone (2021) expõem que a dinâmica entre Capital Humano e criação de valor representa um tema bastante desafiador para ser aprofundado tanto do ponto de vista acadêmico, quanto do profissional. O próprio IIRC destacou as dificuldades de



explorar, adequadamente, as conexões entre o capital humano e o processo de criação de valor, no qual a reportagem pode desempenhar um papel crucial para questões de comunicação e mensuração.

Além disso, os resultados da pesquisa de Salvi *et al.* (2021) apoiam a noção de que o aumento dos níveis de divulgação de capital humano está ligado ao melhor acesso das empresas a recursos financeiros externos, conseqüentemente, aumentando o valor da empresa (SALVI *et al.*, 2021). Então, a relevância, desse tipo de capital, obriga as empresas a apresentarem uma representação adequada dos aspectos relacionados aos recursos humanos, no intuito de permitir aos *stakeholders* e investidores um melhor conhecimento das diferentes dinâmicas de negócio e da capacidade das empresas para criar valor a longo prazo (GAMERSCHLAG, 2013).

Nessa lógica, a relação das organizações com o capital humano, no entanto, deve se dar como parte integrante da geração de valor para o negócio, pois ele impacta diretamente a qualidade, sinergia e a produtividade. Portanto, o capital humano é um motivo essencial para o alcance dos objetivos e das metas nos âmbitos de governança, econômico, social e ambiental, tornando-se primordial quando se pensa na geração de valor a curto, médio e longo prazos.

#### **4.1.1.3 Capital Social e de Relacionamento**

O capital social e de relacionamentos inclui compartilhamento de normas, valores e comportamentos comuns; bem como os relacionamentos entre as principais partes interessadas, a confiança e a disposição para se engajar que uma organização desenvolve e se esforça por solidificar e proteger junto a partes interessadas externas, como clientes, fornecedores, parceiros de negócios, comunidades locais, legisladores, reguladores e responsáveis por políticas (DE CASTRO; SÁEZ; LÓPEZ, 2004).

Esse tipo de capital refere-se ao agregado dos recursos reais ou potenciais, os quais estão ligados à posse de uma rede durável de relações (mais ou menos) institucionalizadas de conhecimento mútuo e de reconhecimento (BOURDIEU, 1986). Na visão de Coleman (1988), o capital social está correlacionado com a densidade das relações sociais entre atores envolvidos em uma determinada ação.

Nesse âmbito, a divulgação de indicadores, relativos ao capital social e de relacionamento, resulta da relação da organização com todas as instituições, as quais, de alguma forma, contribuem para o desempenho de suas atividades e para a geração de valor (PEREZ JUNIOR; OLIVIERI NETO; SILVA, 2014). Este é pautado por valores, princípios,

compromissos, confiança, reputação, licença para operar, conhecimentos, redes e padrões compartilhados (KASSAI, CARVALHO, KASSAI, 2019).

Na Tabela 7, são apresentados os oito indicadores, aglutinados, de Capital Social e de Relacionamento (Ranking de “Excelente lugar para trabalhar”, Número de voluntários, Reclamações trabalhistas / Processos, Envolvimento em ações sociais, Envolvimento em projetos culturais, Índice de satisfação do cliente, Provisão para projetos sociais e Investimento social). Observa-se, assim, que as empresas Petrobrás (1301,33), Cemig (1097,33) e Energisa (1095,17) se destacam com as maiores médias de divulgação de informações sobre o capital social e de relacionamento, seguidas pela Vale (1036,67), Copel (973,33), Light (849,83), Eletrobrás (834,67) Ceg (697,33), Irani (621,83) e Natura (554,83).

**Tabela 7 - Estatísticas Descritivas do Capital Social e de Relacionamento**

Nº	Empresas	P.P	Ano	Média	Mediana	Desvio padrão	Mín	Máx
1	Aegea	M	2016-2021	275,5	268,5	78,762301	172	415
2	AES Brasil	M	2016-2021	392	353	132,95112	311	660
3	Ambev	M	2016-2021	338,66	316	77,626456	253	454
4	Braskem	A	2016-2021	500,83	441	170,68968	366	833
5	BRF	M	2016-2021	552,83	556	75,787642	461	680
6	Casan	M	2016-2021	267	244	88,08178	182	393
7	Ceg	A	2016-2021	697,33	677	81,754918	620	842
8	Cemig	M	2016-2021	1097,33	1072	176,52044	873	1389
9	Chesf	M	2016-2021	493	455,5	145,81907	388	780
10	Copasa	M	2016-2021	379,33	344,5	177,39523	157	627
11	Copel	M	2016-2021	<b>973,33</b>	939,5	234,31489	638	1261
12	Cosan	A	2016-2021	249,66	217	186,56116	62	601
13	CPFL	M	2016-2021	474,66	524	202,37062	86	641
14	EDP	M	2016-2021	706,33	699,5	148,96398	505	923
15	Eldorado	A	2016-2021	261,66	244	113,63039	149	446
16	Eletrobrás	M	2016-2021	<b>834,66</b>	740	323,47591	530	1365
17	EMAÉ	M	2016-2021	284,17	280,5	163,52543	105	516
18	Enauta	A	2016-2021	222,16	211	48,462013	154	287
19	Enel	M	2016-2021	754,16	754	62,891706	675	855
20	Energisa	M	2016-2021	1095,16	1164,5	232,13911	674	1301
21	Engie Brasil	M	2016-2021	492,16	485,5	174,84784	227	751
22	Gerdau	A	2016-2021	516,66	394	343,71364	192	1085
23	Gol	A	2016-2021	295,83	308	65,508524	207	375
24	Irani	A	2016-2021	<b>621,83</b>	521,5	258,82613	376	949
25	ISA CTEEP	M	2016-2021	480,83	475,5	111,8113	334	662
26	JBS	M	2016-2021	493	444,5	127,66049	381	658
27	JSL	M	2016-2021	454,66	482,5	125,64978	270	618
28	Klabin	A	2016-2021	381,83	469,5	246,04668	59	626
29	Light	M	2016-2021	<b>849,83</b>	782,5	223,2733	714	1301
30	Marfrig	M	2016-2021	246,83	243	82,35634	158	370
31	MDBranco	M	2016-2021	589,33	567,5	132,63283	444	817
32	Minerva	M	2016-2021	239,16	270	94,49321	124	354
33	Natura	A	2016-2021	<b>554,83</b>	537,5	153,54923	301	717
34	Neoenergia	M	2016-2021	700,83	651,5	<b>349,24342</b>	<b>330</b>	<b>1235</b>
35	Petrobrás	A	2016-2021	1301,33	1206,5	<b>933,95432</b>	<b>441</b>	<b>2688</b>
36	Portobello	M	2016-2021	292,66	256	96,128386	198	415
37	Rumo	A	2016-2021	303	231,5	166,22395	152	578

38	Santos Brasil	A	2016-2021	269,16	283	59,764259	185	350
39	Sanasa	M	2016-2021	615,33	613	152,25067	415	839
40	Sanepar	M	2016-2021	696,16	680,5	130,21431	538	865
41	SLC agríc	M	2016-2021	279,66	288	97,526748	160	375
42	Suzano	A	2016-2021	384,66	379	143,79801	206	629
43	Taesa	M	2016-2021	557	472,5	268,82931	249	923
44	Ultrapar	A	2016-2021	274,5	306	117,73147	93	392
45	Vale	A	2016-2021	<b>1036,66</b>	884	338,66188	681	1516
46	Weg	M	2016-2021	376,33	393	129,6575	199	509
47	Whirlpool	M	2016-2021	332,33	286,5	142,22892	202	545

**Legenda:** P.P – Potencial Poluidor; M- Médio Potencial Poluidor; A- Alto Potencial Poluidor. Min-mínimo, Max-máximo.

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

É importante destacar que as empresas Petrobrás e Neoenergia possuem alta amplitude (mínimo 441 e 330 e máximo 2688 e 1235, respectivamente), ou seja, possuem valores muito dispersos. Resultados comprovados, também, com os altos valores dos desvios padrões, demonstrando informações mais heterogêneas, pois quanto maior o valor do desvio-padrão, maior a variabilidade dos dados, ou seja, maior o afastamento em relação à média aritmética.

Na Tabela 8, demonstra-se a divulgação por indicador-chave de desempenho (KPI), do Capital Social e Relacionamento, de acordo com os 8 (oito) indicadores, no qual é possível identificar os KPIs com maior e menor divulgação por parte das organizações.

**Tabela 8 - Divulgação Geral do Capital Social e Relacionamento – Todas as organizações**

Indicadores/Anos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
CS1. Ranking de “Excelente lugar para trabalhar”	1170	1015	1210	1449	1224	1378	7446
CS2. Número de voluntários	67	70	74	77	66	79	433
CS3 Reclamações trabalhistas / Processos	1854	1715	1739	2109	2084	2439	11940
CS4. Envolvimento em ações sociais	7293	6906	7228	8297	9899	10190	49813
CS5. Envolvimento em projetos culturais	2214	2080	2179	2618	2768	2814	14673
CS6. Índice de satisfação do cliente	2061	2087	2164	3012	2097	2344	13765
CS7. Provisão para projetos sociais	4422	3963	4193	4895	6152	6230	29855
CS8. Investimento social	2897	2523	2599	2990	4194	4296	19499
Total	21978	20359	21386	25447	28484	29770	147424

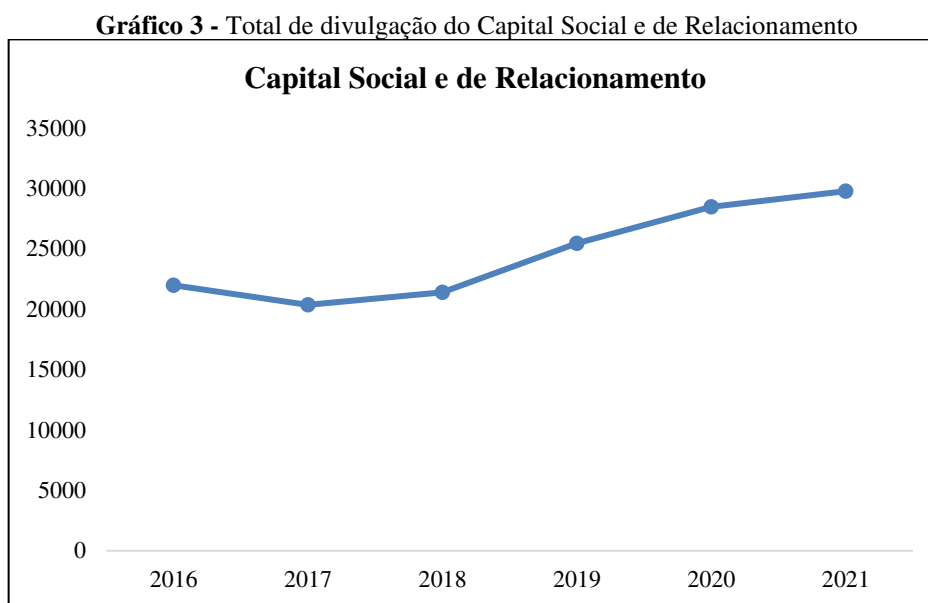
**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Conforme a tabela 8, os indicadores que alcançaram as maiores divulgações foram relacionados à comunidade, CS4 - Envolvimento em ações sociais, CS7- Provisão para projetos sociais e CS8 - Investimento social.

No tocante aos indicadores menos divulgados, foram CS2 - Número de voluntários, do grupo comunidade e, quanto aos colaboradores, observa-se a participação da empresa no CS1- Ranking de Excelente lugar para trabalhar. As empresas que constam, nesse ranking, são Aegea Saneamento e Participações S.A, AES Brasil, Irani Papel e Embalagem S.A, Ceg (Naturgy),

COPEL, Energisa, Gerdau, Natura e SLC agrícola. Nesse âmbito, as premiações reconhecem organizações que colocam as pessoas no centro de suas estratégias, desenvolvendo as melhores práticas na área de gestão de pessoas. Atualmente, o reconhecimento, por meio dos prêmios, estão divididos em várias temáticas, como humanização corporativa, promoção da pluralidade e da inclusão, políticas e iniciativas de equidade de gênero e ascensão feminina; e jovens em categorias, como Gênero – maior abrangência de mulheres em cargos de liderança, Etnia – melhor conjunto de indicadores, Gerações – maiores empregadores 50+ e Gerações – maiores empregadores.

No Gráfico 3, pode-se observar a evolução do Capital Social e de Relacionamento, de forma condensada, ao longo dos anos. Esses resultados podem indicar que as organizações, a partir do Relato Integrado ou Relatório de Sustentabilidade, utilizam de estratégias para melhorar a legitimidade, por meio da confiança, reputação e capital social.



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Diante da crise sanitária, econômica e social, provocada pela pandemia da Covid-19, cabe ressaltar que as organizações destacaram nos seus relatórios, 2020 e 2021, suas ações sociais relacionadas ao combate à pandemia da Covid-19, a qual provocou impactos na vida das pessoas, em diversos setores e no cenário macroeconômico mundial. Dessa forma, foram direcionando recursos para apoiar entidades e projetos dedicados ao enfrentamento dos impactos da pandemia, especialmente junto a grupos sociais mais vulneráveis. Tal doação de

recursos financeiros foi convertida, principalmente, em cestas básicas, EPIs, itens de higiene e limpeza, entre outros.

No que se refere ao envolvimento em ações sociais e provisão para projetos sociais, as organizações desenvolvem ações sociais, que procuram ter como princípios norteadores temas, como equidade e inclusão, relacionamento e parcerias, ética, transparência e conexões de negócios. Essas ações têm como objetivo trazer impacto social e fortalecer a relação das organizações com as comunidades no entorno e com a sociedade. Isto significa que essas empresas buscam estabelecer relações de confiança e reputação com as comunidades no entorno e com a sociedade.

Em síntese, a imagem corporativa é um elemento essencial do capital social e de relacionamento, visto que, se os *stakeholders* não puderem confiar na corporação, sua reputação será prejudicada, assim como sua licença para operar na sociedade (PETTY; GUTHRIE, 2000). Além disso, se a reputação for prejudicada, o capital relacional fica comprometido. Porém, a reputação corporativa contribuirá para o desenvolvimento da imagem corporativa e para a “legitimação social” da empresa, perante os membros da comunidade. Essas questões se transformam em uma melhoria dos resultados organizacionais (DE CASTRO; SÁEZ; LÓPEZ, 2004).

Com base nas organizações pesquisadas, constata-se que o conceito de capital social e de relacionamento, utilizado pelas empresas em questão, está conectado à capacidade de compartilhar, relacionar-se e colaborar com seus grupos de interesse, favorecendo o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade. Portanto, busca-se promover relações de confiança com grupos de interesse, visando impactar de forma positiva a gestão da marca e da reputação organizacional.

#### **4.1.1.4 Capital Intelectual**

Na literatura, o Capital Intelectual pode ser definido como posse de conhecimento, experiência aplicada, tecnologia organizacional, relacionamentos com clientes e habilidades profissionais que proporcionam à empresa uma vantagem competitiva no mercado (EDVINSSON; MALONE, 1998). Também, pode ser compreendido como conjunto dinâmico de recursos, por exemplo: conhecimento, capacidades, redes, processos de operação, relações individuais e organizacionais, os quais criam valor para a empresa (DEMARTINI; TRUCCO, 2016).

Neste estudo, o conceito utilizado será o do IIRC (2013) que define como intangíveis organizacionais, baseados em conhecimento, como propriedade intelectual, por exemplo: patentes, software, direitos autorais, conhecimento em sistemas e processos.

Na Tabela 9, são demonstrados os resultados referentes aos oito indicadores de Capital Intelectual (Número de patentes requeridas, dinheiro gasto em P&D, número de testes com nova tecnologia, reconhecimento da marca, número de novos produtos desenvolvidos, despesas com o desenvolvimento de mudanças/processos da organização, despesas com o desenvolvimento de softwares para sistemas internos e vendas geradas por produtos originados de P&D). Verifica-se, na Tabela 9, que as maiores médias são identificadas nas empresas Cemig (719), Natura (631,83), Petrobrás (613,33), Copel (583,17), Energisa (565,00), Eletrobrás (562,33) e Vale (522).

Por outro lado, as empresas que apresentam as menores médias são: Casan (143,17), SLC agrícola (147), Cosan (150,17), Eldorado (165,67) e Aegea (168,5), evidenciando que estas organizações não divulgam, de forma constante, informações sobre o Capital Intelectual.

**Tabela 9 - Estatísticas Descritivas do Capital Intelectual**

Nº	Empresas	P.P	Ano	Média	Mediana	Desvio padrão	Mín	Máx
1	Aegea	M	2016-2021	<b>168,50</b>	172,5	40,942643	102	221
2	AES Brasil	M	2016-2021	258,67	251,5	50,381213	203	338
3	Ambev	M	2016-2021	228,17	212	74,241273	137	350
4	Braskem	A	2016-2021	425,33	416,5	106,42493	260	586
5	BRF	M	2016-2021	433,83	456	69,476375	345	499
6	Casan	M	2016-2021	<b>143,17</b>	141,5	39,107118	96	213
7	Ceg	A	2016-2021	382,00	374	25,930677	359	432
8	Cemig	M	2016-2021	<b>719,00</b>	711,5	79,117634	635	847
9	Chesf	M	2016-2021	342,17	330	80,193308	263	489
10	Copasa	M	2016-2021	198,00	189	78,089692	120	302
11	Copel	M	2016-2021	<b>583,17</b>	599,5	143,66964	371	735
12	Cosan	A	2016-2021	<b>150,17</b>	167,5	63,269002	54	209
13	CPFL	M	2016-2021	309,67	343,5	118,41059	90	412
14	EDP	M	2016-2021	348,17	350	44,52153	271	394
15	Eldorado	A	2016-2021	<b>165,67</b>	165,5	52,747196	98	231
16	Eletrobrás	M	2016-2021	<b>562,33</b>	528	186,49576	361	808
17	EMAE	M	2016-2021	122,33	133	33,296646	65	161
18	Enauta	A	2016-2021	170,17	165,5	31,72013	137	228
19	Enel	M	2016-2021	468,50	458,5	68,654934	389	567
20	Energisa	M	2016-2021	<b>565,00</b>	559,5	123,38233	380	730
21	Engie Brasil	M	2016-2021	300,50	294	66,476312	200	400
22	Gerdau	A	2016-2021	197,17	166	130,16208	82	395
23	Gol	A	2016-2021	170,83	184,5	47,169552	94	222
24	Irani	A	2016-2021	399,50	407,5	65,847551	293	471
25	ISA CTEEP	M	2016-2021	370,67	306	155,13435	275	682
26	JBS	M	2016-2021	447,67	398	100,89533	362	593
27	JSL	M	2016-2021	175,17	171	23,412959	144	204
28	Klabin	A	2016-2021	389,67	435	227,67667	116	679
29	Light	M	2016-2021	422,83	407,5	61,726548	355	520
30	Marfrig	M	2016-2021	170,17	164	51,870673	116	260

31	MDBranco	M	2016-2021	362,67	357,5	35,370421	326	422
32	Minerva	M	2016-2021	241,50	212,5	122,23379	122	423
33	Natura	A	2016-2021	<b>631,83</b>	654	183,3613	294	842
34	Neoenergia	M	2016-2021	458,17	480	233,65908	172	727
35	Petrobrás	A	2016-2021	<b>613,33</b>	564	248,29713	374	1001
36	Portobello	M	2016-2021	223,67	220	25,136958	190	259
37	Rumo	A	2016-2021	184,50	167,5	83,42122	96	300
38	Santos Brasil	A	2016-2021	235,33	186	96,31753	161	366
39	Sanasa	M	2016-2021	373,83	379	76,708322	272	479
40	Sanepar	M	2016-2021	333,33	297	109,15249	250	542
41	SLC agríc	M	2016-2021	<b>147,00</b>	149	36,375816	104	197
42	Suzano	A	2016-2021	301,67	299	105,04602	149	463
43	Taesa	M	2016-2021	243,17	190,5	105,61708	152	420
44	Ultrapar	A	2016-2021	253,33	212	149,49069	95	493
45	Vale	A	2016-2021	<b>522,00</b>	524,5	97,824332	347	635
46	Weg	M	2016-2021	282,50	291	61,516664	172	355
47	Whirlpool	M	2016-2021	260,00	221	110,07815	146	403

**Legenda:** P.P – Potencial Poluidor; M- Médio Potencial Poluidor; A- Alto Potencial Poluidor. Min- mínimo, Max-máximo.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Nesta pesquisa, a partir da aplicação do *checklist* de indicadores-chave de desempenho (KPIs), foram identificados, na Tabela 10, a divulgação geral do Capital Intelectual nos relatórios organizacionais.

**Tabela 10 - Divulgação Geral do Capital Intelectual – Todas as organizações**

Indicadores/Anos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
CI1- Número de patentes requeridas	6	9	7	9	15	11	57
CI2- Dinheiro gasto em P&D	3113	2995	3388	4239	3863	4096	21694
CI3- Número de testes com nova tecnologia	942	976	1211	1244	1313	1352	7038
CI4- Reconhecimento da marca	585	591	629	665	595	636	3701
CI5- número de novos produtos desenvolvidos	988	908	984	1223	1537	1251	6891
CI6- despesas com o desenvolvimento de mudanças/processos da organização	1686	1740	1782	2170	2271	2671	12320
CI7- despesas com o desenvolvimento de softwares para sistemas internos	1856	1889	2229	2275	2411	2494	13154
CI8- vendas geradas por produtos originados de P&D	4161	3950	4420	5327	5044	5236	28138
<b>Total</b>	13337	13058	14650	17152	17049	17747	92993

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

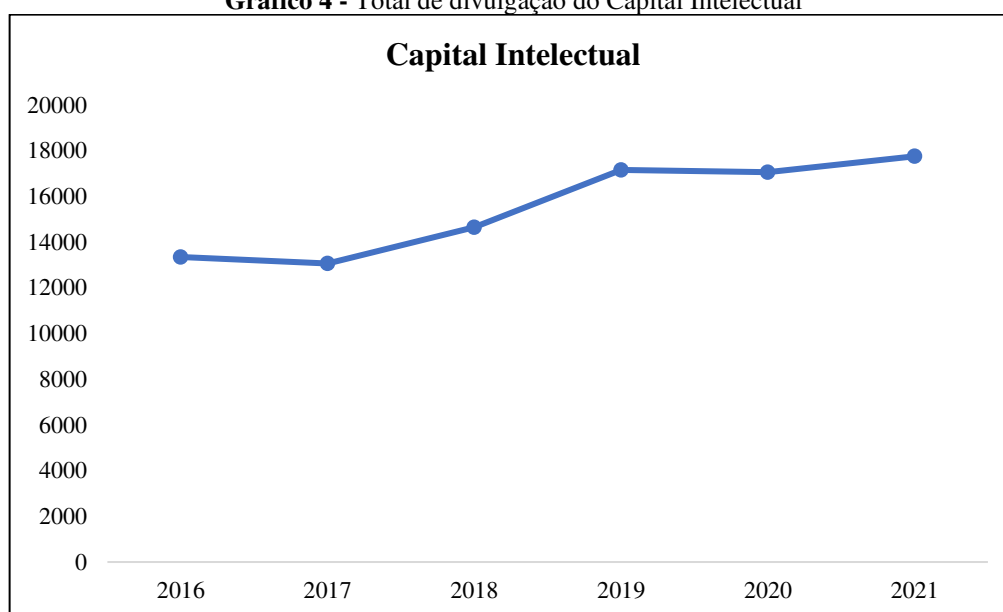
Percebe-se que os indicadores mais divulgados foram, de acordo com a Tabela 10, CI8 - vendas geradas por produtos originados de P&D e, em segundo lugar, o CI2- Dinheiro gasto em Pesquisa e Desenvolvimento. Nessa lógica, verifica-se que as organizações pesquisadas concentraram gastos em projetos de pesquisa e desenvolvimento para retenção e remoção de carbono, baseados na natureza e na ciência. Elas desenvolvem projetos de pesquisa em parceria com universidades, os quais visam à melhoria da geração distribuída e à prospecção de negócios

de geração de energia, a partir de biomassa e biogás oriundos da agroindústria, de ativos e resíduos florestais e da decomposição da matéria orgânica de resíduos sólidos.

Outros exemplos são os investimentos em geração híbrida, em que há diferentes formas de produção de energia na mesma planta, como a eólica e a solar ou a hidrelétrica e a solar. Há pesquisa e desenvolvimento para reduzir e otimizar o uso de embalagens primárias (em contato direto com o produto), secundárias e terciárias, diminuindo a quantidade de resíduos gerados pelos clientes e consumidores. Existe, também, desenvolvimento de produtos de base florestal de usos múltiplos, que sejam renováveis, recicláveis e biodegradáveis, e na gestão da interferência em toda a cadeia produtiva.

No Gráfico 4, pode-se observar o quantitativo de divulgação geral. De acordo com todos os indicadores que compõem o capital intelectual, foram analisados separadamente os anos definidos para esta pesquisa, podendo-se visualizar que houve um crescimento constante de 2016 a 2019. Entretanto, houve uma diminuição no ano de 2020 na divulgação dos indicadores: vendas geradas por produtos originados de P&D, reconhecimento da marca e dinheiro gasto em P&D.

**Gráfico 4 - Total de divulgação do Capital Intelectual**



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Vale enfatizar que, para o setor elétrico, o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D é uma exigência regulatória, preconizada pela Lei Federal nº 9.991/2000, tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) como agência fiscalizadora no âmbito do



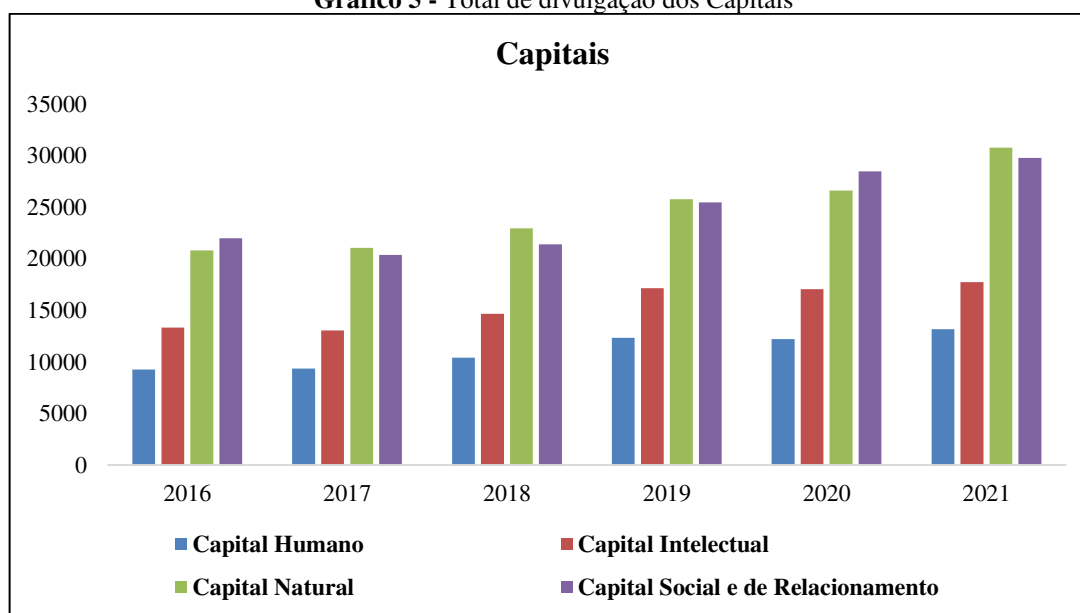
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (ProP&D). Portanto, todas as organizações, desse setor, devem, obrigatoriamente, destinar parte de suas receitas operacionais líquidas (ROL) à atividade.

Esse Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (ProP&D) propõe diversas linhas de pesquisa, como fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, eficiência energética e qualidade e confiabilidade dos serviços, entre outras.

O Capital Intelectual vislumbrado, nos relatórios pesquisados, está associado, de forma geral, ao conhecimento tácito, normas e procedimentos organizacionais, sistemas corporativos, patentes, licenças, tecnologias, projetos de P&D, entre outros.

O Gráfico 5 expressa o comportamento dos capitais humano, intelectual, natural e social e de relacionamento ao longo do período pesquisado (2016 a 2021). Verifica-se, assim, uma evolução nas divulgações de todos os capitais ao longo dos anos, ficando, contudo, mais evidente o aumento da divulgação das informações sobre o capital natural.

**Gráfico 5 - Total de divulgação dos Capitais**



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

O capital natural torna-se, portanto, parte integrante da estratégia e dos objetivos de longo prazo da empresa. Esse maior foco nesse tipo de capital implica que o efeito das operações da empresa, no meio ambiente, receba mais atenção, o que, por sua vez, deve melhorar o desempenho ambiental no qual ela está inserida (POIGNAT; STENSIÖ, 2014).

Evidentemente, o capital natural fornece os bens e os serviços ecossistêmicos que sustentam grande parte de nossa economia, como insumos ou benefícios indiretos para os negócios. Todavia, quando usa-se muito os estoques de capital natural, a natureza pode ser incapaz de reabastecê-los (ANIFOWOSE; ABANG; ZAKARI, 2020).

Destarte, o relatório integrado deve levar em consideração informações positivas e negativas para fornecer uma imagem imparcial e confiável do desempenho da empresa. As informações devem ser selecionadas e relatadas, de forma consistente, e devem permitir que as partes interessadas comparem o desempenho da empresa ao longo do tempo com o de outras empresas (POIGNAT; STENSIÖ, 2014).

No entanto, existe uma prerrogativa que estabelece que as empresas ambientalmente sensíveis enfrentam uma pressão do público em relação ao seu impacto no meio ambiente. Assim, elas precisam ser vistas como legitimadas pelo público nesse aspecto, sob pena de ter seu contrato social com a sociedade revogado. A divulgação ambiental feita por empresas ambientalmente sensíveis é, indubitavelmente, utilizada como ferramenta para obter legitimidade do público. Isso implica que, embora a estrutura dos relatórios mude o foco para os stakeholders, as empresas ambientalmente sensíveis não podem ignorar a necessidade de legitimidade do público (POIGNAT; STENSIÖ, 2014).

Outro capital que merece destaque é o capital social e de relacionamento que apresentou um nível de divulgação elevado, superando, inclusive, o capital natural em 2016 e 2020. Ao longo do período estudado, houve uma tendência de crescimento na divulgação das informações relacionadas a esse capital.

No ponto de vista de Castro, Sáez e López (2004), o capital social e de relacionamento está atrelado aos relacionamentos internos e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes; bem como à habilidade de compartilhar informações, para aprimorar o bem-estar individual e coletivo. Os autores evidenciam, ainda, que o capital social e de relacionamento é enquadrado em diferentes camadas. A primeira camada refere-se ao conhecimento e à sua gestão sobre as relações que uma determinada organização pode manter com os stakeholders que fazem parte de seu ambiente ou setor mais próximo. Esse ambiente mais próximo costuma abrigar partes interessadas, como clientes, fornecedores, parceiros ou acionistas. Nesse campo, a capacidade da organização de compreender, analisar e tomar decisões sobre seu setor depende do estudo das relações mencionadas acima.

De maneira geral, verifica-se que o setor de energia elétrica apresentou maior destaque entre os quatro capitais não financeiros do Relato Integrado, uma vez que demonstrou, nos relatórios de sustentabilidade, uma maior divulgação voluntária de informações relacionadas com o *checklist dos* indicadores-chave de desempenho.

#### 4.1.2 - Índice de Divulgação dos Capitais Não Financeiros

Com a finalidade de verificar se os indicadores-chave de desempenho divulgados encontram-se aderentes aos indicadores, propostos no *checklist*, foram calculados e convertidos em Índice de Divulgação (ID), a partir da Equação exposta na metodologia (Equação 1).

A Tabela 11 apresenta o índice médio geral de divulgação com os respectivos índices médios por capital (IDCG, IDCN, IDCH, IDCSR, IDCI) por empresa pesquisada.

**Tabela 11-** Índice de Divulgação dos Capitais Não Financeiros das Empresas

Nº	Empresas	IDCN	IDCH	IDCSR	IDCI	IDCT	Nível de Aderência
1	Aegea	0,9761905	0,9393939	0,9166667	0,8541667	0,9215686	Alta
2	AES Brasil	0,952381	0,9090909	0,8958333	0,875	0,9068627	Alta
3	Ambev	1	1	0,9166667	0,875	0,9509804	Alta
4	Braskem	1	0,9090909	0,9791667	0,9166667	0,9460784	Alta
5	BRF	1	1	0,9791667	0,8958333	0,9705882	Alta
6	Casan	0,8809524	0,9393939	0,9375	0,8541667	0,9068627	Alta
7	Ceg	1	1	1	0,875	0,9705882	Alta
8	Cemig	1	1	1	1	1	Alta
9	Chesf	1	0,9848485	1	0,9166667	0,9754902	Alta
10	Copasa	0,9761905	0,9848485	0,9791667	0,8125	0,9411765	Alta
11	Copel	1	1	1	0,9375	0,9852941	Alta
12	Cosan	0,9047619	0,8181818	0,875	0,875	0,8627451	Alta
13	CPFL	1	0,9242424	0,9791667	0,875	0,9411765	Alta
14	EDP	1	1	0,9791667	0,875	0,9656863	Alta
15	Eldorado	1	0,9090909	0,8958333	0,875	0,9166667	Alta
16	Eletrobrás	0,9047619	0,9848485	0,9791667	0,875	0,9411765	Alta
17	EMAE	0,9761667	0,9545455	0,9166667	0,8541667	0,9264706	Alta
18	Enauta	1	0,8787879	0,9166667	0,875	0,9117647	Alta
19	Enel	1	1	0,9583333	0,9166667	0,9705882	Alta
20	Energisa	1	0,9545455	0,9791667	0,875	0,9509804	Alta
21	Engie Brasil	1	1	0,9375	0,8958333	0,9607843	Alta
22	Gerdau	1	0,7424242	0,9583333	0,8541667	0,872549	Alta
23	Gol	1	0,9848485	0,9375	0,875	0,9509804	Alta
24	Irani	1	1	0,9166667	0,875	0,9509804	Alta
25	ISA CTEEP	1	1	0,8958333	0,875	0,9460784	Alta
26	JBS	1	0,9848485	0,9166667	0,8958333	0,9509804	Alta
27	JSL	1	1	0,9375	0,8541667	0,9509804	Alta
28	Klabin	1	0,8030303	0,9166667	0,8958333	0,8921569	Alta
29	Light	1	1	0,9791667	0,875	0,9656863	Alta
30	Marfrig	1	0,9545455	0,9375	0,875	0,9411765	Alta
31	MDBranco	1	0,9545455	0,9583333	0,875	0,9460784	Alta

32	Minerva	1	1	0,875	0,875	0,9411765	Alta
33	Natura	1	0,9848485	0,9166667	0,8958333	0,9509804	Alta
34	Neoenergia	1	1	0,9375	0,875	0,9558824	Alta
35	Petrobrás	1	1	1	0,8958333	0,9754902	Alta
36	Portobello	1	0,9242424	1	0,875	0,9460784	Alta
37	Rumo	1	0,9848485	0,9583333	0,8333333	0,9460784	Alta
38	Santos Brasil	1	1	0,9791667	0,875	0,9656863	Alta
39	Sanasa	1	1	0,9583333	0,875	0,9607843	Alta
40	Sanepar	1	0,9545455	0,9583333	0,8958333	0,9509804	Alta
41	SLC agríc	1	0,969697	0,8958333	0,875	0,9362745	Alta
42	Suzano	1	0,9242424	0,9375	0,9375	0,9460784	Alta
43	Taesa	0,9285714	0,8787879	0,8958333	0,875	0,8921569	Alta
44	Ultrapar	0,9761905	0,9393939	0,9583333	0,875	0,9362745	Alta
45	Vale	0,9285714	1	1	0,8541667	0,9509804	Alta
46	Weg	1	0,9090909	0,9166667	0,875	0,9215686	Alta
47	Whirlpool	1	0,9393939	1	0,875	0,9509804	Alta

**Legenda:** IDCN- Índice de Divulgação Capital Natural, IDCH- Índice de Divulgação Capital Humano, IDCS- Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento, IDCI- Índice de Divulgação Capital Intelectual, IDCT- Índice de Divulgação Capital Total.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

De acordo com os resultados do índice médio de divulgação das organizações analisadas, observa-se que todas elas estão enquadradas no Nível 1 (um) de aderência, o que se considera como uma escala do nível classificada como “alta”. Em outras palavras, as organizações, no período de tempo determinado para a pesquisa (2016 - 2021), estavam divulgando de forma voluntária, em uma escala “alta”, as informações em seus relatórios, no que se refere aos indicadores-chave de desempenho de todos os Capitais não financeiros (Natural, Capital Humano, Capital Intelectual e Capital Social e de Relacionamento).

Tendo a Cemig, como organização, com maior Índice de Divulgação Capital Total - IDCT 1 (um), ela atingiu a nota máxima em todos os capitais não financeiros, seguida pela Copel com IDCT 0,9852941, Chesf e Petrobrás com 0,9754902. Os resultados apontam que as três empresas que obtiveram os melhores índices, dentro do Nível 1 – Alta aderência, estão inseridas no setor elétrico. Entretanto, as empresas que tiveram os piores índices foram Sanepar - prestação de serviços de saneamento básico - IDCT 0,8823529, seguida com índices iguais IDCT 0,9117647 pela Klabin – Setor de papel e celulose, Enauta-setor de óleo e gás- e Weg - setor de bens de capital com soluções em máquinas.

Portanto, verifica-se que esses resultados podem estar, intrinsecamente, relacionados ao setor. Os achados apontam que o setor elétrico é o que mais divulga informações dos capitais não financeiros nos relatórios pesquisados. No caso desse setor, observa-se que além de ser

normatizado, também é regulado por órgãos competentes como a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nesse sentido, o setor elétrico possui a obrigatoriedade de elaboração e divulgação, visando atender às normas estabelecidas pela ANEEL - Resolução Normativa Aneel nº 933/2021, a qual aprovou o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e revogou a Resolução Normativa Aneel nº 605, de 19/03/2014, do Relatório de Responsabilidade Socioambiental – RSA.

Essa Resolução Normativa Aneel nº 933/2021 determina que todos os agentes de geração, de transmissão e de distribuição devem elaborar o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro das Outorgadas do Setor de Energia Elétrica. O referido relatório, normalmente, é composto por cinco dimensões: Geral, Corporativa, Econômico-financeira, Social e Ambiental. Essas organizações já possuem predisposição, baseada em certa medida no cunho obrigatório, para um nível mais elevado de elaboração e divulgação de informações socioambientais e de governança corporativa, mesmo que em outro relatório, pois essas informações são, em grande parte, utilizadas no Relatório de Sustentabilidade e no Relato Integrado.

Outro aspecto a ser considerado é que, no setor elétrico, os impactos ambientais negativos afetam diretamente a comunidade, por isso faz-se necessário um conjunto de ações que tratem o social e o ambiental de forma sinérgica. Nessa área, a gestão socioambiental exige que as organizações, ou setores econômicos, estabeleçam um conjunto de indicadores para a avaliação das ações socioambientais das organizações, qualificando-as como socialmente responsáveis (BRAGA; FERREIRA, 2015)

Dessa forma, os resultados alcançados nesta pesquisa são semelhantes aos resultados encontrados no estudo de Diniz (2020), em que os índices médios de divulgação dos capitais não financeiros das empresas analisadas, classificaram-se no Nível 1 de divulgação, representado por índices de 0,76 a 1,0, os quais indicam as organizações classificadas com Aderência Alta. Resultados, também, corroborados pela pesquisa de Tunico (2017), o qual constatou que todos os capitais apresentaram uma tendência de aumento do índice de divulgação para o período de análise, sendo o Capital Intelectual aquele que apresentou as menores médias de divulgação e o Capital Natural, o que apresentou as maiores médias para o período.

Contudo, diferenciam-se dos resultados referentes à pesquisa de Castro (2015), em que os índices médios de divulgação dos capitais não financeiros variaram, de acordo com o respectivo capital. O capital natural das empresas analisadas se classifica de maneira proporcional em todos os Níveis (1 - 4), diferenciando o quantitativo de empresas correspondente à cada nível, com maior quantitativo de empresas no Nível 2 (Moderada Alta). Na sequência, o capital humano apresentou maior quantitativo de empresas no Nível 3 (Moderada Baixa). Já a divulgação do capital social e de relacionamento apresentou o maior quantitativo de empresas que correspondia ao Nível 3. E, por fim, o capital intelectual exibiu maior quantitativo de empresas no Nível 4 (Aderência Baixa).

É possível afirmar que os achados, desta pesquisa, demonstram uma preocupação crescente, ao longo dos anos, em aumentar o nível de divulgação das informações não financeira, em especial as relacionadas ao capital natural, humano, intelectual, social e de relacionamento das organizações pesquisadas, visando evidenciar legitimidade social perante os *stakeholders*, visto que essa legitimidade está associada à imagem organizacional, assim como à motivação para que as organizações assumam um comportamento socioambiental responsável.

Com a finalidade de aprofundar mais a discussão sobre os capitais não financeiros, foi realizada a estatística descritiva geral e por categoria de médio e alto potencial poluidor, haja vista que todas as empresas pesquisadas concentraram-se no Nível 1, com classificação de aderência alta.

A Tabela 12 apresenta a estatística descritiva geral dos capitais natural, humano, intelectual, social e de relacionamento, com o total de indicadores e os índices de divulgação dos respectivos capitais. Constata-se, na Tabela 12, que o capital com maior média é o capital natural (523,1986), ou seja, o capital mais divulgado, seguido pelo capital Social e de relacionamento (520,9858). Ao mesmo tempo, observa-se que o capital com menor média foi o Capital Humano (236,227), dado que é corroborado pelo mínimo (5) e máximo (11) do total de indicadores do capital humano.

**Tabela 12**– Estatística Descritiva dos Capitais Não Financeiros

Variáveis	Média	Mediana	Desvio padrão	Mín	Máx
Total do Capital Natural	523,1986	480	293,5494	58	1744
Total de Indicadores CN	6,911348	7	0,2847468	6	7
IDCN	0,9873354	1	0,0406781	0,8571429	1
Total do Capital Humano	236,227	2016,5	138,0135	15	872
Total de Indicadores CH	10,51418	11	1,030571	5	11
IDCH	0,9558349	1	0,0936882	0,4545455	1
Total do Capital Social e de Relacionamento	520,9858	445,5	331,4254	59	2688

Total de Indicadores CSR	7,585106	8	0,4935796	7	8
IDCSR	0,9481383	1	0,0616974	0,875	1
Total do Capital Intelectual	328,8511	301,5	178,7849	54	1001
Total de Indicadores CI	7,049645	7	0,354458	6	8
IDCI	0,8812057	0,875	0,0443072	0,75	1
Capital total	32,06028	32	1,426709	25	34
IDCT	0,9429495	0,9411765	0,041962	0,7352941	1

**Legenda:** IDCN- Índice de Divulgação Capital Natural, IDCH- Índice de Divulgação Capital Humano, IDCS- Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento, IDCI- Índice de Divulgação Capital Intelectual, IDCT- Índice de Divulgação Capital Total.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Nas Tabelas 13 e 14, é evidenciada a estatística descritiva por impacto ambiental nas atividades econômicas, isto é, são classificadas em decorrência do Potencial de Poluição. No estudo em tela, foram analisadas as empresas com médio e alto potencial poluidor.

Na Tabela 13, estão descritos os resultados referentes às empresas de alto potencial poluidor. Destaca-se, diferentemente da Tabela 12, o capital social e de relacionamento com maior média (499,3444), seguido pelo capital natural (470,9111), o que denota uma preocupação na divulgação de informações relacionadas à imagem corporativa, gestão da marca e da reputação organizacional, relações de confiança com os *stakeholders*, assim como as que demonstrem a melhoria no bem estar coletivo e individual.

**Tabela 13** – Estatística Descritiva dos Capitais Não Financeiros – Alto Potencial Poluidor

Variáveis	Média	Mediana	Desvio padrão	Mín	Máx
Total do Capital Natural	470,9111	438	288,1039	58	1744
Total de Indicadores	6,911111	7	0,2861776	6	7
IDCN	0,9873016	1	0,9873016	0,8571429	1
Total do Capital Humano	215	198,5	120,2758	15	625
Total de Indicadores	10,32222	11	1,305372	5	11
IDCH	0,9383838	1	0,11867015	0,4545455	1
Total do Capital Social e de Relacionamento	499,3444	375,5	411,2016	62	2688
Total de Indicadores	7,588889	8	0,4947919	7	8
IDCSR	0,9486111	1	0,061849	0,875	1
Total do Capital Intelectual	320,1889	287	193,0656	54	1001
Total de Indicadores	7,033333	7	0,3499599	6	8
IDCI	0,8791667	0,875	0,043745	0,75	1
Capital total	31,85556	32	1,659573	25	34
IDCT	0,9369281	,9411765	0,9411765	0,7352941	1

**Legenda:** IDCN- Índice de Divulgação Capital Natural, IDCH- Índice de Divulgação Capital Humano, IDCS- Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento, IDCI- Índice de Divulgação Capital Intelectual, IDCT- Índice de Divulgação Capital Total.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Contrariamente, a tabela 14 expõe resultados de divulgação com média superior para o capital natural (547,7083) nas empresas com médio potencial poluidor, sinalizando que estas

estão mais atentas às ferramentas de gestão ambiental, direcionando esforços na adequada gestão dos recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais.

**Tabela 14** – Estatística Descritiva dos Capitais Não Financeiros – Médio Potencial Poluidor

Variáveis	Média	Mediana	Desvio padrão	Mín	Máx
Total do Capital Natural	547,7083	493	293,6089	71	1533
Total de Indicadores	0,9873512	1	0,0406891	0,8571429	1
IDCN	6,911458	7	0,2848237	6	7
Total do Capital Humano	246,1771	218	144,8116	20	872
Total de Indicadores	10,60417	11	0,8619856	5	11
IDCH	0,9640152	1	0,0783623	0,4545455	1
Total do Capital Social e de Relacionamento	531,1302	484,5	287,2071	59	1389
Total de Indicadores	7,583333	8	0,4942956	7	8
IDCSR	0,9479167	1	0,0617869	0,875	1
Total do Capital Intelectual	332,9115	311,5	172,0611	65	847
Total de Indicadores	7,057292	7	0,3571982	6	8
IDCI	0,8821615	0,875	0,0446498	0,75	1
Capital total	32,15625	32	1,297021	26	34
IDCT	0,945772	0,9411765	0,0381477	0,7647059	1

**Legenda:** IDCN- Índice de Divulgação Capital Natural, IDCH- Índice de Divulgação Capital Humano, IDCS- Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento, IDCI- Índice de Divulgação Capital Intelectual, IDCT- Índice de Divulgação Capital Total.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Cabe ressaltar que existe uma diferença estatística entre a categorização de alto potencial poluidor (Tabela 13) e médio potencial poluidor (Tabela 14). Quando se compara as médias, verifica-se que as médias das empresas classificadas como médio potencial poluidor são superiores em todos os capitais, denotando um nível de divulgação de informações direcionadas aos capitais não financeiros mais elevados.

Para alcançar um panorama mais detalhado do nível de divulgação dos capitais não financeiros, visto que todas as empresas pesquisadas, conforme Tabela 11, obtiveram uma classificação de aderência alta, ou seja, todas as organizações alcançaram um nível de aderência 1 com índices entre 0,76 a 1,0 na escala, foi necessário calcular os quartis da amostra estudada. Dessa forma, pretendeu-se ter uma visão mais estratificada e pormenorizada do nível de divulgação dos capitais não financeiros.

Vale sublinhar que foram calculados 3 (três) quartis, devido ao agrupamento dos dados do primeiro e segundo quartis, apenas no primeiro quartil.

A Tabela 15 é representada pelas empresas que obtiveram os menores índices de divulgação dentro da amostra estudada. Nesse sentido, constata-se que a média do índice de divulgação do capital não financeiro total foi de 0,9174573, tendo uma mediana de 0,9411765. As Organizações que compõem esse primeiro (1º) quartil foram: Aegea, AES Brasil, Casan,



Cosan, Eldorado, Eletrobrás, EMAE, Enauta, Enel, Engie Brasil, Irani, ISA CTEEP, JSL, Klabin, Light, Minerva, Natura, Sanepar, SLC agrícola, Vale e Weg. Destaca-se, ainda, que a empresa Sanepar (0,88235290) obteve o menor índice entre as empresas que compõem esse quartil. Esse resultado está associado à baixa divulgação, desta empresa, dos capitais intelectual (0,818181818), humano (0,875), social e de relacionamento (0,875). Assim, ressalta-se que este resultado é fruto da amostra pesquisada, a qual está toda inserida na classificação de alta aderência ao nível de divulgação 1. Logo, esses índices podem ser considerados baixos para os índices encontrados nesta pesquisa.

**Tabela 15** – Estatística Descritiva dos Capitais Não Financeiros – 1º Quartil

Variáveis	Média	Mediana	Desvio padrão	Mín	Máx
Total do Capital Natural	407,5355	360	217,9691	58	58 994
Total de Indicadores	6,83871 7	7	0,3689907	6	7
IDCN	0,9769585	1	0,052713	0,8571429	1
Total do Capital Humano	182,329	156	113,9845	15	728
Total de Indicadores	10,13548	11	1,264282	5	11
IDCH	0,9214076	1	0,1149347	0,4545455	1
Total do Capital Social e de Relacionamento	409,7419	353	261,9488	59	1516
Total de Indicadores	7,270968	7	0,4459002	7	8
IDCSR	0,908871	0,875	0,0557375	0,875	1
Total do Capital Intelectual	269,071	214	157,2373	54	808
Total de Indicadores	6,948387	7	0,2970318	6	8
IDCI	0,8685484	0,875	0,037129	0,75	1
Capital total	31,19355	32	1,396176	25	34
IDCT	0,9174573	0,9411765	0,041064	0,7352941	1

**Legenda:** IDCN- Índice de Divulgação Capital Natural, IDCH- Índice de Divulgação Capital Humano, IDCS- Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento, IDCI- Índice de Divulgação Capital Intelectual, IDCT- Índice de Divulgação Capital Total.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

O terceiro (3º) quartil, Na Tabela 16, foi composto das empresas Ambev, Braskem, Ceg, Chesf, Copasa, Copel, CPFL, EDP, Energisa, Gerdau, Gol, JBS, Marfrig, MDBranco, Neoenergia, Petrobrás, Portobello, Rumo, Santos Brasil, Sanasa, Suzano, Taesa, Ultrapar e Whirlpool. Essas organizações apresentaram um índice de capital não financeiro total de 0,9705882 na média, sobressaindo-se o índice de capital natural que atingiu 1 (um).

**Tabela 16** – Estatística Descritiva dos Capitais Não Financeiros – 3º Quartil

Variáveis	Média	Mediana	Desvio padrão	Mín	Máx
Total do Capital Natural	626,4821	612	293,1439	206	1744
Total de Indicadores	7	7	0	7	7
IDCN	1	1	0	1	1
Total do Capital Humano	287,9107	266,5	131,6741	77	872
Total de Indicadores	10,97321	11	0,1621823	10	11
IDCH	0,9975649	1	0,0147438	0,9090909	1
Total do Capital Social e de Relacionamento	626,9821	563,5	353,9983	185	2688

Total de Indicadores	7,964286	8	0,1864109	7	8
IDCSR	0,9955357	1	0,0233014	0,875	1
Total do Capital Intelectual	380,2946	361	166,7349	121	1001
Total de Indicadores	7,0625	7	0,2431494	7	8
IDCI	0,8828125	0,875	0,0303937	0,875	1
Capital total	33	33	0	33	33
IDCT	0,9705882	0,9705882	0	0,9705882	0,9705882

**Legenda:** IDCN- Índice de Divulgação Capital Natural, IDCH- Índice de Divulgação Capital Humano, IDCS- Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento, IDCI- Índice de Divulgação Capital Intelectual, IDCT- Índice de Divulgação Capital Total.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Finalizando a análise dos quartis, a Tabela 17 evidencia o quarto (4º) quartil, no qual destacam-se as empresas BRF e Cemig, com os melhores índices de divulgação informações relacionadas aos capitais não financeiros. A BRF e Cemig estão agrupadas no 4º quartil, porque divulgaram todos os indicadores de Capitais Naturais, Capital Humano, Capital Intelectual, Capital Social e de Relacionamento com índice 1 (um).

**Tabela 17** – Estatística Descritiva dos Capitais Não Financeiros – 4º Quartil

Variáveis	Média	Mediana	Desvio padrão	Mín	Máx
Total do Capital Natural	947,2	942	315,5388	407	1529
Total de Indicadores	7	7	0	7	7
IDCN	1	1	0	1	1
Total do Capital Humano	407,2667	451	130,5961	177	593
Total de Indicadores	11	11	0	11	11
IDCH	1	1	0	1	1
Total do Capital Social e de Relacionamento	879,0667	903	303,4336	388	1389
Total de Indicadores	8	8	0	8	8
IDCSR	1	1	0	1	1
Total do Capital Intelectual	562,4667	585	173,1312	312	847
Total de Indicadores	8	8	0	8	8
IDCI	1	1	0	1	1
Capital total	34	34	0	34	34
IDCT	1	1	0	1	1

**Legenda:** IDCN- Índice de Divulgação Capital Natural, IDCH- Índice de Divulgação Capital Humano, IDCS- Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento, IDCI- Índice de Divulgação Capital Intelectual, IDCT- Índice de Divulgação Capital Total.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Outro fato relevante, que deve ser mencionado, está relacionado à classificação dessas empresas, pois tanto a BRF quanto a Cemig são consideradas com médio potencial poluidor, demonstrando um maior nível de divulgação de capitais não financeiros.

No entanto, segundo estudos empíricos de Clarkson, Overell e Chapple (2011), Leal *et al.* (2018), Kolsi e Attayah (2018) e Bandeira, Ott e Rover (2022) apontam que empresas com maior propensão à poluição divulgaram mais informações ambientais. Isso significa que espera-se que organizações com alto potencial poluidor empreguem maiores diligências, para reduzir

os riscos ambientais e a degradação ao meio ambiente; e, desse modo, apresentem maior nível de divulgação ambiental do que empresas com menor impacto.

Salienta-se, contudo, que no caso dos capitais não financeiros estão incluídos não só os aspectos ambientais. Assim, presume-se que as empresas com alto potencial poluidor mostrem maior nível de divulgação de informações dos capitais não financeiros nos seus relatórios de sustentabilidade, por razões intencionais, visando buscar ou manter a legitimidade social ou por pressões políticas.

Este estudo tomou como base os níveis de aderência aos KPIs que foram organizados em quartis: níveis de 1 a 4 de Castro (2015), conforme Quadro 16 (ver metodologia p 104), o qual propunha no Nível 1 - índices de 0,76 a 1,0; no Nível 2 - índices de 0,50 a 0,75; e no Nível 3 índices de 0,25 a 0,50 e nível 4 - índices de 0,00 a 0,25.

No entanto, os resultados da pesquisa em análise apontaram para uma concentração das empresas pesquisadas, de acordo com a Tabela 11, no nível de aderência 1, com classificação de aderência alta. Nesse sentido, é possível observar que esses níveis de aderência dos KPIs precisam de alterações, no caso de subdivisões e categorias, para o nível de aderência 1.

Portanto, a partir das evidências empíricas do estudo em discussão, é proposta uma reestruturação para o nível de aderência 1, contendo subdivisões dos índices de 0,76 a 1,0, bem como subcategorias para a classificação de aderência alta, conforme descrito na Tabela 18.

**Tabela 18**– Restrução dos Níveis de Aderência dos KPIs

Níveis de Aderência	Índices	Categoria	Classificação
1	0,76 - 0,94	Adequada	Aderência Alta
	0,95 - 0,98	Justa	
	0,99 - 1,0	Completa	

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Com o objetivo de distribuir, em categorias, a subdivisão do nível de aderência 1, foram nominadas as categorias em adequada, justa e completa, tomando como construto teórico a Teoria da Contabilidade, baseada nos estudos de Hendriksen e Van Breda (1999), os quais descrevem três conceitos de divulgação, como geralmente propostos: divulgação adequada, justa e completa. Nesse sentido, a divulgação adequada pressupõe um volume mínimo de informações de divulgação compatível, de modo a evitar que os relatórios sejam enganosos.

Nessa direção, Iudícibus (2006) alerta que, para a informação ser evidenciada de forma adequada, é necessário que atenda aos atributos da confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade. Logo, a divulgação justa “subentende um objetivo ético

de tratamento equitativo de todos os *stakeholders* em potencial. Divulgação completa pressupõe a apresentação de toda informação relevante” (HENDRIKSEN; VAN BREDA ,1999 p.515).

Na visão de Hendriksen e Van Breda (1999), um aspecto positivo é dar informação importante e relevante aos *stakeholders* de relatórios, para auxiliá-los a tomar decisões da melhor maneira possível, apresentando como limitação o fato de que os benefícios devem superar os custos. Melhor dizendo: o que não é importante ou relevante é omitido para tornar as divulgações significativas e compreensíveis. Os autores supracitados, ainda, enfatizam que, em um mundo ideal, as decisões sobre o nível apropriado de divulgação seriam baseadas no aumento do bem-estar social que qualquer divulgação adicional produzisse (HENDRIKSEN; VAN BREDA ,1999).

Cabe ressaltar que essa proposta de reestruturação dos níveis de aderência dos KPIs do Nível 1, com classificação de alta aderência, está direcionada às empresas que são categorizadas como médio e alto potencial poluidor. Em outras palavras, são ambientalmente sensíveis e, em consequência, necessitam relatar, cada vez mais, informações voluntárias analíticas e sintéticas, assim como devem divulgar, de forma clara e compreensível, essas informações em seus relatórios de sustentabilidade.

Dessa maneira, as organizações se legitimam, uma vez que alinham suas práticas às normas e aos padrões comportamentais, amparados no ambiente em que atuam (O'DONOVAN 2002). Portanto, a busca ou a conservação da legitimidade, dentro do preconizado no sistema de valores socialmente estabelecido, pode favorecer que as empresas divulguem informações sociais e ambientais com mais qualidade e clareza para seus *stakeholders*.

#### **4.1.3 Análise Inferencial - Capitais Não Financeiros**

A análise inferencial busca a comparação dos índices dos 4 (quatro) capitais não financeiros com a classificação de médio e alto potencial poluidor das empresas no intervalo pesquisado de 2016 a 2021, analisando-os estatisticamente. Para a execução dessa análise inferencial, foi utilizado o *software* estatístico STATA 15.

#### 4.1.3.1 Análise das médias das variáveis

Com o objetivo de verificar possíveis associações existentes entre os índices de divulgações de capitais não financeiros com a classificação de potencial poluidor (anexo da Lei 10.165/2000 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente) das empresas pesquisadas, estimou-se testes de médias, utilizando os testes não-paramétrico de *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney*.

Quanto à sua significância estatística, empregou-se o nível de significância aceitável de 5% (0,05), de modo que, se o p valor < 0,05, infere-se que existe associação significativa entre as variáveis. Em contrapartida, se p valor > 0,05, conclui-se que não existe associação significativa.

A Tabela 19 expõe os resultados dos testes de média, não-paramétrico, de *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney*, que tem como finalidade verificar se houve mudanças significativas entre as amostras comparadas, no caso, entre as empresas que compõem o médio e alto potencial poluidor.

**Tabela 19** – Testes de médias dos Índices, Capitais não Financeiros e Potencial Poluidor

Variáveis	Kruskal-Wallis		Mann-Whitney	
	Estatística	p-valor	Estatística	p-valor
IDCSR	0,008	0,9299	-0,088	0,9298
IDCI	0,280	0,5970	0,529	0,5970
IDCH	2,981	0,0842	1,727	0,0842
IDCN	0,001	0,9801	0,022	0,9822
IDCT	1,176	0,2782	1,084	0,2781

**Legenda:** IDCN- Índice de Divulgação Capital Natural, IDCH- Índice de Divulgação Capital Humano, IDCS- Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento, IDCI- Índice de Divulgação Capital Intelectual, IDCT- Índice de Divulgação Capital Total.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

A partir dos resultados oriundos dos testes *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney*, verificou-se que, para todos os índices, não houve mudanças significativas nas médias das amostras analisadas, considerando um nível de significância de 5% (0,05). Portanto, esse resultado sugere que não existem diferenças nos níveis de divulgação das informações sobre os capitais não financeiros, no tocante à classificação das empresas como alto ou médio potencial poluidor.

Posto isto, esses resultados dos testes *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney* corroboram com os achados apresentados até o momento, ou seja, a classificação como média ou alto potencial poluidor não determina o nível de divulgação das informações não financeiras das empresas pesquisadas. Ao contrário, observou-se que as empresas com melhores níveis de divulgações foram as empresas enquadradas com potencial poluidor médio, em especial as organizações

inseridas no setor elétrico. Por conseguinte, esses resultados são reflexos dessas companhias que em sua maioria pertencem a setores regulados como o de energia.

Na visão de Murcia e Santos (2009), a existência dessa regulação específica e, também, do *enforcement* do órgão regulador tem resultado em um alto nível de divulgação (*disclosure*) das empresas do setor elétrico.

As organizações pertencentes a setores com regulamentação específica, como, na maioria das vezes, são aquelas que desenvolvem atividades, potencialmente, poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, têm uma maior tendência no repasse de informações de seu desempenho sustentável aos seus *stakeholders* (MURCIA; SANTOS, 2009).

Dessa forma, quando as atividades das empresas tiverem um potencial de causar danos ao ambiente, os gestores devem procurar restabelecer sua reputação e divulgar informações de natureza socioambiental, para convencer a sociedade de que suas atividades são aceitáveis (ROVER et al., 2012).

Com o propósito de verificar existência de diferenças significativas entre os índices de capitais não financeiros e o nível de aderência proposto na Tabela 18, foi realizado o teste de média de *Kruskal-Wallis*, visto que ele pode ser usado para mais de dois grupos independentes, de tamanhos iguais ou não. Nesse caso, foram correlacionados os índices de capitais não financeiros com os quartis 1, 2 e 3 do nível de aderência 1, conforme descrição na Tabela 18.

**Tabela 20** – Testes de médias dos Índices, Capitais não Financeiros e Nível de Aderência

Variáveis	Kruskal-Wallis	
	Estatística	p-valor
IDCSR	139,483	0,0001
IDCI	123,801	0,0001
IDCH	76,042	0,0001
IDCN	22,389	0,0001
IDCT	234,450	0,0001

**Legenda:** IDCN- Índice de Divulgação Capital Natural, IDCH- Índice de Divulgação Capital Humano, IDCS- Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento, IDCI- Índice de Divulgação Capital Intelectual, IDCT- Índice de Divulgação Capital Total.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

De acordo com os resultados obtidos, por meio do teste de média, na Tabela 20, constata-se que, para todos os índices de capitais não financeiros, houve mudanças significativas nas médias dos quartis (1, 3 e 4) do nível de aderência analisado. Logo, esse resultado sugere que as subdivisões no nível de aderência 1 com as categorias criadas podem ter ligação com as variações nessas médias, afetando a forma como as organizações pesquisadas divulgam informações sobre os capitais não financeiros.

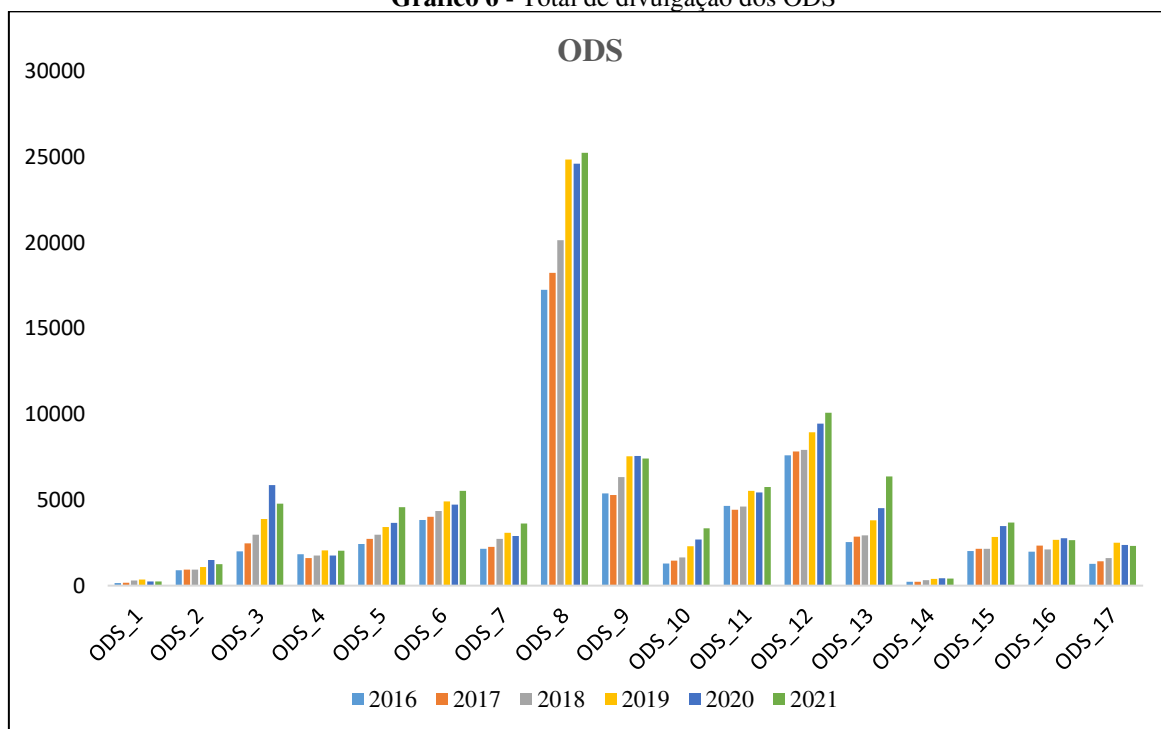
Logo, esses achados validam a escala elaborada, neste estudo, na Tabela 18, para o Nível 1 de alta aderência. Eles demonstram que, para as empresas objetos da amostra, e porventura outras organizações potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, a escala apresentada está mais adequada para medir o nível de aderência das informações não financeiras nos relatórios de sustentabilidade de empresas, classificadas como médio e alto potencial poluidor.

#### 4.1.4 Análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ganharam, atualmente, visibilidade e atenção nas pesquisas e no debate público. Contudo, ainda representam um grande desafio para as organizações corporativas, ao abordar questões de sustentabilidade dentro de seu modelo e estratégia de negócios.

O Gráfico 6 apresenta os resultados da pesquisa sobre a divulgação dos ODS nos relatos integrados ou relatórios de sustentabilidade das organizações objeto do estudo. Observa-se que os resultados obtidos apontam para uma concentração de divulgação dos ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), com maior incidência, os ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e os ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura).

**Gráfico 6 - Total de divulgação dos ODS**

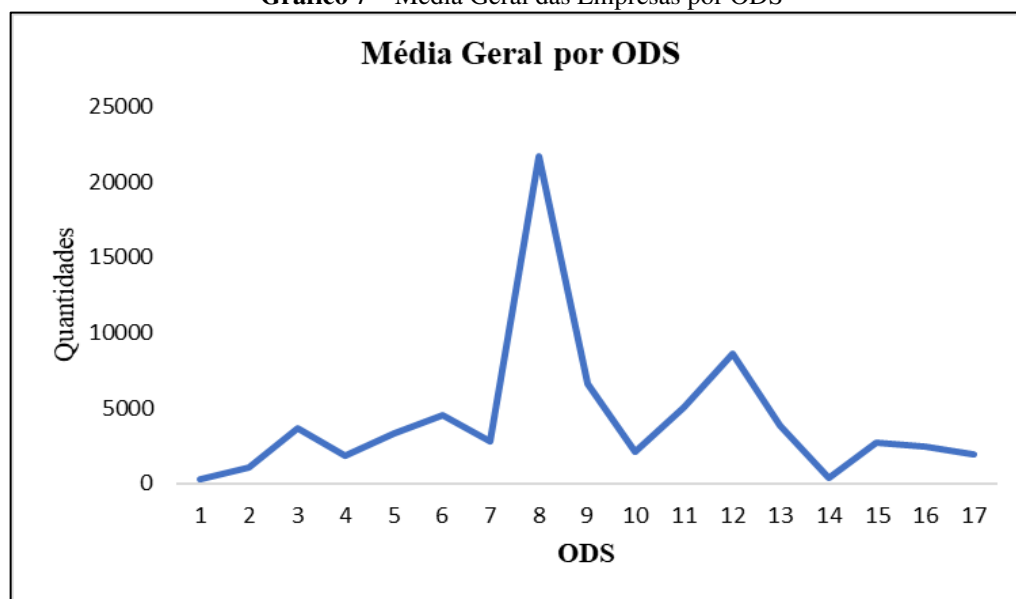


**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Esses achados corroboram com os estudos de Bebbington e Unerman (2020); Izzo, Ciaburri e Tiscini, (2020); Tsalis et al., (2020); Yu et al., (2020); Heras-Saizarbitoria, Urbietta e Boiral (2022); Nicolò *et al.*, (2023); Hamad *et al.* (2023) que identificaram nos seus estudos que alguns objetivos fornecem conexões transversais entre o ambiente natural e o bem-estar humano. Estes incluem os ODS 8 (“promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”); os ODS 9 (“construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação”) e os ODS 12 (“garantir padrões sustentáveis de consumo e produção”). São os ODS intimamente conectados e impulsionados pelas operações organizacionais e, também, aqueles que estabelecem uma série de conflitos ou tensões, refletindo a dinâmica dos sistemas globais de produção.

Por esse ângulo, os resultados do Gráfico 7, média geral das empresas pelos ODS, demonstram um comportamento semelhante ao Gráfico 6, corroborando os ODS 8, 9 e 12, como destaque na amostra pesquisada.

**Gráfico 7 – Média Geral das Empresas por ODS**



**Fonte:** Dados de Pesquisa (2023).

Nesse sentido, Izzo, Ciaburri e Tiscini, (2020) explicam que os ODS mais comumente divulgados são os ODS 8, os quais estão relacionados ao trabalho decente e ao crescimento econômico. Eles explicam que a razão, para essa descoberta, pode ser atribuída à crença de que o crescimento econômico é o principal motor do desenvolvimento sustentável e é, diretamente, impactado pelas atividades empresariais. A ligação entre as estratégias corporativas e os ODS 8 parece ser a maneira mais fácil de discutir os ODS, pois possibilita, de forma clara, para as



empresas rastrearem seus esforços nessas questões. Ratificando esse destaque dos ODS 8, o estudo da PWC (2015) descreve como as empresas, reconhecendo seus papéis no ciclo de negócios, classificam os ODS 8 como os ODS, nos quais têm maior impacto e que lhes oferecem a maior oportunidade de negócios.

Outro fator que pode justificar esse uso dos ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) é a associação equivocada que empresas fazem dos ODS 8 com ações e estratégias que deveria ser direcionadas e relatadas, como dos ODS 10 (Redução das Desigualdades) e os ODS 5 (Igualdade de Gênero) no contexto da gestão de pessoas. Esse equívoco pode estar relacionado ao fato de os ODS 8, também, possuírem como objetivo promover emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Em relação aos ODS menos divulgados pelas organizações, destaca-se os ODS 1 (erradicação da pobreza), 14 (vida abaixo da água) e 2 (fome zero). Estes resultados são similares aos encontrados na pesquisa de Izzo, Strologo e Granà (2020) e Erin e Bamigboye (2021). No tocante aos ODS 2 e 14, os estudos de Van Zanten e Van Tulder (2018), Mhlanga, Gneiting e Agarwal (2018) e Heras-Saizarbitoria, Urbietta e Boiral (2022), também, encontraram achados análogos.

Em vista disso, Heras-Saizarbitoria, Urbietta e Boiral (2022) argumentam que esses (2 e 14) são os ODS menos priorizados, pois como eles parecem ser mais distantes das práticas convencionais de RSC e da sustentabilidade. Já a referência a esses objetivos foi mais frequente em determinadas empresas. Os ODS 2 foram, em geral, mencionados por organizações do setor de alimentos e bebidas e os ODS 14 por empresas que afetam, diretamente, a poluição marinha.

Cenário também comprovado neste estudo, visto que as empresas que obtiveram maior divulgação nesses ODS foram, justamente, organizações que produzem alimentos, processam e realizam distribuição de diversos tipos de carne. Assim, esses resultados sinalizam que o elevado número de divulgação desses ODS pode estar associado à atividade principal das organizações.

Buscando entender melhor como as organizações pesquisadas trabalham os ODS por meio dos seus relatórios de sustentabilidade, a Tabela 21 demonstra as médias dos ODS por empresas.

Tabela 21 – Média dos ODS por Empresas

Nº	Empresas	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17
1	Aegea	3	1,67	63,67	42,67	113,83	<b>216,00</b>	14,67	385,33	97,00	38,67	106,00	61,00	18,17	4,33	17,50	19,17	34,00
2	AES Brasil	0,50	3,83	38,83	18,50	43,00	28,00	109,17	345,83	87,67	36,83	72,50	60,67	74,17	2,17	55,33	26,50	27,83
3	Ambev	1,83	45,00	58,33	38,33	123,33	146,50	24,67	338,83	96,17	46,83	43,17	267,50	49,33	14,17	42,50	41,17	57,50
4	Braskem	14,00	15,00	114,17	29,00	53,33	111,00	82,50	382,67	218,00	62,33	98,17	308,50	134,67	11,00	16,67	55,67	41,33
5	BRF	10,3	167,0	171,3	20,3	143,5	99,7	41,8	602,5	202,0	70,7	119,2	<b>439,8</b>	83,0	7,0	40,7	74,2	75,0
6	Casan	0,50	4,33	20,33	29,17	11,33	161,83	3,00	156,50	34,83	11,50	100,67	37,50	19,83	1,83	9,00	16,83	12,00
7	Ceg	1,50	10,00	<b>185,83</b>	30,67	83,50	37,50	90,33	524,50	96,50	46,67	83,50	146,67	70,67	2,83	35,50	59,83	67,33
8	Cemig	6,2	12,5	147,0	42,5	98,3	129,3	135,0	987,5	193,3	81,3	190,0	325,8	<b>210,0</b>	5,5	112,3	117,5	72,0
9	Chesf	3,83	7,83	64,33	29,00	66,17	68,50	80,17	510,67	108,67	44,83	82,33	84,67	50,17	2,17	40,33	67,67	27,83
10	Copasa	2,33	4,00	58,17	36,17	72,17	<b>237,33</b>	22,33	369,33	67,50	33,50	90,00	72,17	57,00	4,83	31,83	47,17	30,33
11	Copel	9,00	19,00	102,50	48,00	85,83	84,00	179,00	<b>820,67</b>	<b>250,83</b>	<b>103,50</b>	<b>205,83</b>	258,17	106,83	17,17	114,50	83,33	61,50
12	Cosan	<b>36,50</b>	16,83	47,00	27,17	51,00	32,83	68,33	270,17	108,83	46,67	45,50	85,17	81,67	3,33	5,67	48,50	29,50
13	CPFL	1,17	5,83	58,17	29,83	38,50	31,33	108,50	450,50	128,67	34,50	96,17	101,33	73,50	3,83	42,00	34,33	28,67
14	EDP	7,50	20,63	85,63	39,13	121,63	96,75	115,75	550,50	149,63	56,88	123,75	140,63	115,38	10,13	61,13	72,25	43,00
15	Eldorado	2,17	12,00	21,83	19,83	42,17	62,83	20,67	306,17	122,17	13,00	72,33	142,50	58,00	3,67	81,67	44,00	38,33
16	Eletrobrás	9,67	9,33	70,50	44,17	83,17	104,17	129,33	667,00	176,00	<b>89,33</b>	159,00	121,33	147,83	8,33	97,67	80,50	60,83
17	EMAE	2,67	5,83	29,67	9,83	26,83	30,00	35,00	194,00	48,17	18,83	52,50	123,00	59,67	<b>30,50</b>	40,17	32,00	33,17
18	Enauta	0,33	2,50	36,17	11,67	31,33	46,50	20,67	214,00	32,83	17,33	31,33	47,50	6,67	7,50	31,17	19,17	7,83
19	Enel	8,17	11,50	122,17	48,50	<b>129,00</b>	100,67	<b>165,33</b>	663,67	<b>256,33</b>	65,67	185,00	296,83	117,17	6,17	45,33	44,67	40,17
20	Energisa	4,67	19,83	104,17	<b>209,83</b>	55,33	94,67	117,83	<b>1017,50</b>	186,00	34,33	213,33	322,83	57,17	8,67	46,67	58,17	31,00
21	Engie Brasil	1,33	9,50	52,00	22,83	57,33	73,00	<b>164,50</b>	427,67	111,67	38,83	110,00	117,00	124,17	4,67	112,67	39,17	26,67
22	Gerdau	1,67	5,00	53,67	23,33	51,83	72,17	30,33	291,50	96,00	59,00	55,00	140,67	66,67	5,33	24,33	21,67	27,17
23	Gol	2,67	4,67	45,33	27,67	33,83	20,00	16,00	271,00	74,33	36,17	16,67	73,50	88,50	2,00	6,83	22,83	34,33
24	Irani	0,17	15,67	117,33	55,00	<b>128,83</b>	81,50	31,33	594,67	129,00	35,17	83,17	<b>543,83</b>	84,00	5,17	137,00	28,67	21,67
25	ISA CTEEP	3,50	4,00	58,17	28,00	52,33	19,67	26,83	481,33	128,17	31,17	77,00	79,00	61,83	7,33	50,83	43,50	37,33
26	JBS	5,17	<b>217,67</b>	129,17	49,17	28,17	138,50	71,17	575,00	216,17	64,83	91,00	<b>550,17</b>	88,17	4,00	82,33	37,00	<b>76,33</b>
27	JSL	2,17	6,67	43,83	16,83	80,00	18,33	19,50	362,17	91,00	31,83	58,33	86,00	79,83	1,17	6,67	38,67	33,33
28	Klabin	4,83	33,83	80,33	51,00	43,00	92,67	47,00	380,83	145,00	43,17	111,33	245,67	84,17	8,33	133,00	33,50	34,50
29	Light	1,17	14,67	87,67	47,67	93,50	58,67	78,67	699,17	153,17	40,17	170,50	186,33	64,33	2,33	24,50	53,50	36,67
30	Marfrig	3,17	<b>81,83</b>	54,67	7,17	19,33	74,17	12,67	281,17	69,33	28,67	37,67	221,67	63,67	3,33	89,83	38,33	49,17
31	MDBranco	3,67	<b>85,17</b>	78,33	42,67	37,50	102,00	28,00	399,50	100,83	38,67	109,83	316,50	54,00	8,50	24,17	53,00	58,83
32	Minerva	3,50	49,00	78,33	19,67	82,50	64,33	22,83	391,00	129,50	25,17	55,83	229,50	54,00	4,17	43,00	20,33	27,50
33	Natura	11,00	15,67	78,17	<b>103,33</b>	<b>163,00</b>	89,00	41,50	604,83	226,17	70,83	165,83	<b>414,67</b>	<b>157,50</b>	15,00	<b>235,00</b>	104,50	58,33
34	Neoenergia	6,5	8,3	87,2	52,5	146,7	56,2	<b>200,5</b>	540,7	179,0	65,8	139,2	168,2	113,7	11,2	95,3	74,2	63,2
35	Petrobrás	6,00	14,83	<b>178,50</b>	51,67	99,67	179,17	84,83	<b>777,50</b>	247,17	68,17	<b>235,50</b>	286,17	<b>233,67</b>	<b>32,33</b>	116,67	<b>156,67</b>	<b>75,00</b>
36	Portobello	1,50	4,33	38,17	25,67	56,00	43,17	12,67	220,83	71,83	12,17	40,17	138,50	14,50	5,00	11,83	19,33	13,33
37	Rumo	2,83	7,17	60,33	23,67	38,67	30,17	18,33	346,83	217,17	40,83	111,50	94,17	82,50	5,50	52,33	48,83	34,50
38	Santos Brasil	0,83	3,00	84,67	21,00	86,17	46,50	7,50	342,50	165,33	28,83	73,50	97,17	50,67	1,67	9,17	22,83	24,33
39	Sanasa	<b>21,83</b>	12,17	78,83	44,17	92,33	<b>580,33</b>	2,67	404,17	104,50	22,33	151,17	151,17	21,00	9,67	26,67	64,17	29,50

40	Sanepar	2,83	14,50	55,50	33,50	67,17	<b>379,17</b>	38,50	530,67	145,00	26,00	144,50	150,67	85,17	5,17	29,50	58,50	61,00
41	SLC agric	1,67	29,67	47,50	31,67	37,17	61,83	3,00	341,83	82,33	19,33	27,33	120,50	35,00	2,67	59,50	12,33	14,83
42	Suzano	11,83	15,00	46,50	49,00	53,33	77,50	34,17	300,00	131,00	50,17	102,83	145,67	79,67	7,33	<b>141,83</b>	42,00	32,50
43	Taesa	1,67	6,67	40,33	36,33	39,00	14,67	23,33	256,17	60,50	33,33	74,50	52,00	44,33	3,17	37,83	19,83	31,17
44	Ultrapar	2,67	1,67	61,00	25,83	37,33	44,50	45,67	314,17	89,00	49,33	59,67	113,17	66,67	4,67	7,50	43,50	43,33
45	Vale	8,17	18,83	129,17	49,67	57,00	109,33	56,00	639,00	<b>272,67</b>	<b>81,67</b>	<b>331,83</b>	160,33	<b>197,50</b>	11,50	<b>156,00</b>	<b>124,50</b>	<b>78,17</b>
46	Weg	0,67	4,17	93,33	48,83	26,50	29,83	45,83	<b>697,33</b>	<b>330,17</b>	37,17	162,67	89,50	36,83	3,17	17,33	<b>124,83</b>	19,17
47	Whirlpool	5,00	18,00	88,00	37,17	87,17	69,33	36,83	390,33	134,83	77,83	75,67	209,50	88,83	3,00	8,33	20,17	63,83

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

É possível aferir que, no geral, as empresas evidenciam mais os ODS 8, 9 e 12. Além disso, percebe-se que, com respeito aos ODS 1 - Erradicação da pobreza - as empresas que demonstram melhores médias são Cosan (36,50) e Sanasa (21,83). Nos ODS 2- Fome zero e agricultura sustentável - as empresas JBS (217,67), MDBranco (85,17) e Marfrig (81,83) aparecem como destaque com médias elevadas, em especial a JBS. Cabe ressaltar que todas essas empresas produzem alimentos - a JBS e Marfrig no processamento e na distribuição de diversos tipos de carne; e M. Dias Branco atua em diversos ramos do segmento alimentício (comercializa e distribui biscoitos, massas, bolos, lanches, farinha de trigo etc.). Portanto, o número elevado de divulgação dos ODS 2 pode estar relacionado à atividade principal das organizações.

Por sua vez, os ODS 3 – Saúde e bem-estar - traz as empresas Ceg (185,83) e Petrobrás (178,50) como destaque nas médias. Já os ODS 4 – Educação de qualidade – apresenta a Energisa (209,83) e Natura (103,33). Com relação aos ODS 5 – Igualdade de gênero - apercebe-se das organizações Natura (163), Enel (129) e Irani (128,83) com um nível maior de informações divulgadas sobre Diversidade e equidade.

No tocante ao ODS 6 - Água potável e saneamento- as empresas que demonstram médias superiores são Sanasa (580,33), Sanepar (379,17), Copasa(237,33) e Aegea (216), todas são empresas de Abastecimento de Água e de Saneamento, responsáveis pelo abastecimento de água, coleta e tratamento dos esgotos domésticos. A Sanasa destaca-se entre as demais empresas com a maior média. Ela pode estar relacionada ao fato da Sanasa, desde de 2020, direcionar em sua estratégia as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo como foco os ODS 6 - “assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”.

Quanto ao ODS 7 - Energia limpa e acessível, as empresas Neoenergia (200,5), Enel (165,33) e Engie Brasil (164,5) tiveram o melhor desempenho em termos de média. Cabe sinalizar que essas empresas são do setor elétrico, como também são organizações que focam, em grande parte, suas atividades em energia renovável com geração eólica, solar e hidrelétrica.

Em relação ao ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, observa-se que a Energisa (1017,5), Copel (820,67), Petrobrás (777,5) e Weg (697,33) exibiram médias superiores. Nos ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, evidenciam-se as empresas Weg (330,17), Vale (272,67), Enel (256,33) e Copel (250,83) com as maiores médias. A respeito dos ODS 10 - Redução das desigualdades- a Copel (103,50), Eletrobrás (89,33) e Vale (81,67) são as organizações com mais divulgações de informações. No caso da Copel, a empresa relata que possui um Comitê Permanente de Diversidade desde 2015, ao qual vinculou a promoção da diversidade aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 5, 8, 10 e 17.

No que concerne ao ODS 11- Cidades e comunidades sustentáveis, destacam-se as empresas Vale (331,83), Petrobrás (235,5) e Copel (205,83). Acerca dos ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, sobressaem-se a JBS (550,17), Irani (543,83), Natura (414,67) e BRF (439,8).

No que tange ao ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima, verifica-se que as empresas com maiores médias de divulgações de informações são a Petrobrás (233,67), Cemig (210), Vale (197,5) e Natura (157,5), com exceção da Cemig, as demais organizações são classificadas com alto potencial poluidor. Portanto, ambientalmente mais sensíveis e, conseqüentemente, essas empresas buscam mais legitimidade, por meio das divulgações de informações em seus relatórios.

Outro fator que explica essa preocupação, e até certo ponto necessidade, de divulgação de informações sobre a ação contra a mudança global do clima está, intrinsecamente, relacionada à emergência climática. Conforme afirma o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC (2021), se mantivermos o ritmo atual, o aumento da temperatura média da Terra ultrapassará o limiar de 1,5 °C em pouco mais de uma década, com efeitos devastadores para todas as formas de vida, em especial, a espécie humana.

Diante do exposto, os potenciais impactos decorrentes do aquecimento global, das mudanças climáticas e da perda da biodiversidade provocados pelas atividades humanas, sobretudo da atividade empresarial, constituem ameaça real e urgente a todas as formas de vida terrestre.

No que diz respeito ao ODS 14 - Vida na água, são destaques as empresas Petrobrás (32,33), EMAE (30,5) e Natura (15). Os ODS 15 - Vida terrestre, por sua vez, traz as organizações Natura (235), Vale (156) e Suzano (141,83) como mais representativa em termos de média. No que toca aos ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes, a Petrobrás (156,67),



<b>5 Consistência e comparabilidade</b>	<b>Média</b>	0,04	0,35	0,53	0,64	0,87	0,94	0,56
	<b>Mediana</b>	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	<b>Desvio Padrão</b>	0,20	0,48	0,50	0,49	0,34	0,25	0,50
	<b>Mínimo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Máximo</b>	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
<b>6 Completude, equilíbrio, compreensibilidade</b>	<b>Média</b>	0,23	0,51	0,85	1,13	1,62	2,00	1,06
	<b>Mediana</b>	0,00	0,00	1,00	1,00	2,00	2,00	1,00
	<b>Desvio Padrão</b>	0,43	0,66	0,81	0,82	0,74	0,78	0,94
	<b>Mínimo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Máximo</b>	1,00	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
<b>7 Confiabilidade e verificabilidade</b>	<b>Média</b>	0,30	0,60	0,87	1,23	1,66	1,77	1,07
	<b>Mediana</b>	0,00	1,00	1,00	1,00	2,00	2,00	1,00
	<b>Desvio Padrão</b>	0,51	0,61	0,80	0,79	0,60	0,56	0,84
	<b>Mínimo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Máximo</b>	2,00	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
<b>8 Oportunidade</b>	<b>Média</b>	0,40	0,61	0,77	0,89	0,96	0,96	0,77
	<b>Mediana</b>	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	<b>Desvio Padrão</b>	0,50	0,49	0,43	0,31	0,20	0,20	0,42
	<b>Mínimo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Máximo</b>	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Os Princípios de Divulgação dos ODS, os quais sustentam as recomendações de divulgação dos ODS estão alinhados e se baseiam em recomendações da Força-Tarefa sobre divulgações financeiras, relacionadas ao clima (TCFD, 2017), aos Padrões GRI e ao *International <IR> Framework* (IIRC, 2013). Nesse âmbito, a Estrutura Internacional de RI, os Padrões GRI e as recomendações TCFD são fundamentadas em princípios e buscam mudar as práticas das organizações relatoras e são reconhecidas globalmente. Essas estruturas/normas são as mais influentes, por adoção direta ou, como no caso da Estrutura Internacional de RI, por sua influência nas regulamentações nacionais e nos requisitos de listagem na bolsa de valores. Logo, as organizações que usam qualquer uma dessas estruturas/padrões já terão uma base sólida para adotar as Recomendações ODS (ADAMS; DRUCKMAN; PICOT, 2020).

No que concerne ao Princípio Foco Estratégico e Orientação Futura, no qual as divulgações dos ODS devem espelhar até que ponto estes objetivos e as questões de desenvolvimento sustentável estão integrados aos processos da organização, identificou-se um aumento gradativo nas médias de divulgação no período analisado.

Quanto à inclusão das partes interessadas, verifica-se uma tendência de crescimento na média ao longo dos anos. Esse princípio tem como base retratar os principais grupos de *stakeholders*, abrangendo as comunidades impactadas pelas organizações e como estas respondem às suas expectativas.

No princípio de Concisão, as divulgações ODS necessitam ser concisas, ou seja, devem transmitir um máximo de informações com um mínimo de palavras, para que as informações que são relevantes possam se sobressair no relatório. Nesse caso, as médias apontaram para um progresso no decorrer do período estudado.

Nessa concepção, a conectividade de informação, como princípio ODS, observa a integração destes com a organização, a partir do modelo de negócios, riscos e oportunidades no ambiente externo e na criação de valor. Então, as divulgações dos ODS precisam conduzir a inter-relação e as interdependências entre as questões de desenvolvimento sustentável que impactam a habilidade da empresa na criação de valor de longo prazo, visando também a sociedade. Os resultados, desse modo, demonstraram que existe um aumento significativo nas médias que inicia em 2016 com 0,26 e chegam em 2021 com média de 2,0.

Em relação ao Princípio da Consistência e Comparabilidade, ele tem como esteio que as divulgações ODS sejam comparáveis ao longo do tempo e entre as empresas. Nesse sentido, as médias evidenciam uma evolução no decorrer do período estudado, contudo, no geral, a média corresponde a 0,56, o que sinaliza que as informações divulgadas ainda necessitam de critérios de divulgação de um período para outro, visando que as divulgações ODS possam ser comparáveis no decurso do tempo e entre as organizações.

Em vez de focar simplesmente na consistência e comparabilidade, os princípios de divulgação dos ODS pedem publicização sobre a integração de considerações de desenvolvimento sustentável na estratégia, abordagem de gestão, supervisão de governança, bem como difusão de desempenho e metas (ADAMS; DRUCKMAN; PICOT, 2020). Nessa linha, a definição de materialidade foca tanto na criação de valor de longo prazo para a organização e sociedade, quanto no impacto (positivo ou negativo) da organização no desenvolvimento sustentável (ou alcance dos ODS) (ADAMS; ABHAYAWANSA, 2022).

No tocante à completude, equilíbrio e compreensibilidade, percebe-se um crescimento nas médias de 0,23, em 2016, a 2,00 no ano de 2021. Esse princípio indica que as divulgações dos ODS devem ser completas, equilibradas e compreensíveis, discorrendo o impacto da empresa no cumprimento dos ODS, de maneira equilibrada e sem erros materiais.

Por seu turno, a confiabilidade e a verificabilidade obtiveram médias com crescimento gradativo, demonstrando que as organizações, no geral, estão buscando divulgar informações ODS confiáveis e verificáveis.



Finalmente, o Princípio Oportunidade apresentou a mesma tendência de crescimento das médias ao longo do tempo, apontando para uma preocupação em divulgar informações ODS com tempestividade e integridade, para que os usuários tomem decisões em tempo hábil. Em suma, verifica-se, na Tabela 22, que houve um aumento ao longo dos anos nas médias de todos os princípios de divulgação dos ODS.

Ainda, sobre o nível de conformidade dos ODS das empresas com os princípios de divulgação de ODS, a Tabela 23 mostra a estatística descritiva do índice de conformidade dos ODS, na qual o índice médio de conformidade dos ODS, no período pesquisado, foi de 0,51 (51%), retratando uma evolução crescente no índice de 2016 (0,17) a 2021 (0,81).

**Tabela 23 – Índice de Conformidade dos ODS**

Medidas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Geral
Média	0,17	0,31	0,46	0,58	0,75	0,81	0,51
Mediana	0,00	0,20	0,53	0,60	0,80	0,87	0,60
Desvio Padrão	0,22	0,30	0,33	0,30	0,22	0,21	0,35
Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máximo	0,67	0,87	0,93	0,93	0,93	1,00	1,00

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Os achados encontrados são discrepantes dos resultados da pesquisa de Izzo, Strologo e Granà (2020), os quais constataram um nível médio de conformidade dos ODS de 38% para as empresas analisadas. Cabe ressaltar que a pesquisa de Izzo, Strologo e Granà (2020) foi realizada com relatórios integrados, apenas, do ano de 2018 e com 134 empresas europeias de diversos setores. Portanto, observa-se uma diferença amostral nos dois estudos, haja vista que o estudo em tela possui uma amostra qualificada, na medida em que contempla somente empresas classificadas com médio e alto potencial poluidor.

Outro ponto que pode ser preponderante nesse nível de conformidade dos ODS mais elevado deve estar relacionado ao fato dessas empresas serem classificadas como potencialmente poluidoras. Isso exige, dessas organizações, um comprometimento de *accountability* na divulgação de informações ambientais, sociais e econômicas, de forma mais elevada, transparente e sistematizada, pois estão expostas a pressões políticas internas e externas. Em vista disso, espera-se que elas, como forma de atender aos seus *stakeholders* (Teoria dos *Stakeholders*) e ao contrato social firmado com a sociedade em que está inserida (Teoria da Legitimidade), busquem um nível maior de evidenciação de informações nos seus relatórios, nesse caso específico, um nível de divulgação de ODS.

Nessa direção, a condição das empresas consideradas potencialmente poluidoras, ambientalmente sensíveis, que são reguladas por políticas públicas que direcionam, em especial, a gestão ambiental, torna-se um fator significativo, para que sejam mais propensas a divulgar mais informações ambientais do que empresas de outras atividades (CHO; PATTEN, 2007; PEREIRA *et al.*, 2010; SANTOS *et al.*, 2019).

Além disso, Cho e Patten (2007) relatam que as práticas de evidenciação adotadas pelas empresas estão correlacionadas ao desempenho ambiental apresentado por elas. Pereira *et al.* (2010) destacam, em seu estudo, que organizações potencialmente poluidoras buscam mais legitimidade perante os *stakeholders*, ou seja, seus resultados estão alinhados aos pressupostos da Teoria da Legitimidade, no qual as organizações buscam ganhar, manter ou resgatar legitimidade, inclusive por meio das práticas de evidenciação.

Então, de forma análoga, pode-se conjecturar que como os ODS são um conjunto de objetivos, metas e indicadores, com apelo global, mas operacionalizados de forma nacional e regional pelos países, bem como pelas empresas que se tornaram signatárias. Assim, os ODS integram e contemplam, de modo interrelacionado e multinível, os três principais aspectos do desenvolvimento sustentável: social, econômico e ambiental. Logo, as organizações potencialmente poluidoras necessitam, também, ter um elevado nível de divulgação dos ODS para demonstrar seu comprometimento e *accountability* com a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Ao finalizar a análise do nível de conformidade dos ODS, a Tabela 24 exhibe o índice de conformidade dos ODS por empresa, no qual se destacam as organizações, como a Engie Brasil, Enel e Natura com índice 1,0, isto é, as referidas empresas receberam o valor máximo nos parâmetros estabelecidos.

**Tabela 24 – Índice de Conformidade dos ODS por empresa**

Nº	Empresas	P.P	Índice de conformidade ODS	Média	Mediana	Desvio padrão	Mín	Máx
1	Aegea	M	0,8000	0,4222	0,3333	0,3117	0,0667	0,8000
2	AES Brasil	M	0,7333	0,6444	0,7333	0,2218	0,2000	0,8000
3	Ambev	M	0,6667	0,3444	0,2667	0,2363	0,1333	0,6667
4	Braskem	A	0,8000	0,7556	0,8000	0,0689	0,6667	0,8000
5	BRF	M	0,8667	0,7444	0,8000	0,1223	0,5333	0,8667
6	Casan	M	0,4000	0,1556	0,1000	0,1822	0,0000	0,4000
7	Ceg	A	0,6000	0,1444	0,0000	0,2474	0,0000	0,6000
8	Cemig	M	0,8667	0,7556	0,8333	0,1501	0,5333	0,8667
9	Chesf	M	0,9333	0,7444	0,7333	0,1858	0,5333	0,9333
10	Copasa	M	0,8667	0,4667	0,5667	0,3818	0,0000	0,8667
11	Copel	M	0,9333	0,7556	0,7667	0,1870	0,4667	0,9333
12	Cosan	A	0,8667	0,4444	0,5000	0,3763	0,0000	0,8667

13	CPFL	M	0,9333	0,6667	0,8333	0,3553	0,0000	0,9333
14	EDP	M	0,9333	0,7111	0,7667	0,2446	0,3333	0,9333
15	Eldorado	A	0,8667	0,4333	0,4333	0,4147	0,0000	0,8667
16	Eletrobrás	M	0,9333	0,7556	0,9000	0,2722	0,2667	0,9333
17	EMAE	M	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
18	Enauta	A	0,9333	0,6000	0,7667	0,4044	0,0000	0,9333
19	Enel	M	<b>1,0000</b>	0,8889	0,9333	0,1167	0,6667	1,0000
20	Energisa	M	0,8000	0,3333	0,2667	0,3748	0,0000	0,8000
21	Engie Brasil	M	<b>1,0000</b>	0,8778	0,9333	0,1425	0,6000	1,0000
22	Gerdau	A	0,8667	0,3111	0,1000	0,4124	0,0000	0,8667
23	Gol	A	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
24	Irani	A	0,8000	0,3444	0,2667	0,3874	0,0000	0,8000
25	ISA CTEEP	M	0,8000	0,4000	0,3667	0,2951	0,0000	0,8000
26	JBS	M	0,8000	0,3778	0,3333	0,3692	0,0000	0,8000
27	JSL	M	0,9333	0,4667	0,5000	0,4462	0,0000	0,9333
28	Klabin	A	0,8000	0,5778	0,7000	0,2786	0,1333	0,8000
29	Light	M	0,8000	0,6667	0,7667	0,2108	0,2667	0,8000
30	Marfrig	M	0,6000	0,2556	0,2000	0,2613	0,0000	0,6000
31	MDBranco	M	0,9333	0,7111	0,8333	0,3089	0,1333	0,9333
32	Minerva	M	0,8667	0,3333	0,2333	0,3627	0,0000	0,8667
33	Natura	A	<b>1,0000</b>	0,8444	0,9000	0,1669	0,5333	1,0000
34	Neoenergia	M	0,9333	0,6444	0,8000	0,3740	0,0000	0,9333
35	Petrobrás	A	0,9333	0,5778	0,5667	0,2880	0,2000	0,9333
36	Portobello	M	0,8000	0,3222	0,2333	0,3436	0,0000	0,8000
37	Rumo	A	0,9333	0,6111	0,8333	0,4031	0,0000	0,9333
38	Santos Brasil	A	0,8000	0,3778	0,2333	0,2588	0,2000	0,8000
39	Sanasa	M	0,9333	0,7667	0,8667	0,2098	0,4667	0,9333
40	Sanepar	M	0,9333	0,6111	0,7667	0,3828	0,1333	0,9333
41	SLC agríc	M	0,8667	0,4556	0,6000	0,3662	0,0000	0,8667
42	Suzano	A	0,9333	0,4222	0,3333	0,4314	0,0000	0,9333
43	Taesa	M	0,8667	0,3778	0,3333	0,3834	0,0000	0,8667
44	Ultrapar	A	0,8000	0,2222	0,0000	0,3544	0,0000	0,8000
45	Vale	A	0,8667	0,6889	0,6667	0,1721	0,5333	0,8667
46	Weg	M	0,9333	0,6333	0,7333	0,3393	0,0000	0,9333
47	Whirlpool	M	0,8000	0,4667	0,4000	0,1978	0,2667	0,8000

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Por outro lado, as empresas EMAE e Gol obtiveram índice zero, pois não apresentaram nenhuma informação sobre ODS que pudesse ser correlacionada aos princípios de divulgação de ODS. É interessante apontar que a EMAE é uma sociedade anônima de capital aberto que opera usinas de geração de eletricidade no Brasil e cujo controle acionário é do Governo do Estado de São Paulo. Contudo, é a única empresa do setor de energia elétrica, pertencente à amostra da pesquisa que não divulga os ODS. No caso das empresas do setor de transporte aéreo, no qual a Gol está inserida, organizações, como por exemplo a Latam e Azul Linhas Aéreas, divulgam, nos seus relatórios de sustentabilidade, os ODS. Isso foi feito pela Latam de 2017 a 2021 e pela Azul Linhas Aéreas de 2019 a 2021. Por sua vez, a Gol relata ser “a maior Companhia aérea do Brasil, líder nos segmentos corporativo e de lazer. Desde a fundação em 2001” (RELATÓRIO GOL, 2021, p.50). Contudo, identifica-se que a não divulgação dos ODS,

por parte da Gol, não é uma conduta praticada no contexto do setor de transporte aéreo brasileiro.

No geral, com base na Tabela 24, as organizações obtiveram índices de conformidade dos ODS satisfatórios entre 0,7333 e 1,0. Com exceção das empresas já citadas, que obtiveram índice zero, e as organizações Marfrig (0,6000), Ceg (0,6000) e Ambev (0,6667).

#### **4.1.5 Análise ESG (*Environmental, social and Governance*)**

O ESG corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança adotadas pelas organizações com o intuito de demonstrar seu compromisso e responsabilização com uma variedade de questões relacionadas ao meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa, buscando legitimidade perante a sociedade e captação de investimentos no mercado em que estão inseridas.

Embora a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tenha sido o paradigma dominante, por meio do qual a responsabilidade social dos negócios foi enquadrada durante grande parte do século XX, o padrão mudou com o século XXI. Nesse contexto, a sustentabilidade surgiu como uma preocupação chave e com ela a proposição de que os investidores deveriam incorporar fatores ESG na construção do seu portfólio de investimentos, para mitigar riscos ambientais (especialmente mudanças climáticas), sociais (especialmente direitos humanos) e de governança que poderiam prejudicar o desempenho do investimento no longo prazo (MACNEIL; ESSER, 2022). Como consequência, as organizações passaram a incorporar, nos seus modelos de negócio, a sustentabilidade ambiental e social, bem como políticas de governança corporativa estruturadas com *compliance* e auditorias (internas e externas).

Nesse sentido, as empresas devem fornecer aos investidores informações sobre esses fatores, pois são fundamentais para as decisões dos investidores. Desde que os fatores ESG foram reconhecidos como capazes de afetar a lucratividade financeira, a materialidade financeira dos fatores ESG ganhou cada vez mais atenção, o que estimulou a proliferação de provedores de dados e métricas ESG (VAN ZANTEN; HUIJ, 2022).

Com o objetivo de identificar como as empresas, objeto do estudo, estão posicionadas nas métricas ESG, a Tabela 25 apresenta o ESG Score por empresa no período analisado, utilizando como referência a base de dados da *Refinitiv*, conforme descrito na metodologia.

Outro aspecto a ser abordado é que a *Refinitiv* utiliza, na sua metodologia, uma pontuação de score do ESG que vai de 0 a 100, abrangendo 10 (dez) temas principais, ou seja, categorias definidas de análise: uso de recursos, emissões, inovação, força de trabalho, direitos humanos, comunidade, responsabilidade do produto, gestão, acionistas e estratégia RSC.

Segundo a *Refinitiv* (2022), as pontuações ESG são projetadas para medir, de forma transparente e objetiva, o desempenho, o comprometimento e a eficácia ESG das organizações, com base nos dados relatados por elas.

**Tabela 25** – ESG Score por empresa

Nº	Empresas	P.P	ESG Score	Média	Mediana	Desvio padrão	Mín	Máx	Quartil
1	AES Brasil	M	59,784656	57,815087	58,420384	3,0708571	53,811079	60,608502	3
2	Ambev	M	54,580553	53,382353	52,856251	5,5950684	45,292386	59,50428	2
3	Braskem	A	54,549074	53,018371	53,95541	5,0751267	46,91374	58,505858	2
4	BRF	M	<b>79,77683</b>	76,34932	76,906867	2,5515457	72,899279	79,77683	<b>4</b>
5	Cemig	M	72,326177	<b>71,037885</b>	71,150934	3,5244441	66,776788	76,761699	3
6	Copasa	M	8,4931604	21,266098	20,146873	9,9798327	8,4931604	32,800644	1
7	Copel	M	<b>83,55629</b>	78,035834	77,621561	5,1078724	71,127892	84,116185	<b>4</b>
8	Cosan	A	54,601142	35,726501	32,936779	10,477122	24,74267	54,601142	2
9	CPFL	M	71,216193	70,361546	70,238683	2,5877301	67,243606	74,733531	3
10	EDP	M	71,319797	73,662934	73,645029	1,805747	71,319797	75,942585	3
11	Eletrobrás	M	<b>82,628664</b>	70,668931	71,118717	8,4358158	58,916778	82,628664	<b>4</b>
12	Enauta	A	48,730138	<b>22,477066</b>	<b>19,815699</b>	<b>24,804407</b>	<b>0</b>	48,730138	2
13	Energisa	M	39,946415	<b>17,862295</b>	<b>14,461414</b>	<b>19,925428</b>	<b>0</b>	39,946415	1
14	Engie Br	M	<b>88,045244</b>	85,108952	86,352585	3,5458337	79,971989	88,480874	<b>4</b>
15	Gerdau	A	60,089584	46,043597	46,686621	10,536053	34,669544	60,089584	3
16	Gol	A	52,066348	50,574904	51,041609	1,9128179	48,232364	52,696933	2
17	ISA CTEEP	M	42,699416	39,606206	41,310355	4,7501083	32,628684	44,650014	1
18	JBS	M	<b>76,284491</b>	71,434363	71,823368	5,8615365	63,536841	78,827056	<b>4</b>
19	Klabin	A	63,356673	62,304993	62,395282	3,1818367	58,70887	67,520378	3
20	Light	M	67,516252	63,919464	63,50505	3,4560695	59,3346	68,257282	3
21	Marfrig	M	61,917572	63,58837	64,762757	5,9834716	53,453228	69,350942	3
22	MDBranco	M	63,75956	60,885384	61,773739	3,3367511	54,782209	63,75956	3
23	Minerva	M	51,336194	<b>25,868582</b>	<b>25,492118</b>	<b>28,344878</b>	<b>0</b>	52,891064	2
24	Natura	A	71,612076	<b>72,279516</b>	71,463812	1,9159439	70,740991	75,605357	3
25	Neoenergia	M	57,816875	9,6361458	0	23,60364	0	57,816875	2
26	Petrobrás	A	<b>76,288577</b>	75,496667	75,463014	2,1002384	72,981333	78,988156	<b>4</b>
27	Portobello	M	36,237039	26,759019	27,092272	7,4882707	17,153152	36,237039	1
28	Rumo	A	54,121717	47,707381	47,252891	5,9849571	38,634548	54,163346	2
29	Santos Br	A	<b>82,081104</b>	<b>33,707685</b>	<b>28,881593</b>	<b>37,817013</b>	<b>0</b>	82,081104	<b>4</b>
30	SLC agríc	M	35,705032	<b>10,36591</b>	<b>0</b>	<b>16,321027</b>	<b>0</b>	35,705032	1
31	Suzano	A	<b>89,262285</b>	67,218767	67,870292	18,157959	38,478988	89,262285	<b>4</b>
32	Taesa	M	40,918036	27,28448	27,443497	7,6859509	18,808425	40,918036	1
33	Ultrapar	A	67,566428	60,855765	59,285596	4,3924281	56,958539	67,566428	3
34	Vale	A	<b>91,274941</b>	85,011103	85,343262	5,4428953	77,653235	91,274941	<b>4</b>
35	Weg	M	59,287852	54,019293	53,870678	5,2418678	46,987374	59,705227	2

**Fonte:** Dados da Pesquisa elaborado a partir da base de dados *Refinitiv* (2023).

A Tabela 25 exhibe a estatística descritiva das empresas que estão inseridas no ESG Score, bem como os quartis em que cada empresa ficou enquadrada. Observa-se, nesse caso, que as organizações BRF (79,77683), Copel (83,55629), Eletrobrás (82,628664), Engie Brasil (88,045244), JBS (76,284491) Petrobrás (76,288577), Santos Brasil (82,081104), Suzano

(89,262285) e Vale (91,274941) obtiveram os melhores score ESG referentes ao ano de 2021, intervalo de 76,284491 a 91,27499, posicionando-se no 4º quartil. Essas empresas pertencem a setores/segmentos diversos, como Serviços de Apoio e Armazenagem (Santos Brasil), Energia Elétrica (Copel, Eletrobrás e Engie Brasil), Petróleo, Gás e Biocombustível (Petrobrás) Alimentos (BRF e JBS), Madeira e Papel (Suzano) e Mineração (Vale).

No entanto, quando analisa-se as médias, verifica-se que empresas, como Natura (72,279516), EDP (73,662934) e Cemig (71,037885), também, obtiveram um desempenho satisfatório no ESG score. Por outro lado, é possível observar, na Tabela 25, que as empresas Enauta, Energisa, Minerva, Santos Brasil e SLC agrícola apresentam valores discrepantes referentes à média, mediana, desvio padrão, mínimo e máximo. Essas discrepâncias nos valores estão relacionadas à falta de informações ESG destas empresas nos anos de 2016, 2017 e 2018, ressaltando que a SLC agrícola, também, não teve informações ESG em 2019.

Outros aspectos a serem destacados estão relacionados à classificação, como potencial poluidor e o nível de governança das organizações listadas na B3. No tocante ao potencial poluidor as empresas BRF, Copel, Eletrobrás, Engie Brasil e JBS, as quais são classificadas como médio potencial, obtiveram desempenho no ESG score semelhante às empresas com alto potencial poluidor como a Petrobrás, Santos Brasil e Suzano.

Nesse contexto, a proeminência ficou a cargo da empresa Vale que alcançou o maior score (91,274941) de um valor total de 100 pontos na métrica ESG da *Refinitiv*. Cabe sublinhar que a Vale apresenta, desde de 2020, um *databook* ESG, contendo acesso aos relatórios de Sustentabilidade, relatório 20F e Formulário de referência, a partir do ano de 2017, no qual contém fichas técnicas trazendo uma visão geral e detalhada de cada tema (ambiental, social e governança) e informações sobre relacionamento da organização com os *stakeholders*. Essa empresa, ainda, mostra 10 temas materiais que consolidam os impactos, riscos e oportunidades mais relevantes para a geração de valor sustentável.

Com respeito ao nível de governança das empresas, estudos e linhas de pesquisas nesta área, evidenciam o impacto da incorporação de práticas de governança e da adesão aos níveis do mercado diferenciado, bem como seus resultados (ALBUQUERQUE; ALABANEZ, 2019). Nesse quadro, a adesão aos níveis de governança, por parte das organizações, tende a interferir de maneira positiva na imagem institucional que adotam e seguem as regras previamente estabelecidas (NARDI; NAKAO, 2008).

Logo, identificou-se que todas as empresas que apresentaram ESG *score* estão enquadradas nos níveis 1, 2 de Governança Corporativa e Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Ressaltando, assim, que a adesão das empresas a esses níveis exige o cumprimento de certas regras que passaram a ser caracterizadas como Boas Práticas de Governança Corporativa no mercado.

Nessa conjuntura, a Eletrobrás está enquadrada no Nível, no qual as organizações elencadas devem adotar práticas que possibilitem a transparência e o acesso às informações pelos investidores. Para tanto, devem divulgar informações adicionais às exigidas em lei. No Nível 2, por seu turno, estão a Copel e a Petrobrás. Segundo a Brasil, Bolsa, Balcão (2023), esse segmento é similar ao Novo Mercado, porém com algumas exceções, pois as empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN). No caso de venda de controle da empresa, é assegurado aos detentores de ações ordinárias e preferenciais o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador.

No que tange ao Mercado Novo, estão adicionadas a maioria das empresas pertencentes ao 4º quartil, são elas: BRF, Engie Brasil, JBS, Santos Brasil, Suzano e Vale. Conforme a Brasil, Bolsa, Balcão (2023), o enquadramento, nesse segmento, implica a adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da divulgação de políticas e existência de estruturas de fiscalização e controle. Desse modo, o Novo Mercado direciona as organizações ao mais elevado padrão de governança corporativa, bem como as empresas listadas podem emitir, apenas, ações com direito de voto, as chamadas ações ordinárias (ON).

Do mesmo modo, no 3º quartil, encontram-se resultados semelhantes ao 4º quartil, no que diz respeito ao potencial poluidor e ao nível de governança corporativa das empresas. Nesse quartil, as empresas que apresentaram melhores resultados foram a Cemig (72,326177), seguida por Natura (71,612076), CPFL (71,216193) e EDP (71,319797), com exceção da Cemig que está elencada no Nível 1 de governança corporativa, as demais fazem parte do Novo Mercado. No quesito potencial poluidor, apenas a Natura encontra-se classificada como alto potencial poluidor. Esses resultados do ESG *score* ratificam, mais uma vez, os achados, desta pesquisa, os quais comprovam que a classificação, baseada no potencial poluidor, não representa, para as empresas pesquisadas, relação com o nível de divulgação das informações evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade.

Tais resultados demonstram, ainda, que essas empresas estão focadas em corroborar, baseadas na Teoria da Legitimidade e dos *Stakeholders*, que são organizações com foco na

sustentabilidade ambiental e social. Para isso, utilizam os indicadores ambientais e sociais como instrumentos de mercado – com ênfase para as Normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) e para as diretrizes de Relato Integrado e indicadores *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), da *Value Reporting Foundation* (VRF), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as recomendações do *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e diretrizes do CDP – *Disclosure Inside Action* com informações associadas às mudanças climáticas e à pegada de carbono.

Cabe ressaltar, também, que das 47 organizações analisadas, no presente estudo, 12 empresas não estão inseridas na base de dados da *Refinitiv* para efeito do ESG Score, são elas: Aegea, Casan, Ceg, Chesf, Eldorado, Emae, Enel, Irani, JSL, Sanasa, Sanepar e Whirlpool. Nessa direção, ressalta-se que a Aegea, Casan, Ceg, Emae, Enel, e Whirlpool estão no mercado tradicional, a Sanapa, Chesf e Eldorado não estão listadas na B3. Contudo, a Irani e JSL estão listadas no Novo Mercado e Sanepar no Nível 2 de Governança Corporativa da B3.

Para ilustrar a evolução das empresas pesquisadas nas métricas ESG, a Tabela 26 mostra o aumento, ao longo dos anos pesquisados, do número de empresas inseridas no ESG Score, assim como a mudança delas nos quartis. No primeiro quartil, verifica-se uma diminuição do ano de 2016 para 2021, sinalizando que parte dessas empresas podem ter migrado do 1º quartil (8,493160 a 42,699416) para os demais, demonstrando uma melhora nas práticas de ESG. Já, no quartil 2, observa-se um aumento gradativo de 2017 a 2019 de inserção de empresas nesse ESG Score que possui o intervalo de 48,730138 a 59,287852. Os quartis 3º (59,784656 a 72,326177) e 4º (76,284491 a 91,274941) tiveram um acréscimo nos anos pesquisados, evidenciando com isso um esforço dessas empresas em divulgar mais informações financeiras e não financeiras aos *stakeholders*, por meio de práticas de Governança Corporativa, nos quais estão inseridas a transparência, equidade, *accountability* e a responsabilidade corporativa. Assim, relatam, cada vez mais, fatores ambientais e sociais para se tornarem sustentáveis e, conseqüentemente, gerando valor de mercado.

**Tabela 26 – Quantitativo de empresas ESG Score**

Quartis ESG	Quantitativo de empresas ESG Score					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1º	11	8	8	7	8	6
2º	5	6	7	13	7	9
3º	4	9	9	4	11	11
4º	7	5	6	10	9	9
Total de empresas/ano	27	28	30	34	35	35

**Fonte:** Dados da Pesquisa elaborado a partir da base de dados *Refinitiv* (2023).



Em outras palavras, essas organizações buscam o alinhamento da estratégia empresarial aos princípios ESG, acompanhados pelo mercado e combinado com a perspectiva de que a sociedade as reconheça como socialmente responsáveis, a partir do atendimento aos anseios dos *stakeholders*.

Nessa concepção, as métricas de desempenho ESG vêm sendo, cada vez mais, utilizadas por pesquisadores que acreditam serem estas as métricas a serem empregadas pelas organizações, as quais pensam na criação de valor e na sustentabilidade da organização em longo prazo (BERG; KOLBEL; RIGOBON, 2019).

Em contraposição, Macneil e Esser (2022) criticam o ESG, quando apontam que a sustentabilidade se apresenta como o conceito abrangente, diferentemente da RSC e ESG que configuram-se como subconjuntos que operam nos domínios corporativo e financeiro, respectivamente. Dessa forma, a sustentabilidade é focada mais explicitamente nas externalidades e, de uma perspectiva de governança corporativa, em como a norma da primazia do acionista, de fato, limitou a internalização das externalidades, por meio de um foco nos interesses dos acionistas. Em princípio, o fundamento ético da RSC significa que o foco está em fazer a alternativa certa no contexto do cenário operacional do negócio. Nesse sentido, a escolha ética não se enquadra em um instrumento para melhorar o desempenho financeiro, embora se espere que a observância de padrões éticos, a longo prazo, tenha esse efeito. Nesse âmbito, o ESG está focado no risco financeiro e no retorno e, portanto, a integração de fatores ESG, no processo de investimento, tem como objetivo principal melhorar os retornos em um período mais extenso, mitigando os riscos associados a esses fatores ESG.

Nessa linha, Eccles, Lee e Strohle (2020) enfatizam que o principal objetivo de integrar os critérios ESG às decisões de investimento é alinhar os benefícios e impactos sociais e ambientais com os retornos financeiros, identificando riscos e oportunidades relacionados ao ESG, os quais, provavelmente, afetarão os retornos dos investidores e acionistas. Em outras palavras, o ESG pode ser caracterizado como a “financeirização” da sustentabilidade (DELGADO-CEBALLOS *et al.*, 2023).

Finalizando a primeira etapa de discussão desta tese, a Tabela 27 traz, de forma condensada, os resultados dos índices de capitais não financeiros (capital social e de relacionamento, intelectual, humano e natural), Scores ESG e o índice de conformidade dos ODS exibidos por classificação de potencial poluidor e resultado geral.

Tabela 27 – Resumo dos índices de Capitais não financeiros, Scores ESG e índice ODS

Potencial Poluidor	Capitais					Índice de Conformidade ODS	Scores ESG
	IDCSR	IDCI	IDCH	IDCN	IDCT		
Médio	0,948	0,882	57,986	0,987	0,946	0,521	57,986
Alto	0,949	0,879	59,102	0,987	0,937	0,496	59,102
Geral	0,948	0,881	58,374	0,987	0,943	0,513	58,374

**Legenda:** IDCN- Índice de Divulgação Capital Natural, IDCH- Índice de Divulgação Capital Humano, IDCS- Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento, IDCI- Índice de Divulgação Capital Intelectual, IDCT- Índice de Divulgação Capital Total.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

A Tabela 27 confirma, de forma resumida, os achados encontrados até o momento, neste estudo. No tocante aos capitais não financeiros, constata-se que os capitais mais expressivos, em termos de divulgação, são os capitais natural e capital social e de relacionamento tanto no resultado geral, quanto na classificação de médio e alto potencial poluidor, salientando que os achados são semelhantes no capital social e de relacionamento e, no caso do capital natural, foram iguais. Essas evidências encontradas, ainda, podem indicar que essa ênfase dada pelas empresas, para os capitais natural e capital social e de relacionamento, estão focadas no atendimento às demandas mais atuais da sociedade e do mercado financeiro.

No geral, essas organizações entendem o capital social e de relacionamento como a capacidade para compartilhar, relacionar-se e colaborar com seus grupos de interesse, promovendo o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades. Quanto ao capital natural, como recursos naturais potencialmente afetados pelas atividades da empresa, elas buscam exibir estratégias que demonstrem uma adequada gestão dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos, com os quais mantém relação de impacto ou dependência. Também, procuram mostrar a sua contribuição com a mitigação das mudanças climáticas e com a descarbonização da economia, reduzindo gradualmente as emissões de gases de efeito estufa.

No tocante ao índice de conformidade dos ODS, identifica-se um índice um pouco mais elevado na classificação de médio potencial poluidor (0,521), em comparação com os demais, não representando uma diferença significativa entre eles. Contudo, verifica-se que a divulgação das informações sobre os ODS, ainda, está em processo de consolidação, demonstrando um estado de incipiência nos relatórios de sustentabilidade, mesmo que os achados, desta pesquisa, tenham revelados índices mais elevados que os resultados da pesquisa de Izzo, Strologo e Granà (2020). Contudo, o índice de conformidade dos ODS pode fornecer uma visão geral inicial das

políticas de divulgação das empresas, indicando se as empresas analisadas estão considerando os ODS em sua comunicação externa às partes interessadas (IZZO; DELLO STROLOGO; GRANA, 2020).

Uma questão importante, quando se fala sobre as contribuições das empresas para os ODS, é garantir que as medidas adotadas no nível micro capturem, efetivamente, a sustentabilidade das empresas e que seu desempenho ESG promova a sustentabilidade global (DELGADO-CEBALLOS *et al.* 2023). É verdade que o mundo dos negócios e das finanças esteja buscando desempenhar um papel ativo no alcance dos ODS, por um lado, por meio de coerção na forma de lei e regulamentação, mas também, por outro, devido a processos mais informais relacionados à necessidade de garantir uma licença social para operar (SAETRA, 2021). Assim, buscam a legitimidade social como alicerce fundamental para a manutenção do contrato social.

No que concerne ao ESG *Score*, constata-se que as empresas com classificação como alto potencial poluidor obtiveram o melhor *score* (59,102), em detrimento do médio potencial poluidor (57,986) e resultado geral (58,374). Evidenciando que essas empresas por estarem em setores considerados pela Lei 10.165/2000, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, com alto potencial de poluição, ou seja, propensão em agredir o meio ambiente, e grau de utilização de recursos ambientais elevados, necessitam divulgar um conjunto de informações ambientais, sociais e de governança corporativa bem mais amplo.

Nesse sentido, observa-se, nos relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados dessas empresas, um conjunto de informações ambientais, sociais e de governança que demonstra uma adequação às demandas ambientais e os anseios da sociedade, tais como: proteção do meio ambiente, conservação da biodiversidade, uso sustentável dos recursos naturais, gestão de resíduos e efluentes, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e o monitoramento da cadeia de valor, observando o não cumprimento às regras trabalhistas e não-garantia de direitos humanos (trabalho escravo, forçado e infantil, liberdade de associação, condições de trabalho, segurança e saúde ocupacional), bem como questões de ética empresarial, casos de corrupção e práticas antitruste.

Conclui-se, desse modo, que o uso, por parte dessas empresas, dos capitais não financeiros, objetivos de desenvolvimento sustentável e práticas ESG são consistentes com a Teoria da Legitimidade, o que sugere que grandes empresas em setores com potencial poluidor tendem a um nível maior de divulgação das informações ambientais, sociais e de governança

corporativa, para enquadrarem-se na sustentabilidade ambiental e social, a fim de legitimar suas operações e atividades comerciais e manter sua imagem e reputação.

## 4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES - SEGUNDA FASE DA PESQUISA

Nesta seção, apresenta-se a segunda parte dos resultados e discussões da tese, o qual compreende uma análise qualitativa, baseada na análise de conteúdo de Bardin (2010), método escolhido para tratar e analisar esta etapa da pesquisa. Para isso, foram definidos critérios para a escolha das empresas que compuseram a amostragem, conforme descrito na Metodologia (p. 113). Por fim, a amostra da pesquisa foi composta pelos relatórios de sustentabilidade das empresas Cemig, Copel e CPFL, no período de 2016 a 2021, perfazendo um total de 18 relatórios, contendo 3.223 páginas no total, com média de 179 páginas por relatório.

Logo, o objetivo, desta segunda fase, foi compreender como as empresas Cemig, Copel e CPFL utilizam a evidenciação ambiental, social e de governança para gerenciar a legitimidade, baseada no modelo de Suchman (1995), bem como verificar a existência de coocorrência entre os capitais não financeiros, ODS, ESG e as categorias de Legitimidade do modelo de Suchman (1995) nos relatórios de sustentabilidade pesquisados.

### 4.2.1 Evidenciação da Legitimidade Organizacional baseada no modelo de Schuman

Nesta seção, apresentam-se as estratégias utilizadas pelos gestores para ganhar, manter ou recuperar legitimidade de forma pragmática, moral e cognitiva, identificadas nos relatórios de sustentabilidade. Assim, objetiva-se compreender como as empresas Cemig, Copel e CPFL utilizam a evidenciação ambiental, social e de governança para gerenciar a legitimidade, baseada no modelo de Suchman (1995).

#### 4.2.1.1 Legitimidade Pragmática

A Legitimidade Pragmática está focada, centrada, no imediatismo da organização referente às respostas sobre a percepção do seu público-alvo (SUCHMAN, 1995). Várias vezes, esse imediatismo compreende trocas diretas entre organização e público, da mesma forma pode englobar interdependências políticas, econômicas e sociais de modo amplo. Portanto, nos dois aspectos, os *stakeholders* inclinam-se a examinar o comportamento organizacional para avaliar as consequências práticas de suas atividades (WOOD, 1991).

Na Tabela 28, apresentam-se a frequência com que os itens da categoria pragmática, definidos por Suchman (1995), ganharam legitimidade e foram evidenciados nos relatórios de sustentabilidade, no período de 2016 a 2021, das organizações pesquisadas.

**Tabela 28 – Estratégias para ganhar legitimidade - Pragmática**

Empresa	Ano	Pragmática - Ganhar Legitimidade							Total
		Adaptar-se às exigências			Anunciar/manipular		Selecionar mercados		
		Responder às Necessidades	Cooptar integrantes	Construir reputação	Anunciar o produto	Anunciar a imagem	Localizar público amigável	Recrutar Parceiros	
CEMIG	2016	5	1	5	0	6	1	1	19
	2017	3	1	5	0	0	1	0	10
	2018	2	3	0	0	1	0	1	7
	2019	3	2	3	0	2	0	0	10
	2020	4	1	2	0	1	0	0	8
	2021	13	1	0	0	0	0	0	14
COPEL	2016	7	1	0	0	0	0	2	10
	2017	15	3	3	0	3	1	0	25
	2018	10	6	2	0	0	0	0	18
	2019	3	2	1	0	0	1	1	8
	2020	10	2	1	0	2	0	1	16
	2021	7	4	1	0	0	0	0	12
CPFL	2016	17	0	5	0	1	0	2	25
	2017	0	0	3	0	8	1	0	12
	2018	21	1	16	2	4	1	0	45
	2019	15	0	16	1	7	2	0	41
	2020	3	0	3	2	2	2	0	12
	2021	8	0	3	3	4	1	0	19
<b>Total</b>		146	28	69	8	41	11	8	311

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Nota-se, na Tabela 28, a predominância da estratégia de adaptar-se às exigências com as maiores frequências, direcionadas pelas empresas, para as estratégias de resposta às necessidades (146) com 46,9% dos itens evidenciados nos relatórios. No tocante às estratégias para ganhar legitimidade na categoria pragmática, seguidas de construir reputação (69), representando 22% e cooptar integrantes (28) com 9%. Com relação às estratégias de manipular/anunciar, destaca-se anunciar a imagem (41), equivalente a 13% dos itens divulgados.

Segue trecho extraído do Relatório de Sustentabilidade da Cemig, o qual demonstra essa estratégia de adaptar-se às exigências, respondendo às necessidades para ganhar legitimidade de forma pragmática.

Além de ser uma obrigação legal, o licenciamento ambiental das atividades da Cemig visa a garantir que sua expansão e operação ocorram em observância

aos critérios ambientais e de sustentabilidade, em consonância com a política ambiental da Companhia (RELATÓRIO CEMIG, 2016 p. 120).

Isso denota a preocupação da empresa em responder às necessidades, mostrando que cumprir com as exigências legais ou acordos realizados, bem como realizar ações ambientais obedecendo às necessidades sociais. Esses resultados permitem constatar que a estratégia comportamental mais utilizada nos discursos das organizações estudadas, nesta etapa da pesquisa, foi responder às necessidades. Esses achados são semelhantes aos estudos de Farias (2013), Farias *et al.* (2014), Farias, Andrade e Gomes (2017) e Machado (2014), os quais, também, responderam a essas carências. No caso do estudo de Machado (2014), além de responder ao que necessitavam, ainda identificou-se a estratégia de cooptar integrantes com igual nível de utilização.

No tangente à construção da reputação, essa estratégia é utilizada para expressar reputação em atividades ambientais e sociais sustentáveis, bem como declarar valores direcionados à governança corporativa com práticas de *compliance*, anticorrupção, ética e transparência.

A Copel adota as melhores práticas anticorrupção. A Companhia aderiu, em 2014, à declaração Chamada à Ação para os Governos no Combate à Corrupção e, no ano seguinte, ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção. Manifestou, ainda, seu apoio ao movimento da Agenda 2030 da ONU, no esforço de promover a sustentabilidade, a conduta ética e as melhores práticas de governança corporativa (RELATÓRIO COPEL, 2019 p. 55).

Nesse trecho, identifica-se o cuidado da organização em evidenciar as ações e práticas que tenham relação com a construção da sua reputação. Com essas ações, percebe-se que a empresa apresenta um discurso que busca ganhar legitimidade, por meio da construção de reputação frente ao seu público-alvo, ou seja, seus *stakeholders*.

Nessa lógica, Borçato (2017) relata, a partir dos resultados do seu estudo, que as organizações buscam ganhar legitimidade por meio da dinâmica comportamental direcionada para a construção de reputação, com o discurso de que a gestão conduz o desenvolvimento das atividades empresariais com a precaução de não agredir o meio ambiente.

O terceiro item mais divulgado, nos relatórios relacionados, a ganhar legitimidade de forma pragmática foi anunciar a imagem, que associado a visão de que a empresa é sustentável, ou seja, a organização relata que está preocupada com questões ambientais. Referente à

estratégia para anunciar a imagem, selecionou-se a seguinte parte evidenciada no relatório da empresa CPFL.

Em 2019, a Companhia teve a honra de receber da ANEEL o Prêmio IASC e também o título de empresa mais sustentável do setor elétrico brasileiro pelo Guia Exame de Sustentabilidade, além de ser a única empresa de energia de grande porte reconhecida entre as 150 Melhores Empresas para Trabalhar da revista Você S/A (RELATÓRIO CPFL, 2019 p. 3).

Logo, verifica-se uma ênfase dada no discurso a respeito das diversas premiações recebidas pela empresa, realçando a sua imagem comprometida com a sustentabilidade e com a gestão de pessoas.

Diante das estratégias para manter a legitimidade na categoria pragmática, Tabela 29, as organizações podem escolher duas estratégias: perceber mudanças futuras/monitorar interesses ou proteger realizações passadas/favorecer trocas. Nesse sentido, a estratégia de manter legitimidade e proteger realizações passadas/favorecer trocas requer mais três estratégias: monitorar a confiabilidade, comunicar-se honestamente e estocar confiança. Já a estratégia de perceber mudanças futuras/monitorar interesses requer a estratégia de consultar a opinião de líderes.

**Tabela 29**– Estratégias para manter legitimidade - Pragmática

Empresa	Ano	Pragmática - Manter Legitimidade				Total
		Perceber mudanças futuras/monitorar interesses	Proteger realizações passadas/favorecer trocas			
		Consultar a opinião de líderes	Monitorar a confiabilidade	Comunicar-se honestamente	Estocar confiança	
CEMIG	2016	1	0	0	0	1
	2017	0	0	0	0	0
	2018	0	1	2	1	4
	2019	0	3	1	0	4
	2020	0	1	2	1	4
	2021	0	5	4	0	9
COPEL	2016	0	0	0	0	0
	2017	1	1	2	0	4
	2018	0	0	0	0	0
	2019	0	0	0	0	0
	2020	0	0	0	0	0
	2021	0	0	0	0	0
CPFL	2016	0	0	1	0	1
	2017	0	4	2	0	6
	2018	0	0	1	0	1
	2019	0	0	0	0	0
	2020	0	1	0	0	1
	2021	0	1	0	0	1
<b>Total</b>		2	17	15	2	36

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023)

A Tabela 29 aponta a estratégia de monitorar a confiabilidade com maior frequência (17), representando 47% dos itens divulgados nos relatórios. Observa-se, no relatório da Cemig, que ela relata o monitoramento de operações, para evitar impactos ambientais, mantendo a confiabilidade nas operações.

Nos empreendimentos do Grupo Cemig, há monitoramento de espécies, como parte de programas ambientais para cumprimento de condicionantes do licenciamento, bem como por projetos de pesquisa e programas específicos (RELATÓRIO CEMIG, 2019, p. 255).

Outra estratégia que foi destacada pelas empresas, em relação ao critério manutenção da legitimidade, foi comunicar-se honestamente com frequência (15), perfazendo 42% das divulgações da Tabela 29. No trecho abaixo transcrito, verificou-se a preocupação da Copel em relatar, de forma clara e honesta, situações negativas dos seus empreendimentos.

Os empreendimentos de distribuição e transmissão de energia têm seus principais impactos concentrados na fase de implantação, quando ocorre a supressão vegetal para sua instalação. Esse processo pode aumentar a fragmentação florestal dos ambientes e implicar na redução da população das espécies nativas, devido ao aumento do efeito de borda, a redução de habitats da fauna, o aumento da caça na região etc. Na fase de operação, no caso da distribuição de energia, o vazamento de óleo de transformadores é considerado um risco à biodiversidade no tocante à poluição (RELATÓRIO COPEL, 2017, p. 84).

No que tange às demais estratégias, consultar a opinião de líderes e estocar confiança a frequência obtida foi de 2, apresentando um percentual de 5,5%.

Em suma, as empresas pesquisadas não apresentaram estratégias direcionadas à recuperação de legitimidade na categoria pragmática. Logo, as estratégias de oferecer relatos e criar mecanismo de monitoramento, com foco na reparação da legitimidade, não foram identificadas nos relatórios pesquisados.

#### 4.2.1.2 Legitimidade Moral

A Legitimidade Moral representa uma avaliação normativa que avalia até que ponto uma ação ou atributo organizacional é compatível com as normas sociais vigentes ou obrigações morais implícitas (THOMAS; LAMM, 2012).

Nesse âmbito, os julgamentos da Legitimidade Moral não estão direcionados para os benefícios que uma determinada atividade pode trazer ao grupo avaliador, mas, sim, em juízos sobre se a atividade é algo certo a se fazer. Esses julgamentos, em geral, avaliam se dentro do



sistema de valores e crenças socialmente construídos, as atividades e ações da empresa que, com eficiência, promovem bem-estar social (SUCHMAN, 1995).

A Tabela 30 demonstra a frequência com que os itens das estratégias para ganhar legitimidade, na categoria moral, foram evidenciados nos relatórios das empresas no período investigado.

**Tabela 30– Estratégias para ganhar legitimidade - Moral**

Empresa	Ano	Moral - Ganhar Legitimidade							Total
		Conformidade adaptar-se aos ideais			Selecionar o domínio/ênfase nas divulgações	Manipular/persuadir			
		Produzir resultados adequados	Incorporar-se em instituições	Oferecer demonstrações simbólicas	Definir metas	Demonstrar sucesso	Fazer adeptos	Fazer proselitismo	
CEMIG	2016	1	1	0	1	0	1	0	4
	2017	3	1	0	0	0	0	0	4
	2018	1	2	1	0	0	0	0	4
	2019	2	1	0	0	0	0	0	3
	2020	0	2	0	1	0	0	0	3
	2021	1	0	2	0	0	0	0	3
COPEL	2016	0	0	0	2	0	0	0	2
	2017	1	0	1	0	0	0	0	2
	2018	6	0	0	4	0	0	0	10
	2019	3	1	1	0	0	0	0	5
	2020	4	0	2	2	0	0	0	8
	2021	4	0	0	11	1	0	0	16
CPFL	2016	5	1	0	0	0	0	0	6
	2017	10	4	0	0	1	0	0	15
	2018	19	0	0	0	1	3	0	23
	2019	25	0	0	0	0	0	0	25
	2020	11	0	0	15	0	0	0	26
	2021	15	0	0	15	1	1	0	32
<b>Total</b>		111	13	7	51	4	5	0	191

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Nas estratégias para ganhar legitimidade de forma moral, estão inseridas as de conformidade. Assim, a gestão das organizações pode optar pelas estratégias de produzir e divulgar resultados que, na visão de seus avaliadores, são adequados moralmente ou incorporar às instituições que detêm conhecimento e exercem atividades ou desenvolvem pesquisas e projetos para o bem comum. Logo, possuem legitimidade. Nessa linha, outra estratégia de conformidade é oferecer demonstrações simbólicas de que suas atividades são desenvolvidas, de acordo com os valores morais.

Verifica-se, na Tabela 30, que produzir resultados adequados é a estratégia mais evidenciada pelas organizações com frequência (111) de itens divulgados, retratando 58% das divulgações da categoria moral – ganhar legitimidade nos relatórios.

Nessa direção, os trechos extraídos do relatório da Copel comprovam a preocupação em apontar suas ações, de forma adequada, por meio de metas alcançadas de participação, como empresa signatária, em âmbito nacional e internacional. Com isso, reflete confiabilidade na execução de procedimentos internos e a conformidade com os princípios institucionais, indicando aspectos da moral da empresa.

Todas as metas para 2018 foram cumpridas. Dentro do Programa Cidades do Pacto Global da ONU, o objetivo foi aumentar o número de municípios aderentes ao Pacto e de projetos inovadores alinhados aos ODS. Esse número saltou de 15 para 41 em 2018. Foram implantadas hortas comunitárias nos municípios de Cascavel e Ponta Grossa, que, juntamente com a de Maringá, passaram a beneficiar mais de 660 participantes (...). O programa de Coleta Seletiva Solidária, que promove a destinação de resíduos sólidos administrativos às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, destinou 92 t de resíduos, apoiando financeiramente aproximadamente 420 famílias. Sua abrangência passou de 69% para 74% do estado do Paraná (RELATÓRIO COPEL, 2018 p. 94).

Assim como relata os resultados de ações que buscam a redução dos impactos ambientais, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Em relação à estratégia de selecionar o domínio, identificou-se definir meta como a mais empregada pelas empresas com 51 de frequência, representando 27%. Cabe destacar que a CPFL foi a organização que mais utilizou (30) e a que menos usou foi a Cemig (2). Aponta-se, como exemplos desta estratégia, o discurso da CPFL nos seguintes fragmentos.

Maximizar nosso impacto positivo nas comunidades por meio do investimento de R\$60 milhões em projetos sociais até 2024 (RELATÓRIO CPFL, 2020 p. 40). Integrar aspectos de sustentabilidade no processo de monitoramento para 100% dos fornecedores críticos até 2024 (RELATÓRIO CPFL, 2021 p. 43).

Ressalta-se, ainda, nas estratégias de conformidade, que incorporar-se em instituições obteve frequência (13), equivalendo a 7% das estratégias, para ganhar legitimidade de forma moral. Os trechos extraídos dos relatórios das empresas Cemig e Copel confirmam essa evidência.

A Cemig também engaja diretamente com formuladores de políticas, por meio de participação em fóruns de discussão legal. No âmbito municipal, a Companhia atua nos Comitês Municipais sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência (CMMCE) da Prefeitura de Belo Horizonte e da Prefeitura de Betim. Nesses comitês, iniciativa pública e privada se reúnem para discutir e propor políticas locais de mitigação e adaptação às mudanças do clima (RELATÓRIO CEMIG, 2018 p. 236). Participamos de diversas iniciativas

empresariais sobre o tema, como: *Carbon Pricing Leadership Coalition* – CPLC, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, *World Business Council for Sustainable Development* – WBCSD, *Carbon Disclosure Project* – CDP, Rede Brasil do Pacto Global, Iniciativas Empresariais em Clima – IECs e Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV – GVCes (RELATÓRIO CPFL, 2017 p. 68).

Logo, observa-se que essa estratégia de participação em comitês, conselhos, assim como grupos de pesquisa, entre outros, junto a outras instituições, apresenta-se como relevante para essas empresas, pois promove parcerias com elas, visando à divulgação das suas atividades institucionais e a possibilidade de gerar sinergia entre órgãos governamentais, entidades do setor e organizações não governamentais (ONG). Isso estimula troca de experiências e melhores práticas, contribuindo para discussões e debates voltados ao desenvolvimento e à implementação de soluções corporativas de mitigação e adaptação à mudança do clima, bem como evolução da regulamentação do setor elétrico.

Quanto à categoria Moral, estratégias para manter a legitimidade, destaca-se o item monitorar a responsabilidade com 54 evidenciações. Conforme explícito na Tabela 31.

**Tabela 31**– Estratégias para manter legitimidade - Moral

Empresa	Ano	Moral – Manter Legitimidade				Total
		Perceber mudanças futuras/monitorar ética	Proteger realizações passadas/favorecer a boa conduta			
		Consultar as categorias profissionais	Monitorar a responsabilidade	Comunicar-se oficialmente	Estocar opiniões favoráveis	
CEMIG	2016	0	3	0	0	3
	2017	0	0	0	0	0
	2018	0	0	0	0	0
	2019	0	2	0	0	2
	2020	0	0	1	0	0
	2021	0	2	0	0	2
COPEL	2016	0	4	0	0	4
	2017	0	2	0	0	2
	2018	0	7	0	0	7
	2019	0	3	0	0	3
	2020	0	10	0	0	10
	2021	0	5	0	0	5
CPFL	2016	0	0	0	0	0
	2017	0	2	0	0	2
	2018	0	3	0	0	3
	2019	0	4	0	0	4
	2020	0	3	0	0	3
	2021	0	4	0	0	4
<b>Total</b>		0	54	1	0	55

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Nessa estratégia, as empresas reconhecem algum tipo de impacto ambiental ocorrido e indicam as ações desenvolvidas para minimizá-lo. O fragmento, a seguir, retirado do relatório da Copel demonstra essa estratégia de monitorar a responsabilidade.

Em 2018 a Copel GeT registrou o vazamento de 150L de óleo hidráulico (implantação do Parque Eólico SBN III) e que foi sanado com a remoção e destinação do solo contaminado, sem que nenhuma superfície hídrica fosse afetada. Na Copel DIS houve o derramamento de 38.200 L de óleo mineral isolante de equipamentos elétricos que em sua quase totalidade foram contidos em separadores de água-óleo, já o solo contaminado foi removido e destinado adequadamente (RELATÓRIO COPEL, 2018, p. 138).

Cabe destacar que as estratégias - estocar opiniões favoráveis e consultar as categorias profissionais - não apresentou nenhuma divulgação nos relatórios; e comunicar-se oficialmente obteve, apenas, 1 evidenciação.

Na categoria Moral, nas estratégias para recuperar legitimidade, somente a estratégia reconfigurar foi identificada nos relatórios, contendo frequência (2). Isto significa que foram constatados dois discursos que relatam a readequação em processos para melhorá-los ou para minimizar impactos ambientais. O seguinte trecho do relatório Cemig retrata essa estratégia.

Foi identificado apenas um caso de sanção não monetária referente à intervenção em APP com supressão de vegetação em imóvel situado em Lagoa da Prata/MG (Ofício PJ/MP/LP Nº 358/2016 – Inquérito Civil: 0372.16.000519-8), em que será necessária a recomposição florestal de 400 indivíduos arbóreos, conforme Deliberação Normativa COPAM nº 114, de 10 de abril de 2008 (RELATÓRIO CEMIG, 2016 p. 121).

Assim, no que concerne à categoria Moral, constata-se a identificação de ações no discurso dos relatórios, o qual caracteriza que as empresas divulgam que estão fazendo algo certo. Logo, demonstram que seu comportamento estratégico, ações e atividades, além de caminhar em conjunto com valores e crenças, também proporcionam, de fato, resultados adequados para o bem-estar da sociedade.

#### 4.2.1.3 Legitimidade Cognitiva

A Legitimidade Cognitiva é obtida pela compreensão da sociedade e não por interesse ou avaliação, de modo que pode envolver o apoio afirmativo para uma organização ou, apenas, sua aceitação como necessária e inevitável (SUCHMAN, 1995; FARIAS, 2013). Por essa razão, os esforços para legitimação cognitiva, geralmente, são dirigidos para explicar a linha de negócios como sendo simples e natural, buscando apoio ou reconhecimento de estruturas

formais externas para suas atividades e estimulando a compreensão dos esforços da empresa para seus funcionários e para o mundo exterior (SUCHMAN, 1995).

Nesse sentido, a Legitimidade Cognitiva é vista como a compreensibilidade percebida de uma ação ou política, até o ponto em que é coerente com narrativas estabelecidas, das quais os indivíduos dispõem para sistematizar informações e dar sentido a seus ambientes (THOMAS; LAMM, 2012).

A Tabela 32 apontou a frequência que os itens da Legitimidade Cognitiva foram evidenciados nos relatórios pesquisados. Nesta categoria cognitiva, para ganhar legitimidade, compreende três estratégias: conformidade/adaptar-se aos modelos, selecionar rótulos e institucionalizar. Analisando-se os resultados relativos à categoria de Legitimidade Cognitiva, verificou-se que o critério ganhar legitimidade obteve 93 evidenciações no período pesquisado e os itens mais citados foram profissionalizar as operações (33), buscar certificações (19) e formalizar as operações (17).

**Tabela 32**– Estratégias para ganhar legitimidade - Cognitiva

Empresa	Ano	Cognitiva - Ganhar Legitimidade							Total
		Conformidade/adaptar-se aos modelos			Selecionar rótulos	Institucionalizar			
		Reproduzir normas	Formalizar as operações	Profissionalizar as operações	Buscar certificações	Persistir	Popularizar novos modelos	Padronizar novos modelos	
CEMIG	2016	0	2	0	0	3	0	1	6
	2017	0	1	0	0	0	0	0	1
	2018	4	0	0	0	0	0	1	5
	2019	0	2	4	3	0	0	1	10
	2020	0	3	0	1	3	0	0	7
	2021	0	4	1	0	2	0	0	7
COPEL	2016	0	0	1	2	0	0	0	3
	2017	0	2	1	1	0	0	0	4
	2018	0	0	0	4	2	0	0	6
	2019	0	0	0	0	0	0	2	2
	2020	0	0	0	0	0	0	0	0
	2021	0	0	0	0	0	0	0	0
CPFL	2016	0	1	2	0	0	0	0	3
	2017	0	0	7	1	0	0	0	8
	2018	0	2	7	3	1	0	2	15
	2019	0	0	4	1	0	0	0	5
	2020	0	0	1	3	0	0	2	6
	2021	0	0	5	0	0	0	0	5
<b>Total</b>		4	17	33	19	11	0	9	93

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

No tocante à estratégia de profissionalizar as operações, verifica-se, no trecho do relatório da Cemig, a ênfase dada ao treinamento e adesão anual à declaração de princípios éticos e código de conduta profissional.

Em 2021, foi realizado o Treinamento e Adesão Anual à Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, que abordou os temas valorização da diversidade e combate à discriminação, além de reforçar o Compromisso com os Direitos Humanos da Cemig. Teve a participação de 15.035 empregados da força de trabalho, sendo 4.975 empregados próprios e 10.060 contratados, contabilizando 30.070 horas de treinamento (RELATÓRIO CEMIG, 2021, p. 175).

Logo, percebe-se no discurso da Cemig que o objetivo é demonstrar que a organização realiza treinamentos, cursos, seminários para capacitação de seus agentes em busca da realização de ações e práticas legalmente constituídas, bem como direcionadas ao combate à discriminação, conduta ética e respeito aos Direitos Humanos, ou seja, adota sistemas já legitimados de Princípios Éticos e Conduta Profissional.

Na estratégia de relatar certificações obtidas é possível observar, no fragmento do relatório da Copel, que o discurso da organização tem a intenção de convencer seus avaliadores de que é uma empresa que possui boas práticas voltadas à eficiência ambiental, gestão social e governança corporativa, sendo, portanto, reconhecida por uma legitimada instituição internacional.

A Copel também foi selecionada para compor a carteira do *FTSE4Good Emerging Index*, índice vinculado ao FTSE 100, da Bolsa de Valores de Londres, que reconhece as empresas que possuem boas práticas nas áreas social, ambiental e de governança e é referência para investidores (RELATÓRIO COPEL, 2016, p. 26).

Em relação à estratégia de formalizar as operações, identificou-se, nos relatórios Cemig e CPFL, os seguintes trechos que sinalizam a adoção de projetos e soluções com foco na satisfação dos clientes, assim como na segurança dos colaboradores.

Por meio de investimentos em novas soluções, qualificação técnica, infraestruturas e equipamentos, a Cemig busca atingir o seu principal objetivo: oferecer a melhor qualidade de serviço, priorizando a segurança e continuidade do fornecimento e o restabelecimento rápido em caso de ocorrências emergenciais, mantendo o foco na satisfação dos nossos clientes (RELATÓRIO CEMIG, 2020, p. 138). Lançado em 2018, o Projeto Vida 100% é um exemplo do engajamento de colaboradores das distribuidoras na busca pelo zero acidente. Esse modelo, que envolve a realização de rodas de conversa para discutir as causas e motivos que levaram a acidentes e incidentes (RELATÓRIO CPFL, 2018, p. 53).

Nos trechos dos discursos acima referenciados, observa-se que a intenção das empresas citadas é que os avaliadores percebam que as estratégias das organizações seguem um padrão

de qualidade e de cumprimento das obrigações legais, porque acreditam que elas podem possibilitar ganhar a legitimidade de forma cognitiva.

Ressalta-se, ainda, nas estratégias de ganhar a legitimidade de forma cognitiva, que não foi identificada a estratégia de popularizar novos modelos nos relatórios pesquisados.

Com referência às estratégias para manter a legitimidade na categoria cognitiva, segundo o modelo de Suchman, esta categoria de legitimidade compreende duas estratégias: perceber mudanças futuras/monitorar perspectivas e a de proteger pressupostos.

Nesse sentido, a estratégia de proteger pressupostos comporta três estratégias: visar clareza - divulgar com clareza as ações e/ou explica o funcionamento de programas/processos ambientais e seus impactos ambientais; falar pontualmente - tratar de assuntos delicados com naturalidade; e estocar conexões – que faz conexão entre políticas ambientais e resultados financeiros.

De acordo com a Tabela 33, constata-se que a estratégia que visa divulgar informações da empresa, com clareza, foi constatada em 52% dos discursos com frequência (10); seguida de falar, pontualmente, com frequência (8), correspondendo a 42 % das estratégias para manter legitimidade de forma cognitiva.

**Tabela 33– Estratégias para manter legitimidade – Cognitiva**

Empresa	Ano	Cognitiva– Manter Legitimidade				Total
		Perceber mudanças futuras/monitorar perspectivas	Proteger pressupostos			
			Consultar aquele que tem dúvidas	Visar clareza	Falar pontualmente	
CEMIG	2016	0	0	0	0	0
	2017	0	0	0	0	0
	2018	0	4	2	0	6
	2019	0	2	0	0	2
	2020	0	3	0	1	4
	2021	0	0	2	0	2
COPEL	2016	0	0	0	0	0
	2017	0	0	0	0	0
	2018	0	0	0	0	0
	2019	0	1	0	0	1
	2020	0	0	0	0	0
	2021	0	0	0	0	0
CPFL	2016	0	0	0	0	0
	2017	0	0	0	0	0
	2018	0	0	0	0	0
	2019	0	0	0	0	0
	2020	0	0	1	0	1
	2021	0	0	3	0	3
<b>Total</b>		0	10	8	1	19

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Para ilustrar a estratégia de proteger pressupostos baseados na clareza das empresas, o trecho, retirado do relatório Cemig, demonstra a preocupação da organização em divulgar, com clareza, como a construção de um reservatório modifica e altera os processos ambientais naturais do local, possibilitando impactos ambientais.

A construção do reservatório altera a dinâmica hidrológica do rio, transformando um ambiente de águas movimentadas em um ambiente de águas calmas, favorecendo o estabelecimento de algumas espécies, ao mesmo tempo que dificulta a existência de outras. A fauna a se estabelecer é, primariamente, dependente das espécies preexistentes na região alagada. As adaptações e particularidades de cada espécie determinarão o nível de sucesso na adaptação aos habitats modificados (RELATÓRIO CEMIG, 2020 p. 183).

Percebe-se, no discurso da Cemig, uma busca por divulgar, com clareza, as modificações causadas pela construção do reservatório, assim como explicar o funcionamento dos novos processos ambientais para a adaptação aos habitats modificados. Portanto, fica evidente a utilização da estratégia de proteger pressupostos, baseados na clareza, como forma cognitiva para manter a legitimidade.

Já a estratégia falar pontualmente está relacionada à forma de divulgação que a organização utiliza para evidenciar, com naturalidade, assuntos que podem ou não serem polêmicos. Nesse sentido, apresenta-se, como exemplo, um trecho do discurso da Cemig.

Em 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar atos de gestão da Cemig. Em 18/02/2022, na 7ª Reunião Extraordinária da Comissão, foi aprovado o relatório final decorrente dos trabalhos. O relatório foi encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle, que avaliarão eventuais encaminhamentos. A Cemig reafirma que todos os atos da atual gestão visam preservar o patrimônio corporativo e assegurar a melhoria da oferta de serviços de energia elétrica aos seus clientes, seguindo rigorosamente a legislação pertinente (RELATÓRIO CEMIG, 2021 p. 66).

Cabe ressaltar que a Cemig é uma empresa de economia mista, na qual o Estado de Minas Gerais detém a maior participação. Portanto, os resultados da empresa são de interesse público e impactam, diretamente, o governo e os cidadãos de Minas Gerais. Entretanto, observa-se que a Cemig discursa como se fossem normais as atividades empresariais, tendo passado por uma investigação parlamentar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou seus atos de gestão.



Em suma, essa forma de relatar o assunto com naturalidade pode induzir alguns avaliadores para analisar a situação superficialmente; concordar com a intenção do discurso e acreditar no discurso de boa conduta e gestão da empresa em proteger o patrimônio corporativo; bem como garantir a qualidade na oferta de serviços de energia elétrica aos seus clientes, comprimindo, implacavelmente, a legislação vigente.

É importante destacar, ainda, que, no estudo de Borçato (2017), a estratégia de falar, pontualmente, foi o que predominou nos relatórios pesquisados, com 73% dentre as demais de manter a legitimidade de forma cognitiva. Todavia, a pesquisa realizada por Beuren, Gubiani e Soares (2013) identificou a estratégia de visar clareza como preponderante, resultado semelhante ao encontrado neste estudo.

Enfim, quanto aos discursos direcionados para manter legitimidade de forma cognitiva, verificou-se que a estratégia, predominante, de proteger pressupostos foi a mais identificada. Esses achados corroboram com os de Fank e Beuren (2010); Beuren, Gubiani e Soares (2013); e Machado (2014).

Finalizando a análise das categorias de legitimidade, baseada no modelo de Suchman, tem-se a categoria cognitiva recuperar legitimidade, a qual implica em uma única estratégia: a de oferecer relatos, a partir da estratégia de explicar. Foi identificada uma frequência (3), como exemplo desta estratégia, o seguinte discurso da Cemig.

Houve, no ano de 2019, 63 processos judiciais distribuídos contra a Companhia relativos a acidentes com a população resultando em lesão à pessoa e óbito. A Cemig continua direcionado esforços no sentido de reduzir cada vez mais os acidentes com a população no intuito de registrar cada vez menos acidentes e nenhuma fatalidade (RELATÓRIO CEMIG, 2019 p. 101).

Percebe-se que essa estratégia é direcionada no discurso não só para relatar o evento ocorrido, mas para explicar ou justificar os motivos que levaram ao acontecimento do evento negativo, assim como para divulgar esforços e ações voltadas para reduzir esses impactos. Foram identificados mais dois discursos voltados para autuações por infrações ambientais significativas e acidentes que resultaram em fatalidades, envolvendo empresas contratadas.

Diante do exposto, constata-se que os achados encontrados, nesta pesquisa, quanto à baixa utilização da categoria cognitiva recuperar legitimidade, foram congêneres com os resultados dos estudos de Fank e Beuren (2010); Beuren, Gubiani e Soares (2013); Machado (2014); e Borçato (2017).

Por fim, a síntese dos resultados das três categorias de legitimidade do modelo de Suchman (1995), evidenciadas pelas empresas Cemig, Copel e CPFL, no período de 2016 a 2021, são apresentadas na Tabela 34. Dentre as categorias propostas, a pragmática foi a mais destacada (346), representando 48,87% das citações, dando ênfase para a subcategoria ganhar legitimidade, obtendo uma frequência de 310 evidenciações e refletindo 43,78% do total. Esses achados sinalizam que as organizações estão preocupadas em atender às necessidades do seu público-alvo (*stakeholders*) e concentradas na percepção dos *stakeholders* sobre suas atividades, visando o ganho de legitimidade.

Na sequência, destaca-se a categoria Moral (247), equivalendo a 34,89% dos itens divulgados pelas empresas pesquisadas. E, por último, está a categoria Cognitiva (115) com 16,24% das evidenciações.

**Tabela 34-** Síntese das categorias do modelo Suchman de legitimidade evidenciadas

Categoria	Subcategoria	CEMIG		COPEL		CPFL		Total	
		Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Pragmática	Ganhar Legitimidade	68	9,61%	89	12,57%	153	21,61%	310	43,78%
	Manter Legitimidade	22	3,11%	4	0,57%	10	1,41%	36	5,09%
	Recuperar Legitimidade	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total Pragmática</b>		<b>90</b>	<b>12,71%</b>	<b>93</b>	<b>13,14%</b>	<b>163</b>	<b>23,02%</b>	<b>346</b>	<b>48,87%</b>
Moral	Ganhar Legitimidade	21	2,97%	43	6,07%	126	17,80%	190	26,84%
	Manter Legitimidade	8	1,13%	31	4,38%	16	2,26%	55	7,77%
	Recuperar Legitimidade	2	0,28%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,28%
<b>Total Moral</b>		<b>31</b>	<b>4,38%</b>	<b>74</b>	<b>10,45%</b>	<b>142</b>	<b>20,06%</b>	<b>247</b>	<b>34,89%</b>
Cognitiva	Ganhar Legitimidade	36	5,09%	15	2,12%	42	5,93%	93	13,14%
	Manter Legitimidade	14	1,98%	1	0,14%	4	0,57%	19	2,68%
	Recuperar Legitimidade	3	0,42%	0	0,00%	0	0,00%	3	0,42%
<b>Total Cognitiva</b>		<b>53</b>	<b>7,49%</b>	<b>16</b>	<b>2,26%</b>	<b>46</b>	<b>6,50%</b>	<b>115</b>	<b>16,24%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>174</b>	<b>24,58%</b>	<b>183</b>	<b>25,85%</b>	<b>351</b>	<b>49,58%</b>	<b>708</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

No que concerne aos estudos correlatos, verificou-se que os resultados de Fank e Beuren (2010); Farias *et al.* (2014); Farias, Andrade e Gomes (2017); e Machado (2014) foram semelhantes aos achados nesta pesquisa, pois identificou-se a predominância da categoria Pragmática. Contudo, esses resultados não coadunam, integralmente, com os achados da pesquisa de Beuren, Gubiani e Soares (2013), a qual teve a categoria Pragmática com maior destaque e a segunda categoria foi a Cognitiva.

O Estudo de Borçado (2017) foi divergente dos estudos supracitados, inclusive desta pesquisa, pois identificou a categoria Cognitiva como predominante, com evidenciação em 39,76% dos discursos das empresas pesquisadas; seguida pela categoria Moral (33,28 %) e a

menos utilizada foi a Pragmática (26,96%). O objetivo do estudo de Borçado (2017) foi explicar de que maneira as divulgações de informações ambientais sobre meio ambiente natural tinham sido utilizadas pelas companhias de capital aberto como mecanismo de legitimação social, por meio dos Relatos Integrados, utilizando como amostra 11 relatórios de sustentabilidade ou Relato Integrado, divulgados em 2016, referentes ao ano base de 2015, de diferentes ramos de atividade econômica.

Analisando-se os resultados do estudo de forma geral, percebe-se que as empresas Cemig, Copel e CPFL demonstram que a categoria Pragmática foi a mais citada; seguida pelas categorias Moral e Cognitiva, respectivamente. Nesse sentido, conclui-se, também, que as estratégias de ganhar legitimidade foram as mais utilizadas pelas empresas pesquisadas. Logo, apresentam um elevado grau de evidência das estratégias de legitimidade, preconizadas por Suchman (1995), demonstrando a preocupação quanto à sua legitimidade. Com isso, pode-se inferir que as Cemig, Copel e CPFL têm priorizado as demandas levantadas por seus principais *stakeholders*, com intuito de ganhar legitimidade.

Enfim, esses resultados apontam para a busca das empresas estudadas por legitimidade, na medida em que procuram melhorar a percepção dos seus *stakeholders*, em relação às suas atividades, e para dar destaque às práticas que comungam com os interesses da sociedade, buscando produzir benefícios tangíveis para a organização e seus *stakeholders*.

#### **4.2.2 Análise das coocorrências entre ESG, ODS e Capitais não financeiros**

Nessa etapa, são apresentados os resultados decorrentes da codificação realizada nos relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados das empresas Cemig, Copel e CPFL, no intervalo de 2016 a 2021, referentes às categorias definidas para ESG, ODS e Capitais não financeiros e as categorias da Legitimidade, segundo o modelo de Suchman (1995), pormenorizadas na metodologia.

##### **4.2.2.1 Análise das coocorrências entre ESG (ambiental, social e de governança) e os ODS**

A análise de coocorrência tem como propósito relacionar entre si os códigos que foram aplicados às mesmas citações ou às citações sobrepostas nos relatórios pesquisados. Nessa investigação, é possível verificar quais tópicos são mencionados juntos ou próximos uns dos outros. Assim, as correlações apresentadas, na Tabela 35, são referentes às categorias ESG (ambiental, social e de governança) e os 17 ODS.

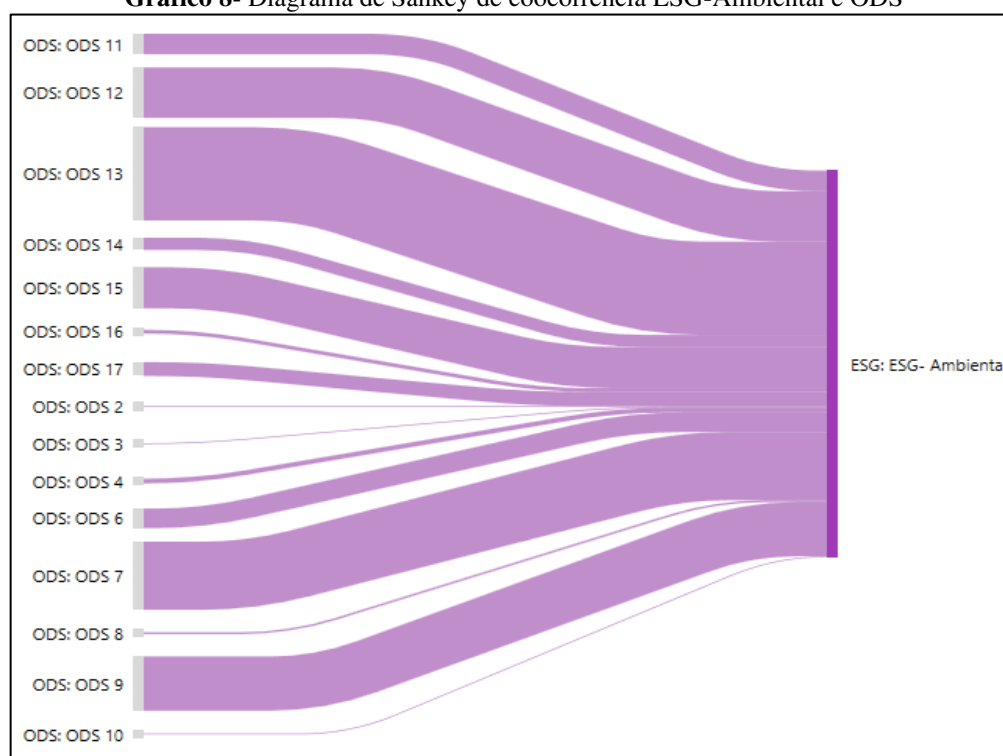
**Tabela 35-** Coocorrência ESG e os ODS

ODS	ESG Ambiental		ESG Governança		ESG Social	
	frequência	coeficiente	frequência	coeficiente	frequência	coeficiente
ODS 1	0	0,00	0	0,00	22	0,07
ODS 2	1	0,00	1	0,01	10	0,03
ODS 3	2	0,00	1	0,00	<b>64</b>	0,19
ODS 4	8	0,01	2	0,01	<b>59</b>	0,17
ODS 5	0	0,00	3	0,01	30	0,09
ODS 6	33	0,07	0	0,00	3	0,01
ODS 7	<b>117</b>	0,20	3	0,01	33	0,07
ODS 8	3	0,00	5	0,01	<b>118</b>	0,30
ODS 9	<b>92</b>	0,16	1	0,00	2	0,00
ODS 10	1	0,00	2	0,01	<b>60</b>	0,18
ODS 11	35	0,06	1	0,00	<b>49</b>	0,13
ODS 12	<b>87</b>	0,16	5	0,02	<b>43</b>	0,11
ODS 13	<b>160</b>	0,31	<b>8</b>	0,02	5	0,01
ODS 14	21	0,04	0	0,00	0	0,00
ODS 15	<b>70</b>	0,14	0	0,00	0	0,00
ODS 16	7	0,01	<b>125</b>	0,61	17	0,04
ODS 17	24	0,04	<b>7</b>	0,03	31	0,09
<b>Total</b>	661		164		546	

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Na Tabela 35, é possível identificar a frequência, ou seja, o número de coocorrências dos códigos e o coeficiente indica a força da relação entre dois códigos. O intervalo do coeficiente está entre 0 e 1, ressaltando que quanto mais próximo de 1, mais força existe na relação. No tocante ao ESG ambiental, observa-se uma correlação com 15 ODS, com exceção do ODS 1- Erradicação da pobreza e o ODS 5- Igualdade de gênero.

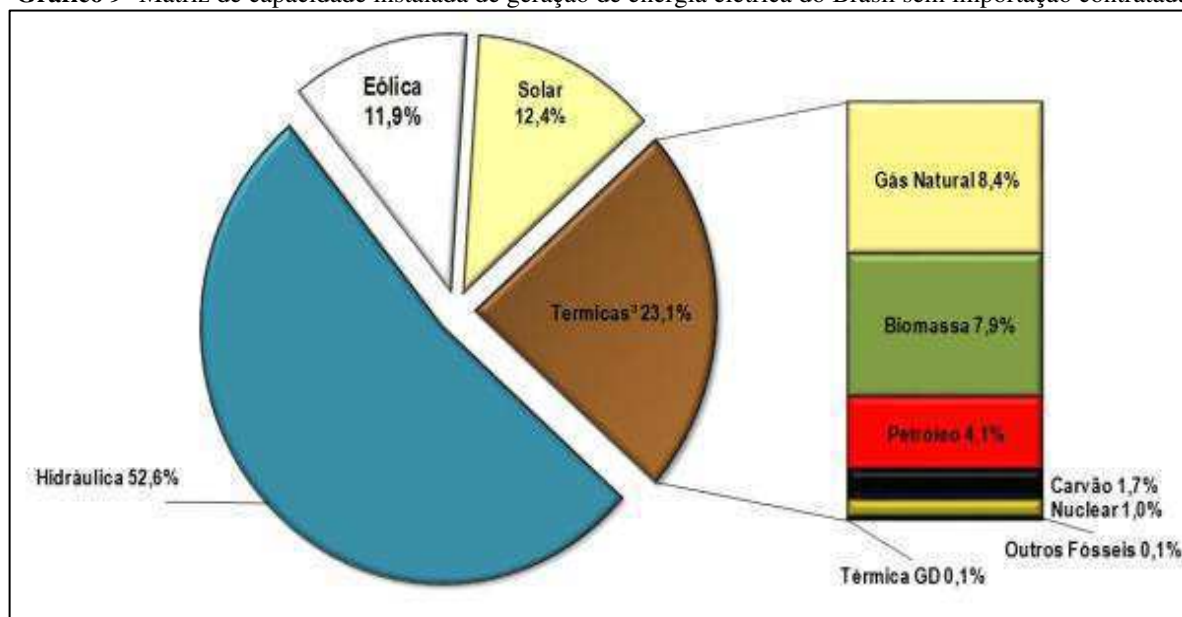
Para ilustrar melhor as relações de força entre as duas categorias ESG e os ODS, foi elaborado o Diagrama de Sankey, apresentado no Gráfico 8. O Diagrama de Sankey, na essência, busca fazer a ligação entre as temáticas de uma forma gráfica visual, que permite examinar a concentração dos termos e a relação direta, também, demonstrando sua importância pela espessura da ligação. Neste diagrama, há a ligação entre os dois grupos de códigos (categorias) ESG e ODS.

**Gráfico 8-** Diagrama de Sankey de coocorrência ESG-Ambiental e ODS

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Verifica-se, no Gráfico 08, que os ODS, com maior força de relação, foram os ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima (160), os ODS 7- Energia limpa e acessível (117), os ODS 9 - Inovação infraestrutura (92), os ODS 12 - Consumo e produção responsáveis (87) e os ODS 15 - Vida terrestre (70).

É possível ressaltar que todos esses ODS, destacados nos achados da pesquisa qualitativa, estão intrinsecamente relacionados à temática ambiental; e, no caso dos ODS 7 e dos ODS 9. Além de terem relação com a área ambiental, no caso das empresas pesquisadas, eles possuem uma relação direta, pois as empresas, objeto desta etapa da pesquisa, são do setor de energia elétrica e, no caso do setor elétrico brasileiro, a matriz energética é considerada limpa, pois 85% da capacidade instalada de geração é realizada por fontes renováveis (hidráulica, biomassa, eólica e solar). Conforme Gráfico 9, extraído do Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro – março/2023, mostra a participação de cada fonte na matriz brasileira de geração de energia elétrica.

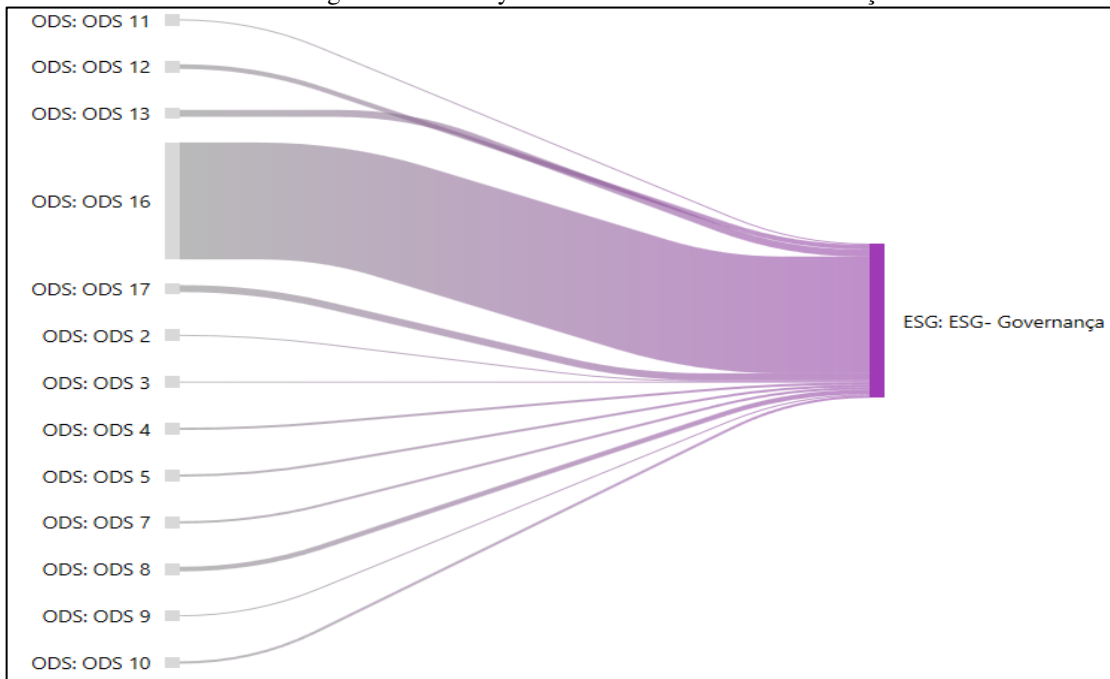
**Gráfico 9-** Matriz de capacidade instalada de geração de energia elétrica do Brasil sem importação contratada

**Fonte:** Ministério das Minas e Energia – MME (2023).

No tocante aos ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura o setor elétrico brasileiro, por meio da lei nº 9.991/2000, a qual determina que as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica são obrigadas a aplicar, anualmente, um percentual de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Portanto, para as empresas pesquisadas os ODS 9 são prioritários e estão interrelacionados com a temática ambiental, em virtude das possibilidades que o setor de energia possui de transição para uma economia de baixo carbono.

Quando avalia-se a categoria ESG-Governança com os ODS, identifica-se que o ODS mais relevante nos achados da pesquisa é o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes com frequência 125 e coeficiente 0,61. Esse ODS 16 tem como objetivo promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Verifica-se que, nos relatórios analisados, o ODS 16 está correlacionado com a governança corporativa das empresas estudadas.

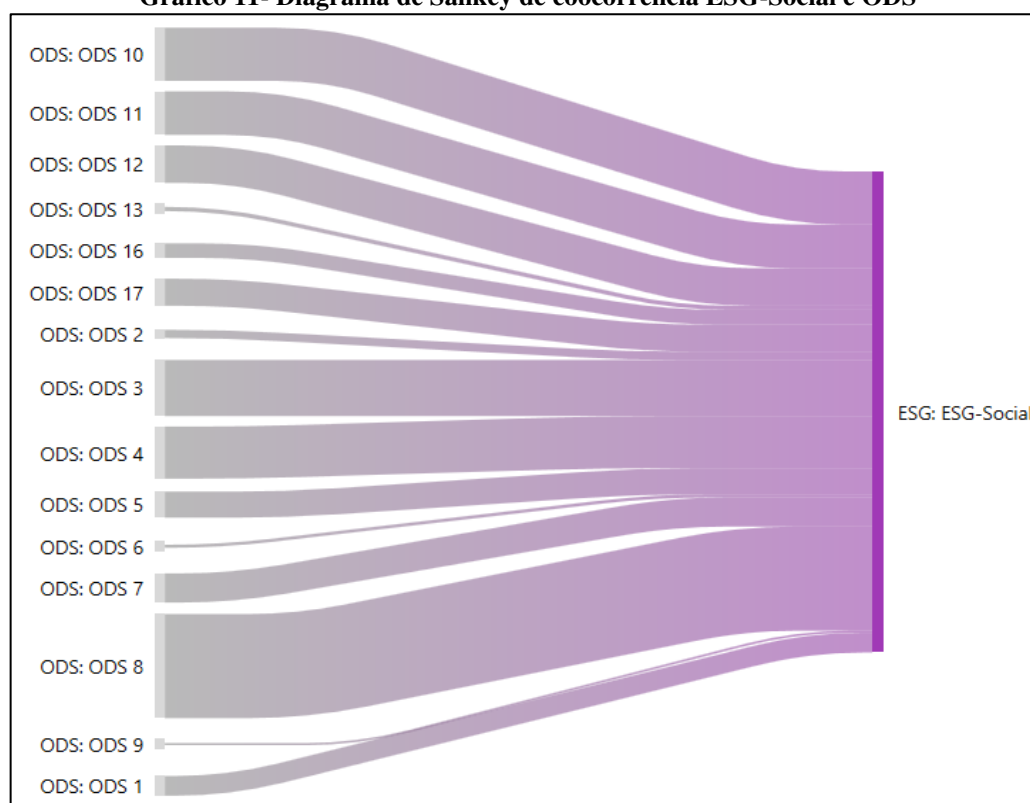
**Gráfico 10-** Diagrama de Sankey de coocorrência ESG- Governança e ODS



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Além do ODS 16, os ODS 13 e 17 apresentam relação de força de coocorrência entre as categorias ESG-Governamental e os ODS. Verifica-se, também, no Gráfico 10 que não apareceram os ODS 1- Erradicação da Pobreza, 6 - Água Potável e Saneamento, 14 - Vida na Água e 15 - Vida Terrestre.

No que concerne às categorias ESG-Social e os ODS, o Gráfico 11 destaca, como principais relações de força, o ODS 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico com frequência 118; o ODS 3 - Saúde e Bem-Estar com frequência 64; o ODS 10 - Redução das Desigualdades com frequência 60; o ODS 4 - Educação de Qualidade com frequência 59; o ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis com frequência 49; e o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis com frequência 43. Não foram identificados os ODS 1 - Erradicação da Pobreza, 14 - Vida na Água e 15 - Vida Terrestre.

**Gráfico 11- Diagrama de Sankey de coocorrência ESG-Social e ODS**

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Vale ressaltar que dentro da categoria ESG-Social, segundo a metodologia Refinitiv, que foi utilizada neste estudo, estão inseridos os tópicos de gestão de pessoas que comportam os trabalhadores, diversidade e inclusão, desenvolvimento de carreira e treinamento, condições de trabalho, saúde e segurança. Logo, o destaque dos ODS 8, com coeficiente de força 0,30, pode estar associado ao uso da metodologia Refinitiv.

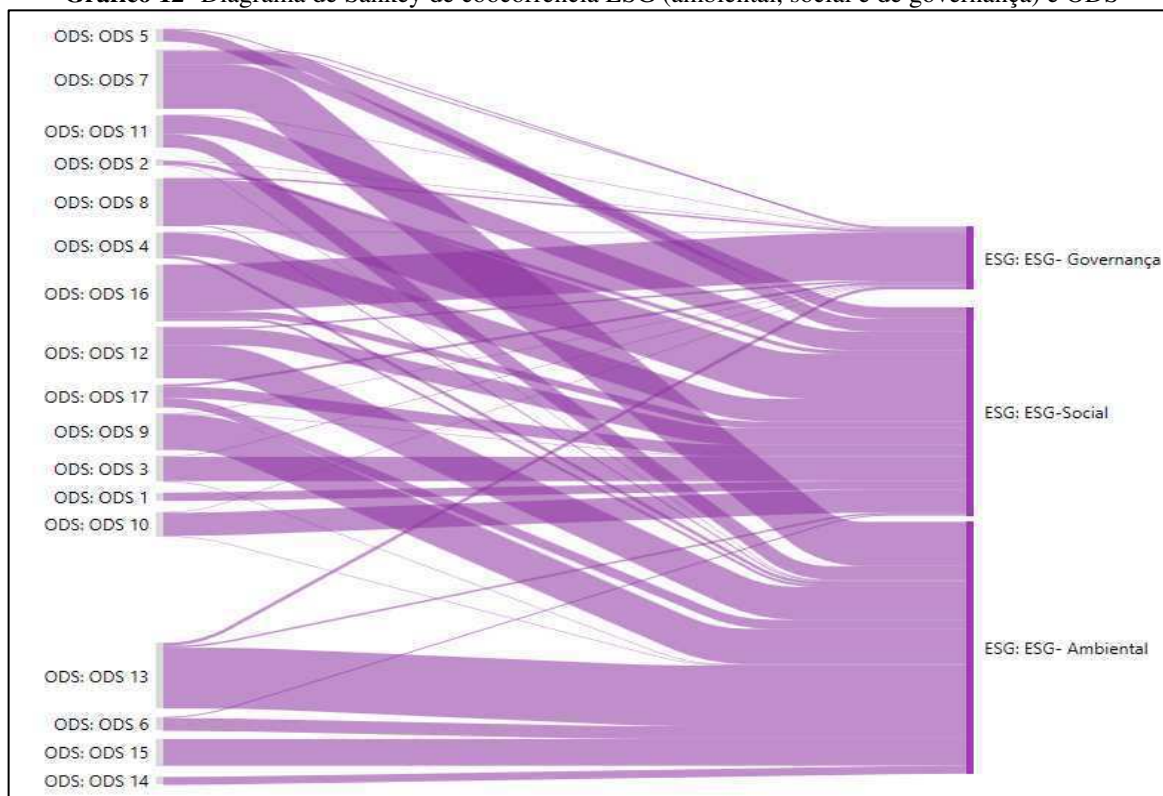
Nessa direção, o Gráfico 12 mostra um resumo das relações de força entre os grupos de códigos ESG e ODS, por meio do Diagrama de Sankey de coocorrência. O referido diagrama evidencia, por fluxos entre os códigos, as correlações entre os ESG (ambiental, social e de governança) e os 17 ODS.

Cabe evidenciar que este Gráfico 12 é a representação gráfica da Tabela 35 de coocorrência ESG e os ODS. Para cada célula da tabela que contém um valor, uma borda é exibida entre os nós do diagrama. A espessura das arestas assemelha-se aos valores das células da tabela. Células com valor 0 (zero) não são exibidas na visualização Sankey. As categorias (códigos) de linha e coluna da tabela são representadas no modelo Sankey como nós e arestas,



mostrando a força da coocorrência entre os pares de nós. Outro aspecto que merece destaque é que a largura é proporcional à quantidade representada.

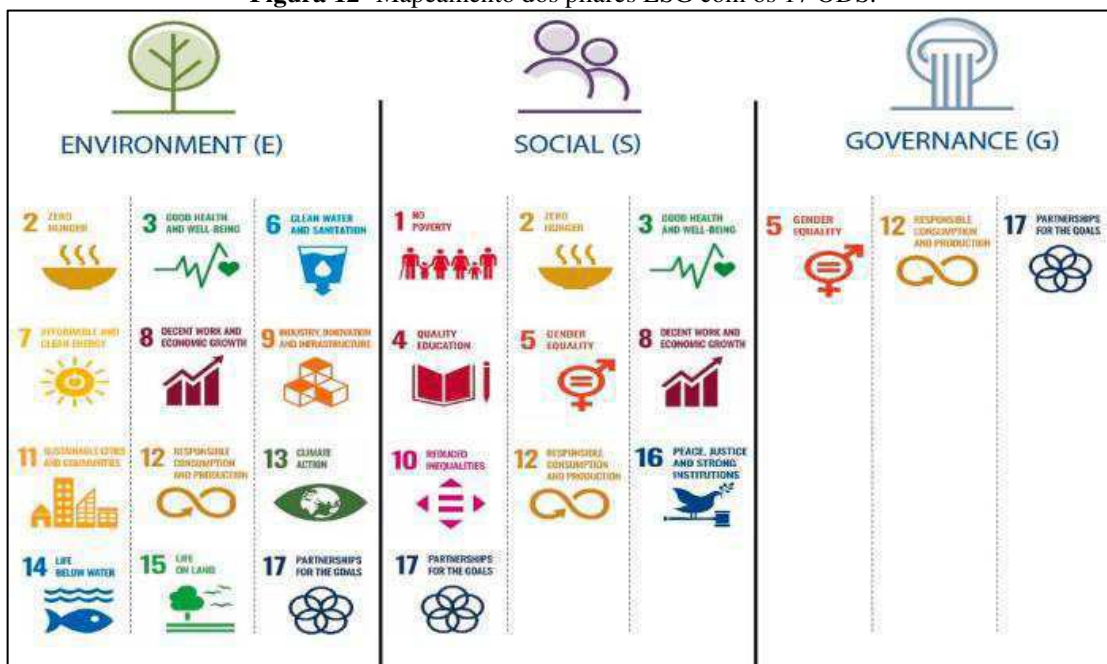
**Gráfico 12-** Diagrama de Sankey de coocorrência ESG (ambiental, social e de governança) e ODS



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Esses resultados foram divergentes dos achados da pesquisa de Khaled, Ali e Mohamed (2021), a qual desenvolveu uma estrutura de mapeamento dos ODS com as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), conforme Figura 12.

Figura 12- Mapeamento dos pilares ESG com os 17 ODS.



Fonte: Elaborado por Khaled, Ali e Mohamed (2021).

Em relação ao ESG - ambiental, não foram identificados na pesquisa de Khaled, Ali e Mohamed (2021) os ODS 4, 10, 15 e 16. No ESG- Social, não foram evidenciados os ODS 6, 7, 8, 9, 11 e 13. Por fim, no ESG - Governança, não foram identificados os ODS 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 13 e 16. Contudo, é imprescindível relatar que o estudo de Khaled, Ali e Mohamed (2021) foi de caráter quantitativo e a sua amostra inclui todas as empresas listadas no *Emerging Markets Index* (MSCI), durante o período (2002–2018). Tendo uma amostra final de 1.105 empresas em 25 mercados emergentes, utilizando os Score ESG.

No entanto, Berenberg (2018), banco de investimento multinacional com sede em Hamburgo, na Alemanha, realizou uma pesquisa, também, relacionando os ODS com os fatores ESG (ambiental, social e Governança). O estudo buscou analisar a integração dos ODS às práticas ESG, pois os ODS representam uma oportunidade para criar uma estrutura para selecionar, monitorar e medir investimentos, com base em seu impacto na sociedade e no meio ambiente.

**Figura 13-** Mapeamento dos ODS nos três fatores ESG

Fonte: Elaborado por Berenberg (2018).

Na pesquisa de Berenberg (2018), identifica-se mais similaridades com o estudo qualitativo realizado com as empresas Cemig, Copel, CPFL, destacando que as empresas pesquisadas são do setor elétrico brasileiro. Por isso, verifica-se que os ODS 7 constam nos três fatores ESG, conforme mostrado na Tabela 35. Cabe destacar, também, que a pesquisa é qualitativa e se propõe a realizar uma investigação mais aprofundada das empresas objetos do estudo. Diferentemente do estudo de Berenberg (2018), o qual buscou mapear os ODS por fatores ESG de forma geral, sem considerar as especificidades, como segmento de mercado, setor de atuação, entre outros.

Nesse sentido, é importante ressaltar que esta fase dos resultados é qualitativa e representa uma mostra de três empresas do setor elétrico com análise de relatórios de sustentabilidade ou Relato Integrado. Logo, não é possível fazer comparações e associações entre os dois estudos, porém é importante trazer, para a discussão, o estudo de Khaled, Ali e Mohamed (2021) e de Berenberg (2018), por causa da relevância e da emergência que o tema suscita e da escassez de estudos, nessa temática, que contemple todos os 17 ODS com o ESG.

#### 4.2.2.2 Análise das coocorências entre ESG e os Capitais não financeiros

A Tabela 36 apresenta as coocorências entre os capitais não financeiros (humano, intelectual, natural e social e de relacionamento) e o ESG (ambiental, social e de governança). Em relação ao ESG ambiental e o capital natural, é possível verificar uma frequência de 431

com um coeficiente de 0,82, ou seja, uma grande relação de força entre essas duas categorias. Esses resultados empíricos só reforçam essa interação e inter-relação que existem, pois são categorias similares.

**Tabela 36** - Coocorrência ESG e os Capitais não financeiros

Capitais não financeiros -CNF	ESG Ambiental		ESG Governança		ESG Social	
	frequência	coeficiente	frequência	coeficiente	frequência	coeficiente
CNF- Humano	5	0,01	18	0,04	140	0,32
CNF-Intelectual	60	0,11	0	0,00	1	0,00
CNF-Natural	431	0,82	12	0,02	10	0,01
CNF-Social e de relacionamento	20	0,02	92	0,22	176	0,37
<b>Total</b>	516		122		327	

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Nos resultados do ESG ambiental e o capital natural, verifica-se também a interação com o capital intelectual, apresentando frequência 60. Isto acontece porque, dentro da categoria ESG ambiental, está contemplado à parte de inovação, pesquisa e desenvolvimento (P&D), entre outros aspectos que estão contidos no capital intelectual.

A estrutura do Diagrama de Sankey, no Gráfico 13, permite observar e visualizar melhor as relações criadas entre ESG e os capitais não financeiros. Na coluna da esquerda, estão os capitais não financeiros social e de relacionamento, natural, humano e intelectual, recebendo vínculo de origem (nó) com a cor rosa que representa a categoria capitais não financeiros - CNF e, na coluna da direita, estão os ESG (ambiental, social e de governança).

**Gráfico 13-** Diagrama de Sankey de coocorrência ESG e os Capitais não financeiros



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A partir do diagrama, nota-se que o ESG – governança está, diretamente, relacionado ao capital social e de relacionamento. Nesta categoria ESG – governança, estão inseridos os aspectos relacionados à estrutura da governança corporativa (independência, diversidade, comitês), direitos dos acionistas, mas também estão contempladas as estratégias RSC, bem como os relatórios e transparência.

Já o ESG-Social está correlacionado aos capitais humano com frequência 140, e social e de relacionamento com 176 de frequência e coeficiente de 0,37. Isto acontece porque o ESG-Social considera dimensões direcionadas ao capital humano, como trabalhadores, diversidade e inclusão, desenvolvimento de carreira e treinamento, condições de trabalho, saúde e segurança. Quanto ao capital social e de relacionamento, estão introduzidos, no ESG social, temas, como comunidade e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes, direitos humanos, responsabilidade pelo produto, marketing responsável, qualidade do produto, dados privados.

#### 4.2.2.3 Análise das coocorrências entre Capitais não financeiros e os ODS

A Tabela 37 traz os resultados da relação entre os capitais não financeiros e os ODS. Para o capital humano, identifica-se que os ODS 8 obtiveram a maior frequência (167) com coeficiente 0,55. Esse resultado, de forma geral, está alinhado aos estudos de Bebbington e Unerman (2020); Izzo, Ciaburri e Tiscini, (2020); Tsalis et al., (2020); Yu et al., (2020); Heras-Saizarbitoria, Urbietta e Boiral (2022); Nicolò et al. (2023); e Hamad et al. (2023). Nesses estudos, os ODS 8 foram enfatizados como os ODS mais destacados nos relatórios pesquisados por estes autores. Contudo, não foram identificados, até o presente momento, estudos que relacionassem, especificamente, os ODS aos capitais não financeiros, de forma individual. Dessa forma, eles trazem uma contribuição às pesquisas na temática de capitais não financeiros e os ODS.

**Tabela 37-** Coocorrência Capitais não financeiros e os ODS

ODS	CNF- Humano		CNF-Intelectual		CNF-Natural		CNF-Social e de Relacionamento	
	frequência	coeficiente	frequência	coeficiente	frequência	coeficiente	frequência	coeficiente
ODS 1	0	0,00	0	0,00	0	0,00	22	0,06
ODS 2	2	0,01	0	0,00	0	0,00	9	0,03
ODS 3	<b>56</b>	0,18	0	0,00	1	0,00	35	0,09
ODS 4	43	0,14	4	0,02	4	0,01	<b>47</b>	0,12
ODS 5	<b>45</b>	0,17	0	0,00	1	0,00	2	0,01
ODS 6	0	0,00	0	0,00	33	0,07	3	0,01
ODS 7	8	0,02	37	0,13	<b>99</b>	0,18	<b>48</b>	0,10
ODS 8	<b>167</b>	0,55	3	0,01	2	0,00	31	0,06
ODS 9	2	0,00	<b>100</b>	0,58	36	0,06	14	0,03
ODS 10	45	0,15	0	0,00	0	0,00	32	0,08
ODS 11	3	0,01	7	0,03	30	0,06	<b>64</b>	0,17

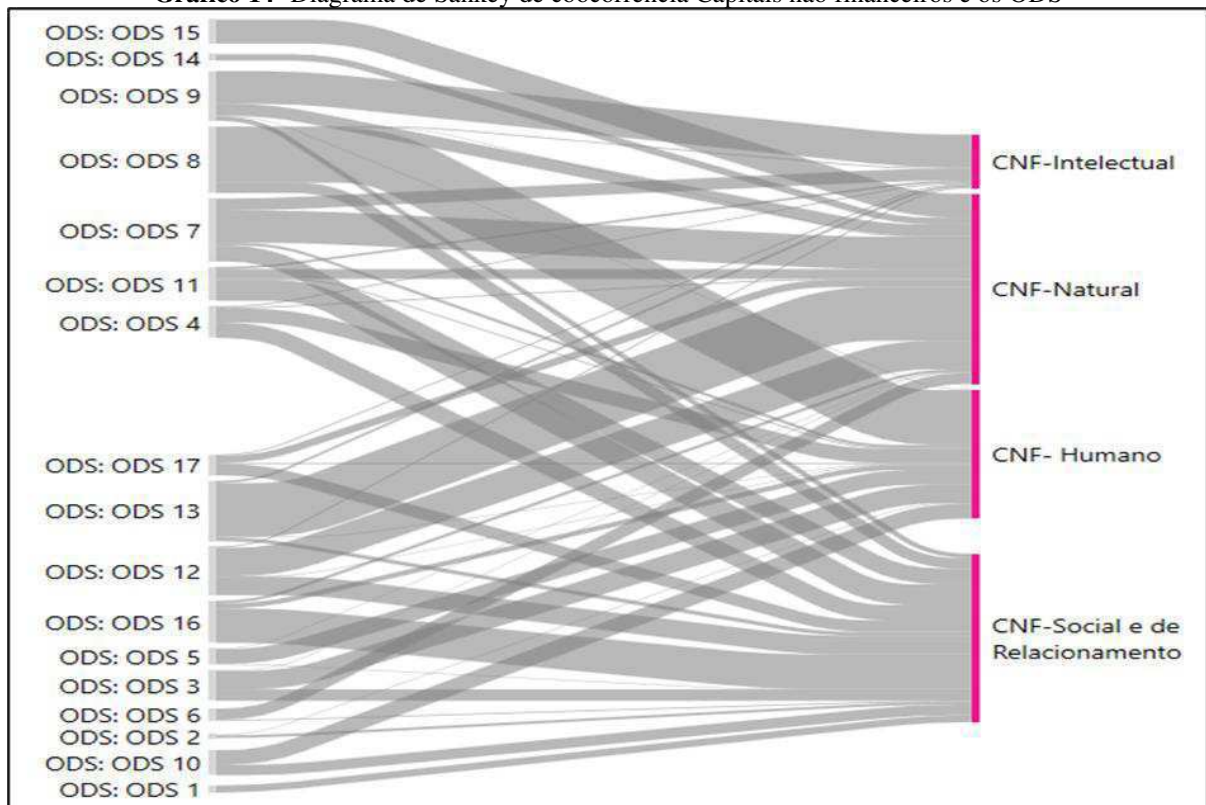
ODS 12	2	0,00	3	0,01	87	0,17	<b>56</b>	0,13
ODS 13	2	0,00	6	0,02	<b>164</b>	0,35	12	0,02
ODS 14	0	0,00	0	0,00	20	0,04	0	0,00
ODS 15	0	0,00	0	0,00	<b>74</b>	0,16	0	0,00
ODS 16	15	0,04	0	0,00	8	0,01	<b>105</b>	0,27
ODS 17	4	0,01	4	0,02	22	0,04	<b>35</b>	0,09
<b>Total</b>	394		164		581		515	

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023)

Cabe sublinhar, que essa ênfase do ODS 8 no capital humano está direcionada ao objetivo proposto pelo ODS 8 que é promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. Observa-se que no ODS 8 está inserido o emprego pleno e trabalho decente para todos. Tendo como metas específicas as metas: 8.3- promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros, e a meta 8.5- até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

Logo, identifica-se uma relação direta entre o ODS 8 e o capital humano, da mesma forma com o ODS 3 - Saúde e Bem-estar e o ODS 5 - Igualdade de Gênero. Como a utilização dos ODS, por parte das organizações, ainda é relativamente recente no modelo de negócio, elas os introduzem nas suas estratégias e ações que, na sua visão, são de fácil implementação. Assim, são implementados os ODS que possuem vínculo direto com as atividades principais dessas organizações.

O diagrama de sankey, no Gráfico 14, traz destacado, de forma mais clara, a interatividade das conexões dos capitais não financeiros (humano, intelectual, natural e social e de relacionamento) com os 17 ODS. Como pode-se observar, o capital intelectual possui relação de força direta com o ODS 9 com frequência 100 e coeficiente 0,58. Isso pode estar associado a esses ODS, ter como objetivo construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Em outras palavras, está conectado ao negócio e à cultura empresarial, aos intangíveis organizacionais, baseados em conhecimento, pesquisa e desenvolvimento, possibilidade de construção de propriedade intelectual, entre outros.

**Gráfico 14-** Diagrama de Sankey de coocorrência Capitais não financeiros e os ODS

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

No que tange ao capital natural, é possível identificar que os ODS mais correlacionados são os ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima com frequência 164 e coeficiente 0,35, seguido pelos ODS 7 - Energia Acessível e Limpa e ODS 15 - Vida Terrestre, respectivamente, apresentando frequências 99 e 74. Esses resultados estão alinhados aos achados de Hamad *et al.* (2023), os quais identificaram que 42% das empresas pesquisadas, na Malásia, divulgavam os ODS 13 nos seus relatórios. Contudo, a pesquisa de Hamad *et al.* (2023) não relacionou os ODS 13 com o capital natural.

No que se refere ao capital social e de relacionamento, os ODS 16 foram os que tiveram mais coocorrência com frequência 105, também tiveram destaque os ODS 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12 - Consumo e Produção Sustentáveis, 7- Energia Acessível e Limpa, 4 - Educação de Qualidade e 17 - Parcerias e Meios de Implementação. De modo geral, o capital social e de relacionamento está direcionado para a relação da organização dentro e entre comunidades, com os *stakeholders*, normas, valores, reputação e comportamentos, licença social para atuar.



### 4.2.3 Análise das coocorrências entre a Legitimidade (modelo de Suchman 1995) e ESG, ODS e Capitais não financeiros

Visando verificar a existência de coocorrência entre os capitais não financeiros, ODS, ESG e as categorias de Legitimidade do modelo de Suchman (1995) nos relatórios de sustentabilidade das empresas Cemig, Copel e CPFL, a tabela 38 demonstra essa correlação. Quando analisa-se a categoria pragmática é possível identificar a predominância da estratégia pragmática- ganhar legitimidade apresentando maior frequência tanto nos Capitais não financeiros (273) quanto no ESG (254) e nos ODS (268), sinalizando que as empresas estudadas estão preocupadas em melhorar a percepção imediata que a sociedade tem sobre elas no tocante aos aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental, social e de governança.

**Tabela 38- Coocorrências entre Legitimidade, CNF, ESG e ODS**

Categorias de Legitimidade	CNF		ESG		ODS	
	frequência	coeficiente	frequência	coeficiente	frequência	coeficiente
<b>Pragmática- Ganhar Legitimidade</b>	<b>273</b>	0,24	<b>254</b>	0,25	<b>268</b>	0,23
<b>Pragmática- Manter Legitimidade</b>	34	0,03	32	0,03	29	0,03
<b>Moral-Ganhar Legitimidade</b>	<b>168</b>	0,15	<b>135</b>	0,13	<b>179</b>	0,16
<b>Moral- Manter Legitimidade</b>	52	0,05	42	0,04	42	0,04
<b>Moral- Recuperar Legitimidade</b>	2	0,00	2	0,00	1	0,00
<b>Cognitiva - Ganhar Legitimidade</b>	<b>85</b>	0,08	<b>57</b>	0,06	<b>78</b>	0,07
<b>Cognitiva- Manter Legitimidade</b>	17	0,02	15	0,02	10	0,01
<b>Cognitiva- Recuperar Legitimidade</b>	2	0,00	3	0,00	2	0,00

**Legenda:** CNF- Capitais não financeiros

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Já, em relação à Legitimidade Moral, verifica-se que a estratégia ganhar legitimidade, também, exibe maior coocorrência entre os capitais não financeiros (168), os ODS (179) e ESG (135), sinalizando que as empresas avaliam seu comportamento ético na realização de suas atividades, em especial, ambientais e sociais, pois querem indicar sua contribuição para o bem-estar da sociedade.

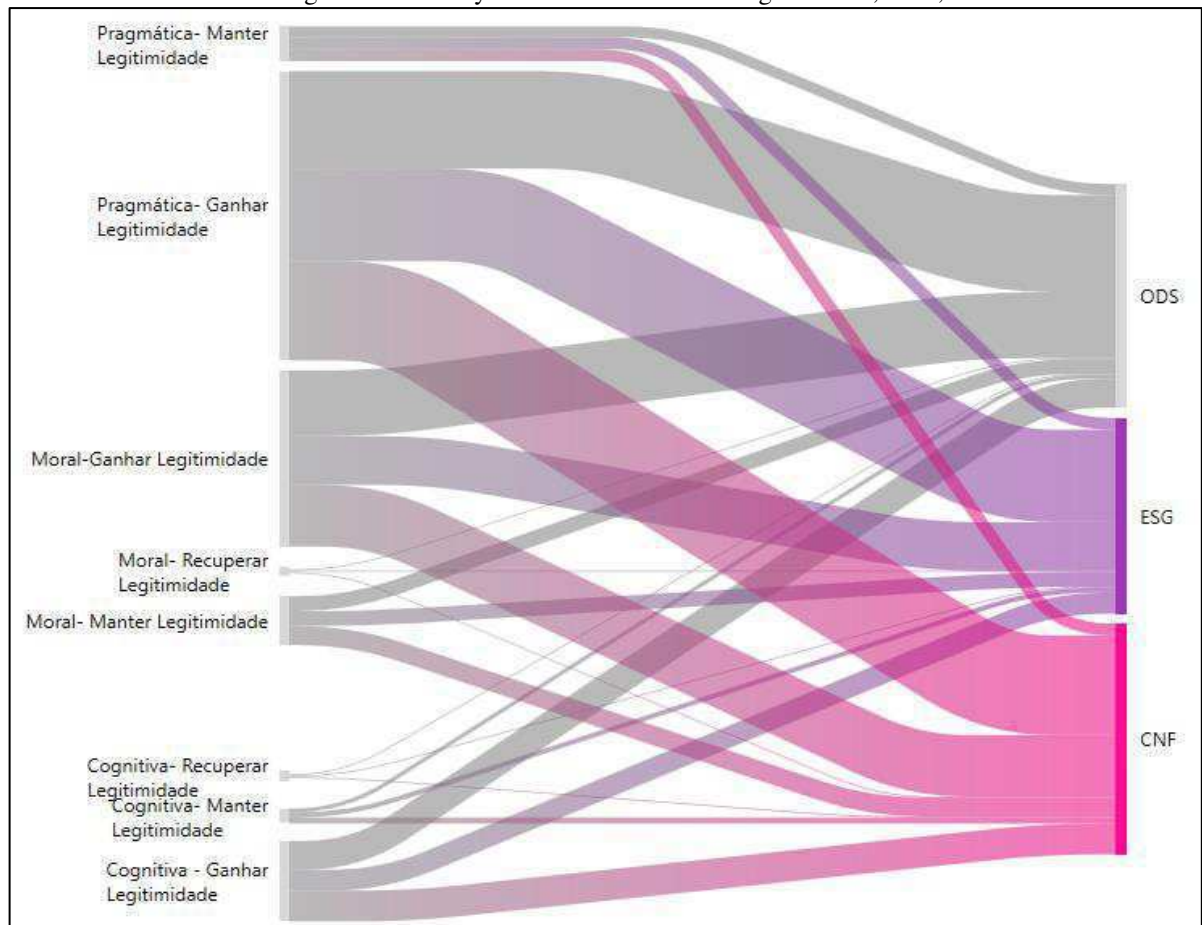
Na categoria de Legitimidade Cognitiva, destacou-se, igualmente, as demais categorias e a estratégia ganhar legitimidade. Com frequências 85, 57 e 78, respectivamente, evidenciou-se os capitais não financeiros, ESG e os ODS. Esse resultado aponta para a busca das empresas Cemig, Copel e CPFL por melhorar a percepção dos seus *stakeholders*, em relação às suas atividades; e para dar ênfase às práticas que comungam com os interesses da sociedade. Essas organizações divulgam sua estrutura organizacional e demonstram, por meio do seu



comportamento estratégico, como atuam institucionalmente, tanto em relação às suas atividades, normas e metas, quanto aos seus colaboradores.

O diagrama Sankey (Gráfico 15) exhibe a interatividade das relações criadas entre a Teoria da Legitimidade, por intermédio das categorias pragmática, cognitiva e moral, do modelo de Suchman (1995), com os capitais não financeiros, ESG e os ODS. A partir do diagrama, nota-se que existe uma interação entre os capitais não financeiros, ESG, os ODS e todas as categorias de legitimidade.

**Gráfico 15-** Diagrama de Sankey de coocorrência entre Legitimidade, CNF, ESG e ODS

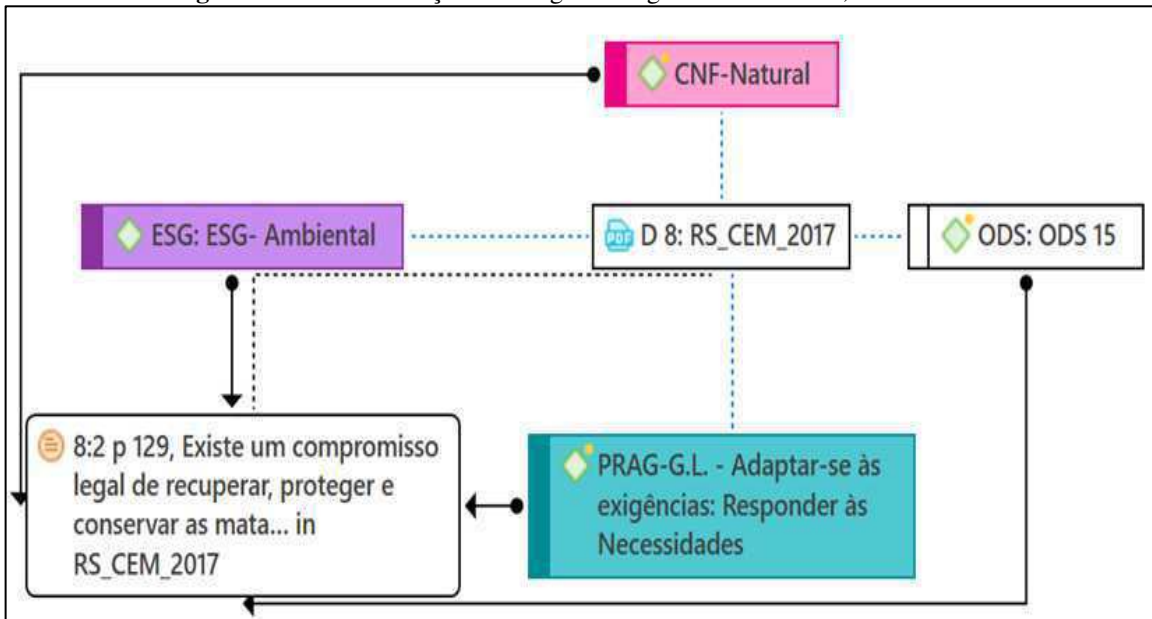


**Fonte:** Dados da Pesquisa (2023).

Nota-se, também, que uma mesma categoria pode ser usada para indicar relações com capitais não financeiros, ESG e os ODS ao mesmo tempo, porque estão correlacionadas.

Dessa maneira, apresenta-se uma rede de relações da categoria Pragmática – ganhar legitimidade (PRAG-G. L) que foi relacionada com os ODS 15 – vida terrestre, com o capital não financeiro natural e o ESG ambiental. Essa rede, na Figura 14, foi construída, a partir da codificação realizada no relatório de sustentabilidade da Cemig, no ano de 2017.

**Figura 14-** Rede de relação da categoria Pragmática com CNF, ESG e ODS

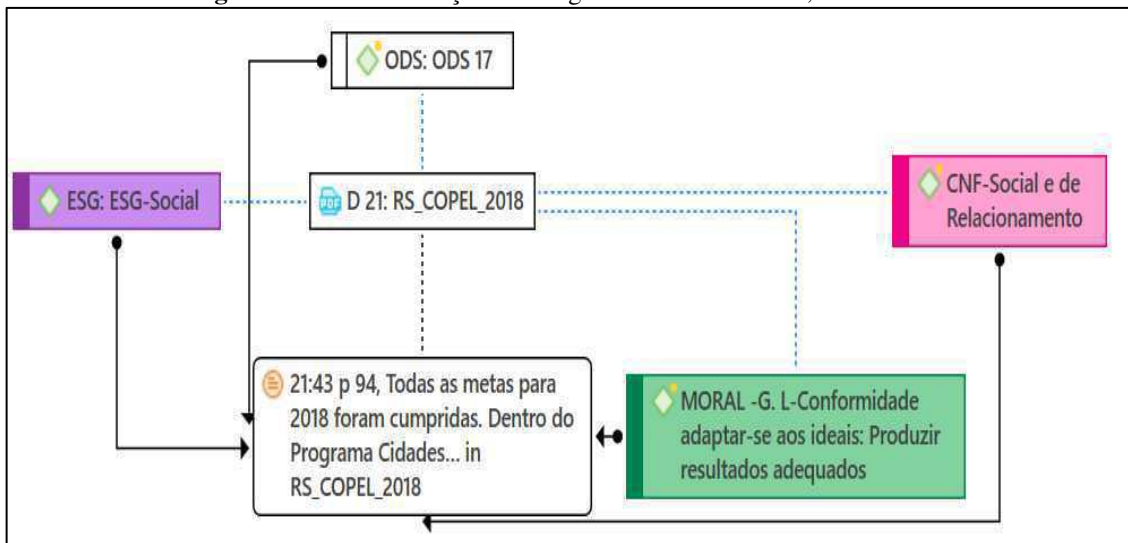


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A rede, na Figura 14, permite visualizar as relações e as interconexões existentes entre a Teoria da Legitimidade – categoria pragmática com o ESG, os ODS e os capitais não financeiros.

No tocante à categoria Moral, estratégia ganhar legitimidade, verifica-se, com base no relatório de sustentabilidade da Copel de 2018, a rede de relação da categoria Moral com CNF, ESG e ODS. Na Figura 15, nesta rede, pode ser observada a interação entre os ODS 17- Parcerias e meios de implementação com o ESG social e o capital social e de relacionamento.

**Figura 15-** Rede de relação da categoria Moral com CNF, ESG e ODS

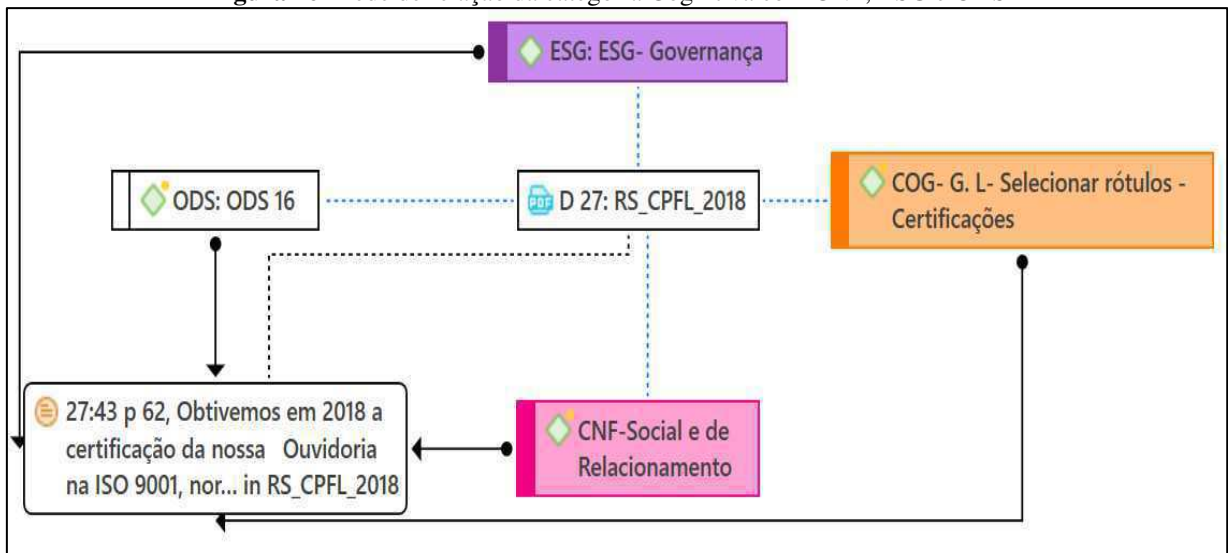


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na Figura 15, verifica-se que, tomando como base o Relatório de Sustentabilidade da organização pesquisada, o ESG está intimamente relacionado aos ODS; assim como aos capitais não financeiros que possuem uma perspectiva multicapital, visto que dizem respeito a práticas empresariais fundamentais, para o desenvolvimento sustentável da empresa como parte da sociedade.

Por fim, a rede da categoria Cognitiva, na Figura 16, é representada nas relações entre as categorias ESG governança, ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes e capital social e de relacionamento no relatório da CPFL de 2018.

**Figura 16-** Rede de relação da categoria Cognitiva com CNF, ESG e ODS



**Fonte:** Elaborado pela autora (2023).

Outro aspecto a ser abordado é o que os instrumentos, como os ODS e ESG, retroalimentam-se, na medida em que, ao se guiar pelos ODS, para construir uma estratégia ESG, a empresa se adequa a um modelo sustentável de produção e contribui para a implementação e concretização dos ODS, não só a partir das estratégias e ações, mas também ao influenciar positivamente seus *stakeholders*.

A partir da discussão da Teoria da Legitimidade, percebe-se que a principal conexão entre os ODS e o ESG está centrada na função social da organização, função esta estabelecida pelo contrato social firmado com a sociedade. Portanto, para que este contrato permaneça existindo, as organizações precisam exercer essa função social, a qual, atualmente, torna-se mais relevante. Assim, elas são, cada vez mais, cobradas em relação ao seu posicionamento, diante dos principais desafios globais de hoje.

Nesse sentido, embora sejam complementares, os ODS e os ESG são conceitos com origens distintas. Os ODS têm aplicação ampla, pois possuem uma amplitude global, por meio da Agenda 2030. Ela é um plano de ação para as pessoas, o planeta e o bem-estar econômico, social e ambiental, por isso está direcionada a toda a sociedade. Já o ESG refere-se às práticas adotadas, para que a organização se torne, socialmente, consciente e sustentável, colaborando para a preservação do meio ambiente, bem como para estratégias e ações que retratem, de forma positiva, a sociedade. Portanto, os aspectos ESG são focados no ambiente corporativo e são utilizados como instrumento para medir a sustentabilidade empresarial de um negócio.

## 5. CONCLUSÕES

O estudo objetivou analisar a contribuição dos ODS, ESG e os Capitais não financeiros (intelectual, humano, natural, social e de relacionamento) do *Integrated Reporting* contribuem para a Sustentabilidade das empresas com médio e alto potencial poluidorno período de 2016 a 2021.

Para atingir o objetivo proposto, foi realizada pesquisa exploratória e descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa (estudo de caráter misto) e pesquisa documental. Na análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo das evidenciações contidas nos relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados das 47 empresas, pertencentes à amostra, no período de 2016 a 2021, em duas fases.

Na primeira fase do estudo, pesquisa quantitativa, foi realizado o levantamento e composição dos índices de divulgação de capitais, índices de divulgação dos ODS e do Índice de Conformidade dos ODS, por meio da técnica *Machine Learning* de inteligência artificial, mediante a mineração dos dados textuais de todos os relatórios analisados, de acordo com as palavras chaves/relacionadas/checklist indicadas para o estudo com o uso *software R*.

Na segunda fase da pesquisa, estudo qualitativo, foi compreendida como as empresas utilizam a evidenciação ambiental, social e de governança, para gerenciar a legitimidade, baseada no modelo de Suchman (1995); bem como a existência de coocorrência entre os capitais não financeiros, ODS, ESG e as categorias de Legitimidade nos relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados das empresas Cemig, Copel e CPFL no período de 2016 a 2021.

### 5.1 CONTRIBUIÇÕES

Como contribuições encontradas neste trabalho, em relação a mensurar a divulgação dos indicadores de desempenho (KPIs) de cada Capital não financeiro das empresas pesquisadas, foi constatada que os indicadores do Capital Natural que tiveram maior divulgação de informações, tendo as empresas Petrobrás e Vale com as maiores divulgações. Esses resultados podem estar associados, diretamente, à atividade econômica exercida pela Petrobrás – setor de petróleo e gás e Vale - setor de mineração. Em outras palavras, são organizações ambientalmente sensíveis pela sua natureza poluidora, por isso necessitam relatar, cada vez mais, informações voluntárias, buscando legitimidade no mercado em que atuam e na sociedade em que estão inseridas.

No Capital Humano, as empresas Petrobrás (384,83), Ceg (362,67), Irani (322,50) e Natura (314,17), classificadas como alto potencial poluidor, foram as que apresentaram as maiores médias de evidenciação de informações sobre o Capital Humano. Nesse contexto, o indicador CH4 - Funcionários em aprendizagem eletrônica corporativa obteve maior número de citações; seguido pelo indicador CH2 - Diversidade, o qual abrange aspectos, como sexo, gênero, faixa etária, grau de instrução, etnia, religião, origem e raça.

Em relação ao Capital Social e de Relacionamento, os indicadores que alcançaram as maiores divulgações foram CS4 - Envolvimento em ações sociais, CS7- Provisão para projetos sociais e CS8 - Investimento social. Nesses indicadores, as empresas Petrobrás, Cemig e Energisa se destacam com as maiores médias de divulgação de informações sobre o Capital Social e de Relacionamento.

Por sua vez, os indicadores mais divulgados do Capital Intelectual foram, em primeiro lugar, o CI8 - Vendas geradas por produtos originados de P&D; e, em segundo lugar, o CI2 - Dinheiro gasto em Pesquisa e Desenvolvimento. Nessa perspectiva, observou-se que uma parcela das empresas estudadas centralizou gastos em projetos de pesquisa e desenvolvimento para retenção e remoção de carbono. Os resultados obtidos apontaram para uma evolução nas divulgações de todos os capitais ao longo dos anos. Entretanto, verificou-se um aumento da divulgação das informações e indicadores do Capital Natural, seguido pelo Capital Social e de Relacionamento. Este apresentou um nível de evidenciação elevado, ultrapassando, inclusive, o Capital Natural nos anos de 2016 e de 2020. A partir dos achados do estudo, constatou-se que o conceito de Capital Social e de Relacionamento, utilizado pelas organizações pesquisadas, está associado à capacidade de compartilhar, relacionar-se e colaborar com seus grupos de interesse, favorecendo o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade. Dessa forma, objetivou-se promover relações de confiança com os *stakeholders*, pretendendo impactar, de forma positiva, a gestão da marca e da reputação organizacional.

No que tange ao índice de divulgação de indicadores-chave por tipo de Capital não financeiro e os níveis de aderências das empresas pesquisadas aos indicadores-chave de desempenho dos capitais não financeiros, os achados do índice médio de divulgação identificaram que todas estavam enquadradas no Nível 1 (um) de aderência aos índices de 0,76 a 1,0. Isso demonstrou que as empresas possuíam um alto nível de aderência às informações divulgadas. Isto é, elas divulgam, de forma voluntária, nos seus relatórios de sustentabilidade, um conjunto de informações não financeiras, em especial as relacionadas ao Capital Natural,

Humano, Intelectual, Social e de Relacionamento, aspirando demonstrar legitimidade social, perante os *stakeholders*. Esta legitimidade está relacionada à reputação organizacional e estas organizações buscam assumir um comportamento socioambiental responsável.

Os resultados encontrados, neste estudo, são semelhantes aos achados descobertos no estudo de Diniz (2020), também, corroborados pela pesquisa de Tunico (2017). Entretanto, diferenciam-se dos achados da pesquisa de Castro (2015), em que os índices médios de divulgação dos Capitais não financeiros variaram, de acordo com o respectivo capital.

Cabe ressaltar que a Cemig foi a empresa que apresentou o maior Índice de Divulgação do Capital Total - IDCT 1 (um), ou seja, atingiu a nota máxima em todos os capitais não financeiros, seguida pela Copel com IDCT 0,9852941, ambas pertencentes ao setor elétrico. Outro aspecto apontado, nesta pesquisa, foi a diferença estatística entre a categorização de alto potencial poluidor (Tabela 13) e médio potencial poluidor (Tabela 14). Quando se comparou as médias, identificou-se que as médias das organizações classificadas como médio potencial poluidor são superiores em todos os capitais, demonstrando um nível de divulgação de informações, direcionadas aos capitais não financeiros mais elevados. Destaca-se, ainda, por meio dos resultados, que o setor elétrico é o que mais divulga informações dos capitais não financeiros nos relatórios pesquisados.

Como contribuição ao estudo dos níveis de divulgação das informações não financeiras, realizado, a partir das evidências empíricas desta tese, é proposta uma reestruturação para o nível de aderência 1, contendo subdivisões dos índices de 0,76 a 1,0. As subdivisões são de 0,76 a 0,94 – adequada; de 0,95 a 0,98 – justa; e de 0,99 a 1,00 - completa, conforme descrito na Tabela 18. Ressaltando que essa proposta de reestruturação dos níveis de aderência dos KPIs do Nível 1, com classificação de alta aderência, está direcionada às empresas que são classificadas como médio e alto potencial poluidor.

Quanto as possíveis associações existentes entre os índices de divulgações de Capitais não financeiros, com a classificação de potencial poluidor (anexo da Lei 10.165/2000 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente) das empresas pesquisadas, os resultados, provenientes dos testes de *Kruskal-Wallis* e de *Mann-Whitney*, constataram que não houve mudanças significativas nas médias das amostras analisadas dos índices, considerando um nível de significância de 5%. Logo, o resultado indica que não existem diferenças nos níveis de divulgação das informações sobre os Capitais não financeiros, em relação à classificação das organizações médio ou alto potencial poluidor. Contrariamente, identificou-se que as

organizações com melhores níveis de divulgações foram as empresas classificadas com médio potencial poluidor, especialmente as enquadradas no setor elétrico, que é um setor altamente regulado.

Também, foi observado que a existência de diferenças significativas entre os índices de capitais não financeiros e o nível de aderência (Tabela 18), propostos nesta pesquisa, fundamentados no teste de média de *Kruskal-Wallis*, os achados encontrados (Tabela 20) demonstraram que, para todos os índices de capitais não financeiros, houve mudanças significativas nas médias dos quartis (1, 3 e 4) do nível de aderência analisado. Portanto, esse achado propõe que as subdivisões no nível de aderência 1, com as categorias criadas, podem ter ligação com as variações nas médias, afetando a forma como as empresas estudadas divulgam informações sobre os capitais não financeiros.

Consequentemente, esses resultados validam a escala elaborada para o Nível 1 de alta aderência, demonstrando que, para as organizações que são objeto deste estudo e, talvez, para outras potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, a escala apresentada está mais adequada para medir o nível de aderência das informações não financeiras nos relatórios de sustentabilidade de empresas classificadas como médio e alto potencial poluidor.

No que se refere ao objetivo avaliar o nível de conformidade dos ODS das empresas, baseado nos princípios de divulgação de ODS de Adams, Druckman e Picot (2020), constatou-se que o índice médio de conformidade dos ODS, no período pesquisado, foi de 0,51 (51%). Ressalta-se, ainda, que houve uma evolução crescente no índice no período analisado de 0,17, em 2016, a 0,81 em 2021, com destaque para as empresas Engie Brasil, Enel e Natura com índice 1,0. Isto significa que as referidas empresas receberam o valor máximo em todos os parâmetros estabelecidos.

Os resultados, desta pesquisa, obtiveram um índice médio de conformidade dos ODS superior aos achados do estudo de Izzo, Strologo e Granà (2020), os quais foram de 38% para as empresas analisadas. Entretanto, é importante destacar que esse estudo utilizou relatórios integrados de 2018 com 134 empresas de diversos setores da Europa, assim como utilizou, apenas, cinco dos oito princípios de divulgação dos ODS, propostos por Adams, Druckman e Picot (2020).

Portanto, esta tese, também, apresenta como contribuição uma pesquisa mais ampla, pois utilizou os oito princípios de divulgação dos ODS do modelo de Adams, Druckman e Picot (2020) com uma amostra qualificada, na medida em que contempla empresas classificadas com



médio e alto potencial poluidor. Dessa forma, esses resultados mais elevados no nível de conformidade dos ODS podem estar relacionados à classificação dessas empresas como potencialmente poluidoras. Isso sinaliza uma preocupação dessas organizações em atender aos seus stakeholders e ao contrato social firmado com a sociedade em que está inserida, buscando um nível maior de evidenciação de informações sobre ODS nos seus relatórios.

Esta tese, também, contribui com as práticas ESG, ao identificar como as empresas, objeto do estudo, estão posicionadas nas métricas ESG, por meio do ESG Score no período de 2016 a 2021. Os resultados demonstraram que as empresas BRF, Copel Eletrobrás, Engie Brasil, JBS, Petrobrás, Santos Brasil, Suzano e Vale foram as que tiveram melhores score ESG. Quando se analisa o ESG Score, em relação à classificação por potencial poluidor, as empresas BRF, Copel, Eletrobrás, Engie Brasil e JBS, classificadas como médio potencial, tiveram desempenho, no ESG score congêneres, as organizações com alto potencial poluidor, como a Petrobrás, Santos Brasil e Suzano. No que se refere ao nível de governança das empresas listadas na B3, identificou-se que as organizações que apresentaram ESG score estão inseridas nos níveis 1 e 2 de Governança Corporativa e Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

Ao finalizar as contribuições da primeira fase de análise desta tese, pode-se evidenciar que, em relação aos capitais não financeiros, constatou-se que os capitais mais relevantes, em termos de divulgação, foram os capitais natural e social e de relacionamento tanto no resultado geral, quanto na classificação de médio e alto potencial poluidor. Esses resultados demonstraram que as organizações estão direcionadas ao atendimento das demandas mais atuais da sociedade e do mercado. Elas buscam destacar uma gestão ambiental adequada dos recursos e dos serviços ecossistêmicos, bem como enfatizam em seus relatórios a preocupação com as mudanças climáticas e redução das emissões de gases de efeito estufa. No que tange ao Capital social e de relacionamento, estão focadas em demonstrar sua capacidade para relacionar-se e colaborar com seus stakeholders, buscando proporcionar o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades.

Quanto aos ODS, observou-se que a divulgação das informações sobre eles, ainda, está em processo de consolidação, constatando, nos relatórios pesquisados, uma condição incipiente de divulgação. Em relação ao ESG *Score*, constatou-se que as organizações classificadas como alto potencial poluidor tiveram o melhor score (59,102) em comparação com o médio potencial poluidor (57,986) e com o resultado geral (58,374). Esses achados podem estar associados à necessidade que essas organizações possuem de divulgar um conjunto de informações

ambientais, sociais e de governança corporativa bem mais amplo, buscando a legitimidade social e ambiental para continuarem operando junto à sociedade, bem como consolidando o contrato social firmado.

Portanto, a partir da análise dos resultados desta tese, é possível concluir que as organizações pesquisadas utilizam os capitais não financeiros, os objetivos de desenvolvimento sustentável e as práticas ESG como instrumentos de validação, perante a sociedade e o mercado financeiro. Logo, fazem uso destes instrumentos na perspectiva da Teoria da Legitimidade, visando legitimar suas operações e atividades comerciais, mantendo sua imagem e reputação.

Já, na segunda fase da pesquisa, buscou-se compreender como as empresas Cemig, Copel e CPFL utilizam a evidenciação ambiental, social e de governança, para gerenciar a legitimidade baseada no modelo de Suchman (1995). Outro objetivo proposto foi verificar a existência de coocorrência entre os capitais não financeiros, ODS, ESG e as categorias de Legitimidade desse modelo nos relatórios de sustentabilidade pesquisados.

No que concerne ao objetivo de compreender como as empresas Cemig, Copel e CPFL usam a evidenciação ambiental, social e de governança, no intuito de gerenciar a legitimidade baseada no modelo de Suchman (1995), foi constatado que entre as três categorias de legitimidade evidenciadas pelas empresas pesquisadas, no período de 2016 a 2021, a categoria Pragmática foi a mais evidenciada com 48,87% das citações; com destaque para a subcategoria ganhar legitimidade que obteve uma frequência de 310 evidenciações, perfazendo 43,78% do total. A categoria Moral obteve 34,89% dos itens divulgados por essas organizações. E, por fim, a categoria Cognitiva apresentou 16,24% das evidenciações. Esses resultados demonstram que as empresas estão focadas na percepção dos stakeholders sobre suas atividades e, com essa visão, buscam atender às necessidades e expectativas do seu público-alvo, pretendendo ganhar de legitimidade.

Tais resultados são correlatos aos estudos de Fank e Beuren (2010); Farias *et al.* (2014); Farias, Andrade e Gomes (2017); e Machado (2014), pois identificaram a preponderância da categoria Pragmática. Quando se analisa de forma conjunta os resultados, é possível concluir que as organizações pesquisadas buscam por legitimidade organizacional nos seus relatórios de sustentabilidade, visto que procuram melhorar a compreensão dos seus stakeholders, acerca das suas atividades, dando ênfase às práticas gerenciais que, na visão da empresa, comungam com os interesses da sociedade.

Com referência ao objetivo de verificar a existência de coocorrência entre os capitais não financeiros, ODS, ESG e as categorias de Legitimidade do modelo de Suchman (1995) nos relatórios de sustentabilidade das empresas Cemig, Copel e CPFL, os resultados demonstraram o predomínio da categoria Pragmática - ganhar legitimidade com maior frequência nos Capitais não financeiros (273), seguida pelos ODS (268) e, por fim, no ESG (254). Esses achados denotam que as organizações pesquisadas estão direcionadas para melhorar a percepção imediata que a sociedade tem sobre elas, no que tange aos aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental, social e de governança.

No que diz respeito à Legitimidade Moral, observa-se que a estratégia ganhar legitimidade, também, apresenta maior coocorrência entre os capitais não financeiros (168), ODS (179) e ESG (135), evidenciando que as organizações avaliam seu comportamento ético na execução de suas atividades, especialmente, ambientais e sociais, pois buscam sinalizar sua contribuição para o bem-estar da sociedade.

No que corresponde à categoria de Legitimidade Cognitiva, verificou-se o mesmo comportamento das demais categorias, a estratégia ganhar legitimidade obteve as frequências 85, 57 e 78, respectivamente, para os capitais não financeiros, ESG e os ODS. Esses achados indicam que as organizações, objeto desta etapa do estudo, visam melhorar a percepção dos seus *stakeholders*, em relação às suas atividades, dando destaque às práticas que comungam com os interesses da sociedade, demonstrando, por meio das atividades, normas e metas, seu comportamento estratégico e como atuam institucionalmente.

## 5.2 LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Algumas limitações podem ser imputadas ao estudo em decorrência da estratégia de pesquisa adotada. Entre elas, estão: (1) o período analisado que compreendeu do ano de 2016 a 2021, pois o ano inicial foi considerado, a partir do ano posterior à implementação dos ODS, setembro de 2015. Já o período final de 2021 estava atrelado à previsão de término da tese, o qual, inicialmente, tinha previsão para dezembro de 2022. Ressaltando que os relatórios de sustentabilidade ou relato integrado, por serem voluntários, normalmente são apresentados no primeiro semestre (abril a junho) do ano subsequente. Entretanto, em virtude de implicações vividas em decorrência da pandemia da COVID-19, aconteceram atrasos no cronograma de pesquisa e, diante dos prazos estabelecidos pelo Programa de Pós-Graduação, não foi possível utilizar a base de relatórios de sustentabilidade ou Relato Integrado de 2022; (2) algumas

empresas como Embraer, Cia Hering, Brasil agro ficaram fora da amostra, porque não possuíam todos os relatórios para o período analisado; e (3) a escolha de empresas classificadas como médio e alto potencial poluidor, segundo o anexo da Lei 10.165/2000, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, dentre as empresas listadas na B3.

Com relação às recomendações para estudos futuros, sugere-se utilizar uma amostra mais ampla de empresas e setores, no intuito de ampliar esta pesquisa para todas as empresas listadas na B3. Dessa forma, será possível obter um panorama mais amplo, acerca dos resultados envolvendo a relação do nível de divulgação dos capitais não financeiros, ODS e ESG. Nessa perspectiva, recomenda-se, também, comparar e correlacionar as estratégias de legitimidade, utilizadas por cada setor da B3, com os capitais não financeiros, ODS e ESG.

Enfim, vários outros estudos podem ser realizados com a chegada das Normas Internacionais de Divulgação de Sustentabilidade, as quais serão definidas pelo ISSB, com previsão de elaboração e divulgação obrigatória por parte das empresas a partir de 2024.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, A. C. S. et al. Governança corporativa na estrutura conceitual do relato integrado: Divulgações das empresas brasileiras participantes do projeto piloto. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 6, n. 2, p. 31-49, 2016.
- ABHAYAWANSA, S.; ADAMS, C. Towards a conceptual framework for non-financial reporting inclusive of pandemic and climate risk reporting. **Meditari Accountancy Research**, 2021.
- ABHAYAWANSA, S.; TYAGI, S. Sustainable Investing: The Black Box of Environmental, Social and Governance (ESG) Ratings. **SSRN Electronic Journal**, p. 1–8, 2021
- ABHAYAWANSA, S. Swimming against the tide: back to single materiality for sustainability reporting. **SUSTAINABILITY ACCOUNTING MANAGEMENT AND POLICY JOURNAL**, v. 13, n. 6, p. 1361–1385, 2022.
- ADAMS, C. A. et al. The double-materiality concept Application and issues. **Global Reporting Initiative (GRI)**, v. 44, n. June, p. 11, 2021.
- ADAMS, C. A. The international integrated reporting council: a call to action. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 27, p. 23-28, 2015.
- ADAMS, C. A. Sustainability reporting and performance management in universities: Challenges and benefits. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 4, n. 3, p. 384–392, 2013.
- ADAMS, C. A. Conceptualising the contemporary corporate value creation process. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 30, n. 4, p. 1–32, 2017a.
- ADAMS, C. A. The Sustainable Development Goals, integrated thinking and the integrated report. **IIRC and ICAS**, p. 1–52, 2017b
- ADAMS, C. A.; DRUCKMAN, P. B.; PICOT, R. C. Sustainable Development Goals Disclosure (SDGD) Recommendations. **ACCA, Chartered Accountants ANZ, ICAS, IFAC, IIRC and WBA**, p. 1–12, 2020.
- AGRESTI, A; FINLAY, B. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. Tradução: Lori Viali. 4.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- AKIMOVA, L. M. et al. Formation of the System of Financial-Information Support of Environmentally-Oriented Management of the Enterprise. **Financial and credit activity: problems of theory and practice**, v. 1, n. 32, p. 434–443, 2020.
- ALVES, N. J. F. et al. Relato Integrado e o formato da informação financeira para evidenciar a criação de valor das empresas do Programa Piloto. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 3, p. 99-122, 2017.

ALVES, N. J. F.; KASSAI, J. R.; LUCAS, E.C. Evidências de Criação de Valor nos Relatos Integrados das Empresas do Programa Piloto no Brasil. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, 2017.

ALBUQUERQUE, J. R. et al. Influência da divulgação do relato integrado nos indicadores econômico-financeiros: uma análise comparativa do desempenho de empresas participantes e não participantes do Projeto Piloto do IIRC no Brasil. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 11, n. 3, p. 188-208, 2017.

ALBUQUERQUE, L. M.; ALABANEZ, T. Governança Corporativa: os Níveis Diferenciados da B3 e sua relação com o Desempenho das Ações frente ao Impeachment em 2016. **XVI Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, p. 1–20, 2019.

ARAÚJO JÚNIOR, J. F. et al. Social disclosure of Brazilian and UK firms in light of Stakeholder Theory, Legitimacy Theory and Voluntary Disclosure Theory. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 7, n. 2, p. 175–200, 2014.

ARANHA, C.; PASSOS, E. A Tecnologia de Mineração de Textos. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 5, n. 2, p. 1–8, 2006.

ASCHER, D. **O EFEITO DO IDIOMA INGLÊS AMERICANO EM DECISÕES FINANCEIRAS POR INVESTIDORES BRASILEIROS**: A influência da língua estrangeira em decisões complexas de investimento. 191 f. Tese (Doutorado em Administração). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2021.

ALMEIDA, R. G.; NEUMANN, M.; SANCHES, S. L. R. O que é evidenciado no Brasil sobre a Responsabilidade Social Corporativa advinda da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) nos Formulários de Referência e Relatos Integrados. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 13, n. 3, 2018.

ALBITAR, K. et al. ESG disclosure and firm performance before and after IR: The moderating role of governance mechanisms. **International Journal of Accounting and Information Management**, v. 28, n. 3, p. 429–444, 2020.

ALEWINE, H. C.; STONE, D. N. How does environmental accounting information influence attention and investment? **International Journal of Accounting and Information Management**, v. 21, n. 1, p. 22–52, 2013.

ALEXANDRINO, T. C. **Análise da relação entre os indicadores de desempenho sustentável (ESG) e desempenho econômico-financeiro de empresas listadas na B3**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/38600/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Thaynan%20Cavalcanti%20Alexandrino.pdf>. Acesso em 09 fev. 2021.

ALLEN, C.; METTERNICHT, G.; WIEDMANN, T. National pathways to the Sustainable Development Goals (SDGs): A comparative review of scenario modelling tools. **Environmental Science and Policy**, v. 66, p. 199–207, 2016.

ANAZONWU, H. O.; EGBUNIKE, F. C.; GUNARDI, A. Corporate Board Diversity and Sustainability Reporting: A Study of Selected Listed Manufacturing Firms in Nigeria. **Indonesian Journal of Sustainability Accounting and Management**, v. 2, n. 1, p. 65–78, 2018.

ANIFOWOSE, M.; ABANG, S.; ZAKARI, M. A.. Integrated capitals reporting and companies' sustainable value: evidence from the Asian continent. **Asian Review of Accounting**, 2020. Disponível em: <https://www-emerald.ez292.periodicos.capes.gov.br/insight/content/doi/10.1108/ARA-10-2019-0184/full/html>. Acesso em 14 nov. 2022.

ATKINSON, A. A.; WATERHOUSE, J. H.; WELLS, R. B. A stakeholder approach to strategic performance measurement. **MIT Sloan Management Review**, v. 38, n. 3, p. 25-37, 1997.

BAGETTI ZEIFERT, A. P.; CENCI, D. R.; MANCHINI, A. a Justiça Social E a Agenda 2030: Políticas De Desenvolvimento Para a Construção De Sociedades Justas E Inclusivas. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 8, n. 2, p. 30, 2020.

BANDEIRA, L. S.; OTT, E.; ROVER, S. Influência do potencial poluidor e do histórico de infrações ambientais na Evidenciação Ambiental Corporativa. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 21, n. 21, p. 1–24, 2022.

BARBOSA, E. M.; BARBOSA, M. F. N. TEORIAS SUSTENTÁVEIS: EM BUSCA DE NOVAS CONFIGURAÇÕES. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 8, n. 4, p. 257-277, 2023.

BARBIER, E. B.; BURGESS, J. C. Sustainability and development after COVID-19. **World Development**, v. 135, p. 105082, 2020.

BARBIERI, J.C. **Desenvolvimento sustentável: Das origens à agenda 2030**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BARBALHO, C. R.; MINCIOTTI, S. A.; CRISPIM, S. F.; FERNANDES, F. D. S. O perfil das produções científicas referentes ao Relato Integrado: um estudo bibliométrico. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 11, n. 1, p. 68-86, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARROS, A. et al. O Impacto do Relato Integrado no Value Relevance das Empresas Participantes do Programa Piloto no Brasil. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 12, n. 3, p. 43-64, 2018.

BASTIDA, M. et al. Fostering the sustainable development goals from an ecosystem conducive to the SE: The Galician's case. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 2, p. 1–17, 2020.

BEBBINGTON, J.; UNERMAN, J. Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: An enabling role for accounting research. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 31, n. 1, p. 2–24, 2018.

BEBER, A. J.; RANGEL, R. R. *Stakeholder Capitalism* : Um Ensaio Sobre o Novo Capitalismo Pragmático e Social. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa**, v. 5, n. 1, p. 1–18, 2020.

BEKTUR, Ç.; ARZOVA, S. B. The effect of women managers in the board of directors of companies on the integrated reporting: example of Istanbul Stock Exchange (ISE) Sustainability Index. **Journal of Sustainable Finance and Investment**, v. 0, n. 0, p. 1–17, 2020.

BERG, F.; KOLBEL, J. F.; RIGOBON, R. Aggregate Confusion: The Divergence of ESG Ratings. **SSRN Electronic Journal**, n. May, p. 1315–1344, 2019.

BERENBERG, J. Understanding the SDGs in sustainable investing. **Joh Berenberg, Gossler & Co. KG**, n. December, p. 1–27, 2018. Disponível em: [https://www.berenberg.de/files/ESG%20News/SDG\\_understanding\\_SDGs\\_in\\_sustainable\\_investing.pdf](https://www.berenberg.de/files/ESG%20News/SDG_understanding_SDGs_in_sustainable_investing.pdf). Acesso em 31 mar. 2023.

BEVILAQUA, I.C; NEUMANN, M.; FAIA, V.S. Fatores que favorecem e/ou limitam o pensamento integrado na prática: uma análise do conceito, incorporação e benefícios apresentados pela literatura do relato integrado. **Sociedade, Contabilidade e Gestão** , v. 16, n. 3, pág. 148-171, 2021.

BEUREN, I. M.; GUBIANI, C. A.; SOARES, M. Estratégias de legitimidade de Suchman evidenciadas nos relatórios da administração de empresas públicas do setor elétrico. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 4, p. 849–875, 2013.

BIANCHI, R. J.; DREW, M. E.; WALK, A. N. On the responsible investment disclosure practices of the world's largest pension funds. **Accounting Research Journal**, v. 23, n. 3, p. 302–318, 2010.

BITEKTINE, A. Toward a theory of social judgments of organizations: The case of legitimacy, reputation, and status. **Academy of Management Review**, v. 36, n. 1, p. 151–179, 2011.

BIANCONI, A. et al. Transformação de dados e implicações da utilização do teste de Kruskal-Wallis em pesquisas agroecológicas. **Pesticidas: Revista de Ecotoxicologia e Meio Ambiente**, v. 18, 2008.



- BOIRAL, O. Sustainability reports as simulacra? A counter-account of A and A+ GRI reports. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 26, n. 7, p. 1036–1071, 2013.
- BOLUK, K. A.; CAVALIERE, C. T.; HIGGINS-DESBIOLLES, F. A critical framework for interrogating the United Nations Sustainable Development Goals 2030 Agenda in tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 27, n. 7, p. 847–864, 2019.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C.C.A; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
- BOFF, L. **Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BOURDIEU, P. **The forms of capital**. In: Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. p. 81–93, 1986.
- BORÇATO, E. C. **Legitimação social das empresas de capital aberto por meio da divulgação sobre meio ambiente natural no relacionamento integrado**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2017. Disponível em: [https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3449/5/Edileusa\\_Bor%C3%A7ato2017.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3449/5/Edileusa_Bor%C3%A7ato2017.pdf) . Acesso em 20 maio. 2022.
- BUALLAY, A. Between cost and value: Investigating the effects of sustainability reporting on a firm's performance. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 20, n. 4, p. 481–496, 2019.
- BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M: **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- BUSCO, C. et al. The determinants of companies' levels of integration: Does one size fit all? **British Accounting Review**, v. 51, n. 3, p. 277–298, 2019.
- BUSCO, C; GRANÀ, F; IZZO, M. F. **Sustainable development goals and integrated reporting**. Routledge, 2018.
- BRAGA, C.; FERREIRA, V. C. Os impactos ambientais no setor de energia elétrica brasileiro e a sua relação com o resultado líquido do exercício. **IX Congresso Anpcont**, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 2015. Disponível em: <https://www.anpcont.org.br/pdf/2015/CUE201.pdf> . Acesso em 12 jan. 2023.
- BRANDT, F.; KONSTANTINOS, G. Shareholders vs Stakeholders Capitalism. **Comparative Corporate Governance and Financial Regulation**, v. 10, p. 1–76, 2016.
- BRASIL. **Norma Brasileira de Contabilidade, CTG 09, de 26 de novembro de 2020**. Aprova o CTG 09, que trata sobre a Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/norma-brasileira-de-contabilidade-ctg-09-de-26-de-novembro-de-2020-296458638>. Acesso em 15 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000**. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10165.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10165.htm) . Acesso em 13 jan. 2021.

BLASI, S.; CAPORIN, M.; FONTINI, F. A Multidimensional Analysis of the Relationship Between Corporate Social Responsibility and Firms' Economic Performance. **Ecological Economics**, v. 147, n. March 2017, p. 218–229, 2018.

BRUNELLI, S; RANALLI, F. SDGs achievement: commitment, channels of action and the role of integrated reporting in the disclosure mechanisms. In: **Accountability, Ethics and Sustainability of Organizations**. Springer, Cham, p. 45-64. 2020.

CAGLIO, A.; MELLONI, G.; PEREGO, P. Informational Content and Assurance of Textual Disclosures: Evidence on Integrated Reporting. **European Accounting Review**, v. 29, n. 1, p. 55–83, 2020.

CAMILLERI, M. A. Theoretical insights on integrated reporting: The inclusion of non-financial capitals in corporate disclosures. **Corporate Communications**, v. 23, n. 4, p. 567–581, 2018.

CAMPBELL, D.; CRAVEN, B.; SHRIVES, P. Voluntary social reporting in three FTSE sectors: A comment on perception and legitimacy. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 16, n. 4, p. 558–581, 2003.

CAMPBELL, A.; ALEXANDER, M. What's wrong with strategy?. **Harvard Business Review**, v. 75, n. 6, p. 42-50, 1997. Disponível em: <https://hbr.org/1997/11/whats-wrong-with-strategy>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CAPRA, F; LUISI, P.L. **Visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Editora Cultrix, 2014.

CASTRO, M. N. **Relato integrado: um estudo sobre os indicadores-chave de desempenho não financeiro das empresas brasileiras**. 2015. 149f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16057/1/MAXLEIDE%20NASCIMENTO%20CASTRO%20PPG%20CC%2003%202015.pdf>. Acesso em 14 mar.2020.

CASTRO, S.; COSTA, A. O status quo do Relato Integrado no setor público brasileiro. **Revista Gestão Organizacional**, v. 15, n. 3, p. 126-142, 2022.

CARROLL, A. B. et al. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. **Business horizons**, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. **Business & society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks. **Organizational Dynamics**, v. 44, n. 2, p. 87–96, 2015.

CASTANHA, E.T; RENGEL, R.; KOCH, A.M; GASPARETTO, V. Relato integrado: evidenciación de riscos relacionais pelas empresas participantes do projeto piloto no Brasil. **Ler. Revista Eletrônica de Administração**, v. 27, n. 3, pág. 806-834, 2021.

CEPAL. La matriz de la desigualdad social en América Latina. **Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)**, p. 1–96, 2016. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/40668>. Acesso em: 07 out. 2020.

CISI, M.; CENTRONE, F. A. The human capital for value creation and social impact: The interpretation of the ir's hc definition. **Sustainability (Switzerland)**, v. 13, n. 13, 2021.

CIASCA, D. N.; NABESHIMA, F. K.; GARCIA, A. S. Relato Integrado: motivos para as Instituições de Ensino Superior incluírem o tema em seus currículos. **UNIVERSITAS**, n. 25, 2019.

COHEN, J. R. et al. Corporate reporting of nonfinancial leading indicators of economic performance and sustainability. **Accounting Horizons**, v. 26, n. 1, p. 65–90, 2012.

COLLA, P. E. B.; KLEIN, S. B.; VESCO, D. G. D.; SANTOS, C. A. Divulgação do relato integrado: um experimento sobre o julgamento e tomada de decisão de investidores. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 18, n. 49, p. 111-127, 2021.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 1988, p. S95–S120, 1988.

CONWAY, E. Quantitative impacts of mandatory integrated reporting. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, 2019.

CORMIER, D.; GORDON, I. M. An examination of social and environmental reporting strategies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 14, n. 5, p. 587–617, 2001.

CORMIER, D.; GORDON, I. M.; MAGNAN, M. Corporate environmental disclosure: Contrasting management's perceptions with reality. **Journal of Business Ethics**, v. 49, n. 2, p. 143–165, 2004.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

COSTANZA, R. **Ecological economics: the science and management of sustainability**. Columbia University Press, 1992.

COSTANZA, R. Visions of Alternative (Unpredictable) Futures and Their Use in Policy Analysis. **Conservation Ecology**, v. 4, n. 1, p. 1–15, 2000.

COULSON, A. B., ADAMS, C., NUGENT, M. M. N., HAYES, K., COULSON, A. B., ADAMS, C. A., ... & HAYNES, K. Exploring metaphors of capitals and the framing of multiple capitals Challenges and opportunities for <IR>. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 6, n. 3, p. 290–314, 2015.

CURTÓ-PAGÈS, F. et al. Coming in from the cold: A longitudinal analysis of SDG reporting practices by Spanish listed companies since the approval of the 2030 agenda. **Sustainability (Switzerland)**, v. 13, n. 3, p. 1–27, 2021.

CBARI - Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado. **Framework RI 2021**. Disponível em: <https://relatointegrado brasil.com.br/home/framework/>. Acesso em: 23 Mai. 2022.

CFA INSTITUTE. Future of Sustainability in Investment Management. **CFA Institute**, p. 1–60, 2020.

CHIPALKATTI, N.; LE, Q. V.; RISHI, M. Sustainability and society: Do environmental, social, and governance factors matter for foreign direct investment? **Energies**, v. 14, n. 19, 2021.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, n. 7–8, p. 639–647, 2007.

CHO, C. H. et al. Advancing Sustainability Reporting in Canada: 2019 Report on Progress. **ACCOUNTING PERSPECTIVES**, v. 19, n. 3, p. 181–204, 2020.

CLAASEN, C.; ROLOFF, J. The Link Between Responsibility and Legitimacy: The Case of De Beers in Namibia. **Journal of Business Ethics**, v. 107, n. 3, p. 379–398, 2012.

CLARKSON, M. E. a Stakeholder Framework for Analyzing and Evaluating Corporate Social Performance. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 92–117, 1995.

CLARKSON, P. M.; OVERELL, M. B.; CHAPPLE, L. Environmental Reporting and its Relation to Corporate Environmental Performance. **Abacus**, v. 47, n. 1, p. 27–60, 2011.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: Método qualitativo, quantitativo e misto. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DE CASTRO, G. M.; SÁEZ, P. L.; LÓPEZ, J. E. N. The role of corporate reputation in developing relational capital. **Journal of Intellectual Capital**, v. 5, n. 4, p. 575–585, 2004.

DE SILVA LOKUWADUGE, C. S.; SMARK, C.; MIR, M. The Surge of Environmental Social and Governance Reporting and Sustainable Development Goals: Some Normative

Thoughts. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, v. 16, n. 2, p. 3–11, 2022.

DEMARTINI, C.; TRUCCO, S. Does intellectual capital disclosure matter for audit risk? Evidence from the UK and Italy. **Sustainability (Switzerland)**, v. 8, n. 9, p. 1–19, 2016.

DE VILLIERS, C.; HSIAO, P. C. K.; MAROUN, W. Developing a conceptual model of influences around integrated reporting, new insights and directions for future research. **Meditari Accountancy Research**, v. 25, n. 4, p. 450–460, 2017.

DE VILLIERS, C.; DIMES, R. Will the formation of the International Sustainability Standards Board result in the death of integrated reporting? **Journal of Accounting & Organizational Change**, v. 19, n. 2, p. 279–295, 21 mar. 2023.

DE VILLIERS, C.; LA TORRE, M.; MOLINARI, M. The Global Reporting Initiative's (GRI) past, present and future: critical reflections and a research agenda on sustainability reporting (standard-setting). **Pacific Accounting Review**, v. 34, n. 5, p. 728–747, 23 set. 2022.

DEEPHOUSE, D. L. Does isomorphism legitimate?. **Academy of management journal**, v. 39, n. 4, p. 1024-1039, 1996.

DEEPHOUSE, D. L.; SUCHMAN, M. Legitimacy in organizational institutionalism. In: Greenwood, R. et al. (Ed.). *The sage handbook of organizational institutionalism*. London: Sage, 2008. p. 49-77.2008.

DEEGAN, C. An overview of legitimacy theory as applied within the social and environmental accounting literature. In *Sustainability Accounting and Accountability*, Bebbington J, Unerman J, O'Dwyer B (eds). In: **Sustainability Accounting and Accountability: Second Edition**. [s.l: s.n.]. p. 248–272. 2014.

DEEGAN, C. Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282–311, 2002.

DEEGAN, C.; RANKIN, M.; TOBIN, J. **An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory**. [s.l: s.n.]. v. 15. 2002.

DELOITTE. ESG no centro da estratégia A evolução das temáticas como alavanca da geração de valor. 2020. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/risk/Deloitte-ESG-no-centro-estrategia.pdf>. Acesso em 28 out. 2021.

DELGADO-CEBALLOS, J.et al. Connecting the Sustainable Development Goals to firm-level sustainability and ESG factors: The need for double materiality. **BRQ**

**Business Research Quarterly**, v. 26, n. 1, pág. 2-10, 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/23409444221140919>. Acesso em 23 abr. 2023.

DI VAIO, A. et al. “Integrated thinking and reporting” towards sustainable business models: a concise bibliometric analysis. **Meditari Accountancy Research**, n. 002158, 2020.

DTI. Energy White Paper - Our energy future - creating a low carbon economy. **Energy Review**, p. 1–142, 2003. Disponível em: [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/272061/5761.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/272061/5761.pdf). Acesso em 28 fev. 2023.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DINIZ, M. L. F. **Análise da divulgação de capitais não financeiros do relato integrado**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa -PB, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18614?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18614?locale=pt_BR). Acesso em 29 jan. 2021.

DONALDSON, T. The stakeholder revolution and the Clarkson principles. **Business ethics quarterly**, p. 107-111, 2002.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence and Implications. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 65–91, 1995.

DOWLING, J.; PFEFFER, J. Organizational Legitimacy: Social Values and Organizational Behavior. **Source: The Pacific Sociological Review**, v. 18, n. 1, p. 122–136, 1975.

DUMAY, J.; DAI, T. Integrated thinking as a cultural control? **Meditari Accountancy Research**, v. 25, n. 4, p. 574–604, 2017.

DUMAY, J.; LA TORRE, M.; FARNETI, F. Developing trust through stewardship: Implications for intellectual capital, integrated reporting, and the EU Directive 2014/95/EU. **Journal of Intellectual Capital**, v. 20, n. 1, p. 11–39, 2019.

EDVINSSON, L. MALONE, M. S. **Capital Intelectual**-descobrimo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron Books, 1998.

ECCLES, R. G.; LEE, L.-E.; STROEHLE, J. C. The Social Origins of ESG: An Analysis of Innovest and KLD. **Organization & Environment**, v. 33, n. 4, p. 575–596, 21 dez. 2020.

ERIN, O. A.; BAMIGBOYE, O. A.; OYEWO, B. Sustainable development goals (SDG) reporting: an analysis of disclosure. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, 2022.

ERIN, O. A.; BAMIGBOYE, O. A. Evaluation and analysis of SDG reporting: evidence from Africa. **Journal of Accounting & Organizational Change**, v. 18, n. 3, p. 369–396, 13 maio 2021.

- ESCH, M.; SCHNELLBÄCHER, B.; WALD, A. Does integrated reporting information influence internal decision making? An experimental study of investment behavior. **Business Strategy and the Environment**, v. 28, n. 4, p. 599–610, 2019.
- ESCH, M.; SCHULZE, M.; WALD, A. The dynamics of financial information and non-financial environmental, social and governance information in the strategic decision-making process. **Journal of Strategy and Management**, v. 12, n. 3, p. 314–329, 2019.
- FARBOTKO, C. Global financial stability, rapid transition to a low-carbon economy and social justice: can climate-related financial risk disclosure do it all?. **Australian Geographer**, v. 50, n. 3, p. 273-278, 2019.
- FARIAS, L.G. Q. **Estratégias de legitimidade de Suchman evidenciadas pelas empresas brasileiras destinatárias do pedido do Carbon Disclosure Project**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24038/1/Luana%20Farias.pdf>. Acesso em 20 mar. 2023.
- FARIAS, L. G. Q. et al. Estratégias de legitimidade como resposta ao problema das mudanças climáticas: o caso BRASKEM. **Revista Reuna**, v. 19, n. 2, p. 135–152, 2014.
- FARIAS, L. D. G. Q. .; ANDRADE, J. C. S. .; GOMES, S. M. S. Estratégias de Legitimidade de Suchman evidenciadas pelas Empresas Brasileiras destinatárias do Pedido do Carbon Disclosure Project. **Revista de Administração da UFSM**, v. 10, n. 5, p. 854–869, 2017.
- FANK, O. L.; BEUREN, I. M. Evidenciação das estratégias de legitimidade da tipologia de Suchman (1995) nos relatórios da administração da petrobras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 10, p. 25–47, 2010.
- FAVATO, K. J.; NEUMANN, M.; SANCHES, S. L. R. O Percurso do Contrato de Legitimação para o Desenvolvimento Sustentável: Análise dos Temas atrelados no Relato Integrado do BNDES. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 31, n. 3, p. 52-73, 2020.
- FIGUEIREDO, C. R. B. DE; CABRAL, F. G. Inteligência artificial: machine learning na Administração Pública. **International Journal of Digital Law**, v. 1, n. 1, p. 79–96, 2020.
- FENG, T.; CUMMINGS, L.; TWEEDIE, D. Exploring integrated thinking in integrated reporting – an exploratory study in Australia. **Journal of Intellectual Capital**, v. 18, n. 2, p. 330–353, 2017.
- FONSECA, L.; CARVALHO, F. The reporting of SDGs by quality, environmental, and occupational health and safety-certified organizations. **Sustainability (Switzerland)**, v. 11, n. 20, 2019.
- FLORES, E. et al. Integrated reporting and capital markets in an international setting: The role of financial analysts. **Business Strategy and the Environment**, v. 28, n. 7, p. 1465-1480, 2019.

FREEMAN, R. E. Five Challenges to Stakeholder Theory: A Report on Research in Progress. **Stakeholder Management**, v. 1, p. 1–20, 2017.

FREEMAN, R. E.; MCVEA, J.. A stakeholder approach to strategic management. **The Blackwell handbook of strategic management**, p. 189-207, 2001.

FREEMAN, R.E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, M. A theoretical framework for monetary analysis. **journal of Political Economy**, v. 78, n. 2, p. 193-238, 1970.

FREITAS, B. F. G.; FREIRE, F.S. Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, 2017.

GARRIGA, E.; MELÉ, D. Corporate social responsibility theories: Mapping the territory. **Journal of business ethics**, v. 53, n. 1, p. 51–71, 2004.

GAMERSCHLAG, R. Value relevance of human capital information. **Journal of Intellectual Capital**, v. 14, n. 2, p. 325–345, 2013.

GERWANSKI, J. Does it pay off? Integrated reporting and cost of debt: European evidence. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 27, n. 5, p. 2299–2319, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [2.Reimpr.]. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

GIBB, R. et al. Zoonotic host diversity increases in human-dominated ecosystems. **Nature**, v. 584, n. 7821, p. 398-402, 2020.

GODOI, C. K. BALSINI, C. P. V. A. Pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; MELLO, R. B. de; SILVA, A. B. da. (orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Cap. 3.

GONÇALVES, H. S.; ANJOS, L. C. M.; FREITAS, M. A. L.. Relato integrado e desempenho financeiro das empresas listadas na B3. **RACE: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 18, n. 2, p. 345-362, 2019.

GUTHRIE, J., MANES-ROSSI, F. E ORELLI, R. Integrated Reporting and Integrated Thinking in Italian Public Sector Organisations. **Meditari Accountancy Research**, v. 25, n. 4, p. 553–573, 2017.

GUTHRIE, J.; PETTY, R.; RICCERI, F. The voluntary reporting of intellectual capital: Comparing evidence from Hong Kong and Australia. **Journal of Intellectual Capital**, v. 7, n. 2, p. 254–271, 2006.



GURVITŠ-SUITS, N. A.; SIDOROVA, I. Decade of Sustainability Reporting in EU: Main Changes and Trends. Case of Companies Listed on NASDAQ OMX Baltic Main List. **European Integration Studies**, n. 16, p. 78–86, 6 set. 2022.

GUTIÉRREZ-PONCE, H. Sustainability as a strategy base in Spanish firms: Sustainability reports and performance on the sustainable development goals. **Sustainable Development**, n. March, p. 1–16, 10 abr. 2023.

GHANI, E. K. et al. Factors influencing integrated reporting practices among Malaysian public listed real property companies: A sustainable development effort. **International Journal of Managerial and Financial Accounting**, v. 10, n. 2, p. 144–162, 2018.

GHERARDI, L. et al. Accountability and reporting for sustainability and public value: Challenges in the public sector. **Sustainability (Switzerland)**, v. 13, n. 3, p. 1–18, 2021.

GLÄNZEL, W. **Bibliometrics as a research field**: a course on theory and application of bibliometric indicators. 2003

GLOBAL REPORTING INITIATIVE GRI; UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT UNGC. Integrating the SDGs into corporate reporting: a practical guide. p. 1–32, 2019.

GREN, M.; HUIJBENS, E. H. Tourism and the Anthropocene. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 14, n. 1, p. 6–22, 2014.

GRI STANDARDS. Gri 101: Foundation 2016 101. **GRI Standards**, v. GRI101, n. 1, p. 29, 2016.

GRI. Diretrizes para relatório de sustentabilidade 2000-2006 (Versão 3.0). *Global Reporting Initiative*. 2006. Disponível em [http://www.casoi.com.br/hjr/pdfs/gri\\_port.pdf](http://www.casoi.com.br/hjr/pdfs/gri_port.pdf). Acesso em: 12 dez .2020.

GRIGGS, D. et al. Sustainable development goals for people and planet. **Nature**, v. 495, n. 7441, p. 305–307, 2013.

HÁK, T.; JANOUŠKOVÁ, S.; MOLDAN, B. Sustainable Development Goals: A need for relevant indicators. **Ecological Indicators**, v. 60, p. 565–573, 2016.

HALL, C. M. Constructing sustainable tourism development: The 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 27, n. 7, p. 1044–1060, 2019.

HARRISON, J. S.; PHILLIPS, R. A.; FREEMAN, R. E. On the 2019 Business Roundtable “Statement on the Purpose of a Corporation”. **Journal of Management**, v. 46, n. 7, p. 1223–1237, 2020.

HARRISON, J., BOSSE, D. E PHILLIPS, R. Managing for stakeholders, stakeholder utility functions, and competitive advantage. **Strategic management journal**, v. 31, n. 1, p. 58-74, 2010.

HACKBARTH NETO, A. A; STEIN, C. E. Uma Abordagem dos Testes Não-Paramétricos com utilização do Excel. 2003. Disponível em: [http://www.mat.ufrgs.br/~viali/estatistica/mat2282/material/textos/artigo\\_11\\_09\\_2003.pdf](http://www.mat.ufrgs.br/~viali/estatistica/mat2282/material/textos/artigo_11_09_2003.pdf). Acesso em 23 jul.2021.

HAMAD, S. et al. Assessing the implementation of sustainable development goals: does integrated reporting matter? **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 14, n. 1, p. 49–74, 2023.

HERAS-SAIZARBITORIA, I.; URBIETA, L.; BOIRAL, O. Organizations' engagement with sustainable development goals: From cherry-picking to SDG-washing? **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 29, n. 2, p. 316–328, 2022.

HENDRIKSEN, E S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução Antonio Zoratto Sanvivent. 1ª ed., São Paulo: Atlas, 1999.

HOFF, D. N. **A construção do Desenvolvimento Sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders**: a proposição de uma estrutura analítica. 425 f. Tese (Doutorado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13395>. Acesso em 10 mai.2020.

HOMERO JUNIOR, P. F. Pesquisa ou propaganda? Análise da literatura acadêmica brasileira sobre o Relato Integrado. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 14, n. 1, p. 18-31, 2019.

HOMERO JUNIOR, P. F.; CARRIERI, A. P. Desenvolvimento sustentável e trabalho precário no relato integrado da Natura: pensando um contrarrelato. **Organizações & Sociedade**, v. 27, p. 199-215, 2020.

HUMMELS, H. Organizing ethics: A stakeholder debate. **Journal of Business Ethics**, v. 17, n. 13, p. 1403-1419, 1998.

HUMPHREY, C.; O'DWYER, B.; UNERMAN, J. Re-theorizing the configuration of organizational fields: the IIRC and the pursuit of 'Enlightened' corporate reporting. **Accounting and Business Research**, v. 47, n. 1, p. 30–63, 2017.

HUSTED, B. W.; SOUSA-FILHO, J. M. DE. Board structure and environmental, social, and governance disclosure in Latin America. **Journal of Business Research**, v. 102, n. January, p. 220–227, 2019.

IIRC. **International Integrated Reporting Framework**. 2013. Disponível em: <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>. Acesso em 10 set. 2020.

IIRC. **International Integrated Reporting Framework**. 2021. Disponível em: <https://integratedreportingsa.org/ircsa/wp->

<content/uploads/2021/01/InternationalIntegratedReportingFramework.pdf>. Acesso em 22 abr. 2021.

IMPACT MANAGEMENT PROJECT. Reporting on enterprise value illustrated with a prototype climate-related financial disclosure standard. **Impact Management Project**, n. December, p. 1–53, 2020.

IPCC. **Mudança do Clima 2021: A Base das Ciências Físicas – Sumário Para os Formuladores de Políticas**. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/IPCC\\_mudanca2.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/IPCC_mudanca2.pdf). Acesso em 22 set. 2022.

IZZO, M. F.; CIABURRI, M.; TISCINI, R. The challenge of sustainable development goal reporting: The first evidence from italian listed companies. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 8, p. 1–18, 2020.

IZZO, M. F.; STROLOGO, A. DELLO; GRANÀ, F. Learning from the best: New challenges and trends in IR reporters' disclosure and the role of SDGs. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 14, p. 1–22, 2020.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JONES, T. Instrumental stakeholder theory: A synthesis of ethics and economics. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 2, p. 404–437, 1995.

KASSAI, J. R; CARVALHO, N; KASSAI, J.R.S. **Contabilidade ambiental: relato integrado e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2019.

KOPROWSKI, Sirlene et al. Influência das conexões políticas e da evidenciação socioambiental no custo de capital. **Contextus–Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 17, n. 2, p. 98-128, 2019.

KOLSI, M. C.; ATTAYAH, O. F. Environmental policy disclosures and sustainable development: Determinants, measure and impact on firm value for ADX listed companies. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 25, n. 5, p. 807–818, 2018.

KOSTOVA, T; ZAHEER, S. Organizational legitimacy under conditions of complexity: The case of the multinational enterprise. **Academy of Management review**, v. 24, n. 1, p. 64-81, 1999.

KOSHY, A. et al. Natural Capital Statements: a case study on SCA, a Swedish paper and pulp company. **Journal of Environmental Economics and Policy**, v. 8, n. 4, p. 394–412, 2019.

KHALED, R.; ALI, H.; MOHAMED, E. K. A. The Sustainable Development Goals and corporate sustainability performance: Mapping, extent and determinants. **Journal of Cleaner Production**, v. 311, n. May, p. 127599, ago. 2021.

KRUSE, B. C.; ALEXANDRE, L.; CUNHA, G. Reflexões críticas acerca do desenvolvimento ( in ) sustentável. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 16, p. 1–24, 2022.

LA TORRE, M. et al. Integrated reporting and integrating thinking: Practical challenges. In: **Challenges in Managing Sustainable Business: Reporting, Taxation, Ethics and Governance**. [s.l.] Springer International Publishing, p. 25–54., 2019.

LAI, A.; MELLONI, G.; STACCHEZZINI, R. Integrated reporting and narrative accountability: the role of preparers. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 31, n. 5, p. 1381–1405, 2018.

LAKSHAN, A. M. I.; LOW, M.; DE VILLIERS, C. Management of risks associated with the disclosure of future-oriented information in integrated reports. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANDAU, A. et al. Integrated reporting of environmental, social, and governance and financial data: Does the market value integrated reports? **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 4, p. 1750–1763, 2020.

LEAL, P. H. et al. Divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais sob a ótica da teoria institucional. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 3, p. 37, 2018.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. Tradução de: Silvânia Cabucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LEMKE, C.; BASTINI, K. Embracing multiple perspectives of sustainable development in a composite measure: The Multilevel Sustainable Development Index. **Journal of Cleaner Production**, v. 246, p. 1–18, 2020.

LEMOS, K. M.; RODRIGUES, L. L.; ARIZA, L. R. Determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados: evidência empírica no mercado de capitais portugueses. **Revista de Estudos Politécnicos**, v.7, n. 12, p. 145-175, 2009.

LINDBLOM, C. **The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure**. Presented at Critical Perspectives on Accounting Conference, New York, NY, 1994.

LI, Y. et al. The impact of environmental, social, and governance disclosure on firm value: The role of CEO power. **British Accounting Review**, v. 50, n. 1, p. 60–75, 2018.

LOZANO, R. A holistic perspective on corporate sustainability drivers. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 22, n. 1, p. 32–44, 2015.

MAAMA, H.; MKHIZE, M. Integrated reporting practice in a developing country—Ghana: legitimacy or stakeholder oriented? **International Journal of Disclosure and Governance**, v. 17, n. 4, p. 230–244, 2020.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. ; CRUBELLATE, J. M. Unlocking the institutionalization process: insights for an institutionalizing approach. **BAR - Brazilian Administration Review**, v. 2, n. 1, p. 1–20, 2005.

MACHADO, D. P. **A evidenciação ambiental como instrumento de gestão da legitimidade social em empresas brasileiras de capital aberto**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2014 Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4039/DaianePiasMachado.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 22 mar. 2022.

MACNEIL, I.; ESSER, I. From a Financial to an Entity Model of ESG. **European Business Organization Law Review**, v. 23, n. 1, p. 9–45, 10 mar. 2022.

MANTOVANI, F. R. et al. Relato Integrado: Uma análise da evidenciação dos capitais de uma empresa brasileira de grande porte. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)**, v. 4, n. 1, p. 30-45, 2017.

MANS-KEMP, N.; VAN DER LUGT, C. T. Linking integrated reporting quality with sustainability performance and financial performance in South Africa. **South African Journal of Economic and Management Sciences**, v. 23, n. 1, p. 1–11, 2020.

MARREWIJK, M. Concepts and Definitions of CSR and Corporate Sustainability: Between Agency and Communion. **Journal of Business Ethics** 44: 95–105, 2003.

MARIA, S. C.; D'ANGELO, M. J.; BORGERTH, V. M. C. Lacunas de engajamento e utilização do Relato Integrado no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 33, n. 88, p. 63-80, 2022.

MARÇAL, A.D.S.V; NEUMANN, M.; SANCHES, S.L.R. Relato Integrado e a geração de valor: a semântica do conceito fundamental do Relato Integrado. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 102, pág. 458-489, 2022.

MASCENA, K.; STOCKER, F. Gestão de Stakeholders: Estado da Arte e Perspectivas. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies [FSRJ]**, v. 12, n. 1, p. 1–30, 2020.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. - [3. Rempr.]. – São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, G. A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

MAURER, J. G. Readings in organizational theory: open system approaches. New York: Random House, 1971.

MELO, L. S. A.; BARBOSA, M. F. N. Análise dos ODS divulgados nos relatórios de sustentabilidade das empresas com alto potencial poluidor, integrantes do setor de Petróleo, Gás e Biocombustível da B3. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 13, n. 1, p. 77-94, 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MERRIAM, S. B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education. Revised and expanded from "Case Study Research in Education."** Jossey-Bass Publishers, 350 Sansome St, San Francisco, 2009.

MEYER, J. W; SCOTT, W. R. Centralization and the legitimacy problems of local government. In: MEYER, J. W; SCOTT, W. R. **Organizational environments: ritual and rationality**. Beverly Hills: Sage, 1983. p. 199-215.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. **Academy of management review**, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro**. 2023. Disponível em: [http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/energia-eletrica/publicacoes/boletim-de-monitoramento-do-sistema-eletrico?\\_20\\_displayStyle=descriptive&p\\_p\\_id=20](http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/energia-eletrica/publicacoes/boletim-de-monitoramento-do-sistema-eletrico?_20_displayStyle=descriptive&p_p_id=20) . Acesso em 28 mar.2023.

MORIOKA, S. N.; BOLIS, I.; CARVALHO, M. M. DE. From an ideal dream towards reality analysis: Proposing Sustainable Value Exchange Matrix (SVEM) from systematic literature review on sustainable business models and face validation. **Journal of Cleaner Production**, v. 178, p. 76-88, 2018.

MHLANGA, R.; GNEITING, U.; AGARWAL, N. Walking the talk: Assessing companies' progress from SDG rhetoric to action. **Oxfam discussion papers**, n. September, p. 1-36, 2018.

MURCIA, F. D.-R.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 3, n. 2, p. 72-95, 3 maio 2009.

NARDI, P. C. C.; NAKAO, S. H. Impacto da Entrada nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa sobre a Imagem Institucional das Empresas The impact of differentiated levels of corporate governance on institutional image of companies 1 Introdução. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 2, p. 85-111, 2008.

NEWSON, M.; DEEGAN, C. Global expectations and their association with corporate social disclosure practices in Australia, Singapore, and South Korea. **International Journal of Accounting**, v. 37, n. 2, p. 183–213, 2002.

NICOLÒ, G.; ZANELATO, G.; TIRON-TUDOR, A. Integrated reporting and European state-owned enterprises: A disclosure analysis pre and post 2014/95/EU. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 5, p. 1–17, 2020.

NICOLÒ, G. et al. Revealing the corporate contribution to sustainable development goals through integrated reporting: a worldwide perspective. **SOCIAL RESPONSIBILITY JOURNAL**, 2022. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/SRJ-09-2021-0373/full/html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

NIK ABDULLAH, N. A. I.; HARON, R. ESG Reporting Practices Among Islamic Banks :A Global Perspective. **IUM Law Journal**, v. 30, n. 2, p. 1–36, 2022.

NÖMMELA, K.; KÖRBE KAARE, K. Incorporated Maritime Policy Concept: Adopting ESRS Principles to Support Maritime Sector’s Sustainable Growth. **Sustainability (Switzerland)**, v. 14, n. 20, 2022.

NORSTRÖM, A. V. et al. Three necessary conditions for establishing effective Sustainable Development Goals in the Anthropocene. **Ecology and Society**, v. 19, n. 3, 2014.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

NOSSA, V.; RODRIGUES, V. R. S.; NOSSA, S. N.. O que se tem pesquisado sobre Sustentabilidade Empresarial e sua Evidenciação?. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 11, p. 87-105, 2017.

NOVAKI, D. Z.; MUNHOZ, A. O. S.; SOUZA, A. N. M.; FAVATO, K. J. O que é divulgado no relato integrado? Uma análise das instituições financeiras listadas na Brasil Bolsa Balcão [B]<sup>3</sup>. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 21, n. 1, p. 1-17, 2022.

NG, A. W. et al. Disparities in ESG reporting by emerging Chinese enterprises: evidence from a global financial center. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 14, n. 2, p. 343–368, 5 abr. 2023.

O’DONOVAN, G. Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344–371, 2002.

OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. **Academy of management review**, v. 16, n. 1, p. 145-179, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- ONU. **Agenda 2030. 2015**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 11 jul. 2020.

ORTS, E. W.; STRUDLER, A. The ethical and environmental limits of stakeholder theory. **Business Ethics Quarterly**, v.12, n.2, p. 215-233, 2002.

ORTEGA-LAPIEDRA, R. et al. Measurement of the human capital applied to the business eco-innovation. **Sustainability (Switzerland)**, v. 11, n. 12, p. 1–16, 2019.

PACTO GLOBAL. A evolução do ESG no Brasil. Pacto Global e Stilingue, 2021.

Disponível em:

[https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F150560%2F1619627473Estudo\\_A\\_Evoluo\\_do\\_ESG\\_no\\_Brasil.pdf](https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F150560%2F1619627473Estudo_A_Evoluo_do_ESG_no_Brasil.pdf). Acesso em 28 out.2021.

PATTEN, D. M. Exposure, legitimacy, and social disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 10, n. 4, p. 297–308, 1991.

PARMAR, B. L. et al. Stakeholder theory: The state of the art. **Academy of Management Annals**, v. 4, n. 1, p. 403–445, 2010.

PAREDES, A. G.; BESEN, F. G.; ALMEIDA, R. S. Relato integrado: nível de aderência dos indicadores-chave dos capitais não financeiros das empresas do setor financeiro. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 22, n. 50, p. 80-96, 2022

PARSONS, T. Structure and process in modern societies. Glencoe: Free Press, 1960.

PASSOS, I. C. Análise de Dados Qualitativos Com o R. **Revista Inter-Legere**, v. 4, n. 30, p. c16213, 2021.

PEIXOTO, N. O.; MARTINS, V. F. Relato integrado e a convergência com relatórios de sustentabilidade: Um estudo em empresas brasileiras. **RAGC**, v. 3, n. 7, 2015.

PEREZ JUNIOR, J.H.; OLIVIERI NETO, R.; SILVA, C.A.S. **Relatório Integrado – Integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos**. 1 ed. Ed. Atlas.2014.

PEREIRA, A. G. et al. Legitimidade Corporativa em Empresas Pertencentes a Indústrias Ambientalmente Sensíveis: um Estudo Empírico com Empresas que negociam ações na Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. 2, p. 69–86, 2010.

PETTY, R.; GUTHRIE, J. Intellectual capital literature review: measurement, reporting and management. **Journal of Intellectual Capital**, v. 1, n. 2, p. 155–176, 2000.

PIGATTO, G. et al. Disclosing value creation in integrated reports according to the six capitals: a holistic approach for a holistic instrument. **Sustainability Accounting**,



**Management and Policy Journal**, v. 14, n. 7, p. 90–123, 8 fev. 2023.

PINHEIRO, M. M. S. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. Texto para Discussão, IPEIA, 2012. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16421](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16421). Acesso em 15 jan.2021.

PINNER, D.; ROGERS, M.; SAMANDARI, H. Addressing climate change in a post-pandemic world. **McKinsey Quarterly April**, 2020.

PINEDA-ESCOBAR, M. A. Moving the 2030 agenda forward: SDG implementation in Colombia. **Corporate Governance (Bingley)**, v. 19, n. 1, p. 176–188, 2019.

PIZZI, S. et al. Management research and the UN sustainable development goals (SDGs): A bibliometric investigation and systematic review. **Journal of Cleaner Production**, v. 276, p. 124033, 2020.

POST, J. E.; PRESTON, L. E.; SACHS, S. Managing the extended enterprise: The new stakeholder view. **California management review**, v. 45, n. 1, p. 6-28, 2002.

POIGNANT, A.; STENSIÖ, S. **The effect of integrated reporting on corporate environmental disclosure**. Stockholm School of Economics, Department of Accounting, 2014.

PU, R. et al. Bibliometrics-based visualization analysis of knowledge-based economy and implications to environmental, social and governance (ESG). **Library Hi Tech**, p. 1–20, 10 ago. 2022.

PHILLIPS, R. Stakeholder legitimacy. **Business ethics quarterly**, v.13, n.1, p. 25-41, 2003.

PLATAFORMA AGENDA 2030. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso 10 fev. 2020.

PRIYADARSHINI, P.; ABHILASH, P. C. Circular economy practices within energy and waste management sectors of India: A meta-analysis. **Bioresource Technology**, v. 304, n. November 2019, p. 123018, 2020.

QUEIROZ, D. G. C; MOURA, A. M. M.. Colaboração da Matemática brasileira na Web of Science (2004-2013). **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.22, n.49, p.115-126, 2017.

RABELO, M. S.; SILVA, A. C. Relato integrado: estrutura conceitual e relevância nas empresas de mineração. **Pensar Contábil**, v. 23, n. 82, p. 3-9, 2021.

RAMOS, T. B. Sustainability assessment: Exploring the frontiers and paradigms of indicator approaches. **Sustainability (Switzerland)**, v. 11, n. 3, p. 1–14, 2019.

REDMAN, A. Harnessing the Sustainable Development Goals for businesses: A progressive framework for action. **Business Strategy and Development**, v. 1, n. 4, p. 230–243, 2018.

REFINITIV. **ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE SCORES FROM REFINITIVE Effective Directors**. London: Routledge, 10 out. 2022. Disponível em: <<https://www.taylorfrancis.com/books/9781003201182/chapters/10.4324/9781003201182-29>>. Acesso em: 09 jun.2023.

REIS, L.G.D; MORAIS, C.M. Relato integrado: uma análise comparativa entre empresas brasileiras e europeias sob a ótica da teoria institucional. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 11, n. 1, pág. 1-15, 2021.

RIBEIRO, C. M. A. et al. Disclosure of corporate social responsibility on integrated report studies: A review of the literature. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 53, p. 107–132, 2020.

RICARDO, V. S.; BARCELLOS, S. S.; BORTOLON, P. M. Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa: Fatores determinantes de divulgação. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 90, 2017.

RINDOVA, Violina P.; POLLOCK, Timothy G.; HAYWARD, Mathew LA. Celebrity firms: The social construction of market popularity. **Academy of management review**, v. 31, n. 1, p. 50-71, 2006.

RIZZI, D.I. et al. Fatores determinantes da conformidade dos relatórios integrados em relação às diretrizes divulgadas pelo International Integrated Reporting Council. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 13, n. 1, p. 21-39, 2019.

ROBERTSON, Fiona. Social network influences on integrated reporting adoption and implementation—a UK perspective. **Journal of Global Responsibility**, 2021.

ROSATI, F.; FARIA, L. G. D. Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. **Journal of Cleaner Production**, v. 215, p. 1312–1326, 2019a.

ROSATI, F.; FARIA, L. G. D. Business contribution to the Sustainable Development Agenda: Organizational factors related to early adoption of SDG reporting. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 26, n. 3, p. 588-597, 2019b.

ROSSONI, L.; TEIXEIRA, R. M. A interação dos relacionamentos com os recursos e a legitimidade no processo de criação de uma organização social. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, n. 4, p. 01–19, 2008.

ROSSONI, L. O que é legitimidade organizacional? **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 110–129, 2016.

ROVER, S. et al. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando

análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v. 47, n. 2, p. 217–230, 2012.

RUEF, M.; SCOTT, W. R. A multidimensional model of organizational legitimacy: Hospital survival in changing institutional environments. **Administrative science quarterly**, p. 877-904, 1998.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 151p.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. [Trad.] MAGDA L. São Paulo: Studio Nobel. 1993. 103 p

SACHS, J. D. From millennium development goals to sustainable development goals. **The Lancet**, v. 379, n. 9832, p. 2206–2211, 2012.

SAETRA, H. S. A Framework for Evaluating and Disclosing the ESG Related Impacts of AI with the SDGs. **Sustainability**, v. 13, n. 15, p. 8503, 29 jul. 2021.

SALGADO, B. S. F. et al. Como a Adoção do Relato Integrado Gera Valor para o Stakeholder Acionista. **Revista Linceu On-Line**, v. 7, n. 2, p. 96-115, 2017.

SALVI, A. et al. The financial consequences of human capital disclosure as part of integrated reporting. **Journal of Intellectual Capital**, v. 23, n. 6, p. 1221–1245, 2021.

SANTOS, W. P.; RODRIGUES, R. N.; MIRANDA, L. C. Um estudo do posicionamento adotado pelos Stakeholders sobre a materialidade e a responsabilização das informações contidas no Relato Integrado. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 12, n. 3, 2018.

SANTOS, F. A.; FERNANDES, M.E; SILVA, R. C. Proposta de Indicadores para Comparabilidade nos Relatórios Integrados: Um Estudo de Caso Comparativo. **Future Studies Research Journal: Trends & Strategies**, v. 12, n. 2, 2020.

SANTOS, A.C.D; FAVATO, K.J; NEUMANN, M. Relato Integrado e Gestão de Stakeholders: Agenda de Pesquisas. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 32, n. 87, pág. 429-443, 2021.

SANTOS, T. L. D.; FERREIRA, L. R.; CARDOSO, M. S. P.; CARVALHO, J. L. Relato Integrado como ferramenta de Inovação nos demonstrativos corporativos: um estudo sobre o nível de Evidenciação das informações e a Geração de Valor em empresas listadas na B3. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 11, n. 2, p. 160-176, 2022.

SANTOS, L. M. DA S. et al. Explanatory Factors of the Environmental Disclosure of Potentially Polluting Companies: Evidence From Brazil. **SAGE Open**, v. 9, n. 1, 2019.

SANCHES, S. L. R. et al. Sensemaking dos atores de uma instituição financeira na adoção e elaboração do Relato Integrado. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, p. 628-646, 2020.

SAMPIERI, R.H; COLLADO, C.F; LUCIO, M.D.P.B. Metodologia de pesquisa. Tradução por Daisy Vaz de Moraes, v. 5, - Porto Alegre: Penso, 2013.

SAHLIAN, D. N. et al. Examining the Causality between Integrated Reporting and Stock Market Capitalization. The Case of the European Renewable Energy Equipment and Services Industry. **Energies**, v. 16, n. 3, p. 1398, 31 jan. 2023.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERAPIÃO, P. R. B.; SUZUKI, K. M. F.; MARQUES, P. M. A.. Uso de mineração de texto como ferramenta de avaliação da qualidade informacional em laudos eletrônicos de mamografia. **Radiologia Brasileira**, v. 43, p. 103-107, 2010.

SIMNETT, R.; HUGGINS, A. L. Integrated reporting and assurance: where can research add value? **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 6, n. 1, p. 29–53, 2015.

SIEGEL, S; CASTELLAN JR, N. J. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. 2.ed Penso: Porto Alegre, 2006.

SILVA, A. S; SOUZA, J. G. DE; LEAL, A. C. A Sustentabilidade e suas Dimensões como fundamento da qualidade de vida. **Revista Geografia em Atos -GeoAtos**, v. 12, n. 1, p. 22–42, 2012.

SOUZA, F. M; PANHOCA, L. O Discurso de Sustentabilidade e a Pesquisa Acadêmica sobre Relato Integrado (IR) no Setor Público. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, p. 166-184, 2021.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of management review**, v. 20, n. 3, p. 571–610, 1995.

SCHRAMADE, W. Investing in the UN Sustainable Development Goals: Opportunities for Companies and Investors. **Journal of Applied Corporate Finance**, v. 29, n. 2, p. 87–99, 2017.

SCOTT, W. R. *Institutions and organizations (Vol. 2)*: Sage Thousand Oaks. 1995.

SCOTT, W. R. et al. *Institutional change and healthcare organizations: from professional dominance to managed care*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

SDG COMPASS. *The guide for business action on the SDGs*. p. 1–30, 2015.

SHOAF, V.; JERMAKOWICZ, E. K.; EPSTEIN, B. J. Toward Sustainability and Integrated Reporting. **REVIEW OF BUSINESS**, v. 38, n. 1, p. 1- 15 WE- Emerging Sources Citation Index (ESCI), 2018.

SNEDDON, C.; HOWARTH, R. B.; NORGAARD, R. B. Sustainable development in a post-Brundtland world. **Ecological Economics**, v. 57, n. 2, p. 253–268, 2006.

STAFFORD-SMITH, M. et al. Integration: the key to implementing the Sustainable Development Goals. **Sustainability Science**, v. 12, n. 6, p. 911–919, 2017.

STEFFEN, W. et al. The anthropocene: From global change to planetary stewardship. **Ambio**, v. 40, n. 7, p. 739–761, 2011.

STEFFEN, W. et al. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, v. 347, n. 6223, p. 736–747, 2015.

TEIXEIRA, A. C.; RECH, I. J.; ZANOLLA, E.; COUTO, M. H. A. Nível da Divulgação das Informações não Financeiras das Empresas Brasileiras Participantes do Projeto Piloto de Relato Integrado. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 18, n. 46, p. 16-31, 2021.

TUNICO, F. R. L. **Divulgação dos capitais não financeiros do relato integrado pelas empresas brasileiras de capital aberto: uma análise à luz da teoria institucional**. 2017 80f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco. 2017. Disponível em:  
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25176/1/DISSERTA%c3%87AO%20Flavio%20Rodrigo%20Leal%20Tunico.pdf>. Acesso em 05 jun. 2020.

TSAGAS, G.; VILLIERS, C. Why “less is More” in Non-Financial Reporting Initiatives: Concrete Steps towards Supporting Sustainability. **Accounting, Economics, and Law: A Convivium**, v. 10, n.2, p. 1- 42, 2020.

TSALIS, T. A. et al. New challenges for corporate sustainability reporting: United Nations’ 2030 Agenda for sustainable development and the sustainable development goals. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 27, n. 4, p. 1617–1629, 2020.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento —. **Revista PMKT**, v. 3, n. Outubro, p. 20–27, 2009.

THOMAS, T. E.; LAMM, E. Legitimacy and Organizational Sustainability. **Journal of Business Ethics**, v. 110, n. 2, p. 191–203, 2012.

TROCZ, P. J. O.; LORENZINI, L. P.; VESCO, D. G. D.; WALTER, S. A. Prática de responsabilidade corporativa sustentável: legitimidade a partir da evidenciação e do disclosure voluntário em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o IIRC. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 14, n. 1, p. 8-26, 2022.

TSCHOPP, D.; HUEFNER, R. J. Comparing the Evolution of CSR Reporting to that of Financial Reporting. **Journal of Business Ethics**, v. 127, n. 3, p. 565–577, 2015.

UNDP et al. Mapping the Oil and Gas Industry To the Sustainable Development Goals: an Atlas. **United Nations**, p. 1–112, 2017. Disponível em:

<https://www.undp.org/publications/mapping-oil-and-gas-industry-sdgs-atlas> . Acesso em: 30 nov. 2022.

UN GLOBAL COMPACT. UN global compact Strategy 2021-2023. **United Nations Global Compact**, p. 1–19, 2021.

UN GLOBAL COMPACT. Practical Guidance for the Un Global Compact Sustainable Ocean Principles Seaweed Working Document. **United Nations Global Compact**, p. 1–19, 2020.

Disponível em:

<https://d306pr3pise04h.cloudfront.net/docs/publications%2FSustainable+Ocean+Principles.pdf> . Acesso em 01 dez. 2022

UN OWG. United Nations Open Working Group. 2014. **Outcome document - Open Working Group on Sustainable Development Goals** (19th July 2014). United Nations, New York, USA. Disponível em:

<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1579SDGs%20Proposal.pdf>. Acesso em 22 nov. 2020.

UNERMAN, J.; CHAPMAN, C. Academic contributions to enhancing accounting for sustainable development. **Accounting, Organizations and Society**, v. 39, n. 6, p. 385–394, 2014.

UNPRI. Princípios para o Investimento Responsável (PRI). **UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT - UNGC**, p. 1–12, 2020.

VALENCIA, S. C. et al. Adapting the Sustainable Development Goals and the New Urban Agenda to the city level: Initial reflections from a comparative research project. **International Journal of Urban Sustainable Development**, v. 11, n. 1, p. 4–23, 2019.

VASCONCELOS, S. R. M.; SABES, S. F.; ROBLES JUNIOR, A. Divulgação do relato integrado pelas empresas listadas no Ibovespa em 2015. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)**, v. 2, n. 1, p. 116-133, 2015.

VAN ZIJL, W.; WÖSTMANN, C.; MAROUN, W. Strategy disclosures by listed financial services companies: Signalling theory, legitimacy theory and South African integrated reporting practices. **South African Journal of Business Management**, v. 48, n. 3, p. 73–85, 2017.

VAN DER WAAL, J. W. H.; THIJSSSENS, T. Corporate involvement in Sustainable Development Goals: Exploring the territory. **Journal of Cleaner Production**, v. 252, p. 119625, 2020.

VAN ZANTEN, J. A.; VAN TULDER, R. Multinational enterprises and the Sustainable Development Goals: An institutional approach to corporate engagement. **Journal of International Business Policy**, v. 1, n. 3–4, p. 208–233, 12 dez. 2018.

VAN ZANTEN, J. A.; HUIJ, J. Corporate Sustainability Performance: Introducing an SDG

Score and Testing Its Validity Relative to ESG Ratings. **SSRN Electronic Journal**, n. November, p. 1–42, 2022.

VELTE, P.; STAWINOGA, M. Integrated reporting: The current state of empirical research, limitations and future research implications. **Journal of Management Control**, v. 28, n. 3, p. 275–320, 2017.

VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VITOLLA, F.; RAIMO, N. Adoption of Integrated Reporting: Reasons and Benefits—A Case Study Analysis. **International Journal of Business and Management**, v. 13, n. 12, p. 244–250, 2018.

VITOLLA, F.; RAIMO, N.; RUBINO, M. Intellectual capital disclosure and firm performance: An empirical analysis through integrated reporting. In: **7th International OFEL Conference on Governance, Management and Entrepreneurship: Embracing Diversity in Organisations. April 5th-6th, 2019, Dubrovnik, Croatia**. Zagreb: Governance Research and Development Centre (CIRU), p. 245-255, 2019a.

VITOLLA, F. et al. The impact on the cost of equity capital in the effects of integrated reporting quality. **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 2, p. 1–11, 2019b

VITOLLA, F. et al. The impact on the cost of equity capital in the effects of integrated reporting quality. **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 2, p. 519-529, 2020c.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma Crítica ao Conceito de Sustentabilidade nos Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE**, v. 10, n. 3, p. 569–583, 2012.

VON ALBERTI-ALHTAYBAT, L.; ALHATABAT, Z.; AL-HTAYBAT, K. Investigating the sustainability habitus: insights from Aramex’s sustainability practices and reports. **Meditari Accountancy Research**, v. 29, n. 3, p. 477–501, 2020.

WAHL, A.; CHARIFZADEH, M.; DIEFENBACH, F. Voluntary Adopters of Integrated Reporting – Evidence on Forecast Accuracy and Firm Value. **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 6, p. 2542–2556, 2020.

WASHINGTON, Marvin; ZAJAC, Edward J. Status evolution and competition: Theory and evidence. **Academy of Management Journal**, v. 48, n. 2, p. 282-296, 2005.

WEBER, E. M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

WEF. **The Global Risks Report 2022: Insight Report**. 2022. 17 ed. Cologny/Geneva. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/global-risks-report-2022>. Acesso em 10 jan. 2023.

WOOD, D. Corporate social performance revisited. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 4, p. 691–718, 1991.

WBCSD. **El caso empresarial para el desarrollo sostenible**, 2002. Disponível em: <http://www.tecnologiaslimpias.cl/chile/docs/Elcasoempresarial.pdf>. Acesso em: 04 mar.2021.

WHITELOCK, V. G. Multidimensional environmental social governance sustainability framework: Integration, using a purchasing, operations, and supply chain management context. **Sustainable Development**, v. 27, n. 5, p. 923–931, 2019.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: Updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005.

XIE, J. et al. Do environmental, social, and governance activities improve corporate financial performance? **Business Strategy and the Environment**, v. 28, n. 2, p. 286–300, 2019.

YAO, X; LIU, Y. Machine learning. In: **Search Methodologies**. Springer, Boston, MA, p. 477-517, 2014.

YU, S. et al. Adoption and implementation of sustainable development goals (SDGs) in China-Agenda 2030. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 15, p. 1–16, 2020.

YUE, X.-G. et al. Risk Prediction and Assessment: Duration, Infections, and Death Toll of the COVID-19 and Its Impact on China's Economy. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 13, n. 4, p. 66, 2020.

ZIMMERMAN, M. A.; ZEITZ, G. J. Beyond survival: Achieving new venture growth by building legitimacy. **Academy of management review**, v. 27, n. 3, p. 414-431, 2002.

ZUMENTE, I.; BISTROVA, J. ESG Importance for Long-Term Shareholder Value Creation: Literature vs. Practice. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**, v. 7, n. 2, p. 1–13, jun. 2021.